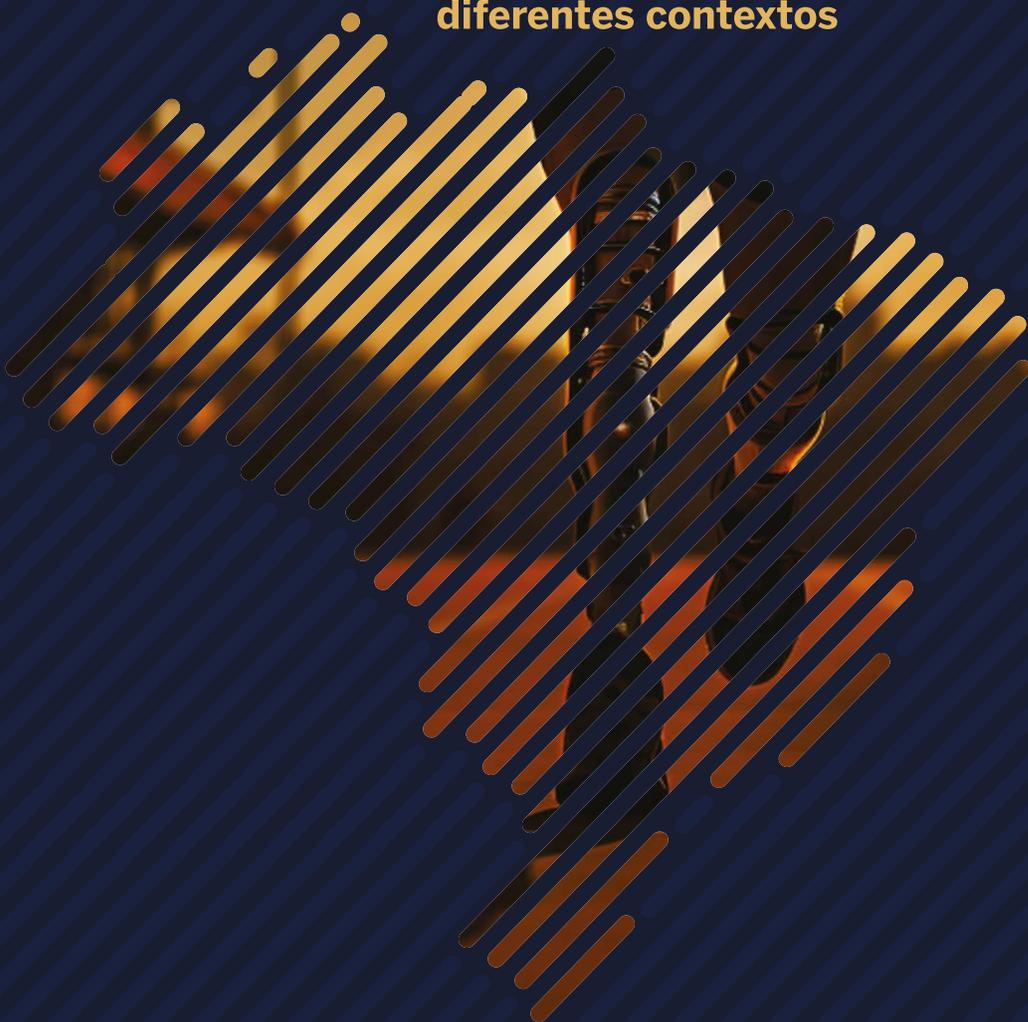


PROGRAMA PARADESPORTO BRASIL EM REDE

O Paradesporto em seus
diferentes contextos



Marcelo de Castro Haiachi
Ailton Fernando Santana de Oliveira
Marcos Bezerra de Almeida
(Organizadores)



Criação Editora

GOVERNO FEDERAL

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DE ESTADO DO ESPORTE
André Fufuca

SECRETÁRIO NACIONAL DO PARADESPORTO
Fabio Augusto Lima de Araújo

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

REITOR
Prof. Dr. Valter Juvinião de Santana Filho

VICE-REITOR
Prof. Dr. Rosalvo Ferreira Santos

CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICA E DA SAÚDE – CCBS

DIRETOR
Prof. Dr. Adriano Antunes de Souza Araújo

VICE DIRETOR
Prof^a. Dr. Valéria Maria Prado Barreto

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA – DEF
CHEFE
Prof. Dr. Marcos Bezerra de Almeida

VICE CHEFE
Prof. Dr. Hamilcar Silveira Dantas Junior

NÚCLEO GESTOR DO PROGRAMA PARADESPORTO BRASIL EM REDE

COORDENADOR PPBR
Prof. Dr. Ailton Fernando Santana de Oliveira

PESQUISADOR PPBR
Prof. Dr. Marcos Bezerra de Almeida

PESQUISADOR UFS
Prof. Dr. Marcelo de Castro Haiachi

ALUNOS BOLSISTAS PPBR
Darcielle Valeska Ferreira de Jesus Silva
Taís Mirela Araujo Freitas

ALUNOS BOLSISTAS UFS
Marcela Gardênia Oliveira Lima

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DO MOVIMENTO - PPGCM

CHEFE
Prof. Dr. Rafael Fabricio de Souza

VICE CHEFE
Prof. Dr. Felipe José Aidar Martins

GRUPO DE PESQUISA EM ESTUDOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS

LÍDER
Prof. Dr. Marcelo de Castro Haiachi

VICE-LÍDER
Prof. Dr. Ailton Fernando Santana de Oliveira

PESQUISADORES

Prof. Dra. Roberta Santos Kumakura
Prof. Dr. Vinícius Denardin Cardoso
Prof. Dr. Silvestre Cirilo dos Santos Neto
Prof. Dr. Leonardo José Mataruna dos Santos
Prof. Dr. Elenilton Correia de Souza
Prof. Dr. Júlio Brugnara Mello
Prof. Dra. Carla Guimarães
Prof. MsC. Wendel Mota de Oliveira Ribeiro
Prof. MsC. Heleno Almeida Junior
Prof. MsC. Erik Bueno de Ávila
Prof. Msd. Arthur Emanuel Azevedo Silva
Prof. Msd. Augusto César Alves do Santos
Prof. Msda. Tamires Nunes dos Santos

CONSELHO CIENTÍFICO

Prof. Dr. Afrânio de Andrade Bastos – UFS / BRA
Prof. Dr. Alberto Reinaldo Reppold Filho – UFRGS / BRA
Prof. Dra. Ana Maria de Freitas Miragaya – UNESA / BRA
Prof. Dr. Antônio Mussino – UNIROMA / ITA
Prof. Dra. Janice Zarpellon Mazo – UFRGS / BRA
Prof. Dr. Júlio Brugnara Melo – PUC / CHI
Prof. Dr. Lamartine Pereira Da Costa – UERJ / BRA
Prof. Dr. Marcos Bezerra de Almeida – UFS / BRA
Prof. Dra. Roberta Santos Kumakura – UFS / BRA
Prof. Dr. Vinícius Denardin Cardoso – UERR / BRA

Equipe de Revisão

COORDENAÇÃO:
Prof. Dra. Roberta Santos Kumakura - GPEOP UFS / BRA

Revisores:

Tamires Nunes dos Santos
Augusto Cesar Alves dos Santos
Arthur Emanuel Azevedo Silva
(Discentes do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Sergipe).

PROGRAMA PARADESPORTO BRASIL EM REDE

**O Paradesporto em
seus diferentes contextos**

**Marcelo de Castro Haiachi
Ailton Fernando Santana de Oliveira
Marcos Bezerra de Almeida
(Organizadores)**



Criação Editora
Aracaju | 2024



Copyright 2024 by Marcelo de Castro Haiachi; Ailton Fernando Santana de Oliveira e Marcos Bezerra de Almeida

NORMAS DE SUBMISSÃO DOS TRABALHOS

Todos os capítulos submetidos foram avaliados por ao menos dois revisores com experiência e competência profissional na respectiva área do trabalho e que emitiram parecer fundamentado, os quais serão utilizados pelos Organizadores para decidir sobre a aceitação do mesmo. Os critérios de avaliação dos artigos incluem: originalidade, contribuição para corpo de conhecimento da área, adequação metodológica, clareza e atualidade. Os capítulos aceitos para publicação poderão sofrer revisões editoriais para facilitar sua clareza e entendimento sem alterar seu conteúdo. Os artigos foram entregues no final de setembro de 2024.

Os capítulos deste livro são frutos das pesquisas desenvolvidas em diversos grupos, sendo de responsabilidade dos autores, não tendo os organizadores, nem a editora nenhuma responsabilidade sobre o conteúdo dos mesmos.

Este livro ou parte dele, não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização escrita da editora. Este livro segue as normas do acordo ortográfico da língua portuguesa de 1090, adotado no Brasil em 2009.

Projeto gráfico: Adilma Menezes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo, SP)

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes - CRB-8 8846

H149p Haiachi, Marcelo de Castro; Oliveira, Ailton Fernando Santana de; Almeida, Marcos Bezerra de (org.).

Programa Paradesporto Brasil em Rede: o paradesporto em seus diferentes contextos / Organizadores: Marcelo de Castro Haiachi; Ailton Fernando Santana de Oliveira e Marcos Bezerra de Almeida. – 1. ed. – Aracaju, SE: Criação Editora, 2024.

398 p.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-8413-577-6

1. Esportes – Brasil. 2. Esportes Inclusivos. 3. PCD.

I. Título. II. Assunto. III. Organizadores.

CDD 796.08781

CDU 796-056(81)

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1. Esportes para pessoas com deficiências no Brasil.
2. Esportes inclusivos (Brasil).

APRESENTAÇÃO

Esta obra é fruto de um trabalho de mobilização que desde 2020 procura através da Secretaria Nacional do Paradesporto (SNPAR) democratizar o paradesporto em todas as regiões do país. Na época, A SNPAR em conjunto com o Ministério da Cidadania e Secretaria Especial do Esporte firmou parceria com Instituições de Ensino Superior para mobilizar uma rede com representantes regionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Esta rede inicialmente teve a parceria da Universidade Federal de Sergipe como núcleo de gestão integrada.

Contribuíram para a realização da obra representantes das mais diversas **instituições de ensino superior** (Universidade Federal do Ceará - UFC, Universidade Federal de Catalão - UFCAT, Universidade Federal do Piauí - UFPI, Universidade Federal de Sergipe - UFS, Universidade Estadual de Roraima - UERR, Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT, Universidade do Pará - UFPA, Faculdade de Educação a Distância - FAEAD, Universidade Federal do Maranhão - UFMA, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Instituto de Educação Física e Esportes - IEFES, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE), **grupos de pesquisa** (Laboratório de Educação Física e Paradesporto - ParEFLab, Grupo de Estudos em Treinamento Físico e Esportivo - GET, Grupo de Pesquisa em Estudos Olímpicos e Paraolímpicos - GPEOP), **Programas de Pós-Graduação** (Programa de Pós-Graduação em Ciência do Movimento - PPGCM-UFS, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano - PPGCMH-UFPA, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Reabilitação - PPGREAB-UFBA), além de **universidades estrangeiras** como a Canadian University Dubai (UEA) e a Universidade da Beira Interior (POR).

A obra foi dividida em duas partes: parte 1 capítulos no idioma português e parte 2 caderno de resumos (português, inglês e espanhol). A

parte 1 foi estruturada em três seções, para facilitar o alinhamento das áreas pertinentes à temática, a primeira seção é composta por dez capítulos, que englobam os desafios para a implementação de projetos paradesportivos assim como exemplos de estruturação. A segunda seção possui cinco capítulos voltados para as experiências pedagógicas para iniciar atividades esportivas em projetos paradesportivos e por fim na terceira seção, composta por cinco capítulos, apresentamos procedimentos para avaliar e monitorar os participantes dos projetos paradesportivos. Nossa intenção foi ampliar a discussão para um maior número de pessoas, estendendo desta forma a visibilidade em relação à cada seção temática.

Participaram 54 autores de diferentes instituições e formações, o que mostra a diversidade de posicionamentos em relação à temática principal que é **PARADESPORTO EM SEUS DIVERSOS CONTEXTOS** o que possibilitou ao longo destes 20 capítulos visões bem particulares, como podemos destacar:

Mário Simim e Victor Coswig descrevem o processo de criação e implementação do Projeto Paradesporto UFC na cidade de Fortaleza/CE com o trabalho *“Desenvolvimento e implementação do Projeto Paradesporto UFC: abordagens metodológicas e desafios práticos”* e possuem vínculo com a Universidade Federal do Ceará (CE);

Cristiane Santos, Heliany Santos e Lana Lima relatam a experiência sobre como o Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR) foi implementado, juntamente com seus impactos com o trabalho *“Implementação do PPBR na UFCAT: possibilidades, desafios e impactos na instituição”* e possuem vínculo com a Universidade Federal do Catalão (GO);

Sergio Ribeiro e Mara Costa abordam os desafios enfrentados no estado do Piauí para democratizar o esporte adaptado com o trabalho *“A gestão do paradesporto no Brasil, o Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR) e a realidade no Piauí”* e possuem vínculo com a Universidade Federal do Piauí (PI);

Eric Rego, Vinícius Cardoso, Tamires Santos e Marcelo Haiachi abordam as barreiras e os facilitadores na vida dos paradesportistas nos âmbitos sociais e humanos, assim como a realidade enfrentada por eles com o trabalho *“Reflexões sobre o paradesporto em Sergipe”* e possuem vínculo com o Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento da UFS e a Universidade Federal de Sergipe (SE);

Mário Silva, Mayara Oliveira e Josiane Freitas relatam as adaptações nos exercícios de Crossfit realizadas para uma pessoa que faz uso de cadeira de rodas com o trabalho *“Adaptações e possibilidades para pessoas em cadeira de rodas no Crossfit: relato de experiência”* e possuem vínculo com a Universidade Federal da Grande Dourados (MS);

Juliana Schuller, Jaciaria Garcia e Matheus Pereira abordam o contexto das políticas públicas, examinando sua estrutura, objetivos e impactos na vida dos participantes do Programa Paradesporto Brasil em Rede com o trabalho *“Análise da percepção da família sobre os benefícios do Paradesporto Brasil em Rede para o desenvolvimento global de pessoas com deficiência”* e possuem vínculo com a Universidade Federal de Mato Grosso (MT);

Bruna Alcântara, Daniel Silva, Erick Launé, Marília Silva e Anselmo Silva abordam a partir do olhar dos bolsistas como as aulas do parabadminton pode contribuir para a vivência no paradesporto no contexto universitário com o trabalho *“O paradesporto na universidade: relato de experiência em aulas de parabadminton para universitário com deficiência”* e possuem vínculo com o Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento da UFPA e com a Universidade Federal do Pará (PA);

Francisco Araújo, Vanessa Moura, Thiago Almeida abordam a participação dos pais na rotina de exercício físico de crianças com autismo e outros transtornos com o trabalho *“A importância da participação dos pais na rotina de exercícios físicos de crianças com TEA: um relato de experiência”* e possuem vínculo com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (CE);

Luiz Silva Filho, Francisco Furtado e Thiago Almeida abordam a experiência de ensinar natação para crianças do Programa Paradesporto Brasil em Rede com transtorno do espectro do autista (TEA) com o trabalho *“Transformando vidas através da água: experiências no ensino da natação para crianças autistas”* e possuem vínculo com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (CE);

Josiane Freitas, Kauê Ribeiro, Juliana Lima e Mario Silva abordam a participação dos surdos no Crossfit, identificando as diferenças na prática da modalidade entre surdo e ouvinte, a partir da vivência dos surdos com o trabalho *“O surdo no Crossfit: experiências do Programa Paradesporto Brasil em Rede – núcleo UFGD”* e possuem o vínculo com a Universidade Federal da Grande Dourados (MS);

Elizabeth Albuquerque, Silvana Silva, Jucilea Ferreira, Ana Sousa, Carolina Souza, Guilherme Nogueira, Reinado Silva e Saulo Nogueira abordam o relato de experiência da iniciação ao atletismo para crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista com o trabalho *“Iniciação ao atletismo para crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista no Programa Paradesporto Brasil em Rede na Universidade Federal do Maranhão”* e possuem vínculo com a Universidade Federal do Maranhão (MA);

Leonardo Mataruna-dos-Santos e Andressa Guimarães-Mataruna abordam o esporte paralímpico o envolvimento das Universidade no Brasil com o trabalho *“Esporte Paralímpico e o envolvimento das Universidades no Brasil como acesso ao esporte de alto rendimento”* e possuem vínculo com a Canadian University Dubai (CUD) e com a Universidade da Beira Interior (POR);

Rafael Kons, Kleydson Almeida, Nathalie Gomes e Rodrigo Carvalho abordam uma compreensão mais aprofundada sobre a importância da inclusão no contexto das artes marciais com direcionamento para prática esportiva com o trabalho *“Ensino de lutas para pessoas com deficiência visual e intelectual: estratégias e práticas inclusivas”* e possuem vínculo com o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Reabilitação da UFBA e com a Universidade Federal da Bahia (BA);

Gustavo Schumacher e Alberto Reppold Filho abordam uma retrospectiva do esporte para deficientes visuais, destacando os principais eventos que marcaram seu desenvolvimento histórico com o trabalho *“Esporte para deficientes visuais: do passado às conquistas atuais”* e possuem vínculo com o Centro de Estudos Olímpicos e Paralímpicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (RS);

Eunice Cunha, Carlos Silva Neto, Alcione Silva, Ivan Schwantes, Anselmo Silva e Marília Silva abordam as possibilidades de adaptação de materiais esportivos da paraesgrima visando incluir sua prática nas aulas de educação física a partir da experiência dos autores com o trabalho *“A paraesgrima como conteúdo das aulas de educação física escolar: como incluir?”* e possuem vínculo com o Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento da UFPA e com a Universidade Federal do Pará (PA);

Rafael Kons, Raiane Carvalho, João Dantas e Carolina Lima abordam a classificação funcional no esporte paralímpico sob a perspectiva dos esportes para pessoas com deficiência visual com o trabalho *“A clas-*

sificação funcional no esporte paralímpico: uma perspectiva focada nos esportes para pessoas com deficiência visual” e possuem vínculo com o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Reabilitação da UFBA e com a Universidade Federal da Bahia (BA);

Thaynara Machado, Edilson Costa Junior, Geraldo Oliveira, José Silva, Matheus Dantas, Williane Tôrres, Diego Silva, José Oliveira e Saulo Oliveira abordam a avaliação da capacidade motora para o desenvolvimento do atleta de bocha paralímpica com o trabalho *“Avaliação da capacidade motora em atletas de bocha paralímpica”* e possuem vínculo com a Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UFPE e com a Universidade Estadual de Campinas (SP);

Williane Tôrres, Mariana Pereira, João Alves, João Silva, Rosa, Adrian Souza, João Cavalcanti, Wellyson Santos, Saulo Oliveira abordam os principais métodos e técnicas de avaliação da precisão na bocha paralímpica com o trabalho *“Avaliação da precisão específica na bocha paralímpica”* e possuem vínculo com o Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UFPE e com a Universidade Federal de Pernambuco (PE);

Ialuska Guerra, Thiago Amorim, Salenna Vieira, José Santos e Acsa Viana abordam os diferentes tipos de lançamentos e seu grau de efetividade em partidas das classes BC2 e BC4 em um campeonato de Bocha Paralímpica com o trabalho *“Tipos e grau de efetividade de arremessos em bocha paralímpica”* e possuem vínculo com o Instituto Federal do Ceará (CE);

Felipe Santos, José Santos, Thiago Amorim, Salenna Vieira, José Santos, Acsa Viana, Mônica Damasceno e Ialuska Guerra abordam o equilíbrio e a agilidade de surdoatletas de futsal com o trabalho *“Equilíbrio e agilidade em surdoatletas de futsal”* e possuem vínculo com o Instituto Federal do Ceará (CE).

Desejo a todos uma boa leitura e que as boas práticas produzidas ao longo desta obra sirvam de inspiração para que mais pessoas dediquem seu tempo em acolher as pessoas com algum tipo de deficiência e vejam no paradesporto uma área de trabalho, ensino, pesquisa e estudos.

Prof. Dr. Marcelo de Castro Haiachi

Coordenador do Grupo de Pesquisa em Ciências do Movimento da Universidade Federal de Sergipe | Professor do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe | Pesquisador da Universidade Federal de Sergipe do Programa Paradesporto Brasil em Rede | Docente do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
CAPÍTULO INTRODUTÓRIO	15
SEÇÃO 1	
AÇÕES DESENVOLVIDAS PELOS NÚCLEOS DE ATENDIMENTO DO PROGRAMA PARADESPORTIVO BRASIL EM REDE - PPBR	15
Ailton Fernando Santana de Oliveira; Marcos Bezerra de Almeida; Darcielle Valeska Ferreira de Jesus Silva; Marcela Gardênia Oliveira Lima	
DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO PARADESPORTO UFC: ABORDAGENS METODOLÓGICAS E DESAFIOS PRÁTICOS	33
Mário Antônio de Moura Simim; Victor Coswig Silveira	
IMPLEMENTAÇÃO DO PPBR NA UFCAT: POSSIBILIDADES, DESAFIOS E IMPACTOS NA INSTITUIÇÃO	39
Cristiane da Silva Santos; Heliany Pereira dos Santos; Lana Ferreira de Lima	
INCLUSÃO PARADESPORTIVA NO BRASIL: ESTRUTURAS NACIONAIS E A REALIDADE ATUAL NO PIAUÍ.....	65
Sérgio Luís Galan Ribeiro; Mara Jordana Magalhães Costa	
REFLEXÃO SOBRE O PARADESPORTO EM SERGIPE	96
Eric Luan Rego; Vinícius Denardin Cardoso; Tamires N. dos Santos; Marcelo de Castro Haiachi	
ADAPTAÇÕES PARA PESSOA EM CADEIRA DE RODAS NO CROSSFIT: POSSIBILIDADES NO PROGRAMA PARADESPORTO BRASIL EM REDE - NÚCLEO UFGD	108
Mário Sérgio Vaz da Silva; Mayara Teodoro de Oliveira; Josiane Fujisawa Filus de Freitas	
ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DA FAMÍLIA SOBRE OS BENEFÍCIOS DO PARADESPORTO BRASIL EM REDE PARA O DESENVOLVIMENTO GLOBAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	122
Juliana Aparecida de Paula Schuller; Jaciaria Paula Oliveira de Jesus Garcia Matheus Felipe da Silva Pereira	



O PARADESPORTO NA UNIVERSIDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM AULAS DE PARABADMINTON PARA UNIVERSITÁRIO COM DEFICIÊNCIA 142
Bruna Lopes de Alcântara; Daniel Carlos Moraes da Silva; Erick Vynicius Barata Launé
Marília Passos Magno e Silva; Anselmo de Athayde Costa e Silva

A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DOS PAIS NA ROTINA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS DE CRIANÇAS COM TEA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA 150
Francisco Idelan Chaves Araujo; Vanessa Ellen Rodrigues Moura; Thiago Gadelha de Almeida

TRANSFORMANDO VIDAS ATRAVÉS DA ÁGUA: EXPERIÊNCIAS NO ENSINO DA NATAÇÃO PARA CRIANÇAS AUTISTAS 158
Luiz Gouveia da Silva Filho; Francisco José Alves Furtado; Thiago Gadelha de Almeida

O SURDO NO CROSSFIT: EXPERIÊNCIAS DO PROGRAMA PARADESPORTO BRASIL EM REDE – NÚCLEO UFGD 165
Josiane Fujisawa Filus de Freitas; Kauê Zamorano Nascimento Ribeiro
Juliana Maria da Silva Lima; Mario Sergio Vaz da Silva

SEÇÃO 2

INICIAÇÃO AO ATLETISMO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO PROGRAMA PARADESPORTO BRASIL EM REDE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO 189
Elizabeth Santana Alves de Albuquerque; Silvana Maria Moura da Silva;
Jucilea Neres Ferreira; Ana Beatriz Reis de Sousa; Carolina Mariana de Souza Costa;
Guilherme Ferreira Nogueira; Reinado Reis da Silva; Saulo Rafael Fernandes Vasconcelos Nogueira

ESPORTE PARALÍMPICO E O ENVOLVIMENTO DAS UNIVERSIDADES NO BRASIL COMO ACESSO AO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO..... 216
Leonardo José Mataruna dos Santos; Andressa Fontes Guimarães - Mataruna

ENSINO DE LUTAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL E INTELLECTUAL: ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS INCLUSIVAS 228
Rafael Lima Kons; Kleydson Ferreira de Almeida; Nathalie Azeredo Bahiense Gomes
Rodrigo Behrens Marçal de Carvalho

ESPORTE PARA DEFICIENTES VISUAIS: DO PASSADO ÀS CONQUISTAS ATUAIS.. 241
Gustavo Borin Schumacher; Alberto Reinaldo Reppold Filho



A PARAESGRIMA COMO CONTEÚDO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: COMO INCLUIR?	266
Eunice Kelly Costa da Cunha; Carlos Aguiar Ferreira da Silva Neto Anselmo de Athayde Costa e Silva; Marília Passos Magno e Silva Alicione Ferreira da Silva; Ivan Marangon Schwantes	

SEÇÃO 3

A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL NO ESPORTE PARALÍMPICO: UMA PERSPECTIVA FOCADA NOS ESPORTES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL.....	277
Rafael Lima Kons; Raiane Carvalho; João Gabriel Dantas; Carolina Lima	

AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE MOTORA EM ATLETAS DE BOCHA PARALÍMPICA...	292
Thaynara Machado; Edilson João Costa Júnior; Geraldo José Santos Oliveira José Lucas de Oliveira Silva; Williane de Sales Tôrres; Diego Francisco da Silva Saulo Fernandes Melo Oliveira; José Igor Vasconcelos de Oliveira; Matheus Jancy Bezerra Dantas	

AVALIAÇÃO DA PRECISÃO ESPECÍFICA NA BOCHA PARALÍMPICA	311
Williane de Sales Tôrres; Mariana Esther Silva Pereira João Fillype Vasconcelos Viana Alves; João Lucas Ferreira Bonifacio e Silva Lucas Luan Dias Rosa; Adrian Pinheiro de Souza João Vitor de Almeida Cavalcanti; Wellyson da Silva Pereira Santos Saulo Fernandes Melo Oliveira	

TIPOS E GRAU DE EFETIVIDADE DE ARREMESSOS EM BOCHA PARALÍMPICA..	324
Ialуска Guerra; Thiago Pinheiro Amorim; Salenna Pereira Vieira José Cássio Souza dos Santos; Acsa Souza Viana	

EQUILÍBRIO E AGILIDADE EM SURDOS ATLETAS DE FUTSAL	338
Felipe Xavier dos Santos; José Cássio Souza dos Santos; Thiago Pinheiro Amorim; Salenna Pereira Vieira; José Cássio Souza dos Santos Acsa Souza Viana; Mônica Maria Siqueira Damasceno; Ialуска Guerra	

CADERNO DE RESUMOS.....	355
-------------------------	-----





CAPÍTULO INTRODUTÓRIO

AÇÕES DESENVOLVIDAS PELOS NÚCLEOS DE ATENDIMENTO DO PROGRAMA PARADESPORTIVO BRASIL EM REDE - PPBR

Ailton Fernando Santana de Oliveira^{1,2}

Marcos Bezerra de Almeida^{1,2}

Darcielle Valeska Ferreira de Jesus Silva³

Marcela Gardênia Oliveira Lima³

O Programa Paradesporto Brasil em Rede - PPBR, é uma proposta de política pública idealizada no âmbito da Secretaria Nacional do Paradesporto - SNPAP expressando o conceito de conectividade em rede envolvendo acadêmicos e docentes, da área de Educação Física de Instituições Federais de Ensino Superior, localizados essencialmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Esse Programa, busca ampliar a rede de atendimento a pessoas com as mais diversas deficiências, sexo e faixa etária, utilizando de práticas esportivas, nas suas mais variadas manifestações, como estratégia de transformação social, do direito à cidadania e à inclusão das pessoas com deficiência, bem como a produção de conhecimento no campo do paradesporto.

Esse artigo tem como objetivo apresentar as ações desenvolvidas pelos núcleos do PPBR durante o período de maio de 2023 a junho de 2024 e foi elaborado com base nas respostas apresentadas pelos coordenadores de cada núcleo de atendimento (NA) no questionário de acompanhamento das atividades, conforme determinada pelo núcleo gestor do PPBR. A primeira fase do PPBR contou com seis NA, todos localizados em Instituições de Ensino Superior das regiões nordeste e centro-oeste

¹ Professor Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe.

² Membro do Núcleo Gestor do Programa Paradesportivo Brasil em Rede.

³ Aluno do DEF/UFS e bolsista do núcleo gestor do PPBR.

do país. Entre estes núcleos, quatro eram localizados em Universidades Federais: UFBA - Bahia; UFCAT - Catalão; UFGD - Grande Dourados; e UFMT - Mato Grosso, e dois em Institutos Federais do Ceará (IFCE - Limoeiro do Norte e IFCE - Juazeiro do Norte), tendo como núcleo gestor a Universidade Federal de Sergipe - UFS

ATIVIDADES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua publicados pelo IBGE estimam que no Brasil as pessoas com deficiência (PcD) representam cerca de 9% da população, sendo que esse percentual é ainda maior ao se analisar apenas mulheres e entre habitantes da região nordeste, ultrapassando em ambos os casos 10%⁴. Isso mostra a importância de projetos de extensão, tal qual o PPBR, para que essa população receba assistência em seus diversos níveis de necessidade.

Mesmo com recursos algo limitados, o PPBR teve êxito em atender 266 PcD (média de ~44 pessoas por NA), sendo adolescentes, jovens e adultos (até 59 anos) o público atendido mais prevalente em todos os núcleos. Além disso, crianças menores de 12 anos foram atendidas em quatro NA (67%). É importante destacar que o mesmo documento do IBGE denota uma elevada taxa de evasão escolar de PcD em comparação com pessoas sem deficiência, o que reduz de modo expressivo as oportunidades de crianças e jovens com deficiência em idade escolar conhecerem e praticarem atividades esportivas. Desta forma, o PPBR cumpre seu papel de oportunizar essa vivência a esses grupos de pessoas.

Os usuários do PPBR assistidos nos NA apresentavam diversos tipos de dificuldades funcionais decorrentes de deficiências físicas, intelectuais, sensoriais, múltiplas e atípicas, como o transtorno do espectro autista (TEA), caracterizando um atendimento abrangente e não-exclusivo no âmbito do Programa. Ainda assim, em face da procura pela prática de esportes em cada NA ser espontânea, nem todos os NA apresentaram alunos(as) com todos os tipos de deficiência. As deficiências mais prevalentes foram as intelectuais, atendidas em todos os NA, além das sensoriais e as físicas, observadas em cinco e quatro NA, respectiva-

⁴ https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102013_informativo.pdf, acessado em 20/09/2024.

mente. Por outro lado, pessoas com TEA e deficiências múltiplas foram atendidas em apenas três e dois NA, respectivamente.

O número de crianças diagnosticadas com TEA tem aumentado de modo alarmante, fazendo com que programas governamentais, ações institucionais privadas e a sociedade civil como um todo necessitem atentar para o devido acolhimento a essas pessoas. Para se ter uma ideia desse cenário, o monitoramento feito pelo Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) dos Estados Unidos revelou que a prevalência de crianças com TEA passou de um a cada 150 para uma a cada 36 em duas décadas⁵. Além disso, uma recente revisão sistemática de Lins-Silva et al. (2024) sumarizou dados de 19 estudos e identificou que 13% das mães de crianças com TEA apresentam sintomas de distúrbios afetivos, sinalizando que programas como o próprio PPBR devem pensar em futuramente ampliar sua rede de atendimentos para incluir pais, mães e demais responsáveis pelo dia-dia das crianças.

Em relação aos aspectos socioeconômicos, o público atendido nos NA variou bastante. Contudo, é notório que ajustes ainda precisam ser feitos nas fases seguintes do PPBR para que mais PcD que apresentem mais riscos ou mais indicativos de vulnerabilidade socioeconômica possam ser atendidas, idealmente tornando-se prioridade entre os(as) usuários(as) do Programa. Esse ponto de vista encontra respaldo no fato de que em apenas dois NA observou-se que mais da metade dos(as) alunos(as) eram vulneráveis socioeconomicamente, apesar de dados de 2018 da Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE demonstrarem que cerca de 64% da população brasileira apresentava algum grau de vulnerabilidade⁶.

Outro indicador que vai ao encontro dessa percepção é que o principal meio de transporte utilizado pelos(as) usuários(as) de cinco NA para chegar aos locais onde suas atividades ocorrem foi o transporte particular, sendo inclusos nessa categoria carro e moto próprios das famílias, além de carros de aplicativo, entre outros serviços particulares similares. Ainda assim, vale a pena ressaltar que usuários(as) de quatro NA optam por meios de deslocamento não poluentes como caminhar

⁵ <https://www.cdc.gov/autism/data-research/index.html>, acessado em 20/09/2024.

⁶ <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?edicao=37681&t=downloads>, acessado em 20/09/2024.



ou andar de bicicleta. Em metade dos NA foi identificado que ao menos parte dos(as) alunos(as) utilizavam o transporte público coletivo ou transporte cedido por instituições, tais como prefeitura e empresas. Por fim, apenas um NA disponibilizava transporte próprio de ida e volta para os(as) alunos(as).

É necessário observar que o principal óbice à participação nas atividades foi justamente o transporte. Problemas de saúde, demandas de tempo e atividades escolares não representaram barreiras importantes à participação no PPBR (tabela 1). Outros fatores apontados com menor frequência como determinantes na participação dos(as) alunos(as) no Programa foram a dependência de outras pessoas para levar ao NA e a falta de apoio familiar. Dessa forma, há de se pensar em estratégias melhores de transporte para que a atual dependência em larga escala do transporte particular tenha menor interferência na aderência das PcD às atividades esportivas dos NA.

Tabela 1. Percepção dos coordenadores dos núcleos quanto às dificuldades encontradas à participação dos(as) usuários(as) nas atividades do PPBR. Os números representam quantos coordenadores responderam a cada item.

	Grau de Dificuldade Identificado		
	Baixo	Mediano	Alto
Transporte		2 (33%)	4 (67%)
Trabalho	3 (50%)	3 (50%)	
Problemas de Saúde	5 (83%)	1 (17%)	
Estudo	5 (83%)	1 (17%)	

Fonte: Autores

O período do dia mais prevalente para oferta de aulas e atividades foi o turno vespertino, com cinco NA (83%) realizando suas atividades nesse período do dia. Ainda assim, houve aulas e atividades ofertadas também nos períodos da manhã e da noite em quatro (67%) e três NA (50%), respectivamente. Em suma, a maioria das atividades ocorreu viabilizando a participação no contraturno escolar em cada situação.

No tocante às modalidades de paradesporto disponibilizadas em cada NA, constatou-se uma satisfatória oferta, favorecendo a participação de PcD de modo abrangente e diversificado, respeitando o direito dos(as) alunos(as) vivenciarem atividades variadas e compatíveis com as características e demandas de suas deficiências específicas. Além das modalidades paralímpicas tradicionais como judô, bocha, atletismo,

natação, *goalball*, *powerlifting*, destaca-se também as oportunidades de praticar outras formas de paradesporto, tais como futsal, capoeira, jiu-jitsu, ginástica, *CrossFit*, equoterapia e atividades circenses. Considerando que o objetivo primário do PPBR não é a formação de atletas paralímpicos, essa oferta de modalidades esportivas se mostra adequadamente abrangente e educativa, além de proporcionar desenvolvimento de capacidades funcionais, afetivas, sensoriais e intelectuais de modo igualmente diversificado.

Para que essa ampla oferta de modalidades fosse viável, os NA precisaram contar com equipes em quantidade e com qualificação suficiente para a segura condução dessas atividades. No total, os NA mobilizaram a participação de 44 estudantes e profissionais formados(as), sendo 29 bolsistas do PPBR e 15 voluntários(as), quantitativo que pareceu coerente às demandas de atendimento. Quanto à qualificação, os NA ofertaram cursos de capacitação para bolsistas e voluntários(as), cujos detalhes serão apresentados em outra seção deste relatório.

Outro aspecto vital para que as modalidades pudessem ser praticadas refere-se à estrutura física e instalações existentes nos NA. Ressaltamos que cada NA dependia naturalmente dos espaços físicos previamente disponíveis em suas respectivas instituições para que as modalidades pudessem ser elaboradas. Deste modo, foi satisfatório observar que a estrutura física onde as ações ocorreram foi considerada adequada para a realização de suas respectivas atividades em todos os NA, os quais também possuíam banheiro adaptados e rampa de acesso para usuários de cadeira de rodas e PcD com outras formas de limitação de deslocamento. Entre as instalações encontradas, quatro NA tinham ginásios com acessibilidade, tatame e academia, três com pista de atletismo, dois com piscina e um núcleo ainda citou outros espaços, como sala de aula, salão de ginástica, quadra coberta e áreas livres.

Apesar da abrangente oferta de modalidades, das capacitadas equipes de trabalho e dos adequados espaços físicos, dois NA enfrentaram dificuldades quanto aos recursos materiais ou equipamentos necessários ao desenvolvimento das atividades, com ausência de itens considerados fundamentais. Em contrapartida, em todos os NA, os materiais, suficientes ou não, encontravam-se em bom estado de conservação e próprio para uso, minimizando os riscos de acidentes nas aulas.

PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

É necessário enfatizar que o PPBR é um programa extensionista, e não um projeto de pesquisa multicêntrico. Essa manifestação é importante, pois caso fosse um projeto de pesquisa, vários aspectos necessitam apresentar abordagens padronizadas, destacando-se características da amostra, das intervenções e dos procedimentos de coleta de dados (observações, testes, etc.). Por ser uma proposta extensionista, cada NA teve autonomia para definir público-alvo de atendimento, modalidades ofertadas, atividades desenvolvidas e abordagens didático-metodológicas aplicadas, sempre com o intuito de massificar o atendimento às PcD em cada região. Em razão disso, não há uma atividade de pesquisa científica que agregue todo o PPBR simultaneamente, mas sim, as atividades de pesquisa desenvolvidas em cada NA de modo independente, respeitando as características locais e sob a responsabilidade dos(as) respectivos(as) coordenadores(as). Como todos os NA eram sediados em instituições federais de ensino superior e cada coordenador(a) era docente efetivo em sua respectiva instituição, as atividades do PPBR encontraram-se alinhadas com o trinômio ensino-pesquisa-extensão inerente à prática docente.

Conseqüentemente, todos os NA desenvolveram atividades de pesquisa científica, sendo que até o momento da elaboração deste relatório, apenas um NA já havia concluído sua proposta de pesquisa, enquanto nos outros cinco as investigações científicas ainda se encontravam em andamento. Os grupos de trabalho nas atividades de pesquisa contaram com 29 bolsistas/voluntários(as) dos núcleos, 11 pesquisadores(as) externos(as), cinco grupos de estudo e sete instituições vinculadas.

Os projetos de pesquisa desenvolvidos nos NA elencaram temáticas diferenciadas, cujos objetos de estudo variaram entre professores(as), usuários(as), atletas e família (quadro 1), o que reforça a importância da autonomia para pesquisa atribuída a cada NA. Por conseguinte, o conjunto de projetos de pesquisa desenvolvidos no âmbito do PPBR permite a elucidação compreensiva de temas e concepções sobre o paradesporto, viabilizando que discussões presentes e futuras sejam fundamentadas em evidências científicas oriundas das experiências (boas e/ou ruins) obtidas no dia-dia das aulas.

Quadro 1. Descrição dos temas dos projetos de pesquisa desenvolvidos pelos núcleos de atendimento do PPBR.

Tema da Pesquisa	Núcleo
Educação de surdos: formação, concepções e práticas educativas em contextos bilíngues e inclusivos	UFMAT
Atuação e formação docente: recursos, serviços e metodologias especializadas para a inclusão escolar	UFMAT
Qualidade de vida dos pais de crianças com transtorno do espectro do autismo participantes do Programa Paradesporto Brasil em Rede: visão dos cuidadores de crianças com TEA	IFCE Limoeiro do Norte
Análise do impacto nas habilidades motoras em criança com transtorno do espectro autista (TEA) do Programa Paradesporto Brasil em Rede após sessões de equoterapia: um estudo de caso	IFCE Limoeiro do Norte
Adaptação de testes para habilidades motoras de surdos atletas de futsal	IFCE Juazeiro do Norte
Análise da percepção da família sobre os benefícios do Programa Paradesporto Brasil em Rede para o desenvolvimento global de pessoas com deficiência	UFMT

Fonte: Autores

O legado intelectual do PPBR pode ser expresso a partir de todo material publicado, independentemente do formato. Entre as opções disponíveis, livros e materiais didáticos baseados na expertise do(a) coordenador(a) e sua equipe de trabalho, nas leituras críticas de obras científicas pertinentes, e nas experiências vividas no PPBR atendem à premissa de contribuir com estudantes e profissionais de diversas áreas de formação e atuação que queiram aprofundar seus conhecimentos e receber orientações de como agir no tocante às atividades do paradesporto.

Infelizmente, apesar de todos os NA terem manifestado interesse ou planejamento para elaboração de livro, apenas um dos núcleos já havia efetivado essa ação até o fechamento deste relatório. O livro intitulado *Judô adaptado: organização, indicadores de desempenho e propostas de avaliação física* foi lançado em novembro de 2023 pela editora Appris, tendo como autores o Prof. Dr. Rafael Lima Kons (coordenador do NA UFBA) e a Prof^a Daniele Detanico.

Desta forma, para atender ao estabelecimento do legado intelectual do PPBR, o Núcleo Gestor do programa convidou os(as) coordenadores(as) dos seis NA a contribuir com ao menos um capítulo (com temática de livre escolha) para a produção de um livro no formato digital (*e-book*). A escolha do formato digital tomou por base a facilitação de

distribuição da obra e divulgação das informações. O nome do livro é *Paradesporto em seus diversos contextos*. O grupo de trabalho para a elaboração deste *e-book* conta com quatro bolsistas/voluntários(as), dois pesquisadores externos, dois grupos de estudo e três instituições externas ao PPBR. Essa obra, até o momento da elaboração deste relatório, encontrava-se em fase de revisão dos textos para posterior editoração, com lançamento previsto para novembro de 2024.

Além desse livro em colaboração com todos os NA, houve a publicação de apenas um capítulo de livro em outra obra. O capítulo intitulado *Sistemas de classificação no esporte paralímpico: em busca de uma participação mais igualitária dos paratletas* de autoria do Prof. Dr. Rafael Lima Kons (Coordenador do NA UFBA) foi aprovado para ser publicado no e-book *Reabilitação ampliada: concepções epistemológicas, perspectivas clínicas e sociais*, publicado pela editora Edufba, referente ao edital nº 03/2023 do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Reabilitação da UFBA. Não obstante, apesar de previsto inicialmente para março de 2024, a publicação do livro ainda não consta no site da editora⁷.

Houve ainda a proposta da publicação de um Manual Pedagógico acerca das modalidades trabalhadas no núcleo, mas não houve qualquer sinalização de que essa ação tenha sido colocada em prática por algum NA até o momento da elaboração do presente relatório.

Ainda quanto à produção intelectual, apenas dois artigos foram publicados em periódicos internacionais e por um único coordenador de núcleo. Os artigos têm o Prof. Dr. Rafael Lima Kons como primeiro autor e foram publicados em periódicos especializados na área do paradesporto (Kons et al., 2024^a) e de deficiência visual (Kons et al., 2024^b), com classificação Qualis A4 e B1 na área 21 da Capes⁸, respectivamente. Ambos os estudos se referem a atletas com deficiência visual, mas não foram baseados nas atividades do PPBR.

Entendemos que o tempo decorrido para vencer todas as etapas de um projeto de pesquisa, desde a concepção da proposta de investigação até a publicação propriamente dita, pode ser demasiadamente longo e com vários momentos em que não temos o controle das ações ou da velo-

⁷ <https://edufba.ufba.br/livros-publicados/catalogo>

⁸ Área 21 da Capes compreende as subáreas Educação Física, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional.

cidade em que elas ocorrem. Além disso, não é incomum que o manuscrito submetido à apreciação de pares seja rejeitado, necessitando às vezes mais de uma tentativa de submissão, até que consiga obter o aceite (Campbell et al., 2022). Esse processo tem passado por diferentes cenários, pois ao passo em que temos cada vez mais revistas oferecendo celeridade para a publicação, a custos exorbitantes para autores(as) diga-se de passagem, o número de submissões tem aumentado (Campbell et al., 2022), fazendo com que o tempo de espera pela decisão editorial seja prolongado para além dos interesses dos(as) autores(as) (Powell, 2016). Em parte, isso também é decorrência do trabalho de triagem necessário atualmente para evitar a publicação de artigos fraudulentos (Byrne e Christopher, 2020).

Com base nisso, a expectativa de publicação de estudos relativos às ações e experiências do PPBR em revistas de impacto científico moderado a alto só venha a ocorrer a partir de 2025. Nesse sentido, foram sinalizados outros quatro artigos que se encontravam em fase de elaboração. Por outro lado, acreditamos que já houve tempo suficiente para publicação de artigos, mesmo que de menor impacto, contudo relevantes, e a ausência de publicações desse tipo em cinco dos seis NA não é um bom sinal.

Os trabalhos que estão em fase de finalização e com pretensões de serem submetidos à apreciação de periódicos nacionais ou apresentados em sua versão completa em eventos científicos estão listados a seguir:

- Conhecendo os Cadeirantes e suas Possibilidades: Experiências no Crossfit;
- Qualidade de vida dos pais de crianças com transtorno do espectro do autismo participantes do Programa Paradesporto Brasil em Rede: visão dos cuidadores de crianças com TEA;
- Análise do impacto nas habilidades motoras em criança com transtorno do espectro autista (TEA) do Programa Paradesporto Brasil em Rede após sessões de equoterapia: um estudo de caso;
- Distribuição espacial e índice técnico de atletas de halterofilismo paralímpico em meetings no Brasil.

Os coordenadores relataram a realização de outras ações de pesquisa, tais como palestras ministradas e apresentações de trabalho em

eventos científicos, seja na forma oral ou de pôster. Nesse sentido, houve foi registrada a participação de representantes de quase todos os NA em palestras ou mesas redondas em eventos científicos, cujas falas foram pautadas primariamente acerca da atividade física adaptada. Os títulos das palestras foram: *“Lutas adaptadas: possibilidades e desafios”*, *“Educação física adaptada e suas diversas possibilidades”*, *“Sociedade inclusiva sem acessibilidade é possível?”*, e *“A importância do esporte adaptado na inclusão da pessoa com deficiência”*.

Foram realizadas também sete apresentações de trabalho em eventos científicos tanto na forma de comunicação oral como de poster. Em destaque, citamos a Prof^a. Dr^a. Cristiane da Silva Santos, coordenadora do NA UFCAT, com cinco trabalhos apresentados, todos decorrentes das atividades e experiências ocorridas no âmbito do PPBR. Os temas dos trabalhos apresentados são listados no quadro 3.

Quadro 3. Descrição dos títulos dos trabalhos apresentados em eventos científicos pelos núcleos de atendimento do PPBR.

Títulos dos Trabalhos Apresentados em Eventos Científicos
A importância da relação professor-aluno no treinamento de crianças com deficiência
Programa Paradesporto Brasil em Rede na UFCAT: atletismo em foco
Relato de experiência do projeto de capoeira na Associação Pestalozzi: ação do PPBR/UFCAT
Programa Paradesporto Brasil em Rede/UFCAT: projeto de futsal na Associação Pestalozzi
Programa Paradesporto Brasil em Rede/UFCAT: ginástica e circo para crianças com TEA
Programa Paradesporto Brasil em Rede/UFCAT: ginástica e circo na Associação Pestalozzi
Distribuição espacial e ranking de clubes de goalball participantes dos campeonatos regionais

Fonte: Autores

A rigor, parece ter havido engajamento insuficiente para uma participação mais expressiva dos NA nos eventos científicos. Foram poucos trabalhos apresentados e de apenas metade dos NA. O formato desses trabalhos em geral se limita a uma versão em resumo simples de não mais que uma lauda. É uma ótima oportunidade de envolver alunos(as) de graduação para que iniciem sua experiência em atividades de pesquisa, tanto na redação como na apresentação pública. Além disso, eventos científicos não servem apenas para se apresentar trabalho e ganhar certificados. A troca de experiências e conhecimentos com cientistas, docentes e estudantes de outras localidades e instituições enriquece de

modo considerável o conhecimento e a formação profissional. Ainda que já tenha sido esclarecido que o PPBR não é um projeto de pesquisa, a divulgação de suas ações, englobando métodos adotados e resultados obtidos é de suma importância, não apenas para o NA ou o PPBR em si, mas para a sociedade civil. Esse é um ponto que precisa ser enfatizado nas fases posteriores do PPBR.

Neste final de 2024 ainda teremos mais dois eventos científicos de grande porte sobre paradesporto no Brasil. Um deles é o VII Congresso Paradesportivo Internacional, a ser realizado em São Paulo – SP entre os dias 20 e 23 de novembro, cuja data-limite para submissão de trabalhos definida para 14 de outubro de 2024. Além disso, simultaneamente ocorrerá o 2º Congresso Brasileiro de Pedagogia do Paradesporto, que está programado para ocorrer entre 21 e 22 de novembro, contudo o prazo para envio de trabalhos já foi encerrado. Em função do momento em que os questionários que fundamentam esse relatório foram preenchidos e entregues ao Núcleo Gestor, não foi possível identificar se algum trabalho vinculado ao PPBR foi aceito para apresentação.

Outra forma de desenvolvimento de pesquisa é por meio da orientação de trabalhos científicos de discentes de graduação e pós-graduação, tais como trabalhos de conclusão de curso (TCC), iniciação científica (PIBIC), dissertações de mestrado e teses de doutorado. Foi observado que dois NA realizaram atividades de orientação de estudos científicos e de intercâmbio de grupos de estudo, dois estão em fase de planejamento e outros dois não se planejaram para essas atividades. Considerando que todos os NA são sediados em instituições federais de ensino superior, causa estranheza a baixa frequência desse tipo de ação.

Obviamente, não houve tempo suficiente para que dissertações de mestrado e teses de doutorado pudessem ser concluídas, e não foram identificados coordenadores que atuassem em pós-graduação no nível do doutorado. Quanto às orientações de TCC, por razões óbvias, seria necessário que bolsistas e/ou voluntários(as) do Programa estivessem cursando seus últimos semestres na graduação para que seus trabalhos adotassem a temática do paradesporto. Acreditamos que essas ocorrências devam ser mais comuns a partir do próximo ano letivo.

Quatro coordenadores de NA realizaram atividades de orientação de TCC e houve ainda uma orientação em dissertação de Mestrado. Des-

sas atividades, uma está finalizada, três estão em processo e uma ainda se encontra em fase de planejamento. Os temas desenvolvidos nesses trabalhos foram: *“Avaliação do equilíbrio e agilidade em surdoatletas de futsal”*, *“A pessoa com mielomeningocele e a prática de exercícios”*, *“Lutas adaptadas”*, *“Análise do impacto nas habilidades motoras em criança com transtorno do espectro autista (TEA) do Programa Paradesporto Brasil em Rede após sessões de equoterapia: um estudo de caso”*.

Por fim, apenas um NA realizou intercâmbio em âmbito nacional, que constou de uma visita ao Comitê Paralímpico Internacional/Visita a Universidade Federal de Santa Catarina.

ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO E EXTENSÃO

Todos os NA realizaram atividades de capacitação e extensão, muitas delas ofertadas não apenas para bolsistas ou voluntários(as) dos projetos, atingindo público externo também.

Como mencionado previamente neste relatório, todos os NA realizaram ações de capacitação de suas equipes de trabalho. Foram observadas sete ações contemplando palestras, oficinas, cursos e minicursos, cujos temas abordados foram: *“TEA e medidas e avaliações”*; *“Apresentação de modalidades paradesportivas”*, *“Movimento Paralímpico: fundamentos básicos”*, *“Arbitragem em goalball”*, *“Modalidades paralímpicas (goalball, bocha e tênis de mesa) do Esporte”*, *“Educação física adaptada e suas diversas possibilidades”*, e *“Educação inclusiva: perspectivas e desafios”*.

As capacitações foram aplicadas a professores(as), acadêmicos(as), monitores(as), bolsistas e alunos(as) do PPBR. No total, 89 pessoas participaram dessas atividades de capacitação, sendo 45 pessoas externas aos núcleos. Esses números estão subestimados, pois um dos núcleos não informou o quantitativo de participantes.

Esses números precisam ser ampliados, visto que a média foi de cerca de 15 pessoas por NA. A perspectiva de criação de um legado de formação profissional implica em atender a uma gama mais ampla de pessoas, inclusive de áreas de atuação profissional distintas. Voltamos a insistir que essa capacitação não se limita às ações do PPBR. A formação de capital intelectual para atuar com paradesporto fora do âmbito do PPBR é crucial para que possamos gerar estratégias de atendimentos às PcD em larga es-

cala, independentemente de ações institucionais públicas ou privadas. Em adendo, uma sugestão para as próximas fases é determinar temas cursos e palestras comuns a todos os NA, para que as bases da extensão sejam similares, ainda que as ações em si sejam diferentes em cada NA.

Quanto às atividades de extensão, três já haviam sido finalizadas até o momento da elaboração desse relatório, duas estavam em desenvolvimento e uma estava aprazada para data futura. Os objetivos das atividades de extensão variaram bastante, sendo a formação de acadêmicos a preocupação mais prevalente, presente em quatro NA. Outras ações foram direcionadas para assessoramento de instituições, formação de gestores e/ou agentes atuantes em políticas voltadas ao PPBR, formação de comunidades e participação em campeonatos. As atividades foram oferecidas em modo presencial e algumas em modo remoto.

As atividades de extensão abordaram temas relacionados a aspectos de avaliação e desenvolvimento de atividades esportivas específicas, grupos de deficiência específica e metodologias de ensino e treinamento. Foram relatados os seguintes títulos das ações de extensão realizadas: *“Transtorno do espectro autista (TEA): conhecimentos básicos”*; *“Estratégias e habilidades singulares utilizadas no manejo de pessoas dentro do espectro autista”*, *“Minicurso de bocha: da iniciação ao alto rendimento”*, *“Modalidades paradesportivas”*, *“Avaliação física”*, *“Iniciação esportiva para crianças com deficiência”*, *“Lutas adaptadas e estratégias de ensino”* e *“Treinamento dos protocolos de avaliação física”*.

ANÁLISE FINAL

As impressões finais das ações ocorridas na primeira fase do PPBR apresentam pontos que funcionaram bem, contudo merecem reforço para aprimorar e ampliar o atendimento, mas também alguns aspectos para os quais recomendamos que sejam pensados ajustes para a sequência do Programa. Destacamos a seguir alguns dos aspectos mais relevantes que merecem ser observados.

Pontos Fortes do PPBR

Acreditamos que os aspectos mais favoravelmente destacados do PPBR se referem à diversidade de modalidades paradesportivas ofertadas, assim como a diversidade do público-alvo atendido, além das instala-

ções e capacitação das equipes de trabalho. Não houve a determinação de para qual tipo de deficiência o PPBR seria direcionado, pois isso representaria “inclusão por exclusão”. Da forma como proposto, o PPBR permite a participação ampla de PcD de diversos tipos. O mesmo ocorre com as modalidades paradesportivas ofertadas em cada NA. Novamente, não houve direcionamento geral (via SNPAR ou Núcleo Gestor), nem interno (via Coordenação de Núcleo), viabilizando a escolha conforme os interesses dos(as) alunos(as), ao menos na maioria dos casos. Sabemos, logicamente, que algumas condições apresentadas por alguns tipos de deficiência limitavam essas escolhas. Ainda assim, a cartela de opções mostrou-se satisfatória.

As instalações que os NA tiveram acesso para desenvolver as atividades paradesportivas e demais ações vinculadas ao PPBR foram um ponto forte desta fase. Cabe destacar nesse ponto que a determinação de sediar os NA em Universidades e Institutos Federais foi, ao nosso ver, bastante acertada, não só pelos espaços físico, mas também por permitir associar suas ações a atividades acadêmicas e científicas institucionais, contribuindo para a formação profissional de estudantes de diversas áreas de atuação. Nesse sentido, observa-se a ocorrência de um legado profissional decorrente do PPBR, capacitando futuros profissionais a atuar com paradesporto em clubes, escolas, associações, projetos sociais ou mesmo em atendimento particular, de modo seguro, humanitário e adequado.

Aspectos que Merecem Atenção

A principal barreira apresentada à aderência dos(as) alunos(as) foi o transporte. Esse aspecto precisa ser repensado de modo a garantir a participação das PcD nas atividades dos NA. Também notamos que dois terços dos núcleos não tinham material suficiente para suas aulas. A produção científica precisa de ajustes e melhorias, mas é ainda mais urgente a elaboração de um manual de atendimento para servir de material didático básico a todos os NA, que por sinal, precisam também elaborar seus manuais relativos às ações específicas de cada modalidade de paradesporto ofertada. A produção científica e sua consequente divulgação precisam de maior incentivo e recursos. A participação em eventos ou mesmo a organização de eventos científicos e de capacitação também necessita de recursos orçamentários previstos para os próximos anos.

REFERÊNCIAS

Byrne JA, Christopher J. Digital magic, or the dark arts of the 21st century—how can journals and peer reviewers detect manuscripts and publications from paper mills? *FEBS Letters*. 2020;594(4):583-9. Doi: 10.1002/1873-3468.13747.

Campbell KM, Washington JC, Baluchi D, Rodríguez JE. Submit it again! Learning from rejected manuscripts. *PRIMER*. 2022;6:42. Doi: 10.22454/PRIMER.2022.715584.

^aKons RL, França CSD, Carvalho R, Silva AF, Lopes-Silva JP, Franchini E, Detanico D. Variability analysis in judo parathletes with visual impairments: match-outcome performance in the Tokyo 2020 Paralympic Games with evidence from the new classification system. *Adapt Phys Activ Q*. 2024 Feb 5;41(3):365-381. doi: 10.1123/apaq.2023-0119.

^bKons RL, Carvalho R, Dantas JGAS. Physical assessment for athletes with visual impairments: perspectives based on sonorous and tactile stimuli. *Brit J Vis Impairment*. Epub 12 de fevereiro de 2024. doi: 10.1177/0264619624123025.

Lins-Silva DH, Bandeira ID, Faria-Guimarães D, Dorea-Bandeira I, Tolentino A, Miranda-Scippa Â, Hermens DF, Lucena R. Prevalence of mental disorders among family members of individuals on the autism spectrum: systematic review and meta-analysis. *Eur Child Adolesc Psychiatry*. 2024 Sep 1. doi: 10.1007/s00787-024-02575-8.

Powel K. The waiting game. *Nature*. 2016;530:148-51.



SEÇÃO 1



DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO PARADESPORTO UFC: ABORDAGENS METODOLÓGICAS E DESAFIOS PRÁTICOS

Mário Antônio de Moura Simim¹

Victor Coswig Silveira²

mario.simim@ufc.br

INTRODUÇÃO

O paradesporto desempenha papel relevante na promoção da inclusão social, no desenvolvimento esportivo e na formação profissional de pessoas com deficiência (Simim, 2020). No Brasil, embora o crescimento do paradesporto seja evidente, ainda existem desafios relacionados à equidade no acesso e à produção de conhecimento especializado, especialmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A criação de espaços dedicados ao paradesporto em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) representa estratégia essencial para enfrentar esses desafios, promovendo o acesso a práticas esportivas adaptadas e a geração de conhecimento científico e pedagógico (Simim; Rosario; Catunda, 2023).

O projeto “Paradesporto UFC”, vinculado ao Instituto de Educação Física e Esportes (IEFES/UFC) da Universidade Federal do Ceará (UFC), surge nesse contexto com o objetivo de implantar e desenvolver o paradesporto na instituição. Esse projeto é uma parceria entre Secretaria Nacional do Paradesporto (SNPAR) e o IEFES/UFC e visa criar núcleo de paradesporto na cidade de Fortaleza/CE. Além disso, o projeto busca proporcionar ambiente estruturado para o treinamento e a iniciação esportiva de pessoas com diferentes tipos de deficiência. Baseado no exposto acima, o objetivo desse texto é apresentar o processo de criação e implantação do projeto Paradesporto UFC na cidade de Fortaleza/CE. Secundariamente, apresentaremos as abordagens metodológicas e desafios práticos para implementação do projeto.

¹ Laboratório de Educação Física e Paradesporto (ParEFLab); Instituto de Educação Física e Esportes (IE-FES); Universidade Federal do Ceará (UFC).

² Grupo de estudos em Treinamento Físico e Esportivo (GET); Instituto de Educação Física e Esportes (IE-FES); Universidade Federal do Ceará (UFC).

DESENVOLVIMENTO

Processo de Criação do Projeto

O Projeto Paradesporto UFC foi concebido a partir do convite realizado pelo secretário nacional do paradesporto, Sr. Fábio Augusto Lima de Araújo. Este convite foi direcionado ao Prof. Mário Simim, que prontamente buscou apoio e colaboração do Prof. Victor Coswig para discutir e estruturar a proposta do projeto. Durante as reuniões, a Profa. Vania Tie, representante da Secretaria Nacional do Paradesporto (SNPAR), desempenhou papel fundamental, orientando sobre as formalidades necessárias para a formalização do Termo de Execução Descentralizada (TED), essencial para o avanço do projeto.

A criação do projeto não se limitou à mera reprodução de modelos existentes. Houve análise das especificidades da região nordeste do Brasil, considerando as particularidades culturais, econômicas e sociais que poderiam influenciar a implementação e o impacto das ações propostas. A partir dessas considerações, o projeto foi elaborado para promover a inclusão e o desenvolvimento do paradesporto na região.

Seleção e Capacitação de Bolsistas

A primeira etapa do desenvolvimento do projeto consiste na seleção e capacitação de bolsistas para execução das atividades paradesportivas. A seleção foi realizada por meio de processo que considerou aspectos acadêmicos, experiência prévia em atividades relacionadas ao paradesporto e motivação pessoal. Uma vez selecionados, os bolsistas participaram de reunião com os coordenadores para apresentação das atividades do projeto. A capacitação dos bolsistas está prevista e inclui treinamento sobre aspectos teóricos e práticos do paradesporto. Esses treinamentos serão ministrados pelos coordenadores do projeto, com temática relacionada às técnicas específicas para a prática do Para-judô, Lutas para Pessoas com Deficiência (PCDs) e Futebol para Amputadas. Além disso, serão apresentadas noções de inclusão, ética e metodologia do ensino do esporte para PCDs. A capacitação visa garantir que os bolsistas estejam aptos a conduzir as atividades com a máxima competência e sensibilidade às necessidades dos participantes.

Planejamento e Execução das Atividades

O planejamento será realizado mensalmente, considerando as características e necessidades das pessoas com deficiência visual, intelectual e físico-motora. As atividades serão estruturadas de maneira progressiva, respeitando os limites e incentivando o desenvolvimento das habilidades dos participantes. Cada modalidade esportiva será conduzida pelos bolsistas sob a supervisão dos coordenadores. As aulas serão planejadas para promover a inclusão, a socialização e o desenvolvimento motor, sempre considerando a individualidade de cada participante.

Métodos de ensino-aprendizagem

Para proporcionar a vivência de conteúdos diversificados nós adotaremos modificações que atendam às necessidades dos alunos. Isso é possível por meio de adaptações em diferentes aspectos que compõem o ensino (Van Munster, 2014). O processo de adaptação envolve o ajuste de variáveis para alcançar os resultados esperados. Este processo é contínuo, dinâmico e bidirecional, sendo influenciado por diferentes fatores (Simim, 2021). Em termos gerais, as adaptações devem ser avaliadas e analisadas constantemente, pois as necessidades dos alunos também se modificam periodicamente, exigindo novos ou diferentes ajustes (Van Munster, 2014). Para tornar nossas atividades adequadas para todos são necessárias modificações no estilo de ensino e/ou nas regras e/ou ambiente e/ou equipamento (Simim, 2021), conforme apresentado abaixo:

- **Modificações no equipamento:** são ajustes e modificações realizadas nos equipamentos convencionais ou originais para torná-los adaptados às necessidades do indivíduo. São exemplos de modificações nos equipamentos as bolas com dispositivos sonoros (guizos ou bips), luvas ou fitas com velcro para fixação, bolas mais leves e/ou macias, raquetes mais curtas ou longas. Os equipamentos e materiais utilizados devem ser apropriados à idade do participante.
- **Modificações nas regras:** consiste em qualquer alteração relacionada às regras originais ou culturalmente estabelecidas em um jogo. Eventualmente são necessárias adaptações nas regras para que as PCD possam satisfatoriamente ser incluídas em determinadas atividades. São exemplos de modificações das

regras: alterar o tempo de duração do jogo, permitir mais chances, variar o número de jogadores, permitir que a bola toque o solo uma ou mais vezes e etc.

- **Modificações no ambiente:** algumas variáveis do ambiente podem interferir na qualidade do processo ensino-aprendizagem. A maior parte das adaptações ambientais são percebidas apenas diante das dificuldades ou necessidades apresentadas pelos alunos. Por exemplo, utilizar demarcações táteis ou visuais, reduzir ruídos, evitar focos de distração, alterar luminosidade, garantir acessibilidade etc.
- **Modificações quanto a instrução:** o professor dispõe de diferentes técnicas e estratégias para adequar sua orientação às necessidades do indivíduo ou grupos. Em determinadas situações, utiliza as técnicas de instrução em combinação ou associações. Em ordem hierárquica, do menos invasivo para o mais invasivo utilizaremos as seguintes técnicas: 1) Instrução verbal (explicar verbalmente, de forma clara e objetiva, o que se espera que o aluno faça); 2) Demonstração (exemplificar por meio de ações demonstrativas ou utilização de modelos o que se espera que o aluno desenvolva); 3) Assistência física (fornecer assessoria física ou guiar o movimento do aluno conforme ação esperada) e 4) *Braille* (conduzir o aluno a tocar e perceber por meio do tato a execução de um movimento ou habilidade realizado pelo professor ou colega).

Avaliações Periódicas

O monitoramento contínuo do projeto é assegurado por meio de avaliações físicas periódicas dos participantes. Essas avaliações permitem acompanhar o desenvolvimento físico e motor dos beneficiários, identificar possíveis ajustes nas atividades e garantir que os objetivos do projeto estejam sendo alcançados. Os dados coletados durante essas avaliações também contribuem para a produção de conhecimento científico, que será utilizado para aprimorar o projeto e para a disseminação de boas práticas no campo do paradesporto. O Quadro 1 apresenta a distribuição dos testes a serem realizados durante as atividades do projeto.

Quadro 1: Testes para avaliação e monitoramento da evolução do desempenho motor e físico no projeto

Desenvolvimento somático	Condicionamento físico	Coordenação motora
Massa corporal	Força	Medida do equilíbrio
Estatura ou Altura Tronco Cefálica	Flexibilidade	
Perimetria	Aptidão Cardiorrespiratória	
Dobras cutâneas	Velocidade	

Fonte: Autores

Desafios para implementação do núcleo Paradesporto UFC

A implementação do Núcleo Paradesporto UFC enfrenta diversos desafios que impactaram diretamente a operacionalização e o alcance das atividades propostas. Um dos principais obstáculos é a questão do transporte urbano, especialmente considerando as limitações de acessibilidade e a dificuldade dos beneficiários em se deslocarem até o IEFES. As questões burocráticas relacionadas ao repasse de verba para universidades federais também se mostraram críticas, com atrasos que comprometem a aquisição de materiais e a contratação de profissionais especializados, afetando o andamento do projeto.

Além disso, as condições secundárias de saúde dos beneficiários, como comorbidades e a necessidade de acompanhamento médico contínuo, exigem ajustes frequentes na programação e na intensidade das atividades. Esses fatores, aliados a limitações no transporte e à variabilidade na adesão ao programa, contribuem para possível rotatividade dos beneficiários, desafiando a continuidade dos processos pedagógicos e a consistência dos resultados esperados. A superação desses obstáculos reforça a importância de abordagem interdisciplinar e adaptativa na condução de projetos dessa natureza, evidenciando a necessidade de planejamento e colaboração contínua entre todos os envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo destacou os principais aspectos relacionados ao desenvolvimento e à implementação do Projeto Paradesporto UFC. A criação do projeto foi resultado de articulação entre diversos profissionais e instituições, com o objetivo de promover o paradesporto na cidade de Fortaleza/CE. Do ponto de vista das abordagens metodológicas, destacamos a necessidade de adaptação de regras, ambientes, equipamentos e

métodos de ensino para alcançar o sucesso no projeto. Existem desafios logísticos, financeiros e sociais que nos motivam a fortalecer as relações institucionais para realização do projeto. Por fim, esperamos que o núcleo Paradesporto UFC não só amplie o acesso ao esporte adaptado, mas também contribua para a construção da sociedade inclusiva e consciente das potencialidades das pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

SIMIM, M. A. M. Esporte Paralímpico em Jovens Atletas. In: COELHO, E. F.; WERNECK, F. Z.; FERREIRA, R. M. (Orgs.). **Manual do Jovem Atleta: da escola ao alto rendimento**. 1ed. Curitiba: Editora CRV, 2020, v. 1, p. 377-396.

SIMIM, M. A. M. Esporte adaptado como ferramenta para o protagonismo e a transformação social. In: CATUNDA, R. (Org.). **Inclusão Social Através do Esporte**. 1ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2021, v. 1, p. 67-78.

SIMIM, M. A. M.; ROSARIO, C. A. M.; CATUNDA, F. N. Centro de Referência Paralímpico Brasileiro na cidade de Fortaleza/CE. In: CARDOSO, V. D. (Org.). **Centro de Referência Paralímpico no Brasil: Contribuições para o esporte paralímpico brasileiro**. 1ed. Roraima: UERR Edições, 2023, v. 1, p. 39-48.

Van Munster, M. A. Inclusão de Estudantes com Deficiências em Programas de Educação Física: Adaptações Curriculares e Metodológicas. **Revista Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada**, v. 14, ed. 2, p. 27-34, 27. 2014.

IMPLEMENTAÇÃO DO PPBR NA UFCAT: POSSIBILIDADES, DESAFIOS E IMPACTOS NA INSTITUIÇÃO

Cristiane da Silva Santos¹

Heliany Pereira dos Santos¹

Lana Ferreira de Lima¹

cristiane_santos@ufcat.edu.br

INTRODUÇÃO

O presente texto se trata de um relato de experiência sobre como o Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR) foi implementado ao longo do período de junho de 2023 a maio de 2024 na Universidade Federal de Catalão (UFCAT) e seus impactos na Instituição.

No ano de 2022 a UFCAT, por meio do Departamento de Educação Física, foi pré-selecionada de acordo com os requisitos das Diretrizes do Programa da Rede de Apoio ao Paradesporto (Brasil, 2022) para implementação e desenvolvimento do Projeto Rede de Apoio ao Paradesporto, uma parceria entre Ministério da Cidadania/Secretaria Especial do Esporte/Secretaria Nacional do Paradesporto (MC/SEESP/SNPAR) e Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), com vistas a criar uma rede conectada e colaborativa de discentes e docentes da área de Educação Física em IFES com os objetivos:

- I - promover, apoiar e fomentar ações paradesportivas de competitividade, lazer e inclusão social em todas as regiões brasileiras;
- II - ampliar o escopo de atividades paradesportivas às pessoas com deficiência;
- III - fomentar a produção científica na temática do paradesporto; e
- IV - formar recursos humanos qualificados para atuação no paradesporto e no desenvolvimento e gestão de projetos paradesportivos (Brasil, 2024, p. 1).

¹ Professora Doutora do Departamento de Educação Física – IBIotec/Universidade Federal de Catalão.

Em 2023, o Projeto Rede de Apoio ao Paradesporto passa a ser denominado de Programa Paradesporto Brasil em Rede, desenvolvido no âmbito da Secretaria Nacional do Paradesporto/Ministério de Esporte instituído e regulamentado por meio da Portaria MESP n. 38/2024 e incorporado como iniciativa do Eixo IV do Novo Viver sem Limites, com a meta de abranger 21 Unidades da Federação. O PPBR visa promover, apoiar e fomentar ações paradesportivas e atualmente abrange 11 IFES, sendo dez que se configuram como Núcleos de Atendimento, onde são ofertadas as atividades paradesportivas gratuita às pessoas com deficiência (PcD), coordenados por um Núcleo Gestor em conjunto com a Secretaria Nacional de Paradesporto (Brasil, 2024).

Assim, o PPBR propõe a confluência de esforços para implementação de uma ação ampla, abrangendo os três eixos de atuação propostos pela SNPARG (fomento, capacitação e visibilidade do paradesporto), e visa aumentar o número de pessoas com acesso gratuito ao paradesporto, da iniciação à aquisição de hábitos saudáveis ao longo da vida, além de fomentar a produção de conhecimento técnico, pedagógico e científico que permita a replicabilidade das ações exitosas em diferentes localidades.

O interesse da UFCAT em implementar as ações do PPBR junto às PcD se justifica pelos direitos conquistados pelas e para essas pessoas, visto que especialmente na última década “diversos instrumentos legais, foram implementados pelo governo federal a fim de garantir que todas as pessoas, independentemente de suas limitações físicas, motoras, sensoriais ou cognitivas, tenham acesso irrestrito à educação, ao esporte e ao lazer em qualquer estabelecimento público” (Gorgatti; Costa, 2008, p. 13). Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei n. 13.146/2015) assegura no Art. 28, inciso XV, o acesso da PcD, em igualdade de condições com as demais pessoas, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer.

Conforme aponta Ferreira (2011, p. 1), “a obtenção da igualdade de oportunidades das pessoas com deficiência passa, necessariamente, pela tomada de consciência de seus direitos sociais e também corporais, assim como das contribuições que a sociedade tende a oferecer”. Segundo a autora, os estudos têm mostrado que as PcD proclamam uma urgência de experimentar vivências corporais e de sobreviver socialmente.

Entretanto, no decorrer da trajetória das PcD, apesar dos dispositivos jurídico-normativos garantirem o acesso à educação, à saúde, ao esporte, ao lazer, à cultura, ao turismo, entre outros, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, os estudos apontam que esses direitos ainda se encontram muito mais no campo das letras do que no âmbito da sua concretização (Menicucci, 2007).

O que verificamos ainda é o isolamento das PcD e que as atividades físicas, de esporte, de cultura e de lazer para essa população é algo raro (Diehel, 2006; Greguol, *et al.*, 2021). Para que elas possam vivenciar corporalmente e sobreviver socialmente é necessário que haja espaços acessíveis e ofertas regulares de atividades de esporte e de lazer sem barreiras na arquitetura, na comunicação, nas estratégias metodológicas, nos transportes, na qualificação dos recursos, dentre outras, principalmente as atitudinais, que têm colaborado para o fortalecimento do capacitismo, da exclusão, do isolamento e da invisibilidade das PcD na sociedade.

Nesta mesma linha de raciocínio, segundo Ferreira (2011, p. 1), “na área da Educação Física, entre outros avanços, um importante passo para a efetivação dessas conquistas tem ocorrido nas escolas através do desenvolvimento de atividades físicas”. Entretanto, vários estudos (Munster, 2013; Chicon, 2013; Fiorini; Manzini, 2016 e 2021), dentre outros chamam a atenção para o fato de que “[...] muitos estudantes com deficiência permanecem excluídos ou tem sua participação limitada nas aulas de Educação Física, embora seja este um componente curricular obrigatório em diferentes níveis do ensino básico” (Munster, 2013, p. 28). Em uma pesquisa realizada por Chicon (2013, p. 18) foi possível observar que:

[...] o quadro de exclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais (NEEs) das aulas de Educação Física se mantinha em algumas escolas, e em outras, essas crianças participavam pouco. Percebemos, também, que o professor pouco fazia para mediar a situação e que as atividades como queimada e futebol eram a tônica da aula.

Mais especificamente na cidade de Catalão/GO, os resultados de uma pesquisa realizada em 2019 apontaram para a falta de participação dos alunos com deficiência nas aulas de Educação Física. De modo

geral, os professores não utilizam estratégias e recursos para promover a participação desses alunos, que ainda permanecem na lateral ou sentados no banco da quadra, quando a aula é prática, e no fundo da sala, quando é teórica, sempre ao lado dos profissionais de apoio (Santos *et al.*, 2019).

Não estamos aqui afirmando que nunca houve na história da Educação Física professores preocupados em incluir e trabalhar com a diversidade em suas práticas escolares, nem que nunca na história da Educação Física houve professores preocupados com tais questões. No entanto, o que se percebe é que prevalece ainda hoje nas práticas da Educação Física escolar, o ideário de se trabalhar com corpos fortes e saudáveis, mesmo depois de tantos documentos com focos e garantias inclusivas.

[...] Ainda, percebemos que a Educação Física no âmbito das escolas regulares, pouco precisou preocupar-se com o corpo deficiente, pois o mesmo estava restrito aos âmbitos das escolas segregadas, e os poucos e remotos corpos deficientes que se faziam presente nas escolas ditas para “normais”, acabavam por serem excluídos ou se excluindo destas aulas, por não atenderem estes padrões de força, saúde e habilidade (Santos; Zobóli, 2012, p. 4).

Os estudos apontam que para promover a participação desses alunos na aula de Educação Física o professor precisa realizar adequações no currículo e na metodologia, como por exemplo, nas estratégias de ensino, nos equipamentos e materiais, na forma de instrução, nas regras e no espaço físico, conforme a necessidade de cada turma. Portanto, é imprescindível a mediação do professor de Educação Física para promover um ambiente favorável à participação desses alunos com vistas a superar e ressignificar as concepções e os valores baseados no capacitismo, na seleção de corpos fortes e habilidosos, aspectos que são provenientes de resquícios históricos da constituição da área.

As aulas de Educação Física na escola poderiam ser o primeiro contato dos alunos com deficiência com o esporte e as atividades físicas. Entretanto, estudos têm evidenciado que esses alunos continuam sendo dispensados, excluídos dessas aulas. Assim, muitas PcD não têm

acesso às práticas esportivas oferecidas nos diferentes espaços da sociedade (academia, escolinhas de futsal, de natação, dentre outras), e quando têm há relatos de que são convidados a sair por não haver profissionais capacitados/qualificados na área e/ou por atrapalhar os alunos sem deficiência.

Assim, apesar dos Jogos Paralímpicos serem referência em todo o mundo, temos um leque grande de pessoas que nem têm conhecimento das diversas práticas esportivas e atividades/exercícios físicos dos quais poderiam participar.

Outro direito negligenciado, agora já abordando a participação das PcD em esportes de alto rendimento, como as paralimpíadas, é a participação das pessoas com deficiência intelectual e Síndrome de Down. Conforme Déa *et al.* (2021), em uma pesquisa realizada por meio de questionário com responsáveis da confederação de esportes para pessoa com deficiência intelectual no Brasil e na Espanha, foi verificado que a participação dessas pessoas nas paralimpíadas tem sido bem menor do que das pessoas com deficiência sensorial ou motora e que aqueles(as) com Síndrome de Down são excluídos(as) desse evento, o que pode se caracterizar como a negação de um direito humano de acesso e igualdade, previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Segundo os autores, muitas oportunidades não são dadas a esse grupo de pessoas por se acreditar que as mesmas são incapazes. Os autores então reforçam que a “participação dessas pessoas em eventos que podem modificar a visão da sociedade deve ser estimulada e oportunizada, minimizando práticas como a infantilização e o capacitismo” (Déa *et al.*, 2021, p. 77).

Soma-se a isso a invisibilidade do direito das PcD em tempos da pandemia de covid-19. O contexto pandêmico agravou a vulnerabilidade dos grupos já excluídos, principalmente das PcD, pois no Brasil, consoante a Linha de corte do Grupo de Washington, 6,7% da população possui alguma deficiência e a maioria dessas pessoas vive em condições de pobreza (Brasil, 2018a).

As pessoas com deficiência foram particularmente [...] impactadas em relação à sua capacidade de participar de atividades físicas com consequências ainda mais adversas para sua qualidade de vida e saúde. Constatou-se que, independentemente do tipo de de-

ficiência, pessoas com essa condição sofreram reduções drásticas em seus níveis de atividade física durante a pandemia e na maioria dos casos não tiveram acesso a nenhum tipo de orientação remota. [...] Para pessoas com deficiência, a dificuldade de acesso a programas de exercícios físicos e esportes não é um problema recente [...]. Embora alguns avanços possam ser observados nos últimos anos, treinamento de profissionais e voluntários, acessibilidade de instalações, a falta de programas e recursos materiais continuam a representar barreiras significativas, que dificultam a adesão de pessoas com deficiência a um estilo de vida fisicamente ativo [...]. (Greguol *et al.*, 2021, p. 240-41).

Dado o exposto, se, por um lado, a literatura aponta as dificuldades para a participação das PcD, por outro, os pesquisadores também estão preocupados em buscar procedimentos para superar essas dificuldades. Algumas pesquisas vêm apontando as boas práticas e as estratégias utilizadas para favorecer a participação das PcD nas atividades esportivas e de Educação Física adaptada.

Merece ser destacado que a nível de políticas para fomentar o paradesporto, essas se concentram mais nas capitais e cidades grandes, principalmente das regiões Sul e Sudeste, como por exemplo, no Estado de Goiás as políticas tanto a nível estadual quanto municipal não têm garantido o acesso e a formação esportiva destinadas às PcD na maioria das cidades do interior.

Embora as PcD historicamente tenham experimentado barreiras e dificuldades em sua participação na sociedade, a prática de atividades físicas, a cultura, o lazer e os esportes são garantidos em algumas cidades que possuem IFES por meio de projetos de extensão. Entretanto, a participação dessas pessoas esbarra em alguns desafios, mais especificamente no que se refere aos Projetos de Extensão ofertados pelo curso de Educação Física da UFCAT, os desafios estão relacionados aos recursos financeiros, materiais e humanos. Isto porque embora na UFCAT a extensão universitária conte com o Programa de Bolsas de Extensão e Cultura (PROBEC) e, ainda, com o Programa de Voluntariado de Extensão e Cultura (PROVEC), cada projeto de extensão concorre e é contemplado com apenas uma bolsa no valor de R\$550,00 para monitor no Edital do PROBEC.

Assim, considerando o tipo de deficiência e as necessidades específicas dos participantes, as atividades realizadas na área do paradesporto demandam um número maior de monitores e por termos apenas uma bolsa e os estudantes necessitarem trabalhar não temos muitos voluntários. As bolsas são o que mantém os discentes matriculados no curso e desempenham um papel importante para a formação acadêmica ao oportunizar a dedicação e o compromisso dos mesmos com o processo de formação inicial, além de assegurar a participação nos projetos de ensino, pesquisa e extensão e cultura. Outro desafio que limita a participação nos projetos ofertados é a falta de transporte adaptado na cidade e de recursos financeiros para os coordenadores oportunizarem o deslocamento dessas pessoas até a UFCAT.

Tendo em vista esses desafios, precisamos disseminar a cultura da prática paradesportiva para PcD com orientação profissional e descentralizada do assistencialismo voluntário e garantir que sejam efetivados os direitos já garantidos na Lei Brasileira de Inclusão no que se refere ao repasse de recursos financeiros para garantir, no caso das práticas esportivas, recursos humanos, materiais, estruturas e tecnologias com vistas às diferentes manifestações do paradesporto participação.

Nesse cenário em que é imprescindível que haja políticas públicas que resultem no fomento às práticas esportivas destinadas às PcD, o PPBR, em parceria com as IFES, vêm ao encontro dessas demandas e além de fortalecer os projetos de extensão voltados para esse público-alvo já em andamento, fomenta materiais, recursos humanos, entre outros, para a oferta de mais modalidades paradesportivas além das paralímpicas.

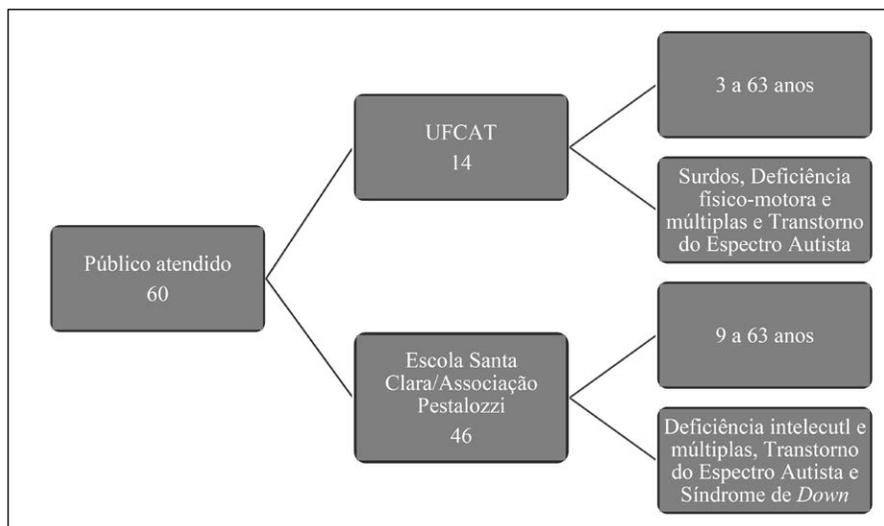
IMPLEMENTAÇÃO DO PPBR NA UFCAT: ORGANIZAÇÃO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PRÁTICAS PARADESPORTIVAS

Organização do PPBR na UFCAT

Na UFCAT, o PPBR está vinculado ao Laboratório de Atividade Física Adaptada e Grupos Especiais (LAFAGE) e as ações foram implementadas no ano de 2023 em dois núcleos de atendimento: UFCAT e Escola Santa Clara/Associação Pestalozzi de Catalão, ofertando as modalidades de Atletismo, Capoeira, Futsal e Ginástica para Todos (GPT) e Circo para 60

pessoas de ambos os gêneros, na faixa etária de 3 a 63 anos, com deficiência intelectual, físico-motora e múltiplas, Síndrome de Down, surdos e Transtorno do Espectro Autista (TEA), conforme imagem gráfico abaixo

Gráfico I: Relação idade/deficiência do público atendido



Fonte: Dados dos autores (2024)

Para estruturação do PPBR, iniciamos com a divulgação celebrando parcerias com o Núcleo de Acessibilidade da UFCAT, a Escola Santa Clara/Associação Pestalozzi de Catalão e Associação de Pais e Amigos do Autista de Catalão e com os projetos de extensão já em andamentos na UFCAT: *Projeto Paralímpico de Catalão* e *Projeto de Basquetebol em Cadeira de Rodas: Inclusão, Saúde e Cidadania*, com vistas à divulgação das modalidades ofertadas no PPBR e a construção de políticas inter-setoriais para garantir o acesso das PcD a diversas práticas esportivas.

Em seguida, com o fomento do PPBR adquirimos materiais de qualidade, os quais demoraríamos anos para conseguir considerando os recursos que chegam ao Departamento de Educação Física e que ainda precisam ser distribuídos entre os laboratórios e a coordenação de curso. Após a aprovação da Identidade do PPBR enviado pela SNPAP, confeccionamos os uniformes, sendo abadá e camiseta para os participantes da capoeira e short e camiseta para as demais modalidades. Com o

fomento foi possível a doação de uniformes completos (camiseta, short, meião e chuteira) para os participantes da modalidade de Futsal.

Por fim, a partir do interesse dos beneficiários organizamos seis turmas em duas sessões de 90 (noventa) minutos cada, equivalentes a uma hora e meia de aula, e a maioria em dias alternados da semana, sendo elas: 1) na UFCAT, uma turma de Atletismo e uma de GPT e circo exclusiva para crianças com TEA; e 2) na Escola Santa Clara/Associação Pestalozzi, uma de Atletismo, uma de Capoeira, uma de Futsal e uma de GPT e Circo.

Os participantes tiveram liberdade para se matricular nas modalidades de maior interesse, considerando que o principal objetivo dos projetos era a participação, a iniciação esportiva e o estímulo para a aquisição de hábitos saudáveis ao longo da vida. E, antes de iniciar as atividades nos projetos, enviamos a todos os participantes ou pais/responsáveis dos mesmos um Termo de Responsabilidade para ser assinado autorizando a divulgação de imagens/vídeos nas redes sociais do PPBR/UFCAT e a utilização das mesmas para fins acadêmicos.

No que se refere à organização das aulas, os processos de ensino e aprendizagem dos fundamentos/elementos técnicos-táticos das modalidades foram desenvolvidos por meio de atividades/educativos lúdicos e as adaptações metodológicas no que se refere à forma de instrução; explicação da atividade (orientação verbal, demonstração, assistência física, *braille*, etc), espaço físico, regras, equipamentos, materiais, utilização de colega tutor, dentre outras, foram realizadas após a avaliação dos participantes nas modalidades escolhidas, visto que as adaptações curriculares e metodológicas devem acontecer “sempre que” e “apenas quando” necessário, conforme as características e demandas das PcD (Munster, 2013).

Como etapa das ações pedagógicas e objetivo deste Núcleo de atendimento participamos das reuniões organizadas pelo Núcleo Gestor e realizamos nas escolas da rede regular de ensino vivências de práticas paradesportivas com a finalidade de divulgar o paradesporto na cidade e região com vistas a proporcionar a visibilidade das PcD na cidade de Catalão e Região, minimizando práticas de exclusão, estigma e capacitismo, o que resultou no convite a outras escolas para a oferta destas oficinas.

Acompanhamento, avaliação e socialização das ações desenvolvidas

O acompanhamento, o monitoramento e a avaliação do projeto foram realizados semanalmente por meio da frequência, do envolvimento dos participantes nas atividades propostas e da observação das necessidades de ajustes pedagógicos nas modalidades ofertadas. Também temos o *feedback* dos participantes das modalidades ofertadas na UFCAT tanto pelos participantes no Atletismo, quanto pelos pais/responsáveis pelas crianças com TEA.

A partir das práticas paradesportivas realizadas, conseguimos criar banco/acervo de dados com as experiências pedagógicas desenvolvidas no projeto, com uso de fontes audiovisuais (fotografias, imagens pictóricas, etc.) com o objetivo de elaborar um manual pedagógico que poderá também ser fonte de dados para o desenvolvimento de pesquisas nos trabalhos da graduação e pós-graduação.

A socialização dos resultados, principalmente os qualitativos, tem sido por meio de apresentação de trabalhos científicos em eventos acadêmicos, da realização de oficinas sobre as práticas paradesportivas tanto na UFCAT quanto nas escolas da cidade, das *Lives* do PPBR organizadas pela SNPAR para apresentação e divulgação das ações que são realizadas em cada Núcleo de Atendimento, da produção de conhecimentos pedagógicos que permitem a replicabilidade das boas práticas desenvolvidas nos núcleos, entre outras.

Seleção e Formação de monitores

Para o planejamento e a execução das aulas das modalidades, no período de junho de 2023 a maio de 2024, via processo seletivo com realização de prova prática avaliada por uma banca examinadora composta por docentes do Departamento de Educação Física, foram selecionados quatro discentes bolsistas, matriculados no curso de Educação Física, que dedicaram 20 horas semanais às atividades do projeto e durante o processo conseguimos a participação de cinco monitores voluntários.

Os discentes juntamente com a coordenadora pedagógica e as docentes participantes no PPBR elaboraram uma ficha de avaliação física e de saúde e de frequência dos/as participantes nas atividades desenvolvidas, sequenciadores de aula, resumos científicos, relatórios parciais e finais, conforme modelos enviados pelo Núcleo Gestor.

Antes de iniciarem as práticas paradesportivas os discentes fizeram o curso “Movimento Paralímpico”, disponível no site: <https://impulsio-na.org.br/esporte-paralimpico/> e previsto nas diretrizes do Programa de Rede de Apoio ao Paradesporto (Brasil, 2022).

Quanto à formação de professores de Educação Física para atuarem com PcD, embora tenhamos experimentado um grande avanço nas últimas décadas, a falta de capacitação profissional ainda se apresenta como sendo uma das maiores dificuldades vivenciadas pelos professores para se promover a inclusão (Alves; Duarte, 2014). A formação de profissionais envolvidos na área é imprescindível uma vez que os estudos apontam que a não participação das PcD em programas paradesportivos decorre muitas vezes da falta de professores qualificados para ofertarem as práticas paradesportivas.

Pesquisas antigas e recentes relatam que a formação de professores e a falta de recursos e materiais estão entre os principais problemas elencados pelos professores de Educação Física para a inclusão dos alunos com deficiência em suas aulas e esses problemas se estendem aos outros espaços sociais, como academia, escolinhas de natação e futsal, etc. (Fiorini; Manzini, 2014; Fiorini; Manzini, 2016; Franchini; Pereira, 2021; Santos, 2023). Soma-se a isso a falta de políticas públicas para fomentar o paradesporto, que muitas vezes está relacionada à formação dos gestores públicos sem envolvimento com a temática, o que se configura como a principal barreira encontrada pelas PcD, que é a atitudinal.

As barreiras, atitudinais e metodológicas, são apontadas como parte da falta de informação dos professores, que não recebem formação inicial e continuada adequada para superarem os mitos e se adaptarem às possibilidades das PcD (Ramos; Fernandez, 2020).

De modo geral, a formação na área tem se configurado como uma busca individual dos profissionais que se interessam por atuar na área da inclusão da PcD, o que implica na necessidade da implementação de políticas públicas efetivas de formação em âmbito nacional, estadual e municipal (Picolini, 2019). Assim, vislumbramos essa oportunidade por meio do PPBR, o qual tem como diretriz “a formação adequada e continuada dos acadêmicos e docentes participantes do Programa” (Brasil, 2024, p. 1)

Dedicamo-nos às ações formativas da equipe do PPBR/UFCAT por meio da participação em: a) oficinas/palestras com convidados que de-

envolvem estudos e pesquisas sobre a temática; b) cursos online síncronos e assíncronos organizados pela Academia Paralímpica Brasileira do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB); c) reuniões de estudos, planejamento e elaboração de sequenciadores das aulas; d) congressos científicos com apresentação de trabalhos; e) seminários de modalidades paralímpicas e nas paralimpíadas escolares organizadas pelo CPB; f) execução das aulas com supervisão dos docentes participantes do PPBR; g) promoção de oficinas no Abril azul na UFCAT e modalidades paradesportivas nas escolas da cidade de Catalão; entre outras.

Como podemos verificar, as ações formativas foram evoluindo até permitirem que os próprios monitores organizassem e executassem as oficinas de GPT e Circo, que foram apresentadas no Abril Azul/UFCAT, e as vivências das modalidades voleibol sentado e bocha nas escolas da cidade.

RELATANDO AS POSSIBILIDADES E OS DESAFIOS DOS PROJETOS DESENVOLVIDOS NO PPBR/UFCAT

Projetos desenvolvidos na UFCAT

A cidade de Catalão fica na região Centro-Oeste, no interior do Estado de Goiás, a 262 km da capital, Goiânia, e a UFCAT foi criada pela Lei nº 13.634, de 20/03/18, por desmembramento da Universidade Federal de Goiás.

Projeto de Atletismo

A modalidade do Atletismo está presente em vários movimentos multiesportivos voltados para as PcD, como por exemplo: Jogos Paralímpicos, Jogos da Pestalozzi, *Special Olympics*, Surdolimpíadas, Olimpíadas da Apae (Associação de pais e amigos dos excepcionais), entre outros (Winckler *et al.*, 2022), e compreende as mesmas provas do atletismo praticado pelas pessoas sem deficiência, que são provas de pista, campo e rua, nos gêneros masculino e feminino.

Entretanto, “esses modelos precisam ser adaptados, ajustados, moldados a partir da compreensão da técnica, da característica da prova, das especificidades individuais, da funcionalidade do movimento, das características genéticas, da classe esportiva paralímpica e de outros

aspectos” (Leonel; Ravanche; Souza, 2023, p. 117). Desse modo, para o planejamento das aulas “a identificação do tipo de deficiência do atleta deve ser nosso primeiro passo quanto treinadores, para entender as possibilidades a serem realizadas e para elaborar estratégias que visem a alcançar as diversas possibilidades mecânicas e as diversas provas possíveis dentro da modalidade” (Leonel; Ravanche; Souza, 2023, p.117).

Neste contexto, para participação das PcD na modalidade, considerando as diferentes deficiências e provas, é necessário utilizar produtos, recursos e serviços de tecnologias assistivas, como: próteses, cadeira de rodas, pedra, bancos de lançamentos/arremessos, atletas guia e chamador.

No PPBR/UFCAT o atletismo é ofertado com ênfase nas provas de campo (lançamento e arremesso), considerando a infraestrutura da pista e a falta de implementos especializados (cadeiras de rodas, pedra, etc). O público atendido compreende seis participantes, de ambos os sexos, na faixa etária de 10 a 63 anos, com deficiência físico-motora, múltiplas e surdo. Dos seis participantes, atualmente, apenas um já é atleta, com desempenho significativo nas Paralimpíadas Escolares, os demais se encontram em diferentes etapas do desenvolvimento esportivo: brincar e aprender e aprender e treinar.

Neste projeto os principais ajustes pedagógicos foram a utilização de cadeiras de escritório para a realização dos arremessos/lançamentos dos participantes que não utilizavam cadeira de rodas e a presença de dois Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais cedidos pelo Núcleo de Acessibilidade da UFCAT para promover a comunicação entre a equipe e os surdos.

Quanto aos desafios referentes às tecnologias assistivas, um deles conseguimos superar, pois a Instituição fabricou o banco de arremesso/lançamento, já o outro desafio, apesar do aluno atleta conseguir uma cadeira especializada ajustada conforme suas necessidades pelo Centro Brasileiro de Referência em Inovações Tecnológicas para Esportes Paralímpicos da Universidade Federal de Uberlândia, a infraestrutura da pista não permite a utilização da mesma por ser de lama asfáltica.

Projeto de GPT e Circo

A GPT tem como base outras modalidades da ginástica (artística, rítmica, acrobática, aeróbica e de trampolim) e outras manifestações

artísticas (dança, teatro, jogos, o próprio circo...) e possibilita a participação de muitas pessoas ao mesmo tempo, **independentemente da idade, da forma, da habilidade e da condição física**. É uma modalidade esportiva oficial da Federação Internacional de Ginástica (FIG) (Prazeres, 2024).

O projeto é voltado para crianças com TEA e o público que atendemos compreende oito alunos de ambos os sexos, na faixa etária de 3 a 10 anos, com comorbidades associadas e nenhum possui dificuldades motoras. Apesar da demanda, não conseguimos ampliar o atendimento, pois avaliamos que para tanto necessitaríamos contar com um monitor para cada participante, considerando as características do TEA, a faixa etária das crianças e os implementos/equipamentos da ginástica, bem como visando a segurança dos alunos.

Entendemos a importância do corpo no processo de aprendizagem e as práticas corporais trabalham algumas dificuldades dentro do espectro, uma vez que regulam o emocional, trabalham o ensino e a obediência aos comandos, bem como o tempo de espera, minimizam as dificuldades motoras e possibilitam o convívio social com as outras crianças, os monitores e a família.

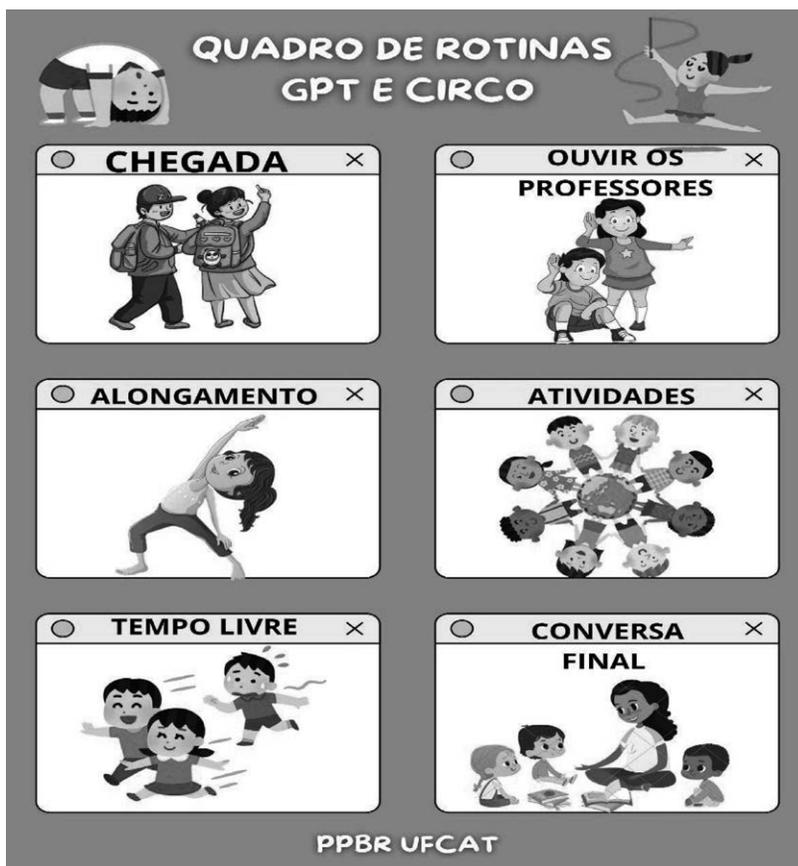
As aulas foram organizadas tendo como eixo principal a ludicidade e a criação de um ambiente acessível. Assim, cada aula se iniciava com a apresentação e a revisão do quadro de rotina, a ambientação dos espaços e recursos materiais, a realização das atividades com orientação e assistência pessoal, e terminava sempre com o registro fotográfico. Destacamos que sempre era dedicado um momento livre durante a aula para que os participantes pudessem explorar as atividades e os materiais utilizados.

O quadro de rotina foi empregado uma vez que contextos estruturados e previsíveis são uma das estratégias que podem ser utilizadas no processo de ensino e aprendizagem da criança com TEA.

Como é apresentado na Base Curricular Comum para a Educação Infantil, a rotina é muito importante para promover o desenvolvimento das crianças com ou sem TEA, não deve ser rígida, mas sim flexível o suficiente para atender às necessidades e aos interesses delas (Brasil, 2018b).

Soma-se a isso que o uso de recursos visuais também é sistematicamente destacado quando o assunto é intervenção para as pessoas com

TEA. A utilização de recursos visuais como desenhos, figuras, fotografias, vídeos ou objetos concretos associados ao aspecto que se pretende desenvolver ou à atividade planejada pode ajudar na compreensão e no interesse de crianças e adultos com TEA.



Fonte: Imagens do PPBR/UFCAT

Outras estratégias utilizadas foram:

Motivadores pessoais: imitação e modelo visual – para realizarem as atividades que foram solicitadas e não realizaram o monitor começava a fazer a atividade sozinho e logo após eles começavam a imitá-lo.

- Desafios: será que você consegue fazer isso?
- Criação de vínculos.
- Divisão das tarefas em etapas menores (circuito motor).
- Monitor para cada criança.

Neste contexto, observamos a importância da mediação no processo de ensino e aprendizagem, em sua forma instrumental (brinquedos, materiais, espaços físicos), simbólica (linguagem oral, imagens, histórias, vídeos) e social (professores/monitores, outras crianças, pais/responsáveis) (Vigotski, 2007).

Por fim, a título de exemplificação, apresentamos a sequência didática utilizada no processo de ensino e aprendizagem na trave de equilíbrio e tecido acrobático.

- **Trave:** foram trabalhados vários movimentos envolvendo o equilíbrio no chão (desenho de percurso, escada de agilidade, disco de equilíbrio, o avião, pogobol, etc). Em seguida, foi iniciado o equilíbrio na trave com movimentos de ir para frente e voltar de costas, andar de lado, saltos, seguido por equilíbrio com algum objeto (bola, macarrão de piscina) e por fim andando na trave com arremesso de bola para o monitor, etc.
- **Tecido acrobático:** foi desenvolvido o trabalho com o tecido com nó, contudo não foi implementado o ensino da subida com a chave de pé. O tecido com o nó é muito importante para novos praticantes, pois oferece mais segurança e confiança para o aluno. Foram trabalhados: subida, ficar de pé no nó, segurar e balançar, abrir os braços e balançar, agachar, em seguida sentar e balançar novamente. Buscamos deixar os alunos livres para experimentarem os movimentos. Depois os participantes foram estimulados a executarem as figuras: passe à frente, crucifixo, borboleta, casulo, giro e reversão de quadril (ficando de cabeça para baixo). Alguns alunos precisam ainda de assistência pessoal para subirem nos nós e outros não.

De forma geral, os estímulos/dificuldades eram aumentados conforme o desenvolvimento da criança, pois cada uma tem o seu tempo pedagógico para aprender, por exemplo, no tecido acrobático alguns ainda precisam de assistência pessoal para subirem nos nós e outros não.

Nossas conquistas estão relacionadas com o fato de termos observado a maior interação entre as crianças, as quais começaram a esperar o tempo do outro e a ouvir os comandos, bem como conseguiram se fle-

xibilizar com as mudanças de espaços onde ocorrem as aulas e, ainda, com a troca de monitor.

Quanto aos desafios, destacamos: a) propor atividades mais complexas; b) estabelecer regras e estimular ainda mais as rotinas, a atenção aos comandos e a espera do tempo do outro; e c) ofertar um projeto de prática corporal para os pais/responsáveis enquanto eles esperam as crianças participarem do projeto.

Encerramos este tópico do texto com a fala de uma mãe quando solicitamos que dissesse uma frase sobre o projeto: “prazer nas atividades coletivas”.

Projetos desenvolvidos na Escola Santa Clara/Associação Pestalozzi de Catalão

A Escola Santa Clara, antes um Centro de Atendimento Especializado, voltou a ser configurada como escola especial com a oferta do Ensino Fundamental Especial e da Educação Especial de Jovens e Adultos a partir das Diretrizes Operacionais da Secretaria de Educação do Estado de Goiás no ano de 2020, sendo o principal critério para a matrícula o laudo da deficiência intelectual. A Associação Pestalozzi de Catalão funciona no mesmo prédio e instalações da Escola e completou, no ano de 2024, 40 anos. O movimento pestalozziano é pioneiro no cuidado da pessoa com deficiência intelectual e múltipla, com atuação desde 1926.

O Departamento de Educação Física da UFCAT já tem parceria com essa Instituição há mais de 11 anos, com projetos de extensão e realização do Estágio Obrigatório do curso.

Nesta instituição as modalidades do PPBR em desenvolvimento são:

- Atletismo, com a participação de 13 alunos de ambos os sexos, na faixa etária de 9 a 53 anos, com deficiência intelectual e múltipla e TEA.
- Capoeira, com a participação de 15 alunos de ambos os sexos, na faixa etária de 10 a 51 anos, com deficiência intelectual e Síndrome de Down.
- Futsal, com a participação de 11 alunos do sexo masculino, na faixa etária de 30 a 63 anos, com deficiência intelectual e múltipla e Síndrome de Down.

- GPT e Circo, com a participação de 11 alunos de ambos os sexos, na faixa etária de 10 a 47 anos, com deficiência intelectual, Síndrome de Down e TEA.

No primeiro dia de cada modalidade fizemos dinâmicas de apresentação monitor/aluno e conteúdo de jogos e brincadeira para diagnosticar as necessidades específicas dos participantes. Assim, observamos que a maioria dos participantes se encontrava sedentária e com significativas dificuldades motoras.

Assim, a principal ação neste projeto foi desenvolver, a partir dos fundamentos das modalidades, atividades que trabalhassem as dificuldades motoras, pois, conforme Bianconi e Munster (2023, p. 131):

Estudos mostram que muitos jovens e adultos com deficiência intelectual que não tiveram a oportunidade de frequentar um ambiente que visasse à estimulação e à aprendizagem de tarefas diversificadas podem apresentar padrões de movimentos fundamentais ainda em estágio inicial, com fluência rítmica e coordenações pobres. A integração espaço temporal do movimento também pode não ter sido desenvolvida. Além disso, esses indivíduos apresentam pouco equilíbrio, locomoção deficitária e dificuldades de coordenação durante a realização de movimentos mais complexos.

Reforçando a ideia acima, conforme Cuquetto e Estigarribia (2021, p. 80), para a prática da capoeira devido à exigência de respostas rápidas a golpes e movimentos inesperados, “os déficits de equilíbrio, de mobilidade, de coordenação motora, lateralidade e direcionalidade, esquema corporal e cinestésico do indivíduo com deficiência são, para muitos, grandes obstáculos”.

Nesse contexto, de modo geral, a metodologia adotada nos projetos era iniciar com alongamentos, atividades de aquecimento sempre relacionadas à modalidade e educativos lúdicos para realizar os fundamentos e, a partir da aprendizagem, o ensino das técnicas e a utilização dos implementos oficiais. A título de exemplificação, podemos citar o processo de ensino e aprendizagem dos malabares no circo/ginástica, a se-

quência didática utilizada foi: iniciamos com uma atividade introdutória com balões, em que os alunos deveriam equilibrar o balão em uma das mãos, depois passando de uma mão para outra sem deixá-lo cair. Essa mesma atividade foi realizada utilizando um pedaço de tule.

Em seguida, colocamos algumas variações nas quais os alunos tinham que tocar no balão com outras partes do corpo sem que o deixassem cair (cabeça, ombro, braço, peito, pé, etc). Na sequência, colocamos uma corda erguida no salão com bambolês presos em sentidos verticais e horizontais para que os alunos passassem os balões entre eles sem segurar com as duas mãos ou parar o balão. O intuito era dar continuidade ao circuito dos bambolês até o final equilibrando o balão.

Realizamos também a dinâmica do relógio malabarático em que os alunos estavam dispostos em círculo segurando o balão/tecido (tule) ou uma bola mais leve e deveriam jogar o objeto para cima e resgatá-lo quando o mesmo estivesse em queda na sua frente, na altura do abdômen. Após essa vivência livre, iniciava-se o jogo. Os alunos em círculo seguravam o objeto na mão dominante e os jogadores envolvidos ao sinal do professor jogavam o objeto para cima e davam um passo à direita, resgatando o material do amigo-vizinho que o jogou para cima. Por fim, as atividades eram realizadas com os implementos oficiais – a clave (circo) ou maça (Ginástica).

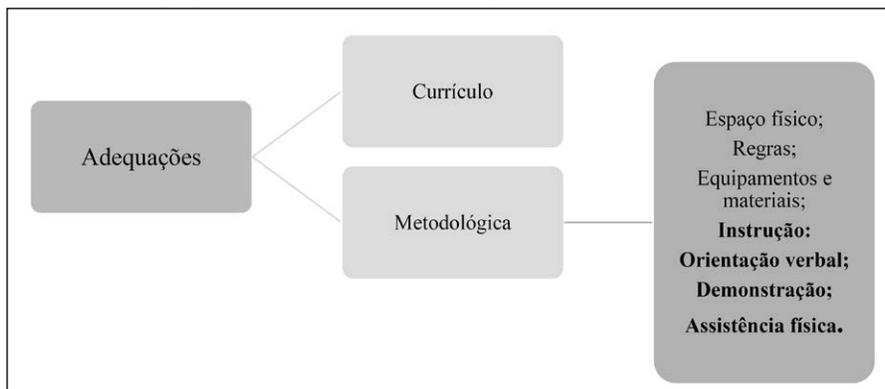
Para finalizar a aula eram realizadas atividades de volta à calma e roda de conversa questionando sobre qual atividade os alunos gostaram mais e qual acharam mais difícil. A partir da avaliação dos alunos as aulas e as atividades eram discutidas pela equipe gestora do projeto com vistas a realizar os ajustes pedagógicos. Isto por entendermos que o ensino das práticas corporais para as PcD não se diferencia do ensino para pessoas sem deficiência no que se refere a conteúdos, objetivos, mas compreende técnicas, métodos e formas de organização com os ajustes pedagógicos necessários para que ocorra o processo de ensino e aprendizagem (Cidade; Freitas, 2002). Assim, podemos considerar que as pessoas com deficiência intelectual:

possuem relativa dificuldade em combinar sequências de movimentos, e esta aumenta quando mais de um conceito é combinado à atividade. Assim, é importante que o professor crie estratégias

para iniciar com poucas informações e, depois de perceber que a turma assimilou os movimentos, passar para uma de maior complexidade. [...] têm dificuldades de assimilação de tarefas complexas, assim como regras e estratégias de jogos, sendo sempre necessária a demonstração prévia do professor [...]o trabalho com pessoas com deficiência intelectual deve ser sempre estimulado com diferentes materiais e recursos que auxiliem na direção, pois possibilita que o aluno organize o pensamento no momento de realizar as tarefas propostas (Palmas *et al.*, 2012, p. 29).

Para o processo pedagógico de ensino e aprendizagem da pessoa com deficiência intelectual algumas adequações curriculares e metodológicas precisam ser consideradas, porém, conforme Munster (2013), as adequações devem ser feitas “sempre que” e “apenas quando” necessário.

Gráfico 2: Adequações curriculares e metodológicas



Fonte: Munster, 2013.

Para a deficiência intelectual, as principais estratégias no processo de ensino e aprendizagem estão relacionadas com a forma de instrução da atividade. Seguem, abaixo, as estratégias baseadas nos estudos de Diniz e Munster (2023).

- Posicionamento adequado do professor no momento da explicação, dar preferência à formação da roda.
- Explicações objetivas (claras e curtas).
- Exemplos visíveis para associar conceitos e informações novas.

- Incentivo na participação da aula.
- Demonstrar a atividade e/ou realizar a assistência física para facilitar o aprendizado.
- Certificar que a tarefa foi compreendida antes de torná-la mais complexa.
- Corrigir sempre que necessário.
- Relembrar as atividades anteriores.
- Preferir iniciar por tarefas mais simples até evoluir para as mais complexas.
- Proporcionar um ambiente acolhedor.
- Não menosprezar nem subestimar o aluno.
- Repetições das atividades solicitadas.

Os principais desafios na realização dos projetos na instituição foram as dificuldades nos aspectos motores e o sedentarismo dos participantes, que no final de um ano de projeto passaram a demonstrar uma melhora significativa nesses aspectos. Outro ponto dificultador se refere à falta de pista de atletismo para realizar as provas oficiais de corridas, lançamentos e arremessos, de modo que as aulas eram realizadas na quadra da escola.

Quanto às possibilidades, com a realização das atividades propostas e seus respectivos ajustes pedagógicos foi possível proporcionar aos alunos uma maior compreensão do que os seus corpos eram capazes de executar, desenvolvendo os aspectos cognitivos, motores e sociais, inserindo-os em um contexto de interação e ludicidade.

Impactos do PPBR/UFCAT na Instituição

A parceria entre UFCAT e SNPAR impactou na visibilidade do Paradesporto na instituição universitária, uma vez que foram: A) disponibilizados transportes para propiciar a formação da equipe por meio da participação em Seminários das Modalidades Paralímpicas e em congressos científicos; B) fabricados equipamentos para a prática do Atletismo; C) envidados esforços para a aproximação da instituição com o Centro Brasileiro de Referência em Inovações Tecnológicas para Esportes Paralímpicos/UFU com vistas a celebrar acordos de cooperação técnica; e D) assegurado a participação de dois bolsistas como voluntários nas Paralímpiadas Escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível concluir que o PPBR está conseguindo viabilizar o acesso das PcD ao paradesporto em todas as suas manifestações, da iniciação esportiva à aquisição de hábitos saudáveis ao longo da vida.

A implementação do PPBR na UFCAT permitiu o fomento das ações paradesportivas, a capacitação dos profissionais envolvidos e a visibilidade do Programa tanto na instituição quanto na Escola Santa Clara/ Associação Pestalozzi de Catalão.

Destacamos que as aulas desenvolvidas nos projetos não tiveram como foco a deficiência, mas a importância da ação educativa em oferecer ambientes ricos, interações sociais de qualidade capazes de potencializar o que o corpo pode – olhar afirmativo e não capacitista. Entretanto, não desconsideramos as necessidades específicas do aluno para não agravar sua condição.

Para verificar a satisfação dos beneficiários, no ano de 2024 aplicamos um questionário enviado pelo Núcleo Gestor. Dos 60 participantes apenas 30 responderam, sendo que os pais/responsáveis pelas pessoas com deficiência intelectual e das crianças com TEA auxiliaram nas respostas dos mesmos. Com os dados coletados no questionário podemos considerar que os participantes estão satisfeitos com a modalidade em que estão participando no PPBR.

Sempre fez parte do trabalho da equipe gestora do projeto a preocupação com a escuta das demandas, necessidades e sugestões dos participantes quanto às atividades realizadas e à organização das aulas com vistas a garantir a acessibilidade para que possam participar de forma autônoma e se reconhecerem como sujeitos que participam também da construção do projeto. Destacamos, desse modo, a fala de uma participante que ressaltou amar ir para a UFCAT, visto que a equipe do projeto a faz se sentir pertencente ao Programa, diferente do que sente fora da instituição.

Esperamos, com a realização deste projeto, a expansão do acesso desse público ao paradesporto, a capacitação de docentes e discentes para as atividades esportivas voltadas para as PcD e a promoção da visibilidade e conscientização social das práticas esportivas para essas pessoas, rompendo com a visão de superação, de capacitismo e voluntariado presente no imaginário social em relação às PcD.

REFERÊNCIAS

Alves, M. L. T; Duarte, E. A percepção dos alunos com deficiência sobre a sua inclusão nas aulas de educação física escolar: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Educação Física do Esporte**, São Paulo, p.329-338, abr./jun. 2014.

Bianconi, E. De C.; Munster, M. de A. V. Educação Física para jovens e adultos com deficiência intelectual: ênfase em aspectos psicomotores. *In*: MUNSTER, M. de A. V. (Coord.). **Educação Física e Esportes Adaptados**: Programas de ensino e subsídios para a inclusão. São Paulo: Manole, 2023. p. 128-147.

Brasil. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. 2015. Disponível. Em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 6 set. 2024.

Brasil. Nota Técnica 1/2018. **Releitura dos dados de pessoas com deficiência no Censo Demográfico 2010 à luz das recomendações do Grupo de Washington**. 2018a.

Brasil. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018b.

Brasil. Ministério da Cidadania. Secretaria Nacional do Paradesporto. **Diretrizes do Programa de rede de apoio ao paradesporto**. 2022. (mimeo).

Brasil. **Portaria MESP nº 38, de 19 de março de 2024**. Institui e regulamenta o Programa Paradesporto Brasil em Rede no âmbito da Secretaria Nacional de Paradesporto. 2024.

Chicon, J. F. **Jogo, mediação pedagógica e inclusão**. 2. ed. Várzea Paulista/SP: Fontoura, 2013.

Cidade, R. E. A, Freitas, P.S. Educação física e inclusão: considerações para a prática pedagógica na escola. **Revista Integração**, Brasília, v. 14, p. 26-30, 2002. Edição Especial.

Cuquetto; D. C; Estigarribia, M. I. de. **A capoeira adaptada como alternativa de melhoria da qualidade de vida de pessoas com deficiência**: desafios e possibilidades. Vitória, ES: EDIFES, 2021.

Déa, V. H. S. D.; Martinez, E. B.; Rios, G. B.; Duarte, E. Oliveira Filho, C. W. de. Participação da pessoa com deficiência intelectual e síndrome de Down nas Paralimpíadas: o direito à visibilidade. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, [S. l.], v. 35, n. 3, p. 77-87, 2021. DOI: 10.11606/issn.1981-4690.v35i3p77-87. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/194549>. Acesso em: 6 set. 2024.

Diehl, R. M. Deficiência física. In: DIEHL, R. M.. **Jogando com as diferenças:** jogos para crianças e jovens com deficiência. São Paulo: Phorte, 2006. p. 91-104.

Diniz, E. F. F. S.; Munster, M. de A. V. Educação Física e pessoa com deficiência intelectual: foco nas habilidades sociais. In: Munster, M. de A. V. (Coord.). **Educação Física e Esportes Adaptados:** Programas de ensino e subsídios para a inclusão. São Paulo: Manole, 2023. p. 148-171.

Ferreira, E. L. (org.) **Atividades físicas inclusivas para pessoas com deficiência.** Mogi das Cruzes: Confederação Brasileira de Dança em Cadeira de Rodas, 2011.

Fiorini, M. L. S.; Manzini, E. J. Inclusão de Alunos com Deficiência na Aula de Educação Física: Identificando Dificuldades, Ações e Conteúdos para Prover a Formação do Professor. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 20, n. 3, p. 387-404, jul./set., 2014.

Fiorini, M. L. S.; Manzini, E. J. Dificuldades e sucessos de professores de Educação Física em relação à inclusão escolar, **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 22, n. 1, p. 49-64, jan./mar., 2016.

Fiorini, M. L. S.; Manzini, E. J. Estratégias para a participação de alunos com transtorno do espectro autista em aulas de educação física. **Revista Teias**, [S.l.], v. 22, n. 66, p. 124-137, ago. 2021. ISSN 1982-0305. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/56939>. Acesso em: 6 set. 2024.

Franchini, H. M., Pereira, D. A. De A. Atitudes dos docentes de educação física frente à inclusão de alunos com deficiência física: uma revisão sistemática. **Revista Científica da FAMINAS**, v. 16, n. 1, p. 45-57, 2021.

Gorgatti, M. G.; Costa, R. F. da. **Atividade física adaptada:** qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2008. p. 147-247.

Greguol, M.; Conti, C.; Malagodi, B. M.; Seron, B. B.; Souto, E. C.; Carraro, A. Impact of the COVID-19 pandemic on physical activity practice of people with disabilities. **Education Sciences & Society - Open Access**, [S. l.], v. 12, n. 1, 2021. DOI: 10.3280/ess1-2021oa11886. Disponível em: <https://journals.francoangeli.it/index.php/ess/article/view/11886>. Acesso em: 6 set. 2024.

Leonel, E.; Ravanche, R; Souza, J. P. C. de. Pedagogia do paradesporto: atletismo. In: Winckler, C. **Pedagogia do paradesporto.** Santos: Autor, 2023. p. 101-140. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/369830641_Pedagogia_do_Paradesporto. Acesso em: 06 jul. 2024.

Menicucci, M. do. C. Núcleo de apoio à inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais – PUC minas. In: **II Encontro Das Instituições De Ensi-**

no Superior Inclusivas. 2007. *Anais Eletrônicos...* Belo Horizonte: PUC, 2007. Disponível em: < http://www.pucminas.br/nai/docs/anais_ii_encontro_ies.pdf?PHPSESSID=02292952e3822e7853670208e540d026>. Acesso em: 6 set. 2024.

Munster, M. de A. Inclusão de estudantes com deficiências em programas de educação física: Adaptações curriculares e metodológicas. **Revista Sobama**, Marília, v. 14, n 2, p. 27-34, jul./dez. 2013.

Palma, L. E.; Manta, S. W.; Lehnhard G. R.; Matthes S. E. R. Ensino da capoeira para pessoas com deficiência intelectual. **Revista da Sobama**, v. 13, n.1, p. 27-30, jun. 2012. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/sobama/article/view/3605#:~:text=0%20aprendizado%20dos%20movimentos%20b%C3%A1sicos,e%20aprimoramento%20da%20coordena%C3%A7%C3%A3o%20motora>. Acesso em: 06 set. 2024.

Picolini, B. R. A. **Trajetória formativa/profissional de professores de apoio e professores regentes em condição de bidocência.** 2019. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, Catalão, 2019. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/9404/5/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Beatriz%20Ribeiro%20Aleluia%20Picolini%20-%202019.pdf>. Acesso em: 6 set. 2024.

Prazeres, F. R. **Ginástica para todos.** 2024. Disponível em: [https://unitau.br/pagina/ginastica-para-todos-gpt-/#:~:text=Gin%C3%A1stica%20Para%20Todos%20\(GPT\)%20%2D%20%C3%A9%20uma%20atividade%20baseada%20nas,da%20idade%20e%20condi%C3%A7%C3%A3o%20f%C3%ADsica](https://unitau.br/pagina/ginastica-para-todos-gpt-/#:~:text=Gin%C3%A1stica%20Para%20Todos%20(GPT)%20%2D%20%C3%A9%20uma%20atividade%20baseada%20nas,da%20idade%20e%20condi%C3%A7%C3%A3o%20f%C3%ADsica). Acesso em: 6 set. 2024.

Ramos, P.; Fernandez, E. M. C. Reflexões sobre a identidade docente e os significados da educação inclusiva em Venturosa. **Revista Educação Inclusiva**, v. 4, n. 1, p. 115-132, 2020.

Santos, V. R.; Zoboli, F. **O corpo deficiente no contexto histórico da Educação Física.** 2012. Disponível em: < www.labomidia.ufsc.br/.../20-o-corpo-deficiente-no-contexto-historico>. Acesso em: 6 set. 2024.

Santos, L. P. Dos.; Santos, C. Da S.; Paula, M. V. De; Borges, N. M. M. Inclusão de alunos público com deficiência nas aulas de Educação Física na cidade de Catalão-GO. **Revista EDaPECI**, São Cristóvão (SE), v. 19. n. 3, p. 95-108, set./dez. 2019. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/edapeci/article/view/12217>. Acesso em: 6 set. 2024.

Santos, P. W. dos. **A formação dos professores de educação física na atuação com estudantes com deficiência.** 2023. 100 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade São Francisco, Itatiba/SP.

Vygotsky, L. S. **A formação social da mente**. 7. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2007.

Winckler, C.; Trigo, E. L.; Ferreira, M.; Willing, R. M.. Paradesporto: Modalidades e Conceitos. Santos: Paradesporto Brasil +Acessível, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/366090106_PARADESPORTO_MODALIDADES_E_SEUS_CONCEITOS. Acesso em: 06 jul. 2024.

INCLUSÃO PARADESPORTIVA NO BRASIL: ESTRUTURAS NACIONAIS E A REALIDADE ATUAL NO PIAUÍ

Sérgio Luís Galan Ribeiro¹

Mara Jordana Magalhães Costa²

sergiogalan@ufpi.edu.br

INTRODUÇÃO

O paradesporto no Brasil vem ganhando força e importância como uma ferramenta essencial para a inclusão social de pessoas com deficiência. Nos últimos anos, o crescimento desse movimento tem sido impulsionado por políticas públicas, programas de incentivo e o apoio de instituições acadêmicas e esportivas. No entanto, apesar dos avanços, o caminho para a inclusão plena ainda encontra diversos obstáculos, especialmente em regiões com menor infraestrutura, como o Piauí.

Neste capítulo, além de discutir as iniciativas locais, vamos abordar a **organização do paradesporto no Brasil**, destacando o papel fundamental de entidades como o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) e a Confederação Brasileira de Desportos de Surdos (CBDS). Essas instituições, juntamente com as secretarias de esporte e as universidades, formam uma rede colaborativa que visa promover o desenvolvimento de modalidades esportivas adaptadas, desde o nível escolar até o alto rendimento.

Dentro deste contexto, o **Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR)** surge como uma estratégia inovadora para democratizar o acesso ao esporte adaptado, levando modalidades paralímpicas e surdolímpicas para todas as regiões do país. Este capítulo examina não apenas essas estruturas nacionais, mas também os desafios enfrentados no estado do Piauí, onde a falta de infraestrutura, equipamentos e formação adequada ainda impede o desenvolvimento pleno do paradesporto.

¹ Professor Titular da Universidade Federal do Piauí

² Professora Associada da Universidade Federal do Piauí

A **UFPI**, como uma das instituições participantes do PPBR, desempenha um papel central nesse cenário. Por meio de parcerias estratégicas, programas de extensão e uma infraestrutura adaptada, a universidade se compromete com o desenvolvimento do paradesporto e com a capacitação de profissionais, reforçando seu compromisso com a inclusão social.

Ao longo deste capítulo, serão analisadas as políticas e iniciativas que vêm sendo implementadas, além das lacunas que ainda precisam ser preenchidas para que a inclusão paradesportiva se torne uma realidade para todas as pessoas com deficiência no estado. A análise crítica das ações em curso também permitirá identificar os caminhos para a superação desses desafios, promovendo um debate essencial para o futuro do paradesporto no Brasil e, particularmente, no Piauí.

Este conteúdo foi desenvolvido a partir de uma série de entrevistas e perguntas em formulário direcionadas aos stakeholders do paradesporto no Piauí, visando compreender os desafios, demandas e iniciativas para o desenvolvimento do paradesporto no estado, complementado por dados coletados dos sites oficiais.

PARADESPORTO E ESPORTE PARALÍMPICO/SURDOLÍMPICO: DESVENDANDO AS DIFERENÇAS

Paradesporto, esporte paralímpico, e esporte surdolímpico são termos relacionados, mas com significados distintos, que refletem diferentes contextos e objetivos. Conforme destacado por Winnick (2011), as atividades esportivas adaptadas proporcionam benefícios físicos e psicológicos, promovendo autonomia, autoestima, e integração social. Elas têm um impacto significativo na qualidade de vida, especialmente para aqueles que enfrentam barreiras de participação social.

O **Paradesporto** abrange todas as atividades esportivas adaptadas para pessoas com deficiência, incluindo as modalidades paralímpicas e surdolímpicas, e é mais amplo, promovendo inclusão em contextos escolares, comunitários e de lazer. Ele foca em saúde, bem-estar, e socialização em todos os níveis de participação.

O termo paradesporto é um termo abrangente que inclui qualquer prática esportiva organizada para pessoas com deficiência, abrangendo alto rendimento, esporte inclusivo, atividades de promoção da saúde, e

lazer em geral. Este segmento do texto destaca a necessidade de adaptar quaisquer modalidades esportivas às necessidades específicas de diferentes grupos, reforçando o esporte como uma ferramenta poderosa de transformação social.

O **esporte paralímpico** tem foco principal do esporte paralímpico está no alto desempenho, com competições internacionais, como os Jogos Paralímpicos, que representam o ápice do desempenho esportivo para pessoas com deficiência

Refere-se a modalidades Olímpicas esportivas adaptadas para atletas com deficiências físicas, sensoriais ou intelectuais, e é organizado por entidades como o Comitê Paralímpico Internacional (IPC) e suas federações nacionais, como o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB).

Entretanto, o esporte paralímpico também vai além da competição de alto nível, desempenhando um papel crucial na **inclusão social e reabilitação**. A prática esportiva paralímpica, assim, tem um impacto significativo na qualidade de vida, especialmente para aqueles que enfrentam barreiras de participação social. O **esporte paralímpico** também vai além do seu foco principal; ele também se estabelece como uma plataforma para melhorar a saúde e o bem-estar, oferecendo oportunidades de reabilitação e interação social.

Esporte Surdolímpico, outro segmento importante do paradesporto é o esporte voltado para pessoas com deficiência auditiva, promovido pela Confederação Brasileira de Desportos de Surdos (CBDS). Fundada em 1984, a CBDS organiza competições nacionais e internacionais para atletas surdos, como as Surdolimpíadas (*Deaflympics*). Embora o esporte para surdos não faça parte do movimento paralímpico, ele compartilha muitos dos objetivos do mesmo, como a promoção da inclusão social e da participação ativa por meio do esporte. A CBDS é essencial para superar as barreiras de comunicação enfrentadas por atletas surdos, adaptando as modalidades esportivas com sinais visuais em substituição a estímulos sonoros. A sua importância pode ser expressa por Schick, 2013 “O esporte é uma das formas mais eficazes de promover a inclusão social das pessoas surdas, oferecendo uma plataforma para a expressão, melhoria da autoestima e construção de redes sociais dentro e fora da comunidade surda. “O **paradesporto**, de forma mais ampla, abrange todas as atividades esportivas adaptadas para pessoas com

deficiência, sejam elas de caráter competitivo ou recreativo. O paradesporto inclui o esporte paralímpico, o esporte surdolímpico e outras modalidades adaptadas que promovem a inclusão em contextos escolares, comunitários e de lazer. Além do alto rendimento, o paradesporto foca em atividades voltadas para a promoção da saúde, bem-estar e socialização, abrangendo diferentes níveis de participação.

Blauwet e Willick (2012), discutem em um artigo como os esportes competitivos para pessoas com deficiência evoluíram significativamente, enfatizando não apenas os benefícios físicos, mas também os papéis desses esportes na promoção da saúde, direitos das pessoas com deficiência e integração social.

O COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO: GESTÃO, DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO PARADESPORTO NACIONAL

Criado em 1995, o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) é a entidade central responsável pela organização, coordenação, administração e representação do esporte paralímpico no Brasil, sendo reconhecido pelo Comitê Paralímpico Internacional (IPC). Em seu quadro de filiados estão as principais confederações do desporto brasileiro ligadas ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB), além de confederações e associações específicas de esporte paralímpico. O CPB tem como missão promover o desenvolvimento do paradesporto no país, assegurando a inclusão de pessoas com deficiência, desde a base até o alto rendimento.

As confederações e suas federações estaduais exclusivas do paradesporto são: CBVD – Confederação Brasileira de Voleibol para Deficientes, CBDV – Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais, CBBC – Confederação Brasileira de Basquetebol em Cadeira de Rodas, ANDE – Associação Nacional de Desporto para Deficientes, ABRC – Associação Brasileira de Rúgbi em Cadeira de Rodas, CBDI – Confederação Brasileira de Desportos para Deficientes Intelectuais e CBVA – Confederação Brasileira de Vela Adaptada (CPB, 2024).

O CPB é responsável por diversas atividades, incluindo a organização de competições nacionais, como os Jogos Paralímpicos Brasileiros, que reúnem atletas de todo o Brasil em diversas modalidades. Além disso, o CPB oferece cursos de capacitação para treinadores, classificadores e outros profissionais do esporte paralímpico, contribuindo para a qua-

lificação técnica e o aumento do conhecimento sobre o paradesporto. O Comitê também apoia confederações e federações de modalidades não paralímpicas que promovem o paradesporto, estabelecendo parcerias com instituições públicas e privadas para fomentar o paradesporto em todo o Brasil.

Muitas modalidades são diretamente geridas pelo CPB, independentemente de confederações, como atletismo, natação e futebol de 5 (para cegos), entre outras. O CPB também é responsável por adaptar regras, promover competições e selecionar atletas para eventos internacionais (CPB, 2024).

Algumas modalidades paralímpicas têm confederações próprias ou são organizadas por entidades específicas que trabalham em parceria com o CPB. Outros esportes paralímpicos são geridos por confederações ligadas ao COB, que têm seus departamentos de paradesporto.

As modalidades esportivas paralímpicas ofertadas incluem atletismo, badminton, basquete em cadeira de rodas, bocha, canoagem, ciclismo, esgrima em cadeira de rodas, futebol de cegos, futebol PC, *goalball*, halterofilismo, hipismo, judô, natação, remo, rúgbi em cadeira de rodas, taekwondo, tênis de mesa, tênis em cadeira de rodas, tiro com arco, tiro esportivo, triatlo, vôlei sentado.

Acrescentam-se a essa lista as modalidades de esportes de inverno, que desafiam a habilidade e a resiliência dos atletas paralímpicos.

Os principais torneios nos quais o esporte paralímpico brasileiro compete, destacando-se no cenário internacional, incluem: Campeonato Brasileiro, Circuito Loterias Caixa, Circuito Escolar Paralímpico, Conexão Paralímpica, Jogos Paralímpicos de Inverno, Jogos Paralímpicos de Verão, Meeting Loterias Caixa, Paralimpíadas Escolares, Paralimpíadas Universitárias, Open Internacional, Copa Brasil de Tiro, Prêmio Paralímpicos.

Para iniciar no esporte paralímpico, o atleta deverá se informar, primeiramente, nas Secretarias de Esporte, de Educação, de Assistência Social e da Pessoa com Deficiência (se existirem) em sua cidade ou estado, sobre quais clubes ou associações oferecem modalidades adaptadas. São esses profissionais que podem fazer a iniciação e a indicação do esporte mais adequado de acordo com a deficiência.

No Brasil, existem atualmente mais de mil associações que trabalham com o desporto para pessoas com deficiência em todas as regiões

do país. Os interessados podem consultar os clubes filiados ao CPB acessando o site oficial do comitê: <https://cpb.org.br>. No menu, é possível escolher os filtros por estado e cidade, e aparecerá a relação de instituições com cadastro ativo no CPB.

O CPB (2024) também desenvolve e apoia uma série de programas voltados para a difusão do paradesporto em diferentes estados brasileiros. Entre os principais programas estão: Atleta Cidadão, Camping Escolar Paralímpico, Circuito Escolar Paralímpico, Centros de Referência Paralímpico, Programa Militar Paralímpico, Escola Paralímpica de Esportes, Educação Paralímpica, Movimento Paralímpico Curso.

CLASSIFICAÇÃO ESPORTIVA PARALÍMPICA: CRITÉRIOS, INCLUSÃO E EQUIDADE NAS COMPETIÇÕES

A **Classificação Esportiva Paralímpica (CEP)** é um sistema específico e exclusivo do Movimento Paralímpico que categoriza os atletas com base no impacto de suas deficiências nas ações motoras exigidas por cada modalidade esportiva. Diferentemente de outras formas de categorização, como idade, peso ou sexo, a CEP é crucial para garantir que a deficiência não seja um fator predominante no desempenho esportivo. Cada esporte paralímpico tem seu próprio sistema de classificação para assegurar que a competição seja justa, permitindo que a excelência esportiva determine o vencedor. A CEP é fundamental não apenas para a integridade e credibilidade das competições, mas também para promover a inclusão e o desenvolvimento dos atletas em todos os níveis, desde a iniciação até o alto rendimento.

Processo de Classificação: Os atletas paralímpicos são classificados de acordo com o tipo e grau de sua deficiência. A classificação funcional é essencial para garantir a equidade nas competições, agrupando os atletas em categorias que consideram suas habilidades funcionais. Cada modalidade de competição paralímpica tem um manual técnico com as classificações de deficiência correspondentes. Esses documentos podem ser encontrados nas páginas oficiais das competições, como os Jogos Paralímpicos e as Paralimpíadas Escolares.

As principais categorias de deficiência incluem a **Deficiência física** (paralisia cerebral, lesões medulares, amputações), **Deficiência visual**, **Deficiência intelectual**

Um autor amplamente citado no tema das classificações funcionais no paradesporto é **Yvonne Vergeer**, que coautora o artigo intitulado “*Classification in Para Sport: The Application of Models of Disablement*”. Esse artigo explora as abordagens utilizadas para a classificação de atletas com deficiência no esporte paralímpico e como os modelos de deficiência são aplicados para garantir competição justa e equitativa.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS DE SURDOS: ORGANIZAÇÃO, INCLUSÃO E DESAFIOS NO ESPORTE SURDOLÍMPICO

A Confederação Brasileira de Desportos de Surdos (CBDS), também conhecida como Comitê Paralímpico de Desportos de Surdos, é a principal entidade responsável pela organização e promoção do esporte para surdos no Brasil. Fundada em 1984, a CBDS tem como missão coordenar atividades esportivas para a comunidade surda em todo o país, proporcionando inclusão social por meio do esporte e promovendo o desenvolvimento de atletas em diversas modalidades. A confederação é filiada a organizações internacionais como o Comitê Internacional de Esportes para Surdos (ICSD), a Organização Pan-Americana de Esportes para Surdos (PANAMDES) e a Confederação Sul-Americana de Desportos para Surdos (CONSUDES), permitindo que os atletas surdos brasileiros participem de competições globais e regionais.

Atuação da CBDS

A CBDS é composta por cerca de 5.000 atletas e 120 entidades filiadas espalhadas por todo o Brasil. A confederação promove competições nacionais e participa de eventos internacionais de destaque, como os Jogos Surdolímpicos (*Deaflympics*), além de campeonatos pan-americanos e sul-americanos. Através dessas competições, a CBDS busca garantir que atletas surdos tenham as mesmas oportunidades de competir e se desenvolver no esporte que atletas ouvintes.

Um dos papéis essenciais da CBDS é a inclusão social dos surdoatletas, promovendo atividades esportivas como forma de superar as barreiras comunicacionais e melhorar a autoestima e qualidade de vida desses indivíduos. O esporte para surdos no Brasil enfrenta desafios, como a falta de apoio financeiro e de infraestrutura, bem como a escassez de materiais adequados para treinamento. Contudo, a CBDS se empenha

em fornecer as melhores condições possíveis para o desenvolvimento dos atletas, mesmo diante dessas dificuldades.

A CBDS (2024) é composta por federações estaduais, sendo cada uma responsável pela administração dos esportes praticados entre surdos em seus respectivos estados. Essas federações são as únicas entidades dirigentes reconhecidas pela confederação, e cada estado pode ter apenas uma entidade filiada à CBDS. Atualmente, alguns estados ainda não possuem entidades filiadas à CBDS, como Acre, Amapá, Piauí, Rondônia e Roraima. Outros estados possuem entidades constituídas, mas que ainda não estão filiadas à confederação, como Alagoas (FALDS), Bahia (FBADS), Paraná (FDSP) e Sergipe. Por outro lado, diversos estados e o Distrito Federal contam com entidades regularmente filiadas à CBDS. Esses incluem Amazonas (ASMAN), Ceará (FDSC), Distrito Federal (FBDS), Espírito Santo (FDSES), Goiás (FGDS), Maranhão (FMADS), Minas Gerais (FMDS), Mato Grosso do Sul (FDSMS), Mato Grosso (FDSMT), Pará (FPADS), Paraíba (FDSPB), Pernambuco (FPEDS), Rio de Janeiro (FDSERJ), Rio Grande do Norte (FDSRN), Rio Grande do Sul (FDSRS), Santa Catarina (FDSESC), São Paulo (FDSESP) e Tocantins (ASP).

A CBDS trabalha constantemente para expandir sua rede de federações, com o objetivo de fortalecer a prática esportiva entre surdos em todo o Brasil. A filiação de novas entidades é vista como um passo fundamental para garantir a participação de atletas surdos em competições nacionais e internacionais, além de contribuir para o desenvolvimento do esporte em diferentes regiões do país.

A CBDS organiza e coordena várias modalidades esportivas para surdos, seguindo as diretrizes do Comitê Internacional de Esportes para Surdos (ICSD). As modalidades confirmadas para as Surdolimpíadas de Verão (*Deaflympics*) incluem: Atletismo, Badminton, Basquete, Boliche, Ciclismo, Futebol de Campo, Futsal, Natação, Tênis, Tênis de Mesa, Voleibol, Vôlei de Praia, Judô, Taekwondo, Orientação.

Além dessas modalidades, a CBDS organiza competições locais e regionais em esportes como o Handebol e o Karatê, que, embora não sejam oficialmente disputados nas Surdolimpíadas, têm grande aceitação entre os surdoatletas brasileiros.

O Brasil tem vários atletas de destaque nas Surdolimpíadas, sendo um dos principais nomes o de Hugo Passos, o primeiro atleta surdo bra-

sileiro a conquistar uma medalha de ouro na modalidade de luta greco-romana, durante a edição de 2001, em Roma. Outro nome de relevância é Anderson Ávila, velocista que conquistou a medalha de prata nos Jogos Surdolímpicos de 2022, em Caxias do Sul. No tênis de mesa, Alessandra Sant'Anna também tem se destacado, representando o Brasil em várias edições dos jogos. Outros atletas que se destacaram incluem Renato Neves, no futsal, e Felipe de Souza, na natação, ambos com participações em edições recentes das Surdolimpiadas e outras competições internacionais.

Além das Surdolimpiadas de Verão, também existem as Surdolimpiadas de Inverno, organizadas pelo ICSD a cada quatro anos. Nessas competições, os atletas surdos competem em modalidades como esqui alpino, snowboard, hóquei no gelo, *curling*, *biathlon*, patinação artística e patinação de velocidade. No entanto, o Brasil tem pouca tradição nas Surdolimpiadas de Inverno, devido à falta de infraestrutura para esportes de neve e gelo no país. A participação brasileira tem sido mais concentrada nas modalidades de verão, onde o Brasil tem obtido resultados mais expressivos.

Para Stewart (1991), "As Surdolimpiadas proporcionaram à comunidade surda uma oportunidade de exibir seus talentos atléticos em um palco internacional, reforçando o papel do esporte na construção da autoestima e da identidade comunitária entre os indivíduos surdos."

Para se filiar à CBDS, associações, clubes e atletas interessados devem seguir um processo que envolve a inscrição junto à confederação. As federações regionais devem enviar documentos como estatutos e atas de suas atividades para serem reconhecidas como entidades oficiais em seus estados. Atletas interessados em competir nas competições organizadas pela CBDS devem estar vinculados a essas federações filiadas.

Os custos de filiação incluem uma taxa inicial para clubes e associações, além de uma anuidade para manter a filiação ativa. A participação em competições também pode incluir taxas de inscrição. Os benefícios da filiação incluem o direito de competir em competições oficiais nacionais e internacionais, suporte para a organização de eventos regionais, e acesso a uma rede de contatos que facilita o desenvolvimento esportivo e a troca de experiências entre as entidades.

A CBDS desempenha um papel vital no desenvolvimento do esporte entre os 10,7 milhões de deficientes auditivos no Brasil. Ao promover

competições nacionais e representar o Brasil em eventos internacionais, a confederação oferece uma plataforma essencial para que atletas surdos demonstrem seu talento. A filiação à CBDS é uma oportunidade única para atletas e entidades se desenvolverem no cenário esportivo, ao mesmo tempo em que contribui para a inclusão social e o fortalecimento do esporte para surdos no Brasil.

CLASSIFICAÇÃO ESPORTIVA SURDOLÍMPICA: REGRAS, INCLUSÃO E IGUALDADE NAS COMPETIÇÕES PARA ATLETAS SURDOS

A classificação no caso dos atletas surdos, o critério principal para participar de competições internacionais, como os Jogos Surdolímpicos (*Deaflympics*), é a perda auditiva mínima de 55 decibéis (dB) no melhor ouvido, estabelecido pelo Comitê Internacional de Esportes para Surdos (ICSD). Não existem classificações adicionais baseadas no grau de surdez, como ocorre em outras categorias de esportes adaptados (como nas Paralimpíadas, que têm classificações baseadas no tipo de deficiência).

Além disso, os atletas surdos não podem utilizar aparelhos auditivos ou implantes cocleares durante as competições, para garantir a igualdade de condições. Adaptações visuais são comuns para substituir sinais sonoros, como luzes para iniciar uma corrida ou bandeiras para indicar a conclusão de uma etapa.

Essas informações são amplamente aceitas e utilizadas em eventos como as competições organizadas pela Confederação Brasileira de Desportos de Surdos (CBDS) e pelo ICSD. Para mais detalhes, você pode consultar o site oficial da ICSD ou da CBDS.

O COMITÊ BRASILEIRO DE CLUBES PARADESPORTO: FOMENTO, INFRAESTRUTURA E INCLUSÃO NO ESPORTE ADAPTADO

O Comitê Brasileiro de Clubes Paradesporto (CBCP) é uma organização dedicada ao desenvolvimento e promoção do paradesporto no Brasil, trabalhando para incluir pessoas com deficiência no esporte e oferecer oportunidades para a prática esportiva em clubes por todo o país. O CBCP desenvolve programas e projetos com o objetivo de incentivar a prática esportiva desde a iniciação até o alto rendimento, criando uma cultura esportiva inclusiva por meio de ações específicas voltadas para o paradesporto. Além disso, o CBCP oferece apoio financeiro e es-

trutural para clubes interessados em desenvolver o Paradesporto, que pode incluir a construção de instalações adequadas, aquisição de equipamentos especializados, e treinamento de profissionais capacitados para trabalhar com atletas com deficiência.

O comitê também promove a capacitação e formação de profissionais do esporte, como técnicos, treinadores e gestores, por meio de cursos, workshops e outras iniciativas, visando melhorar a qualidade do treinamento e da gestão esportiva no paradesporto. O CBCP organiza e apoia competições de paradesporto em diversas modalidades, incluindo campeonatos nacionais e regionais, que servem como plataformas para que os atletas demonstrem suas habilidades e se qualifiquem para competições internacionais. Além disso, o CBCP trabalha em parceria com outras entidades esportivas, governos e organizações não governamentais para promover o Paradesporto, ampliando o alcance das iniciativas e garantindo a sustentabilidade dos projetos. O CBCP também desempenha um papel importante na inclusão social, utilizando o esporte como ferramenta para a integração social e o desenvolvimento pessoal de pessoas com deficiência.

O CBCP conta atualmente com cerca de 60 clubes filiados, distribuídos em diferentes categorias como “Entidades Plenas” e “Entidades Reconhecidas”, promovendo o desenvolvimento do paradesporto em diversas modalidades. O processo de filiação ao CBCP continua aberto, e recentemente mais nove entidades se filiaram, reforçando o compromisso com a inclusão e o apoio ao esporte para pessoas com deficiência.

Qualquer entidade esportiva que promova a prática do paradesporto no Brasil pode se filiar ao CBCP, desde que atenda a critérios específicos, como ter um estatuto social que inclua a promoção do paradesporto como objetivo principal, comprovar atuação no desenvolvimento de atividades paradesportivas, estar legalmente constituída com a documentação em dia, e estar em conformidade com as normas e regulamentos do CBCP.

OPROGRAMABOLSAATLETA:APOIOFINANCEIRO,DESENVOLVIMENTO DE TALENTOS E INCLUSÃO NO ESPORTE DE ALTO DESEMPENHO

O programa Bolsa Atleta, gerido pelo Ministério do Esporte do Brasil, proporciona apoio financeiro essencial para que atletas possam se

dedicar integralmente ao treinamento e competições. Em 2024, o programa alcançou um número recorde de 8.716 atletas contemplados, distribuídos em várias categorias, incluindo modalidades olímpicas, paralímpicas e surdolímpicas (Ministério do Esporte, 2024).

Entre os contemplados, 2.210 atletas representam 25 modalidades paralímpicas. Além disso, 238 atletas surdos foram beneficiados, competindo em 15 modalidades do programa surdolímpico.

O investimento total do governo para o edital de 2024 foi de R\$ 148,9 milhões, um valor significativo que reafirma a importância do programa para o desenvolvimento do esporte de alto rendimento no país. A inclusão de atletas-guia também foi uma novidade importante, reforçando o suporte necessário para que atletas com deficiência possam competir em igualdade de condições.

O Bolsa Atleta, portanto, não só oferece o suporte financeiro necessário, mas também reconhece o esforço e o talento desses atletas, contribuindo para o crescimento do esporte paralímpico e surdolímpico no Brasil, e promovendo a inclusão social por meio do esporte.

O programa Bolsa Atleta é destinado a atletas de alto rendimento que atendem a critérios específicos de desempenho esportivo em competições oficiais. Para ser elegível, o atleta deve cumprir alguns requisitos, que variam conforme a categoria da bolsa. As principais categorias e seus critérios são:

1. **Atleta de Base:** Destinada a atletas jovens em fase de formação. É necessário ter obtido bons resultados em competições de base reconhecidas pelas confederações esportivas.
2. **Estudantil:** Para atletas que competem em eventos estudantis, como os Jogos Escolares. Além dos resultados esportivos, é exigido que o atleta esteja matriculado e frequente regularmente uma instituição de ensino.
3. **Nacional:** Voltada para atletas que se destacam em competições nacionais. O atleta precisa apresentar um bom desempenho em eventos oficiais no Brasil.
4. **Internacional:** Para atletas que competem em eventos internacionais e têm resultados expressivos. Essa categoria requer que o atleta tenha representado o país em competições fora do Brasil.

5. Olímpica/Paralímpica: Destinada a atletas que já participaram ou têm potencial para participar dos Jogos Olímpicos ou Paralímpicos. O desempenho em competições de alto nível é essencial.
6. Pódio: A categoria mais alta, voltada para atletas de elite que estão entre os melhores do mundo em suas modalidades. Esses atletas são considerados potenciais medalhistas olímpicos ou paralímpicos.

Além dos critérios de desempenho, os atletas não podem estar cumprindo suspensão por doping e precisam estar em dia com as obrigações fiscais e com a prestação de contas de bolsas anteriores, se aplicável.

Esses critérios são definidos em editais anuais publicados pelo Ministério do Esporte, que especificam as exigências detalhadas para cada categoria.

O PROGRAMA PARADESPORTO BRASIL EM REDE: INTEGRAÇÃO, CAPACITAÇÃO E EXPANSÃO DO ESPORTE ADAPTADO

O Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR) é uma iniciativa do Ministério do Esporte, através da Secretaria Nacional de Paradesporto (SNPAR), que tem como objetivo criar uma rede colaborativa e conectada de núcleos voltados para a prática esportiva de pessoas com deficiência.

O programa visa integrar Instituições de Ensino Superior (IES) para fomentar o paradesporto, promover o desenvolvimento científico e tecnológico, e formar recursos humanos qualificados para atuar nessa área.

Os Núcleos de Atendimento, que compõem o programa, oferecem tanto atividades esportivas paralímpicas como surdolímpicas, como as citadas anteriormente, quanto não paralímpicas, promovendo o desenvolvimento integral dos beneficiários, que incluem pessoas com deficiência física, sensorial, intelectual, mental e com Transtorno do Espectro Autista, com um foco especial em mulheres com deficiência.

Esses núcleos, localizados em instituições de ensino superior, proporcionam vivências práticas para acadêmicos de educação física e áreas correlatas, desenvolvendo modalidades do desporto paralímpico e também esportes não paralímpicos que são populares nas regiões de interesse como capoeira no Norte e Nordeste, dança na Região Sude-

te, jiu-jitsu e lutas no Sul, o skate, o xadrez, Outros esportes não paraolímpicos ou surdolímpicos que podem ser incluídos são a queimada, o pega-pega entre crianças em todo o Brasil, estilingue em áreas rurais, e vôlei de piscina em várias partes do país, e muitas outras atividades esportivas com regras e objetivos comuns. A inclusão dessas modalidades visa ampliar as oportunidades de participação e inclusão esportiva, adaptando-se aos interesses regionais dos beneficiários. O PPBR também promove a formação continuada dos profissionais envolvidos, incentiva a produção de conhecimento científico e a criação de novos cursos de especialização voltados ao paradesporto, além de buscar garantir a inclusão social, a equidade de acesso às práticas paradesportivas e a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários através da atividade física regular. O programa prioriza o atendimento de, no mínimo, 50% de mulheres e meninas com deficiência, com um público-alvo de, no mínimo, 30 alunos por núcleo.

Atualmente, há 10 núcleos do PPBR formalizados em instituições como a Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal de Catalão (UFCAT), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Pará (UFPA), e Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Esses núcleos desempenham um papel vital na descentralização das oportunidades e no fortalecimento do paradesporto em todo o Brasil (Ministério do Esporte, 2024).

A REALIDADE DO PARADESPORTO NO PIAUÍ: PERSPECTIVAS E CAMINHOS DE SUPERAÇÃO

O Paradesporto no Piauí está em fase de desenvolvimento, enfrentando desafios estruturais, pedagógicos e sociais. A inclusão de pessoas com deficiência em atividades esportivas ainda é limitada por diversos fatores, como a insuficiência de infraestrutura adequada, a escassez de materiais esportivos adaptados e a falta de formação específica para profissionais de educação física.

As secretarias de educação do município de Teresina (SEMEC) e do Estado do Piauí (SEDUC), juntamente com a Secretaria para Inclusão da

Pessoa com Deficiência (SEID) e a SECEPI, estão ativamente envolvidas em iniciativas para promover a inclusão. Um exemplo é o curso “Movimento Paralímpico: Fundamentos Básicos do Esporte”, oferecido remotamente em parceria com o CPB, destinado à capacitação de professores da rede pública.

A Secretaria de Esporte do Piauí (SECEPI) informa que tem beneficiando quatro atletas e dois técnicos do esporte paralímpico por meio do programa Bolsa Atleta. Além disso, a Federação de Paradesporto do Piauí, apesar de estar em fase de criação e desestruturada, tem buscado fortalecer o setor ao procurar parcerias com a Universidade Federal do Piauí (UFPI), visando ao desenvolvimento do esporte e à reativação do projeto Centros de Referência Paralímpico do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB).

Apesar desses esforços, a integração do Paradesporto no currículo escolar ainda é limitada, dependendo em grande parte da iniciativa individual de alguns professores. A SEDUC também está trabalhando para incorporar o Paradesporto nas diretrizes pedagógicas do Novo Ensino Médio, incentivando a participação de estudantes com necessidades especiais em eventos regionais, estaduais e nacionais. Contudo, a formação continuada de professores, a escassez de espaços arquitetonicamente adequados e a qualidade dos materiais esportivos continuam é relatado como desafios significativos. Além disso, nota-se que a ausência de eventos específicos para o Paradesporto impede o pleno desenvolvimento dessa área no estado.

A UFPI desempenha um papel fundamental nesse cenário, oferecendo programas de extensão, infraestrutura adaptada de alta qualidade, parcerias estratégicas, pesquisa e capacitação profissional voltada para a inclusão esportiva de pessoas com deficiência. O currículo do curso de graduação contempla a disciplina de Educação Física Adaptada e vários projetos de extensão são cadastrados para servir essa comunidade com a participação de alunos. A universidade também promove eventos e competições que incluem modalidades paradesportivas, contribuindo para a formação de profissionais qualificados e para o avanço do Paradesporto no Piauí e no Brasil.

A ATUAÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTES DO ESTADO DO PIAUÍ: DESAFIOS E INICIATIVAS PARA O PARADESPORTO

A Secretaria de Esportes do Estado do Piauí (SECEPI) está se estruturando para desenvolver o paradesporto, mas ainda enfrenta desafios significativos, tanto estruturais quanto operacionais, para garantir a inclusão plena de pessoas com deficiência nas atividades esportivas. A Coordenação de Esportes Paralímpicos, criada para atender exclusivamente essa área, é responsável pela implementação de políticas, organização de eventos, capacitação de profissionais e estabelecimento de parcerias estratégicas.

O estado do Piauí possui uma base legislativa favorável ao paradesporto. O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 6653, de 2015) assegura o direito ao esporte para pessoas com deficiência, estabelecendo diretrizes para a adaptação das instalações esportivas. Além disso, a Lei Nº 8.041, de 2023, que criou o Sistema de Incentivo Estadual ao Esporte (SIESPI), prevê o financiamento de projetos voltados ao desporto e paradesporto, a reforma de instalações e a formação de profissionais. No entanto, a implementação eficaz dessas leis ainda encontra obstáculos.

Entre os principais desafios relatados estão a falta de instalações esportivas adaptadas, recursos para aquisição de equipamentos especializados e a necessidade de capacitação contínua de profissionais. Outro entrave é a conscientização pública, uma vez que o preconceito e a falta de conhecimento sobre o potencial dos atletas paralímpicos dificultam a inclusão e valorização dessas modalidades.

Embora existam eventos como as Paralimpíadas Escolares Piauienses e o Festival Paralímpico Loterias Caixa, a falta de um calendário de competições regulares restringe o desenvolvimento dos atletas. A SECEPI participa do Programa Rede de Desenvolvimento do Esporte, que prioriza a inclusão, e também oferece suporte financeiro por meio do Bolsa Atleta. Contudo, a infraestrutura disponível ainda não atende plenamente às necessidades do paradesporto, e a detecção de talentos é prejudicada pela escassez de profissionais qualificados e pela desmotivação de muitos atletas, frequentemente excluídos das atividades físicas durante o período escolar.

Outro problema é a formação de professores de educação física, técnicos e treinadores especializados em trabalhar com atletas com deficiência. A baixa demanda por essa formação e a dificuldade de manter

esses profissionais na área representam barreiras significativas. Iniciativas como o programa Capacita Piauí são limitadas em sua abrangência e alcance.

A falta de engajamento de alguns grupos também afeta a criação de um programa eficaz de detecção de talentos. Embora a SECEPI planeje melhorias nas instalações e ampliação de programas, a escassez de recursos e incentivos fiscais dificulta a concretização dessas ações. O avanço do paradesporto no Piauí depende de um esforço conjunto, com maior apoio técnico, mais investimentos e parcerias com outras instituições e ONGs, para superar esses desafios e garantir a inclusão plena de pessoas com deficiência no esporte.

DESAFIOS E INICIATIVAS DO PARADESPORTO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE TERESINA

O Paradesporto na Secretaria Municipal de Educação de Teresina (SEMEC) enfrenta desafios para sua integração no currículo escolar e para a promoção de práticas inclusivas para alunos com deficiência. A Divisão de Esportes/GAE/SEMEC, responsável por essa integração, não possui um programa específico para o Paradesporto, e a inclusão de alunos com deficiência nas práticas esportivas, como o atletismo, ocorre de forma esporádica, principalmente durante os Jogos Escolares do Município de Teresina (JETs).

Apesar da ausência de políticas claras para o Paradesporto, alguns professores de Educação Física do 6º ao 9º ano tentam incluir esses alunos em suas atividades, mas com pouco sucesso. As políticas e diretrizes da SEMEC não contemplam o Paradesporto de forma estruturada, dependendo de decretos municipais que garantem direitos, mas carecem de uma abordagem integrada.

Em dezembro de 2022, a SEMEC assinou um Termo de Cooperação Técnica com o Centro Paralímpico Brasileiro (CPB) para formar 250 professores por meio de um curso EAD, com o objetivo de incentivar a prática esportiva inclusiva nas escolas. Entretanto, o foco da formação continuada na SEMEC tem sido preparar os educadores para índices de desempenho, com pouca ênfase na capacitação para o Paradesporto.

Entre os desafios enfrentados estão a formação inadequada dos professores, a falta de infraestrutura adaptada e a escassez de materiais

esportivos adequados. A Divisão de Esportes/GAE/SEMEC não possui parcerias, além do CPB, para a formação de professores, e não há um programa oficial de identificação e desenvolvimento de talentos para-olímpicos nas escolas municipais.

Embora reconheça o impacto positivo do esporte na vida de alunos com deficiência, a Divisão de Esportes depende de demandas das coordenações de Educação Física e do orçamento municipal. A inclusão nos JET's é limitada, e a segregação nas aulas regulares de Educação Física persiste, dificultando o desenvolvimento de talentos paralímpicos.

A SEMEC oferece formação inclusiva por meio da equipe de Libras e do Atendimento Educacional Especializado (AEE), mas há necessidade de cursos mais especializados, especialmente na área de Educação Física e esporte. Os desafios incluem a ampliação da formação inclusiva, a reestruturação arquitetônica e curricular das escolas, e o fortalecimento de uma rede de apoio.

Apesar de esforços pontuais e da cooperação recente com o CPB, o Paradesporto na SEMEC necessita de políticas mais robustas, recursos adequados e capacitação contínua dos professores para alcançar uma inclusão plena e eficaz nas escolas municipais de Teresina.

O PARADESPORTO NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO PIAUÍ: DESAFIOS E A REALIDADE DA INCLUSÃO

A Secretaria de Educação do Estado do Piauí (SEDUC) integra o paradesporto no currículo escolar por meio das diretrizes pedagógicas estabelecidas no Caderno 01 do Novo Ensino Médio. Essas diretrizes incluem propostas específicas para o atendimento de alunos com necessidades especiais nas aulas de Educação Física, buscando uma abordagem integrada do paradesporto no processo educacional.

A promoção do paradesporto entre os estudantes ocorre por meio do incentivo e apoio à participação de alunos com necessidades especiais em eventos esportivos regionais, estaduais e nacionais. Essa promoção é essencial para garantir a inclusão desses alunos em competições, oferecendo-lhes oportunidades de se destacarem no cenário esportivo.

Apesar dessas iniciativas, a capacitação dos professores para trabalhar com o paradesporto nas escolas ainda apresenta deficiências. Com o objetivo de melhorar o atendimento aos estudantes, a Secretaria pla-

neja parcerias para a formação contínua dos docentes, visando otimizar o acolhimento e o ensino voltado ao público com deficiência.

Entretanto, a implementação do paradesporto escolar enfrenta desafios significativos, especialmente na formação adequada dos professores de Educação Física e na carência de eventos específicos destinados ao público com deficiência. Essas dificuldades comprometem a inclusão plena e o desenvolvimento de um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo.

Além disso, a baixa demanda de atletas com deficiência no âmbito escolar reflete falhas na adaptação do currículo de Educação Física, que frequentemente não considera as necessidades específicas desses alunos. A falta de infraestrutura adequada e de materiais esportivos adaptados agrava ainda mais a situação, dificultando a realização de aulas inclusivas. O desinteresse de muitos profissionais em buscar atualização ou especialização na área do paradesporto perpetua a exclusão desses alunos, impedindo que desenvolvam plenamente seu potencial esportivo.

Como resultado, observa-se uma baixa participação e interesse dos alunos em competições. Mesmo os paratletas que voluntariamente se engajam nessas oportunidades enfrentam a falta de reconhecimento formal. Além disso, a ausência de métodos científicos para a seleção precoce de talentos, essenciais para o desenvolvimento de futuros paratletas, é uma barreira significativa. A falta de um programa contínuo de desenvolvimento esportivo dentro da rede estadual também impede que esses talentos possam progredir no esporte paralímpico.

Embora a participação em eventos esportivos seja benéfica para o desenvolvimento emocional e para fortalecer o senso de poder desses alunos, a ausência de uma formação atlética avançada permanece como o maior desafio. Essa formação é crucial para a identificação precoce e o desenvolvimento de talentos esportivos, necessários para o progresso no esporte paralímpico.

Por fim, a Secretaria de Educação do Estado do Piauí continua a apoiar a participação de alunos e escolas em atividades extracurriculares voltadas ao paradesporto. Esse apoio é fundamental para a construção de uma cultura inclusiva e para a valorização do esporte como uma ferramenta de transformação social.

APOIO AO PARADESPORTO PELA SEID: AÇÕES E DESAFIOS NA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A Secretaria de Estado para Inclusão da Pessoa com Deficiência (SEID) enfrenta desafios no desenvolvimento do paradesporto no Piauí, sendo o principal a falta de conscientização das pessoas com deficiência sobre os benefícios das práticas esportivas. Além disso, há uma demanda por recursos para apoiar equipes e paratletas em competições nos níveis estadual, regional, nacional e internacional, cobrindo deslocamento e estadia.

As comunidades mais carentes de políticas voltadas ao paradesporto estão em áreas distantes de Teresina, onde a infraestrutura é limitada. A SEID reconhece a importância da prática paradesportiva, diferenciando-a de iniciativas recreativas, como o Projeto Piauí Praia Acessível, que permite a pessoas com deficiência desfrutarem de atividades recreativas na Praia de Atalaia em condições de igualdade.

A Secretaria possui a Coordenadoria de Trabalho, Emprego, Renda, Lazer e Paradesporto, que colabora com outras secretarias, como a de Educação e Esportes, para realizar eventos paradesportivos, como as Paralimpíadas Escolares, e implementar projetos, como academias acessíveis e o Piauí Praia Acessível.

A legislação estadual, incluindo o Estatuto Estadual da Pessoa com Deficiência e a Lei Estadual de Incentivo ao Esporte, garante a reserva de vagas para paratletas em editais de financiamento e no Programa Bolsa Atleta. A SEID oferece apoio logístico e transporte para a seleção de futebol de amputados e alunos com deficiência nos jogos escolares, além de promover capacitações para profissionais de Educação Física, em parceria com a SEDUC-PI e o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB).

A SEID mantém diálogo com entidades nacionais, como o CPB, e busca integrar a ciência acadêmica no planejamento e execução de ações, em colaboração com universidades e instituições de ensino, visando um impacto real na vida da população piauiense.

A FEDERAÇÃO PARALÍMPICA DO ESTADO DO PIAUÍ: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

A Federação Paralímpica do Estado do Piauí foi fundada em agosto de 2023, após um evento de futsal para amputados em Água Branca.

Inicialmente, planejava-se criar uma associação; contudo, após estudos, optou-se por estabelecer uma federação.

A missão da Federação é descobrir e apoiar crianças e adolescentes para que se tornem paratletas, além de oferecer suporte aos paratletas já registrados em outras federações de esportes olímpicos do estado. A partir de 2025, a Federação pretende implementar projetos que incluem a capacitação de professores de Educação Física, com o objetivo de preparar esses alunos como futuros paratletas.

Por ser uma entidade nova e ainda em processo de registro, a Federação conta atualmente com apenas dois atletas registrados. Apesar disso, já se compromete a garantir acessibilidade em seus eventos, oferecendo recursos como áudio descrição, Libras, braile, legendas e tecnologias assistivas.

A Federação enfrenta desafios como a necessidade de capacitar profissionais de Educação Física para lidar adequadamente com alunos com deficiência. Estão sendo realizadas visitas a escolas e faculdades para sensibilizar gestores e o poder público sobre a importância do esporte adaptado. Além disso, a Federação trabalha para superar barreiras dentro das famílias, como a superproteção, que frequentemente limita a participação em atividades esportivas.

Atuando em cidades como São Miguel da Baixa Grande, Água Branca e Prata do Piauí, com foco no futebol para amputados, a colaboração com a Associação Piauiense de Municípios (APPM) tem sido crucial. A APPM está realizando um levantamento para identificar talentos esportivos e incentivar a prática esportiva entre pessoas com deficiência.

Embora ainda não possua CNPJ ou registros oficiais, a Federação planeja regularizar sua situação até 2025, o que permitirá o início de campanhas financeiras para expandir suas atividades. Com um planejamento focado na sensibilização e promoção do paradesporto, a Federação busca criar um ambiente inclusivo para os paratletas do Piauí, superando os desafios pelo caminho.

A PERCEPÇÃO DOS ATLETAS INICIANTEs NO PARADESPORTO: DESAFIOS DE INCLUSÃO

As percepções dos atletas iniciantes sobre as políticas públicas e a organização do paradesporto no Brasil, especialmente no Piauí, revelam

diversos fatores que dificultam o desenvolvimento do esporte adaptado. Um dos principais problemas é a falta de infraestrutura adequada, com locais de treinamento e competição não adaptados para paratletas. Acessibilidade limitada e a falta de equipamentos específicos são barreiras comuns, especialmente em estados como o Piauí, onde há poucos centros esportivos adaptados.

Os atletas também criticam o baixo investimento em programas de inclusão, considerando os recursos financeiros insuficientes e o apoio governamental instável. O apoio financeiro contínuo é necessário, mas as políticas públicas atuais não promovem a inclusão de forma eficaz, desmotivando a prática esportiva de alto rendimento.

Outro ponto crítico é a falta de profissionais capacitados para trabalhar com atletas paralímpicos, especialmente no Piauí, onde a carência de treinadores especializados compromete o avanço do paradesporto. A burocracia para acessar benefícios, como bolsas e auxílios financeiros, é outra queixa comum, com processos demorados e desmotivantes.

A falta de visibilidade e incentivo à prática esportiva adaptada também é criticada. O paradesporto sofre com baixa cobertura midiática e campanhas públicas, limitando o surgimento de novos atletas. No Piauí, poucas iniciativas promovem o paradesporto, restringindo o desenvolvimento de talentos.

A inclusão no sistema educacional é outro desafio, pois atividades de paradesporto nas escolas são raras. A ausência de eventos e programas voltados a alunos com deficiência impede que mais jovens tenham acesso ao esporte, afetando o desenvolvimento de talentos.

Além disso, a escassez de clubes com modalidades de paradesporto e o desconhecimento sobre a estrutura organizacional do esporte dificultam a participação dos atletas iniciantes. O transporte inadequado também é um obstáculo, com muitos paratletas enfrentando dificuldades para acessar locais de treino e competição devido à falta de transporte público adaptado, especialmente em regiões periféricas.

A superproteção familiar e social é outro fator que limita o desenvolvimento de muitos paratletas, já que familiares impõem barreiras à autonomia dos atletas, retardando o desenvolvimento de suas carreiras esportivas.

Uma queixa importante é relacionada aos tratamentos fisioterapêuticos caros. Lesões são comuns no paradesporto, e a fisioterapia de qualidade é fundamental, mas os tratamentos são caros e o sistema de saúde pública ou convênios não cobrem todos os custos. No Piauí, a oferta de fisioterapia especializada é ainda mais limitada, agravando a situação dos paratletas. O serviço público (SUS) é criticado pelas longas filas de espera, infraestrutura deficiente e falta de continuidade no tratamento, o que prejudica a recuperação dos atletas.

A falta de programas específicos para atletas paralímpicos e a sobrecarga do SUS tornam o atendimento insuficiente, comprometendo o desempenho esportivo e a saúde dos paratletas. Essas dificuldades apontam para a necessidade urgente de reformulação das políticas públicas, com maior investimento em infraestrutura, capacitação, acessibilidade e planejamento que torne o paradesporto mais inclusivo, tanto em nível estadual quanto nacional.

O PARADESPORTO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ: CIÊNCIA, CAPACITAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA A DISSEMINAÇÃO DE CONTEÚDO INCLUSIVO

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) destaca-se por seu compromisso com a inclusão social e o desenvolvimento do paradesporto no estado. Programas de extensão como o “Paradesporto Brasil em Rede” e o PREMAUT (Atividades Motoras para Pessoas com Autismo) promovem a inclusão de pessoas com deficiência e capacitam profissionais de diversas áreas para o atendimento adequado e inclusivo, incluindo atividades como o badminton para cadeirantes.

Esses programas oferecem treinamentos e competições adaptadas, envolvendo ativamente alunos, professores e técnicos especializados, criando uma rede de apoio para a integração dos paratletas na comunidade universitária. A UFPI conta ainda com infraestrutura acessível de alta qualidade, como quadras e piscinas adaptadas, proporcionando oportunidades iguais de desenvolvimento esportivo para todos.

A universidade investe em parcerias com organizações e federações de esporte adaptado, facilitando a realização de eventos e competições, além de intercâmbios e clínicas esportivas, que enriquecem o ambiente acadêmico e esportivo. No campo da pesquisa, a UFPI desenvolve es-

tudos sobre o treinamento adaptado e tecnologias assistidas, e o paradesporto é tema frequente em Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), apresentados em eventos dentro e fora da instituição.

A capacitação de profissionais é outro foco da UFPI, com cursos específicos para Educação Física e áreas afins, voltados ao desenvolvimento de competências no treinamento de paratletas. Apesar do modesto interesse inicial, a UFPI tem atraído um número crescente de profissionais comprometidos com a causa.

A UFPI promove e apoia competições paradesportivas, como badminton e atletismo, além de colaborar com eventos como os Jogos Escolares e o Festival Paralímpico. Essas iniciativas reforçam o compromisso da universidade com um ambiente esportivo inclusivo.

No campo da pesquisa e inovação, a UFPI está ativamente envolvida em estudos voltados para o paradesporto, abordando temas como o treinamento esportivo adaptado, o desenvolvimento de tecnologias assistidas e o impacto do esporte na qualidade de vida das pessoas com deficiência. No curso de graduação em Educação Física, três grupos de pesquisa, embora com diferentes focos principais, também integram o paradesporto em suas investigações. Além disso, o paradesporto e a educação física adaptada são frequentemente abordados nos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) dos alunos, refletindo o crescente interesse e importância do tema no ambiente acadêmico. Esses trabalhos são apresentados em congressos e eventos dentro e fora da UFPI.

No entanto, apesar desse compromisso, a UFPI enfrenta dificuldades em engajar seus próprios alunos com deficiência na prática esportiva. A ausência de obrigatoriedade do esporte no ensino superior, somada à exclusão histórica desses alunos no ensino básico, dificulta o avanço da inclusão esportiva na universidade, evidenciando a necessidade de ações mais eficazes.

O PROGRAMA PARADESPORTO BRASIL EM REDE NO PIAUÍ: APOIO, FINANCIAMENTO E GESTÃO PARA A INCLUSÃO PARADESPORTIVA

No Piauí, o Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR) foi iniciado em 2024 e desempenha um papel crucial ao criar e manter um núcleo voltado ao paradesporto, oferecendo infraestrutura adaptada e capacitando profissionais por meio de cursos e workshops.

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) é uma das instituições participantes que contribui significativamente para a expansão do paradesporto na região. Além dos núcleos de atendimento, um núcleo gestor unificado do PPBR acompanha, monitora e avalia as atividades, garantindo a qualidade e a possibilidade de replicar as ações em outras localidades. A universidade também promove eventos esportivos, busca parcerias com outras instituições de ensino e planeja a criação de redes de intercâmbio e cooperação entre estados e municípios, fortalecendo as iniciativas locais de paradesporto.

O PPBR na UFPI escolheu cuidadosamente as modalidades de atletismo, badminton e capoeira, cada uma trazendo benefícios específicos para os participantes, tanto no aspecto físico quanto social.

Atletismo é uma modalidade paralímpica altamente inclusiva e versátil, permitindo a participação de atletas com uma ampla gama de deficiências. Com a infraestrutura de uma pista oficial de atletismo no Piauí, os atletas podem treinar em um ambiente profissional, o que contribui para o desenvolvimento do condicionamento físico, força, resistência e disciplina. Além disso, o atletismo oferece oportunidades para competição em níveis regional, nacional e internacional, promovendo a inclusão e a superação de limites pessoais.

O badminton, também uma modalidade paralímpica, é praticado em um ginásio exclusivo na UFPI, o que assegura que os atletas tenham acesso a um espaço especializado para treinamento. O badminton melhora a coordenação motora, a agilidade e a concentração, sendo uma excelente escolha para paratletas que buscam desenvolver essas habilidades. A estrutura adequada e o ambiente focado no desenvolvimento do esporte contribuem significativamente para a preparação de atletas de alto rendimento.

Embora a capoeira não seja uma modalidade paralímpica, foi incluída no programa devido aos seus benefícios culturais, físicos e sociais. Praticada na Sala de Dança da UFPI, proporciona um ambiente inclusivo e dinâmico onde cultura e movimento se combinam para promover consciência corporal, flexibilidade e interação social. Além disso, a prática da capoeira fortalece a identidade cultural e oferece uma forma de expressão corporal altamente terapêutica para pessoas com deficiências.

O PPBR na UFPI tem sido uma experiência profundamente transformadora para os monitores envolvidos, tanto no aspecto pessoal quanto profissional. Com um grupo de 10 monitores, dos quais 4 são remunerados, selecionados a partir de um processo competitivo que atraiu mais de 50 interessados, o programa oferece uma oportunidade única de crescimento e aprendizado.

Os monitores relatam que a experiência tem sido desafiadora e enriquecedora, proporcionando uma visão prática e empática do ensino de Educação Física para pessoas com deficiência. Como destaca Amanda Lorrani, “vivenciar o PPBR me fez perceber o quão vasta é a Educação Física e como ela pode ajudar no desenvolvimento integral dos alunos”. Essa vivência tem sido crucial para moldar futuros profissionais mais preparados e sensíveis às necessidades específicas de cada aluno.

Além disso, as modalidades escolhidas: atletismo, badminton e capoeira oferecem uma gama de benefícios tanto físicos quanto sociais. Com uma pista oficial de atletismo e um ginásio exclusivo para badminton, a UFPI proporciona um ambiente adequado para o treinamento especializado, enquanto a capoeira, realizada na Sala de Dança, promove uma rica interação cultural e social. Essa combinação de modalidades fortalece a capacidade dos monitores de adaptar suas práticas pedagógicas e de enfrentar os desafios específicos de trabalhar com diferentes tipos de deficiência.

Maria Eduarda de Moura Rodrigues enfatiza que a participação no projeto tem “nos tornados cidadãos mais críticos, conscientes e engajados na construção de uma sociedade mais igualitária”. A experiência não só aprimora as habilidades profissionais, mas também fomenta um senso de responsabilidade social e empatia, fundamentais para a construção de uma sociedade mais inclusiva.

Liana de Moura Santana reflete sobre o impacto do PPBR em sua formação, afirmando que “cada dia mais percebo a importância de me capacitar para ser cada vez mais inclusiva no meu dia a dia”. Através do programa, ela teve a oportunidade de vivenciar a realidade de pessoas com deficiência, o que transformou sua visão sobre o ensino de Educação Física e a motivou a continuar buscando formas de inclusão após sua graduação.

Leonardo Fonseca da Silva destaca que o PPBR “desperta o senso crítico dos monitores em relação às metodologias pedagógicas, incenti-

vando uma reflexão sobre como adaptar as atividades para que atendam de forma eficaz às necessidades específicas de cada participante”. Ele aponta que o programa não só enriquece a formação acadêmica, mas também promove uma experiência de aprendizado significativa, onde o respeito pelas diferenças e a valorização da diversidade se tornam pilares centrais.

O impacto do PPBR vai além da sala de aula, influenciando as perspectivas futuras dos monitores. Thais Soares Pereira e Emily Rodrigues Lopes expressam o desejo de continuar trabalhando com o paradesporto após a formatura, utilizando as habilidades adquiridas para implementar programas esportivos que ajudem os atletas a alcançar seu potencial máximo. “O esporte é uma ferramenta poderosa para melhorar a comunicação e a interação”, afirma Emily, destacando o poder transformador do paradesporto.

Em resumo, o PPBR na UFPI não só cumpre seu objetivo de promover a inclusão através do esporte, mas também enriquece a formação dos monitores, preparando-os para serem agentes de mudança tanto na vida dos alunos quanto na sociedade como um todo.

DESAFIOS DE INCLUSÃO NO PPBR: SUPERANDO BARREIRAS COM AS COMUNIDADES SURDA E TEA

Apesar dos avanços, o grupo do Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR) na Universidade Federal do Piauí (UFPI) enfrenta desafios significativos que refletem a complexidade e as particularidades do trabalho com diferentes comunidades. Um dos maiores desafios é o engajamento da comunidade surda, que, conforme apontado pela presidente da Associação dos Surdos do Piauí (ASP), ainda não se motivou para uma participação mais ativa nas atividades esportivas. Esse baixo engajamento pode estar relacionado aos fortes laços comunitários, que, embora reforcem a coesão interna, podem dificultar a adoção de novas atividades de lazer ou esportivas. Para superar esse obstáculo, é necessário criar atividades em grupo que não apenas promovam interação social, mas que também sejam atraentes e acessíveis, reforçando os laços dentro da comunidade e incentivando a participação. Uma das soluções adotadas é levar o programa até eles, em vez de trazê-los para a Universidade. As primeiras tentativas mostraram-se bastante promissoras.

Outro desafio importante é a integração dos três diferentes grupos de indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em atividades conjuntas. Essa integração exige um planejamento cuidadoso, execução precisa e objetivos claros, considerando as diversas necessidades e capacidades desses indivíduos. Por exemplo, pessoas no nível de suporte 3 de TEA podem enfrentar grandes dificuldades em compreender as instruções ou em se comunicar, o que cria barreiras na interação com aqueles dos níveis de suporte 1 e 2. Indivíduos no nível de suporte 2, embora tenham dificuldades moderadas, podem participar com suporte, enquanto aqueles no nível de suporte 1 podem sentir frustração se o ritmo da atividade for muito lento ou se as instruções não forem claras.

O ritmo e a complexidade das atividades representam outro desafio, já que precisam ser ajustados para acomodar todos os níveis de TEA. As pessoas no nível de suporte 3 necessitam de instruções simples e suporte constante, o que pode reduzir o ritmo da atividade. O desafio é proporcionar uma experiência que seja ao mesmo tempo acessível e desafiadora para todos, garantindo que todos possam participar de maneira significativa e satisfatória.

Para conseguir superar esse desafio, buscamos por uma equipe acolhedora e com experiência com esse público, para que possamos atender da forma mais inclusiva possível, buscando alcançar resultados satisfatórios e de qualidade.

Esses desafios sublinham a necessidade de abordagens inovadoras e adaptativas, que não apenas considerem as limitações, mas que também aproveitem as oportunidades para expandir a inclusão e a participação ativa dessas comunidades no paradesporto. As perspectivas futuras dependem da capacidade do PPBR e da UFPI de encontrar soluções eficazes que promovam o engajamento e a integração de todos os participantes, respeitando suas individualidades e criando um ambiente verdadeiramente inclusivo.

Além disso, buscar o diálogo constante com a família torna fundamental, não só para um espaço inclusivo, mas também contribui para um planejamento eficaz, onde a família nos auxilia em condutas assertivas por conhecerem comportamentos, que algumas vezes, fogem do comum. Buscamos promover uma relação afetuosa com todos os envolvidos do projeto: equipe e comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletir sobre este texto, percebe-se o progresso alcançado nas ações executadas e observadas, bem como uma preocupação crescente com os desafios persistentes. Estes incluem práticas excludentes nos ensinamentos fundamental e médio, e uma cultura de isolamento que ainda prevalece em muitos ambientes educativos.

O desenvolvimento do paradesporto no Brasil, especialmente no Piauí através do Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR), é uma iniciativa louvável que promove a inclusão de pessoas com deficiência no esporte. No entanto, é crucial reconhecer que muitos alunos com deficiência enfrentam barreiras desde as primeiras etapas de sua educação, devido à falta de incentivos para a prática esportiva inclusiva e à continuidade de uma cultura de exclusão.

A análise revela uma legítima preocupação com a necessidade de melhorar o conhecimento e o treinamento de todos os stakeholders envolvidos. Desde os gestores até os professores que interagem diretamente com os alunos, todos devem estar mais bem preparados para enfrentar as complexidades do ensino inclusivo. É essencial também envolver as famílias, promovendo conscientização e engajamento dos pais como suportes indispensáveis e como agentes de divulgação das oportunidades e benefícios do esporte para seus filhos.

Os relatos dos monitores do PPBR na UFPI ilustram como o esporte pode ser uma ferramenta poderosa de transformação, tanto para os participantes quanto para os profissionais envolvidos. No entanto, os desafios persistentes, como a baixa participação da comunidade surda e as dificuldades de integração de alunos com diferentes níveis de Transtorno do Espectro Autista (TEA), destacam a necessidade urgente de abordagens mais inclusivas e adaptativas.

Portanto, ao concluir esta análise, fica claro que, embora o progresso seja evidente, ainda há muito trabalho a ser feito. Um compromisso contínuo com a educação inclusiva é necessário, enfrentando as raízes da exclusão e promovendo uma mudança cultural desde as primeiras fases educacionais. Melhorar o treinamento de todos os envolvidos, desde a gestão até os professores, e trabalhar com as famílias como suporte ativo são passos cruciais para construir um ambiente verdadeiramente inclusivo, onde todos os alunos,

independentemente de suas capacidades, possam atingir seu pleno potencial.

Este trabalho deve servir como inspiração para planejar novas ações e parcerias, mantendo viva a busca pela inclusão e pela transformação social por meio do esporte. Somente assim será possível avançar na construção de uma sociedade mais justa e acolhedora para todos.

REFERÊNCIAS

Blauwet, C., & Willick, S. E. (2012). The Paralympic Movement: Using Sports to Promote Health, Disability Rights, and Social Integration for Athletes with Disabilities. **PM&R**, 4(11), 851-856.

Comitê Brasileiro De Clubes Paralímpicos (CBCP). Disponível em: <https://clubesparalimpicos.org.br/sobre-cbcp/>. Acesso em: 24 ago. 2024.

Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB). Disponível em: <http://cpb.org.br>. Acesso em: 24 ago. 2024.

Comitê Paralímpico Internacional. Disponível em: <https://olympics.com/pt>. Acesso em: 05 set. 2024.

Confederação Brasileira De Desportos De Surdos (CBDS). Disponível em: <https://cbds.org.br>. Acesso em: 05 set. 2024.

Coordenadoria De Programas E Projetos Em Cultura, Esporte E Lazer (CPCEL UFPI). Disponível em: <https://ufpi.br/cpcel-prexc>. Acesso em: 24 ago. 2024.

International Committee Of Sports For The Deaf (ICSID). Disponível em: <http://ciss.org>. Acesso em: 05 set. 2024.

Internacional Paralympic Committee (IPC). What is Paraspport? Disponível em: <https://www.paralympic.org/paraspport>. Acesso em: 24 ago. 2024.

Ministério Do Esporte. Programa Bolsa Atleta. Disponível em: <https://www.gov.br/esporte/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-atleta>. Acesso em: 24 ago. 2024.

Ministério Do Esporte. Secretaria Nacional de Paradesporto (SNPAR). Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR). Disponível em: <https://www.gov.br/esporte/pt-br/acoes-e-programas/programa-paradesporto-brasil-em-rede>. Acesso em: 24 ago. 2024.

Secretaria De Comunicação Social Do Governo Federal. Programa Bolsa Atleta. Disponível em: <https://www.gov.br/comunicacao>. Acesso em: 24 ago. 2024.

Secretaria De Educação Do Estado Do Piauí (SEDUC-PI). Disponível em: <http://www.seduc.pi.gov.br>. Acesso em: 24 ago. 2024.

Secretaria Municipal De Educação – Piauí (SEMEC). Disponível em: <http://semec.pmt.pi.gov.br>. Acesso em: 24 ago. 2024.

Secretaria Para Inclusão Da Pessoa Com Deficiência (SEID) – PIAUÍ. Disponível em: <http://www.seid.pi.gov.br>. Acesso em: 24 ago. 2024.

Schick, Wolfgang, Schillings, Jörg W. “Sport for the Deaf: Opportunities and Challenges.” **International Journal of Deaf Studies**, vol. 15, no. 2, 2013, pp. 45-59.

Stewart, David Alan. “Esporte Surdo: O Impacto dos Esportes na Comunidade Surda.” **Gallaudet University Press**, 1991.

Vergeer, Yvonne, et al. “Classification in Para Sport: The Application of Models of Disablement.” **Sports Medicine**, vol. 49, no. 7, 2019, pp. 577-589.

Winnick, J. P. (2011). Adapted Physical Education and Sport. **Human Kinetics**.

REFLEXÃO SOBRE O PARADESPORTO EM SERGIPE

Eric Luan Rego¹

Vinícius Denardin Cardoso^{2,4}

Tamires Nunes dos Santos^{1,3,4}

Marcelo de Castro Haiachi^{1,3,4}

ericluan_rego@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Ser atleta de paradesporto é um grande desafio e uma jornada solitária muitas das vezes. Os desafios sociais vão além das barreiras físicas e técnicas de uma modalidade paradesportiva. Um dos principais obstáculos é a falta de visibilidade e reconhecimento, principalmente do poder público. Apesar de termos avançado, muitos paratletas ainda possuem dificuldades de serem vistos pelo público geral e não recebem atenção da mídia. Em Sergipe, a taxa de pessoas com algum tipo de deficiência é de 12,1% da população (Governo de Sergipe, 2023). Isso representa aproximadamente 279 mil pessoas com dois anos ou mais anos de idade. Entre as capitais, Aracaju destaca-se com 70 mil pessoas com deficiência, o que corresponde a 10,4% da população da cidade (Governo de Sergipe, 2023).

No Brasil, as leis e políticas públicas voltadas para pessoas com deficiência têm como objetivo promover a inclusão e garantir direitos fundamentais. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, é um marco importante. Ela assegura direitos em diversas áreas, como educação, saúde, trabalho e acessibilidade (Governo Federal, 2024). A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto Legislativo nº 186 e pelo Decreto nº 6.949/2009, também é trouxe melhorias para esta parcela da

¹ Universidade Federal de Sergipe

² Universidade Estadual de Roraima

³ Programa de Pós-Graduação em Ciência do Movimento da Universidade Federal de Sergipe

⁴ Grupo de Pesquisa em Estudos Olímpicos e Paraolímpicos

população ao estabelecer princípios de igualdade e não discriminação, reforçando a necessidade de políticas inclusivas.

Diversas barreiras e facilitadores são percebidos para quem tem o interesse em praticar atividades físicas e esportivas para pessoas com algum tipo de deficiência e há muito ainda a ser feito para oferecer melhores oportunidades e espaços que para incluir de forma mais efetiva este público. As deficiências precisam ser compreendidas a partir das suas especificidades e de como elas afetam a interação da pessoa com o mundo ao seu redor. Segundo Veríssimo (2024):

- **Deficiência Física:** Envolve limitações no funcionamento completo ou parcial de partes do corpo, como membros superiores e inferiores. Exemplos incluem paraplegia (paralisia dos membros inferiores) e tetraplegia (paralisia dos quatro membros).
- **Deficiência Intelectual:** Caracteriza-se por limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, afetando habilidades como comunicação, cuidado pessoal e habilidades sociais. A síndrome de Down é um exemplo comum.
- **Deficiência Visual:** Refere-se à perda total ou parcial da visão. Pode variar desde baixa visão até cegueira total. A deficiência visual pode ser congênita ou adquirida ao longo da vida.
- **Deficiência Auditiva:** Envolve a perda total ou parcial da audição. Pode ser classificada como surdez ou deficiência auditiva leve, moderada ou severa. A comunicação pode ser facilitada por meio de aparelhos auditivos ou linguagem de sinais.
- **Deficiência Múltipla:** Quando uma pessoa possui duas ou mais deficiências simultaneamente, como deficiência física e intelectual.
- **Deficiência Psicossocial:** Relacionada a transtornos mentais e emocionais que afetam a capacidade de interação social e o desempenho de atividades diárias.

A compreensão destas especificidades corrobora para construção de uma abordagem mais inclusiva e acessível na sociedade. No entanto, sua implementação enfrenta obstáculos como a sensibilização e conscientização da sociedade. Campanhas educativas e programas de formação ajudam no combate ao preconceito e a promover uma cultura de res-

peito e inclusão. Garantir esses direitos no contexto urbano é essencial para construir cidades mais justas e inclusivas, onde todas as pessoas possam viver com dignidade e autonomia.

Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo fazer uma reflexão sobre o paradesporto no estado de Sergipe.

DESENVOLVIMENTO

A pesquisa se caracteriza por um estudo descritivo de caráter transversal. Os delineamentos observacionais descritivos tentam fornecer um relato detalhado e preciso de um fenômeno ou população, geralmente através do uso de várias técnicas de coleta de dados, como entrevistas, questionários e observações. Katz (2006), salienta que os estudos de corte transversal têm sua grande utilidade em estudos descritivos.

Ao identificar o cenário onde as pessoas estão inseridas, a partir de uma análise das políticas aplicadas nos âmbitos sociais e humanos, é possível revelar a realidade enfrentada por uma parcela da população, que carece de uma maior mobilização do poder público. Neste sentido o trabalho apresentará blocos de análise focadas nos aspectos importantes para o desenvolvimento humano: educação, renda, mobilidade urbana e esporte para uma melhor compreensão sobre o contexto do paradesporto.

As informações foram coletadas nos veículos oficiais de informação do governo do estado de Sergipe e das prefeituras municipais da grande Aracaju composta por nove municípios: capital Aracaju, Barra dos Coqueiros, Itaporanga D'Ajuda, Laranjeiras, Maruim, Nossa Senhora do Socorro, Riachuelo, São Cristóvão e Santo Amaro das Brotas. Estes municípios representam 44,97% da população do estado.

O trabalho de Haiachi (2019) serviu de referência para definição dos blocos temáticos, sendo a análise dos resultados realizada no sentido de possibilitar compreender a realidade do paradesporto em Sergipe.

RESULTADOS

Os resultados serão apresentados de acordo com os blocos temáticos para facilitar a compreensão sobre o paradesporto em Sergipe.

Educação

A educação é um desafio para população com algum tipo de deficiência. Mais de 25% das pessoas com deficiência em Sergipe não possuem instrução formal (Governo de Sergipe, 2023). Este resultado é o maior em todo o país e reforça a necessidade de construção de políticas educacionais mais consistentes para esta parcela da população.

A inclusão de crianças, jovens e adolescentes com deficiência nas escolas é um desafio e uma necessidade fundamental para promover uma sociedade mais justa e igualitária. No Brasil, a Lei Brasileira de Inclusão garante o direito à educação inclusiva, assegurando que todos os alunos, independentemente de suas capacidades, tenham acesso ao ensino regular.

A falta de infraestrutura adequada nas escolas é um dos principais problemas. Muitas instituições não possuem rampas, banheiros adaptados ou materiais didáticos acessíveis, o que dificulta a participação plena dos alunos com algum tipo de deficiência. Além disso, a formação insuficiente dos professores para lidar com as necessidades específicas desses alunos é uma barreira significativa. Professores bem preparados são essenciais para criar um ambiente de aprendizado inclusivo e acolhedor.

Outro desafio é o preconceito e a discriminação que esses alunos podem enfrentar. A conscientização e a sensibilização da comunidade escolar são fundamentais para combater essas atitudes e promover a aceitação e o respeito às diferenças. Apesar dos desafios, há avanços importantes.

Programas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a adaptação curricular são exemplos de medidas que têm contribuído para a inclusão efetiva destas pessoas. A participação ativa das famílias e a colaboração entre escola e comunidade também são essenciais para o sucesso dessa inclusão. Promover a inclusão escolar de crianças, jovens e adolescentes com deficiência é um passo crucial para garantir que todos tenham as mesmas oportunidades de desenvolvimento e aprendizado.

Renda

No mercado de trabalho, apenas 24,5% das pessoas com deficiência em Sergipe estão empregadas, uma taxa inferior à média nacional de 26,6% (Governo de Sergipe, 2023). Isso reflete a dificuldade de inclusão dessas pessoas no mercado formal de trabalho, muitas vezes devido à

falta de acessibilidade e preconceito. Esses dados ressaltam a importância de políticas públicas voltadas para a inclusão e acessibilidade, garantindo que as pessoas com deficiência em Sergipe tenham acesso a oportunidades iguais em educação, emprego e outros aspectos da vida social (Governo Federal, 2021).

Entre as políticas públicas, destaca-se o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que garante um salário-mínimo mensal para pessoas com deficiência de baixa renda. Além disso, programas de reabilitação e habilitação são oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), visando promover a autonomia e a qualidade de vida. O Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência é outra iniciativa relevante, que busca implementar ações integradas em diversas áreas, como transporte, moradia e tecnologia assistiva. A criação de secretarias específicas para tratar dos direitos das pessoas com deficiência, como a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, demonstra o compromisso do governo em apoiar essa população (Rocha, 2024).

Apoio Financeiro

Muitos atletas com deficiência enfrentam dificuldades financeiras para cobrir os custos de treinamento, competições e equipamentos. Programas de financiamento e patrocínios específicos para o paradesporto podem aliviar essa carga. O Programa Avança Paradesporto do Brasil, por exemplo, oferece suporte financeiro para melhorar as condições de treinamento e ampliar o número de atletas de alto nível (Governo Federal, 2022). O suporte financeiro torna-se essencial e relevante para o desenvolvimento da carreira de um atleta no paradesporto. Além de proporcionar condições para uma dedicação maior e até em certos casos uma dedicação exclusiva aos treinos, também oferece condições para a melhoria de seus resultados.

Muitas ações de apoio financeiro favorecem os atletas brasileiros. Os investimentos que estão sendo realizados pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) e pelo Ministério do Esporte: Programa Bolsa Atleta, Plano Brasil Medalha, Lei de Incentivo ao Esporte e também a Lei Agnelo/Piva (já com a ampliação dos recursos destinados pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), são de fato benefícios ao desenvolvimento do desempenho do atleta e garantem o surgimento de novas

gerações de atletas. Cabe aos gestores esportivos, manter e ampliar esse apoio financeiro de forma a atingir cada vez mais atletas de todas as regiões do país (Cardoso, *et. al*, 2018b).

Mobilidade Urbana

Falar de mobilidade urbana é amplificar o debate em relação a iniciativas que permitam facilitar a circulação das pessoas com algum tipo de deficiência pela cidade. Como falar em inclusão se não temos uma infraestrutura adequada, como calçadas acessíveis e transporte público adaptado, este é um limitador da autonomia das pessoas com deficiência (Kibriti, 2013). A implementação de rampas, elevadores e pisos táteis é essencial para melhorar a acessibilidade nas cidades sergipanas (Rocha, 2024).

Os direitos das pessoas com deficiência no contexto urbano são fundamentais para garantir a inclusão e a igualdade de oportunidades, e o seu direito de ir e vir. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), estabelece diretrizes para a acessibilidade e a participação plena dessas pessoas na vida urbana (Governo Federal, 2024). Isso inclui a adaptação de calçadas, rampas de acesso, transporte público adaptado e sinalização adequada.

A Lei Federal nº 10.098/2000, por exemplo, dispõe sobre normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade, garantindo que as cidades sejam planejadas e construídas de forma inclusiva (Rocha, 2023). Além da mobilidade, o acesso a serviços públicos é crucial. As pessoas com deficiência têm direito a utilizar serviços de saúde, educação e lazer em condições de igualdade. Isso implica na adaptação de instalações e na capacitação de profissionais para atender às necessidades específicas dessa população.

Esporte

Diante deste cenário, falta infraestrutura adequada e suporte para desenvolver suas atividades como cidadão, associada a escassez de instalações esportivas adaptadas, a escolha pelo esporte passa a ser uma realidade distante. A opção da prática esportiva às vezes acaba sendo vinculada a iniciativa de professores e/ou projetos específicos que procuram adaptar o treinamento e a preparação dos atletas de acordo com as condições existentes.

Superada a barreira da infraestrutura nos deparamos com o acesso limitado a recursos financeiros. Muitos destes atletas com algum tipo de deficiência dependem de patrocínios e doações para cobrir os custos de equipamentos, viagens e competições. Os desafios enfrentados pelos paratletas no Brasil são inúmeros e complexos (Jornal do Comércio, 2021).

Políticas públicas que incentivem a adaptação de parques, praças e centros esportivos são essenciais para garantir que as pessoas com deficiência possam participar plenamente das atividades de lazer (Ojeda, 2023). Apesar dos desafios, iniciativas como o Plano Viver Sem Limite, que investe em acessibilidade e inclusão, são passos importantes para melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência em Sergipe (Governo de Sergipe, 2024).

A inclusão digital também se soma a esta série de barreiras encontradas. Com o avanço da tecnologia, é essencial que as plataformas digitais sejam acessíveis, permitindo que pessoas com deficiência possam usufruir de serviços online, como bancos, compras e informações governamentais, se transformando em um facilitador no processo de dar visibilidade as ações promovidas para esta parcela da população.

Apesar das conquistas, a invisibilidade dos atletas com algum tipo de deficiência ainda é grande sendo que muitas das vezes os mesmos não recebem nenhum reconhecimento da mídia e do público em geral, somente para vincular matérias assistencialistas e de cunho pejorativo, como superação e exemplo de vida. Isso pode afetar a autoestima e a motivação, tornando a jornada ainda mais desafiadora. Apesar dessas dificuldades, os atletas com algum tipo de deficiência de Sergipe continuam a inspirar e a quebrar barreiras. Diversas são as barreiras e os facilitadores percebidos para a prática de atividade física há muito a ser feito para a inclusão efetiva de pessoas com algum tipo de deficiência em programas de atividades físicas (Seron; Arruda; Greguol, 2015).

Aplicações Práticas

O exemplo é o do paratleta de ciclismo, Ulisses Freitas, que foi convocado para as Paraolimpíadas de Paris 2024. Ulisses, natural de Lagarto, superou um acidente que o deixou paraplégico e, desde então, acumulou vitórias em competições nacionais e internacionais. O paratleta sergipano foi convocado para as Paraolimpíadas de Paris (Governo de Sergipe, 2024).

A convocação de Ulisses Freitas é um marco importante, destacando a importância do apoio ao paradesporto no estado e servindo de inspiração para jovens atletas. A determinação e a paixão desses atletas mostram que, com o apoio adequado, é possível superar adversidades e alcançar grandes feitos. Para melhorar essas condições dos atletas do paradesporto, é essencial adotar uma abordagem multifacetada que promova desde a infraestrutura até o apoio psicológico dos atletas. Apontamos aqui algumas sugestões:

Infraestrutura e Equipamentos: Investir em instalações esportivas adaptadas é crucial. Isso inclui a construção de rampas, vestiários acessíveis e áreas de treinamento específicas para diferentes modalidades do paradesporto. Além disso, fornecer equipamentos de alta qualidade, como cadeiras de rodas esportivas e próteses, pode melhorar significativamente o desempenho dos atletas (Governo Federal, 2022).

O suporte estrutural no esporte paralímpico é de extrema relevância para o aprimoramento dos resultados na carreira do atleta com deficiência. Esse suporte proporciona aos atletas condições para treinamento com materiais e estruturas esportivas de qualidade e que podem fazer a diferença na conquista de resultados (Cardoso *et al.*, 2018a).

Ações como essa, podem favorecer o esporte paralímpico brasileiro e estão em crescimento no país. Através de iniciativas do governo federal e governos estaduais em conjunto com o CPB, podem contribuir para a iniciação esportiva e o aprimoramento de treinamentos de atletas paralímpicos brasileiros. Nesse sentido, a existência e disponibilidade de locais adequados para a prática esportiva são relevantes para o atleta chegar ao sucesso no esporte e devem ser cada vez mais implementadas.

A continuidade e ampliação dessas políticas são fundamentais para promover uma sociedade mais inclusiva e acessível. Essas medidas são essenciais para garantir que as pessoas com deficiência tenham acesso a oportunidades iguais e possam participar plenamente da sociedade. O desenvolvimento social, o apoio familiar e o acesso à educação para pessoas com deficiência são áreas que demandam atenção e investimentos contínuos. O desenvolvimento social é promovido por meio de políticas públicas que visam a inclusão e a melhoria da qualidade de vida.

Programas como o Plano Viver Sem Limite buscam garantir direitos e promover a acessibilidade em diversas áreas, incluindo educação, saúde e lazer. O apoio familiar é essencial para o bem-estar das pessoas com deficiência. Em Sergipe, serviços como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) oferecem suporte e orientação às famílias, ajudando a fortalecer os vínculos e a promover a inclusão social. Esses programas são fundamentais para garantir que as famílias tenham os recursos e o apoio necessários para cuidar de seus membros com deficiência.

O acesso à educação inclusiva é um direito garantido pela Lei Brasileira de Inclusão. Em Sergipe, iniciativas como a adaptação de escolas e a formação de professores para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência são passos importantes para garantir uma educação de qualidade. No entanto, ainda há desafios a serem superados, como a falta de infraestrutura adequada e a necessidade de maior conscientização sobre a importância da inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas ações são cruciais para promover uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todas as pessoas, independentemente de suas capacidades, possam alcançar seu pleno potencial.

- **Inclusão em Programas Educacionais:** Integrar o paradesporto nos currículos escolares pode incentivar a prática esportiva desde cedo e identificar novos talentos. Programas de iniciação esportiva nas escolas, com foco na inclusão, podem ser uma excelente forma de promover o paradesporto (Governo Federal, 2022).
- **Parcerias e Colaborações:** Estabelecer parcerias com universidades e centros de pesquisa pode fomentar o desenvolvimento de novas tecnologias e metodologias de treinamento. Essas colaborações podem resultar em inovações que beneficiem diretamente os atletas, melhorando seu desempenho e qualidade de vida (Governo Federal, 2022).
- **Eventos e Competições:** Promover mais eventos e competições paradesportivas, tanto em nível local quanto nacional, pode

proporcionar mais oportunidades para os atletas competirem e se destacarem. Isso também ajuda a criar uma cultura esportiva mais inclusiva e diversificada (Governo Federal, 2022).

Dessa forma, implementar essas melhorias pode transformar significativamente a realidade dos atletas do paradesporto, proporcionando-lhes as condições necessárias para alcançar seu pleno potencial e inspirar futuras gerações de atletas paralímpicos no estado de Sergipe.

REFERÊNCIAS

Brasil. **Decreto Nº 6.949, De 25 De Agosto De 2009. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.** 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 11 out. 24.

Brasil. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 11 out. 24.

Cardoso, V., Haiachi, M.C., Reppold Filho, A., Gaya, A. The structural and human resources support for Brazilian Paralympic athletes. **Journal of Human Sport and Exercise**, v.13, n.4. pp.873-883, 2018a. doi:<https://doi.org/10.14198/jhse.2018.134.14>.

Cardoso, V. D., Haiachi, M.C., Reppold Filho, A. R., Gaya, A. Financial support for paralympic athletes in Brazil. **Journal of Physical Education**, v. 29, n. e2963, pp. 1-10. 2018. doi: <https://doi.org/10.4025/jphyseduc.v29i1.2963>

Governo Federal divulga diretrizes do Programa Avança Paradesporto do Brasil. Governo Federal, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/esporte/pt-br/noticias-e-conteudos/esporte/noticias_esporte/governo-federal-divulga-diretrizes-do-programa-avanca-paradesporto-do-brasil. Acesso em: 13 ago. 2024.

Haiachi, M.C; Santos, J.M.S.; Santos, A.C. A. O caminho da deficiência em Sergipe. In: Oliveira, A.F.S. (Org.). O esporte e lazer no estado de Sergipe: realidades e possibilidades. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2019.p. 62-97.

Katz, M.H. Study Design and Statistical Analysis. New York: Cambridge University Press, 2006.

Kibrit, B. Possibilidades e desafios na inclusão escolar. Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental, v. 16, p. 683-695, 2013.

Ojeda, I. Mobilidade reduzida: desafios e soluções para a inclusão urbana. VLibras, 15 Jun. 2023. Disponível em: <<https://www.vlibras.com.br/mobilidade-reduzida-desafios-e-solucoes-para-a-inclusao-urbana/>> Acesso em: 13 ago. 2024.

Os desafios enfrentados pelos paratletas no Brasil são inúmeros e complexos. Jornal do Comércio, 23 jun. 2021. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/opiniao/2021/06/798162-os-desafios-de-ser-paratleta-no-brasil.html> Acesso em: 13 ago. 2024.

Paratleta sergipano é convocado para as Paralimpíadas de Paris 2024. Governo de Sergipe, 15 jul. 2024. Disponível em: <https://sergipe.se.gov.br/noticias/esporte-lazer/paratleta_sergipano_e_convocado_para_as_paralimpiadas_de_paris_2024>. Acesso em: 13 ago. 2024.

Patel, S. Acessibilidade urbana: o que é? VLibras, 25 mai. 2023. Disponível em: <<https://www.vlibras.com.br/acessibilidade-urbana-o-que-e/>> Acesso em: 13 ago. 2024.

Políticas públicas levam acessibilidade e autonomia para pessoas com deficiência. Governo Federal, 27 set. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/09/politicas-publicas-levam-acessibilidade-e-autonomia-para-pessoas-com-deficiencia>> Acesso em: 13 ago. 2024.

Programa Avança Paradesporto do Brasil. Governo Federal, 04 mai. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/esporte/pt-br/composicao/orgaos-especificos/esporte/paradesporto/programa-avanca-paradesporto-do-brasil>. Acesso em: 13 ago. 2024.

Rocha, V. Direitos das pessoas com deficiência: leis e desafios. Justiça brasileira, 27 out. 2023. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/direitos-das-pessoas-com-deficiencia-leis-e-desafios/1996976446>> Acesso em: 13 ago. 2024.

Sergipe possui o maior percentual de pessoas com deficiência do país. Jornal G1, 12 jul. 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2023/07/12/sergipe-possui-o-maior-percentual-de-pessoas-com-deficiencia-do-pais-aponta-ibge.ghtml>> Acesso em: 13 ago. 2024.

Sergipe recebe representantes do Ministério da Saúde para monitorar rede de cuidados à pessoa com deficiência. Governo de Sergipe, 26 jul. 2024. Disponível em: <https://www.se.gov.br/noticias/saude/sergipe_recebe_representantes_do_ministerio_da_saude_para_monitorar_rede_de_cuidados_a_pessoa_com_deficiencia> Acesso em: 13 ago. 2024.

Sergipe discute políticas para a construção do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Governo de Sergipe, 28 ago. 2023. Disponível

em: <https://www.se.gov.br/noticias/assistencia-social/sergipe_discute_politicas_para_a_construcao_do_plano_nacional_dos_direitos_da_pessoa_com_deficiencia_> Acesso em: 13 ago. 2024.

Seron, B. B; Arruda, G. A; Greguol, M. Facilitadores e barreiras percebidas para a prática de atividade física por pessoas com deficiência motora. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. V. 37, Issue 3, 2015, Pages 214-221, ISSN 0101-3289, doi: <https://doi.org/10.1016/j.rbce.2013.09.003>. <https://doi.org/10.1016/j.rbce.2013.09.003>.

Verissimo, A. Tipos de deficiência. Mais que cuidar, 24 fev. 2024. Disponível em: <<https://www.maisquecuidar.com/tipos-de-deficiencia>> Acesso em: 13 ago. 2024.

ADAPTAÇÕES PARA PESSOA EM CADEIRA DE RODAS NO CROSSFIT: POSSIBILIDADES NO PROGRAMA PARADESPORTO BRASIL EM REDE - NÚCLEO UFGD

Mário Sérgio Vaz da Silva¹

Mayara Teodoro de Oliveira²

Josiane Fujisawa Filus de Freitas¹

mariovaz@ufgd.edu.br

INTRODUÇÃO

O CrossFit é uma prática que tem caminhado a passos largos, não só nacional como também internacionalmente, desde a sua criação no final do século XX. Essa modalidade surgiu nos Estados Unidos com o ex-ginasta Greg Glassman e combina movimentos da ginástica, levantamento de peso olímpico, exercícios funcionais e cardiorrespiratórios, criando um tipo de prática corporal que caminha entre o mundo fitness e o esportivo (Glassman, 2002; 2007).

Quando se busca por artigos acadêmicos que abordam esta modalidade muito se vê sobre riscos de lesões, constituição e educação do corpo. Mas, seria apenas essa a intenção da modalidade? É sabido que o objetivo do CrossFit tem sido criar um modelo de condicionamento físico abrangente, generalizado e inclusivo (Glassman, 2018). Li (2023) corrobora com esta ideia quando menciona que o CrossFit trabalha com movimentos funcionais contínuos sob alta intensidade, não realizando exercícios para um músculo isolado, mas sim ações que usam vários músculos com a tendência de melhorar de forma abrangente a capacidade atlética de todos os músculos e o condicionamento físico como um todo.

Nessa perspectiva é possível dizer que o crossfit contribui para uma melhora efetiva da capacidade de desempenho global dos praticantes,

¹ Docentes do curso de Educação Física da Faculdade de Educação/Universidade Federal da Grande Dourados – Coordenadores do projeto Paradesporto Brasil em Redes – núcleo – UFGD.

² Graduanda Licenciatura em Educação Física da Faculdade de Educação/Universidade Federal da Grande Dourados.

no que diz respeito a conquistar uma boa função corporal e excelente capacidade de desempenho de movimentos (Yimeng, 2023).

Este estudo tem como objetivo descrever as adaptações propostas para uma pessoa que faz uso de cadeira de rodas devido à má formação de suas pernas.

O CrossFit

Ao que sabemos a modalidade busca deixar seus praticantes prontos para qualquer atividade diária, desde a mais simples até a tarefa mais complexa. No Brasil, o CrossFit chegou por meio do atleta e instrutor Joel Fridman, em 2009, fugindo daquilo que é visto nas academias tradicionais, da monotonia de fazer sempre os mesmos exercícios e mostrando uma dinâmica que muda a cada dia (Manske; Romanio, 2015; Paine; Uptgraff; Wylie, 2010)

A base do CrossFit é realizar grandes quantidades de movimentos combinando: levantamento de peso, ginástica e atividades cardiovasculares. As sessões de treino contam com um aquecimento geral e específico voltados para a parte principal do treino, seguido de uma parte de força ou técnica específica de algum movimento. A parte final e principal do treinamento, é chamada de (WOD), sigla em inglês para “workout of the day”/ treino do dia. No WOD os atletas são desafiados a cumprir uma tarefa no menor tempo possível, ou o maior número de vezes possíveis, sendo considerada a parte mais intensa (Cândido, 2019; Paine; Uptgraff; Wylie, 2010; Tibana; Almeida; Prestes, 2015).

Um fator a se levar em consideração é o fato de que os treinos de CrossFit são sempre realizados em grupos, o que desperta um sentimento de comunidade entre seus participantes, facilita as relações de amizade e auxilia na aderência ao programa. Dentro da nossa realidade a turma de Crossfit do Programa Paradesporto Brasil em Rede/Núcleo UFGD é composta por alunos surdos, pessoas em cadeira de rodas, amputados de membros superiores ou inferiores, autistas, deficientes intelectuais e outros, o que traz identificação e os transforma numa comunidade. Nesta perspectiva é possível inferir que o CrossFit pode ser considerado um fator contribuinte para transformações da sociedade. Pois, estamos levando para o Box diferentes pessoas que mostram que o exercício é possível para todos, basta querer e fazer algumas adaptações.

A Deficiência

A deficiência apresentada pela nossa aluna voluntária é decorrente do uso do medicamento talidomida pela mãe. E segundo Castro, Paumgarten e Silver (2004), relatam que a talidomida tem seu uso indiscriminado ou equivocado, principalmente, na gravidez, sem o conhecimento dos efeitos teratogênicos do medicamento. E Figueiredo e colaboradores (2020), demonstram que a talidomida prova reações adversas ao feto com comprometimento no desenvolvimento dos ossos longos dos membros (superiores e inferiores), além de outras complicações (anotia, microtia, anoftalmia microftalmia, anomalias cardíacas, geniturinárias e gastrintestinais).

No caso da nossa aluna voluntária o uso de talidomida pela mãe, foi com o objetivo de combater os sintomas do enjoo. Entretanto, o seu uso durante a gestação acabou restringindo o crescimento dos membros do bebê. Nossa aluna voluntária foi acometida nos membros superiores e inferiores. Porém, amenizou os efeitos e limitações dos membros superiores, visto que, realizou uma cirurgia nos braços que devolveram sua funcionalidade. Portanto, o acometimento do problema de crescimento e funcionamento se restringiu apenas aos membros inferiores, suas pernas, o que acarretou o uso de cadeiras de rodas.

METODOLOGIA

Este trabalho apresenta a descrição/narrativa da vivência no CrossFit perante a presença e auxílio de uma pessoa em cadeira de rodas e as adaptações realizadas para sua participação nos treinamentos. A experiência nos treinamentos que aconteceram, com duração de uma hora, na Newin CrossFit, na cidade de Dourados-MS, três vezes por semana, às segundas, quartas e sextas-feiras, de fevereiro à novembro do ano de 2023 detalhando as formas de adaptações que utilizamos para que nossa aluna, que faz uso de cadeira de rodas, pudesse realizar os treinamentos.

Metodologicamente a pesquisa é classificada como descritiva, pois tem o objetivo de descrever as adaptações realizadas para que a aluna pessoa em cadeira de rodas consiga participar ativamente dos treinos; qualitativa, pois envolve a coleta de dados descritivos obtidos no envolvimento direto dos pesquisadores com a aluna focando no processo de

treinamento. A técnica de coleta de dados é a observação participante e a análise vai partir da descrição dos exercícios e movimentos possíveis para a aluna. Tudo isso culmina no relato de experiência ao aplicar intervenção através do CrossFit com uma pessoa em cadeira de rodas (Bogdan; Biklen, 2003; Lakatos; Marconi, 2017).

Nossa aluna, iniciou no Crossfit no segundo semestre do ano de 2022, possui má formação das pernas, mas tem movimento acima dos joelhos, ou seja, por mais que ela tenha decidido não realizar uma amputação na desarticulação dos joelhos ou transtibial, podemos dizer que seus joelhos atuam como pés. Ainda assim, ela faz uso da cadeira de rodas no seu dia-a-dia para trabalhar, treinar, jogar basquete, mas acaba que nas suas atividades em casa, ela anda de joelhos, para realizar atividades domésticas e pessoais como tomar banho. Estas informações fomos descobrindo com o tempo, o que nos levou a mudar as práticas dela também nas aulas. Assim, a partir do segundo semestre de 2023 começamos a colocar ela no chão para trabalhar mais a mobilidade de quadril, lombar e pernas, dando mais movimento aos seus treinos e como ela mesma ressalta contribuindo para sua vida diária, diminuindo algumas dores que ela sentia ao se movimentar em casa.

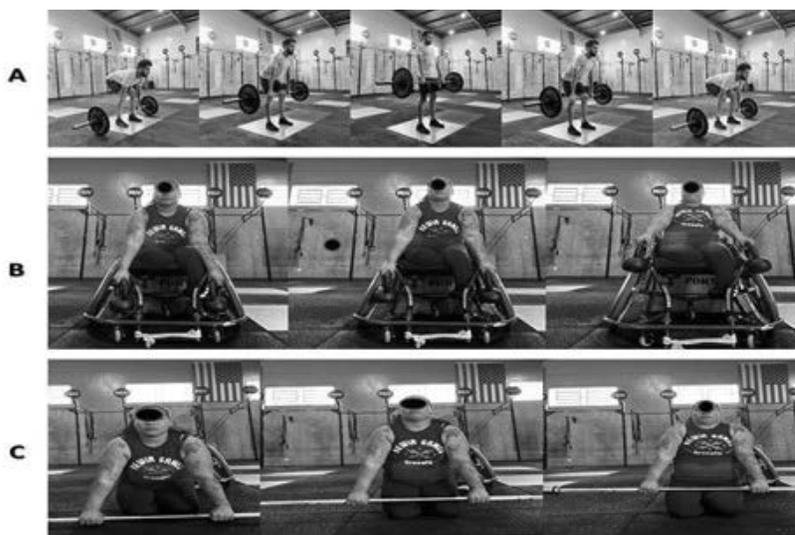
ADAPTAÇÕES DO CROSSFIT PARA ALUNA EM CADEIRA DE RODAS

Nesta seção serão mencionados alguns exercícios e as adaptações que são feitas para que a pessoa em cadeira de rodas tenha um estímulo semelhante ao exercício proposto no treino. Primeiramente é demonstrado o exercício sem adaptações (figuras A) e posteriormente, o exercício com as devidas adaptações (figuras B) e as variações (figuras C).

a) Deadlift:

Para a realização do Deadlift - movimento em que a barra sai do chão e sobe até o quadril, começando agachado e ficando ereto - a aluna faz uso de dois kettlebells, um em cada mão, o peso sai de um apoio na cadeira e ela faz o trabalho lombar mais exigido do movimento, trazendo os pesos até ficar com a coluna ereta. Ou no solo, onde se faz uso de uma barra de 15kg, podendo ou não colocar anilhas com mais carga, e a aluna tira a barra do chão trazendo-a até a altura do quadril (ver as figuras 01, 02 e 03).

Figura 1 - A - movimento deadlift sem adaptação. B - Aluna realizando deadlift na cadeira de rodas. C - Aluna realizando deadlift no chão.



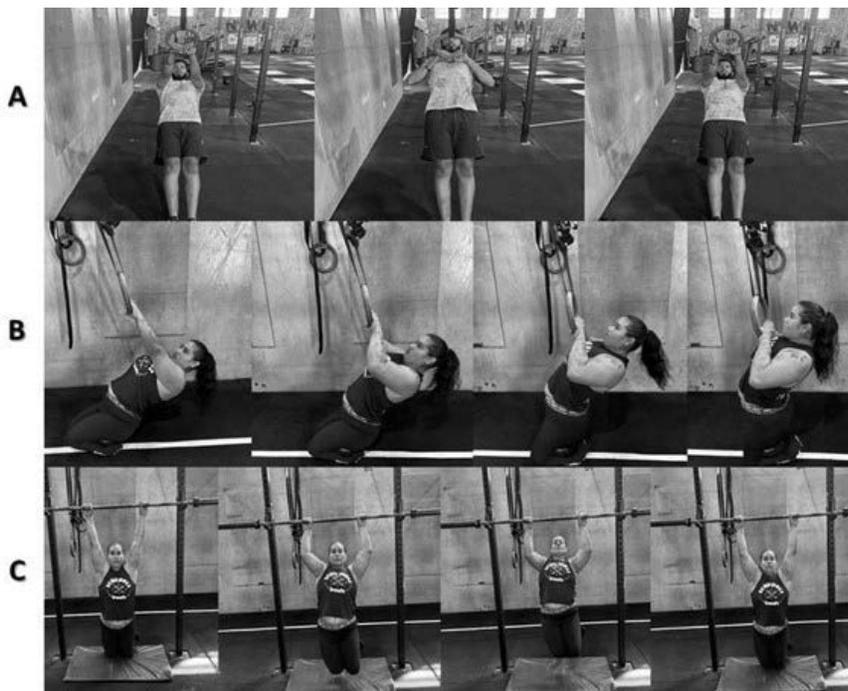
Fonte: Foto de treino, acervo dos autores.

Figura 2 - A - Instrutor realizando o movimento de saltos com a corda. B - Aluna em cadeira de rodas realizando adaptações de salto com uma corda. C - Aluna em cadeira de rodas realizando adaptações de salto com duas cordas.



Fonte: Foto de treino, acervo dos autores.

Figura 3 – A – Demonstração do movimento da flexão de braços na argola. B - Aluna na cadeira de rodas realizando adaptação de movimento na argola. C - Aluna na cadeira de rodas realizando adaptação de movimento na barra fixa.



Fonte: Foto de treino, acervo dos autores.

b) Saltos de corda (Single ou double under e Cross Over)

Single under – salto de corda simples; *Double under* – dois giros de corda a cada salto; *Cross Over* – salto de corda cruzando e descruzando os braços. A adaptação nos saltos de corda é utilizar uma ou duas cordas grandes e largas de sisal torcido rotacionando-as, o que exige mais força e resistência para a execução do movimento.

c) Flexão de braços na barra fixa ou puxada alta

Variamos entre fazer uso das argolas com a pessoa em cadeira de rodas no chão ou colocamos uma barra mais baixa, mas isso concede menos autonomia a pessoa em cadeira de rodas, pois a barra não é fixa é precisamos ter uma pessoa apoiando a barra para prevenir acidentes na execução, o que não acontece nas argolas que são fixas.

d) Push Jerk

No push jerk, que é um tipo de levantamento em que o peso passa dos ombros para cima da cabeça com a ajuda de um dip, a atleta realiza na cadeira ou no chão e sobe a barra saindo do seu colo.

Figura 4: A – Demonstração do movimento de push jerk. B - Aluna realizando adaptação de push jerk com barra



Fonte: Foto de treino, acervo dos autores

e) Box Jumps ou Step Box Over

Nos box jumps ou step box over, que são subidas ou saltos na caixa a pessoa em cadeira de rodas sobe, senta e desce da caixa essa subida é feita com os braços, ou ela faz o movimento de subida e descida da anilha de joelhos mas, precisa de apoio para os braços.

Figura 5: A – Demonstração do movimento box jumps ou step box over. B - Aluna realizando adaptações de exercícios na caixa. C - Aluna realizando adaptações de exercícios nas anilhas.



Fonte: Foto de treino, acervo dos autores

f) Rope Climb

Na escalada ela se deita no chão e sobe até ficar totalmente ereta com o auxílio da corda.

Figura 6: A – Movimento do rope climb. B - Aluna realizando adaptações da escalada na corda.



Fonte: Foto de treino, acervo dos autores



g) Run ou Remo

As corridas são substituídas por corrida com a cadeira dentro do Box, ou remo, onde tentamos manter a mesma distância e ela trabalha os braços.

Figura 7: A – Movimento de execução do remo. B - Aluna realizando corrida com a cadeira de rodas dentro do box. C – Aluna executando o movimento do remo com a cadeira de rodas e com apoio da cadeira.

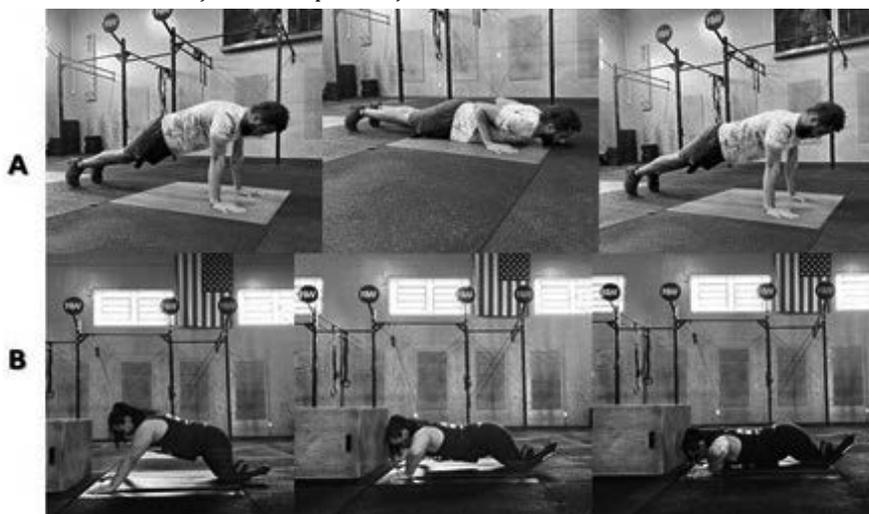


Fonte: Foto de treino, acervo dos autores

h) Push Up

A flexão de braços ela faz com as pernas/joelhos no chão, pois tem o movimento de quadril, que consegue subir para executar a flexão da melhor forma.

Figura 8: A – Demonstração do movimento de push up (flexão de braço). B - Aluna realizando flexão de braços com o apoio do joelho.



Fonte: Foto de treino, acervo dos autores

i) Air Squat

No agachamento onde o quadril é jogado para trás e para baixo, devendo ficar abaixo do joelho a pessoa em cadeira de rodas usa a caixa como apoio e estando de joelhos joga o quadril para trás.

Figura 9 – A – Demonstração do movimento air squat (agachamento). B - Aluna realizando agachamento com e sem apoio da caixa com apoio no joelho.

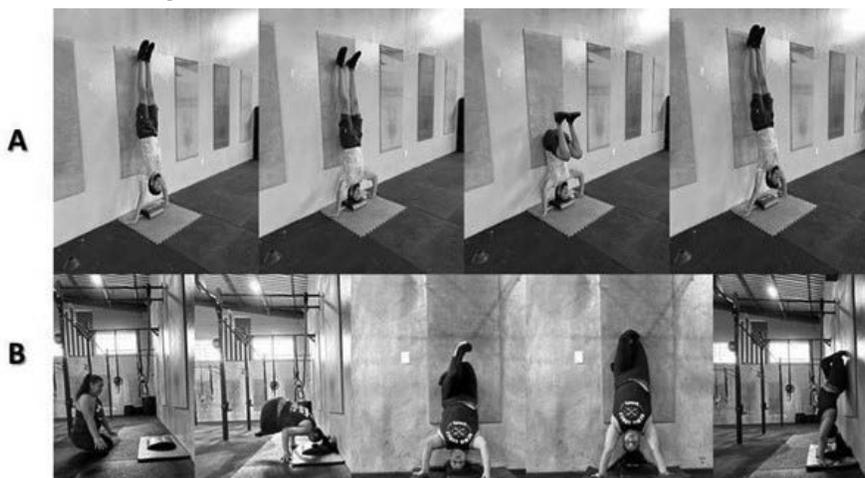


Fonte: Foto de treino, acervo dos autores

j) Handstand Pushup

No Handstand Pushup uma flexão realizada de cabeça para baixo com parada de mão ela já consegue fazer a parada de mão e consegue emendar uma série curta de pelo menos cinco flexões.

Figura 10: A - Demonstração do movimento handstand pushup. B - Aluna realizando Handstand Pushup.



Fonte: Foto de treino, acervo dos autores

No geral, nos movimentos destinados a parte inferior do corpo se não conseguimos fazer um movimento semelhante com ela de joelhos adaptamos para algo que ativam os músculos da parte superior ou core, buscando fazer com que ela sempre execute um movimento no local do indicado para a aula. Sempre vamos testando os limites e antes de adaptarmos, observamos o que ela consegue executar, o que ela é capaz de fazer, tentando melhorar e o que não consegue, adaptamos.

Constatamos, após experiência e contato direto durante meses de treinamento, que é possível a realização do treino completo por uma pessoa com limitação, visto que os movimentos de membros inferiores foram adaptados, em alguns casos para trabalho de abdômen ou de membros superiores. As tentativas de adaptações também proporcionaram que a aluna saísse da cadeira de rodas e experimentasse movimentos no chão, fato que nos trouxe mais possibilidades de adaptações pois a aluna tinha movimentação de quadril e coxas, membros que eram pouco movimentados no dia a dia devido ao uso da cadeira. Dessa for-

ma, a aluna pode trabalhar membros pouco utilizados, aumentando sua funcionalidade e melhorando suas tarefas no cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tentativa de refletir sobre o CrossFit para todos, mostramos as adaptações de alguns movimentos para que uma pessoa em cadeira de rodas consiga vivenciar o Crosstraining e atinja resultados positivos para seu corpo, bem como consiga se inserir em nossa comunidade. Trouxemos também uma visão do CrossFit para além da estética, pensando mais nas experiências em grupo e na inclusão. Por fim, deixamos este momento para pensar como esta experiência pode contribuir na futura prática escolar.

Acreditamos que essa vivência e convivência no projeto Programa Paradesporto em Rede e, especificamente, com pessoas em cadeira de rodas nos mostra muito sobre a capacidade das pessoas e suas superações. Neste sentido, seja qual for o ambiente, na escola, no clube, no trabalho, temos que desmistificar o empecilho que muitas vezes pensam que as pessoas com deficiência são limitadas, e os impedem de viver distintas experiências por medo e acabam os deixando intimidados e inseguros.

Ao mesmo tempo é função do professor motivar, incentivar e fornecer as condições necessárias para inclusão do aluno com deficiência nas atividades, ou seja, ele deve realizar adaptações de acordo com a necessidade da pessoa para que ela entenda que é capaz de realizar tarefas que poderiam parecer impossíveis, trazendo-lhe confiança e a capacidade de enfrentar dificuldades e superar desafios (Silva, 2021).

No mais podemos utilizar práticas como a do Crossfit para mostrar que a pessoa com deficiência precisa não apenas de acolhimento, mas também de confiança, precisa que a família, a escola e a sociedade como um todo acreditem na sua capacidade e na possibilidade de construir seu próprio processo de aprendizagem de forma ativa e participativa (Silva, 2021).

Ademais, quando questionamos nossa aluna sobre suas expectativas antes de ir para o Crossfit e a experiência que vivencia um ano após sua entrada ela mencionou: “Olha para falar a verdade eu não sabia que crossfit era para todo mundo eu nunca me vi fazendo esse tipo de exercício” [...] “Eu hoje vejo que todos, pessoa em cadeira de rodas ou qualquer

outra deficiência pode fazer, porque testam nossos limites [...] eu como pessoa em cadeira de rodas digo que me sinto forte e surpresa, em tão poucos meses pude perceber o resultado de melhoria em todos os aspectos e vou dizer até como mulher minha autoestima melhorou muito sabe, quando falo para alguém o que é crossfit todos falam nossa ela faz crossfit [...] faz a diferença, não só corpo físico ele nos deixa preparados para enfrentar nossos Limites”.

Ela relatou: “Minhas expectativas não eram muitas eu cheguei a pensar vou ir por ir mesmo não vou ter condição de fazer o que o crossfit tem a oferecer por ser pessoa em cadeira de rodas, muitas vezes me sentia incapaz, mas o crossfit me ensinou que ser pessoa em cadeira de rodas não me impede de ser uma versão melhor de mim mesma a cada dia”.

E finalizou dizendo: “A experiência é muito boa, tem me feito muito bem fisicamente e principalmente mentalmente, em todos os sentidos eu quero deixar claro que me ajudou muito, me ajudou a me sentir bem fisicamente com meu corpo e mentalmente por conta da depressão. Aquele ambiente me faz muito bem, me tira várias risadas, me faz feliz [...] quando estou naquele ambiente esqueço de todo o resto, pois aquelas pessoas (professores, auxiliares e colegas) me incentivaram a não desistir, além de se importarem com todos e ainda nos mostram que não temos limites, e não nos tratam com diferença, somos todos iguais”.

Enfim, a experiência no crossfit nos permite perceber que antes de dizer que o aluno é incapaz de fazer algo temos que tentar e permitir a ele esta vivência e se ele realmente não conseguir, nós adaptamos e tentamos fazer com que ele participe da melhor forma possível.

REFERÊNCIAS

Bogdan, R. S.; Biklen, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. 12.ed. Porto: Porto, 2003.

Cândido, Y. A. **Crossfit E a Incidência De Lesões: Uma Revisão Integrativa Da Literatura**. Repositório Institucional da UCB. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ucb.br:9443/jspui/handle/123456789/12709>. Acesso em: 18.jul/2023.

Castro, C. G. S. O.; Paumgarten, F. J. R.; Silver, L. D. **O uso de medicamentos na gravidez**. Ciência & Saúde Coletiva, 9(4):987-996, 2004.

Figueiredo, R. D. A.; Araújo, B. L F.; Cruz, G. S.; Vasconcelos, L. D M.; Mota, M. L. B. R.; Sousa, M. N. A. Talidomida na gestação: efeitos, período de sensibilidade e propriedades teratogênicas. **Revista Interdisciplinar em Saúde**, Cajazeiras, 7 (1): 1147-1160, 2020. DOI: 10.35621/23587490.v7.n1.p1147-1160.

Glassman, G. What is fitness. **CrossFit journal**, v. 1, n. 3, p. 1-11, 2002.

Glassman, G. Understanding crossfit. **CrossFit journal**, v. 56, n. 1, 2007.

Glassman, G. O Guia de treinamento de nível 1. **CrossFit Journal**. Direitos Autorais CrossFit, Inc., 2018.

Lakatos, E. M.; Marconi, M. A. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Li, X. EFFECTS OF CROSSFIT PRACTICE ON THE PERFORMANCE OF BASKETBALL ATHLETES. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte** [online]. 2023, v. 29 [Accessed 2 June 2024], e2023_0033. Available from: <https://doi.org/10.1590/1517-8692202329012023_0033>. Epub 07 Apr 2023. ISSN 1806-9940. https://doi.org/10.1590/1517-8692202329012023_0033.

Manske, G. S.; Romano, F. Medicalização, controle dos corpos e Crossfit: uma análise do site CrossFit Brasil. **Textura**. n. 33, 2015.

Paine, J; Uptgraff, J; Wylie, R. **A Crossfit study. Special Report Comand and General Staff College**. 2010; 32-44.

Silva, I. Y. A. **A Educação Inclusiva Na Educação Física Escolar E O Papel Do Professor**. 2021. TCC (Monografia Graduação). Licenciatura em Educação Física. a Faculdade Ages de Senhor do Bonfim. Ago, 2021.

Tibana, R. A.; Almeida, L. M. Prestes, J. CROSSFIT® RISCOS OU BENEFÍCIOS? O QUE SABEMOS ATÉ O MOMENTO? - DOI: <http://dx.doi.org/10.18511/0103-1716/rbcm.v23n1p182-185>. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 23, n. 1, p. 182-185, 2015.

Yimeng, Z. Effects Of Crossfit Training On Body Function And Movement Performance Of Aerobic Athletes. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte** [online]. 2023, v. 29 [Accessed 2 June 2024], e2023_0019. Available from: <https://doi.org/10.1590/1517-8692202329012023_0019>. Epub 07 Apr 2023. ISSN 1806-9940. https://doi.org/10.1590/1517-8692202329012023_0019.

ANÁLISE DA PERCEÇÃO DA FAMÍLIA SOBRE OS BENEFÍCIOS DO PARADESPORTO BRASIL EM REDE PARA O DESENVOLVIMENTO GLOBAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Juliana Aparecida de Paula Schuller¹

Jaciaria Paula Oliveira de Jesus Garcia¹

Matheus Felipe da Silva Pereira¹

juliana_schuller@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Os direitos das pessoas com deficiência ainda são temas amplamente debatidos e discutidos em diversas esferas da sociedade. Embora avanços significativos tenham sido feitos ao longo dos anos, a inclusão plena dessas pessoas continua sendo um desafio. Como apontam Azevedo e Fernandes (2021), observa-se que, mesmo com as legislações e esforços inclusivos, muitas pessoas com deficiência ainda enfrentam situações de exclusão, principalmente no que se refere ao acesso aos seus direitos mais básicos. Esse cenário reflete a necessidade de uma contínua reflexão e ação para promover a verdadeira inclusão, que não se limita apenas à criação de leis, mas também à sua efetiva implementação e à transformação das práticas sociais.

As políticas públicas voltadas para a inclusão das PcD vêm desempenhando um papel crucial na promoção de uma sociedade mais justa e equitativa. No Brasil, essas políticas encontram respaldo em legislações como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão - LBI) e tratados internacionais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, ratificada pelo país (Brasil, 1988; ONU, 2006). Tais marcos legais buscam garantir às PcD acesso aos mesmos direitos que as demais pessoas, especialmente no que diz respeito à participação em atividades sociais, culturais, educacionais e esportivas.

¹ Universidade Federal de Mato Grosso - Faculdade de Educação Física FEF

Embora a legislação brasileira esteja avançada em termos de garantia de direitos, sua implementação prática ainda enfrenta desafios, como falta de acessibilidade, preconceito e limitações em políticas efetivas de inclusão. Segundo Mazzotta e D'Antino (2011), a construção de uma sociedade inclusiva exige não apenas a criação de normas, mas a adaptação contínua de espaços e práticas sociais que permitam a plena participação das PcD. Nesse contexto, o esporte, em particular o paradesporto, surge como uma ferramenta estratégica para a inserção social e o desenvolvimento global das PcD, promovendo autonomia, saúde física, mental e emocional, além de maior interação com a comunidade.

Uma das políticas públicas mais relevantes no campo do paradesporto é o Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR), desenvolvido pelo Ministério do Esporte. Criado com o intuito de expandir o acesso ao esporte adaptado em todo o território nacional, o PPBR se configura como um importante instrumento de inclusão, uma vez que visa garantir a equidade no acesso ao esporte para pessoas com diferentes tipos de deficiência, sem restrição de idade. Além disso, o programa atua na promoção da formação continuada de profissionais e no desenvolvimento de núcleos de prática esportiva adaptada em Instituições Federais de Ensino Superior, conectando acadêmicos e docentes em uma rede nacional.

O PPBR é direcionado a pessoas com diferentes tipos de deficiência, incluindo deficiências física/motora, sensorial (visual e auditiva), intelectual, surdo-cegueira, além de pessoas com deficiências múltiplas, síndromes e transtornos, como o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). O programa também se destaca por integrar indivíduos de diferentes faixas etárias, promovendo a inclusão de pessoas em diferentes estágios de vida, com foco no desenvolvimento físico, emocional e social. Esse contexto reflete o compromisso das políticas públicas com a inclusão ampla e integral das PcD.

A análise da percepção das famílias em relação ao PPBR é essencial para compreender como o programa impacta diretamente a vida dos participantes. As famílias desempenham papel fundamental nesse processo, sendo muitas vezes as principais incentivadoras da participação dos indivíduos com deficiência em atividades esportivas. Assim, a partir

da visão dos familiares, torna-se possível avaliar os benefícios do programa em diferentes dimensões, como a melhora da saúde, o aumento da autoestima e a maior socialização.

Com base nesse contexto, o objetivo deste estudo é investigar a percepção das famílias sobre os benefícios do Paradesporto Brasil em Rede (PPBR) no desenvolvimento físico, emocional e social das PcD. Além de validar as ações já implementadas, espera-se que esta pesquisa possa fornecer subsídios para a melhoria contínua do programa e para o desenvolvimento de novas políticas públicas que garantam maior equidade e acesso ao paradesporto para todos.

DESENVOLVIMENTO

Este estudo foi realizado no âmbito do Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR), na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), com o objetivo de compreender as percepções das famílias dos participantes do programa. A pesquisa é qualitativa e exploratória, buscando descrever experiências e opiniões.

A escolha da abordagem qualitativa deve-se à natureza subjetiva e complexa das experiências e percepções das famílias envolvidas no PPBR. Como o objetivo do estudo é compreender profundamente os impactos do programa sobre o desenvolvimento físico, emocional e social dos participantes, bem como as percepções dos responsáveis sobre os benefícios e desafios enfrentados, foi essencial utilizar uma metodologia que permitisse a exploração detalhada dessas vivências. A entrevista semiestruturada, caracterizada por sua flexibilidade, oferece uma oportunidade única para capturar narrativas individuais, garantindo que as vozes dos participantes sejam ouvidas em suas próprias palavras. Dessa forma, a abordagem qualitativa possibilita um entendimento mais holístico e contextual das motivações, valores, barreiras e sugestões, permitindo que temas emergentes fossem explorados com maior profundidade do que seria possível em métodos quantitativos ou estruturados (Minayo, 2012).

Os participantes da pesquisa foram pais ou responsáveis de atletas praticantes da modalidade de atletismo do PPBR. Ao todo, foram entrevistados 10 pais ou responsáveis, 8 do sexo feminino e 2 do sexo masculino, selecionados de forma intencional.

As entrevistas foram realizadas durante o mês de julho de 2024, nas dependências da Universidade Federal de Mato Grosso. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, que permitiram uma conversa aberta e orientada por cinco categorias principais:

1. **Motivação e Benefícios:** Explora as razões pelas quais as famílias ingressaram no PPBR e o impacto percebido no desenvolvimento dos participantes.
2. **Experiência Pessoal:** Relata histórias de sucesso ou desafios enfrentados pelas famílias durante a participação no programa.
3. **Valores e Cultura do Esporte:** Investiga como o PPBR influenciou valores familiares, como resiliência, comprometimento e trabalho em equipe.
4. **Barreiras e Limitações:** Identifica obstáculos enfrentados durante a participação no PPBR e como foram superados (ou não).
5. **Recomendações e Melhorias:** Sugestões das famílias para o aprimoramento do programa, especialmente em relação à infraestrutura e recursos.

As entrevistas foram gravadas com o uso de aparelho celular e, posteriormente, transcritas para análise. Diferentemente da análise de conteúdo tradicional, optou-se por uma abordagem mais descritiva. As respostas dos entrevistados foram categorizadas conforme as cinco áreas de interesse listadas anteriormente. As declarações mais relevantes foram diretamente inseridas no estudo para ilustrar as percepções e opiniões dos entrevistados, sem a necessidade de uma codificação extensiva ou criação de novas categorias.

Torna-se importante ressaltar que todas as normas éticas de pesquisa foram seguidas:

- **Consentimento informado:** Os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa e autorizaram a gravação das entrevistas.
- **Privacidade e confidencialidade:** As identidades dos participantes e seus dados foram mantidos em sigilo. Nos resultados, os mesmos serão definidos de R1 a R10.
- **Respeito aos participantes:** As entrevistas foram conduzidas de maneira ética, valorizando a narrativa de cada entrevistado.

Com a realização das entrevistas semiestruturadas e a categorização das respostas dos pais ou responsáveis pelos participantes do Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR), foi possível reunir uma série de relatos que destacam as diversas experiências vividas no âmbito do programa. A seguir, serão apresentados os resultados obtidos a partir dessas entrevistas, organizados em torno de cinco eixos principais: motivação e benefícios, experiência pessoal, valores e cultura do esporte, barreiras e limitações, e recomendações para melhorias. Esses relatos fornecem uma visão mais aprofundada sobre como o PPBR impacta não apenas o desenvolvimento dos participantes, mas também a dinâmica familiar e a percepção dos responsáveis em relação aos benefícios proporcionados pelo paradesporto.

MOTIVAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PPBR

Nesta categoria exploramos as razões pelas quais os participantes e/ou os seus familiares buscaram ingressar no PPBR e, os relatos apresentados pelos pais ou responsáveis, demonstram que diferentes motivações os impulsionaram a inscrever seus filhos no Programa Paradesporto Brasil em Rede. Dentre estas destacamos que, na perspectiva dos pais, a participação de seus filhos no programa propiciaria o desenvolvimento físico e motor, a superação de possíveis inseguranças, a integração social, além da descoberta de possíveis habilidades específicas e a participação em competições esportivas. Além disso, o papel de conexões pessoais e o forte apoio familiar foram fatores determinantes para a adesão ao programa.

Os pais buscam no esporte uma oportunidade para aprimorar habilidades motoras, tanto finas quanto grossas, essenciais para o desenvolvimento motor de crianças com deficiência. Tal fato fica evidenciado nas respostas a seguir:

“A questão de locomoção motora fina, grossa... A parte de alfabetização, a parte de socialização, pra ela acaba sendo mais difícil. Então, a gente[...] resolveu dela estar praticando o esporte, porque o esporte, ele inclui as pessoas, né? Na maioria das vezes, ele está incluindo as pessoas para rendimento dela mesmo, né?” (R1).

Identificamos que os pais buscam programas esportivos, como o PPBR, com o objetivo de promover o desenvolvimento global de seus filhos, principalmente em áreas como a socialização, autoconfiança e habilidades motoras. O esporte, ao atuar como uma ferramenta integradora, ajuda a aprimorar tanto as habilidades motoras finas quanto grossas, essenciais para a autonomia e a qualidade de vida das crianças com deficiência. De acordo com Cardoso (2011); Silva, et al. (2013); Santos e Damatto (2024), “o esporte adaptado desempenha um papel fundamental no desenvolvimento motor de crianças com deficiência, auxiliando na coordenação, equilíbrio e força muscular, promovendo, assim, maior autonomia e independência em suas atividades diárias”. Dessa forma, o esporte não apenas proporciona melhorias físicas, mas também contribui para o desenvolvimento psicológico e social, áreas que os pais frequentemente desejam fortalecer.

A fala de R2 ressalta tal afirmação:

“O F. sempre demonstrou muita insegurança... O ponto clímax de tudo foi quando ele ficou sem o guia uma hora antes da corrida e ele disse pra mim que estava tranquilo, que estava seguro, e ele conseguiu o primeiro lugar”.

Além dos fatores acima mencionados, o esporte serve como uma ferramenta de superação pessoal, desenvolvendo autoconfiança e promovendo a segurança em atividades que antes causavam desconforto. Para pessoas com deficiência, esses desafios se tornam conquistas significativas que ampliam sua autoconfiança e autoimagem, tal como afirmado por R7: *“Decidimos participar para que meu filho se sinta capaz de superar suas dificuldades”.*

Ao praticar esportes, as pessoas experimentam situações que demandam resiliência e adaptação, superando medos e desconfortos. De acordo com Pereira et al. (2012), e ainda Noce (2022), esse processo ajuda a fortalecer a autoestima, permitindo que a confiança em suas próprias habilidades cresça de forma consistente. Assim, o esporte serve como um catalisador para a autossuperação, promovendo uma sensação de autonomia e segurança.

A busca por socialização e a interação social também foi uma motivação recorrente: *“Agora no projeto melhorou a socialização dele e*

esse ano ele começou na corrida de rua.” (R2); ou ainda: “Para o desenvolvimento dele achamos importante interagir e crescer com pessoas iguais a ele”, (R8).

Na dimensão social, a prática esportiva é amplamente reconhecida por seus benefícios, sendo um importante fator de desenvolvimento social. O esporte contribui para a formação do cidadão, promovendo princípios, valores morais e éticos, ao mesmo tempo em que estimula uma intensa interação social. Por meio do esporte, são cultivados o espírito de equipe, o companheirismo, a solidariedade e o respeito mútuo, além de promover o aprendizado e a educação nas relações interpessoais. Esses aspectos tornam o esporte uma ferramenta essencial não só para o desenvolvimento físico, mas também para a superação pessoal, ao promover autoconfiança e segurança, como visto na categoria de valores e cultura do esporte (Celestino e Pereira, 2017).

A oportunidade de participação em competições com apoio adequado, também foi um dos motivos apresentados pelos pais para inserir seus filhos no programa, conforme apontado por R3: *“Ele juntou-se porque tinha alcançado índice para competir nos jogos escolares”.*

Apesar de o objetivo principal do PPBR não ser a competição, nossa parceria com o Centro Paralímpico de Várzea Grande nos aproxima do contexto competitivo, proporcionando uma oportunidade valiosa para os participantes vivenciarem esse ambiente, o que pode ser fundamental para o desenvolvimento esportivo e pessoal de muitos deles.

Impacto Percebido no Desenvolvimento dos Participantes

Quando desafiamos os pais a refletirem sobre os benefícios que a participação nas atividades do PPBR causa em seus filhos, os pais foram consistentes ao afirmarem que participar do atletismo, além de todos os outros fatores acima mencionados, acarretou ainda em uma melhora significativa na socialização das crianças. Asseguram que os participantes criaram amizades no próprio grupo ao longo do tempo de participação no programa, fato que facilitou o processo de se tornarem pessoas mais comunicativas e abertas, como relatam R1: *“Primeiro de tudo foi a socialização, que agora ela se socializa melhor devido às amizades que são feitas ao longo do tempo”* e R10: *“Ele melhorou as relações interpessoais dele, né? Porque ele vem pro projeto, ele interage com as outras crianças do projeto”.*

Assim sendo, a superação da timidez e o fortalecimento das relações interpessoais são indicados como um dos principais impactos positivos.

Além dos benefícios sociais e emocionais, os pais e responsáveis destacam os impactos positivos que o Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR) tem gerado na saúde física dos participantes. A prática esportiva tem se mostrado uma ferramenta fundamental para promover o desenvolvimento físico e o controle de problemas de saúde entre os jovens com deficiência. Conforme relatado por uma das mães entrevistadas, a participação no PPBR trouxe mudanças significativas para sua filha: *“Quando viemos para cá, M. era bem gordinha e depois que começaram as atividades ela deu uma bela de uma esticada, emagreceu, os exames dela estão sempre em dia”*, (R1).

Outro exemplo desse impacto físico positivo é relatado pelo pai de um dos participantes: *“Na vida dele, o esporte tem sido maravilhoso. Transforma muita coisa, ajudou até na parte física dele, como problemas de intestino preso, graças a Deus, agora está tudo funcionando bem”*, (R4). Essa fala evidencia como o esporte pode atuar diretamente na melhoria de aspectos fisiológicos importantes, trazendo qualidade de vida aos jovens.

Essas transformações físicas são respaldadas pela literatura, que destaca como o envolvimento regular em atividades esportivas adaptadas pode promover ganhos expressivos no desenvolvimento motor, controle de peso e bem-estar geral de crianças e adolescentes com deficiência. Além disso, a prática esportiva proporciona benefícios emocionais e psicológicos que estão interligados à saúde física. O esporte não só melhora o condicionamento físico dos participantes, como também atua no fortalecimento da autoestima e na motivação, resultando em um impacto positivo global no bem-estar dos indivíduos (Contreira et al., 2015). A mãe de outro participante (R10) relatou também que: *“seu filho passou a encarar os treinos com mais responsabilidade e determinação, refletindo diretamente em sua saúde e desempenho”*.

Com base nesses relatos e evidências, fica claro que o PPBR, ao proporcionar um ambiente adequado para a prática esportiva, contribui significativamente para o desenvolvimento físico e a promoção da saúde dos seus participantes, ajudando a prevenir e controlar problemas de saúde, além de melhorar a qualidade de vida dos jovens com deficiência.

A questão da autoestima e do crescimento pessoal é um dos aspectos mais evidentes nos relatos dos pais sobre o impacto do Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR) na vida de seus filhos. Muitos pais destacam como seus filhos, ao participarem das atividades esportivas, passaram a sentir-se mais confiantes, valorizados e motivados em diferentes áreas da vida. A autoestima dos participantes melhorou de forma significativa, especialmente no contexto escolar e social. Um exemplo claro é o relato da mãe de F., que menciona como seu filho passou a ser valorizado pelos colegas da escola após participar das atividades físicas e obter bons resultados nas provas: *“Ele melhorou a autoestima na escola porque os colegas passaram a valorizá-lo, porque está praticando uma atividade física, porque tem conseguido bons resultados nas provas”, (R10).*

Esse reconhecimento externo é fundamental para o desenvolvimento de uma autoestima saudável, especialmente em crianças e jovens que enfrentam desafios devido à deficiência. O crescimento pessoal também é notável nos relatos. A participação no esporte não apenas oferece uma atividade física, mas também proporciona oportunidades de superação pessoal, como descreve R4: *“No início houve toda uma insegurança de deixá-lo participar, a questão até dele poder viajar, e hoje para a gente é assim todo um diferencial”.*

O envolvimento com o esporte não só melhora a confiança em si mesmos, mas também abre novas perspectivas para o futuro, incentivando o desenvolvimento de metas e objetivos pessoais. Em suma, a participação no PPBR tem sido fundamental para a construção de uma autoestima sólida e para o crescimento pessoal dos jovens com deficiência, ajudando-os a enfrentar desafios com mais segurança e confiança.

Após as análises, identificamos nesta categoria, que as famílias veem no PPBR não apenas uma oportunidade de inclusão, mas também uma ferramenta essencial para promover o crescimento físico, emocional e social dos participantes, fortalecendo suas habilidades e proporcionando uma qualidade de vida significativamente melhorada.

EXPERIÊNCIA PESSOAL

Nossa intenção neste quesito foi desafiar aos pais que relatassem histórias de sucesso ou desafios enfrentados durante a participação no

PPBR e, assim foi feito. As famílias trouxeram relatos marcantes que mostram tanto histórias de superação quanto os desafios enfrentados durante essa jornada. O impacto do esporte no desenvolvimento dos filhos é evidente, seja no ganho físico, na inclusão social ou no fortalecimento dos laços familiares.

Um fator chave para esses resultados é a parceria entre o PPBR em Cuiabá – MT e o Centro de Referência Paralímpico (CRP) de Várzea Grande. Essa colaboração tem feito a diferença na vida dos atletas. A literatura já aponta que ambientes bem estruturados são essenciais para o desenvolvimento do paradesporto, principalmente quando envolvem infraestrutura adequada e assistência técnica especializada, como afirmam Silva e Teixeira (2022). Nesse contexto, a parceria não apenas proporciona suporte técnico, mas também cria espaço para que os atletas compartilhem suas vivências e superem desafios juntos, o que fortalece sua resiliência e crescimento pessoal.

Um exemplo claro é o F. Ele intensificou os treinos e começou a acumular medalhas de ouro, tudo isso em um ambiente que favorece seu desenvolvimento técnico e competitivo. *“O F. intensificou os treinos, ele encara o treinamento com uma maior responsabilidade, fica ansioso pelas provas. Depois do projeto aqui, na categoria dele, só teve medalha de ouro nas competições”*, (R10).

Da mesma forma, M. também se beneficiou do treinamento conjunto no COT com o CRP, se destacando rapidamente em competições regionais e nacionais. R5 afirma: *“O sucesso foi imediato! Logo ele foi campeão regional em Brasília e, já em seguida, fomos para o nacional em São Paulo. Muitas medalhas no peito”*.

Além do aspecto competitivo percebemos o impacto do paradesporto na inclusão social e no empoderamento das pessoas com deficiência. No caso da M., a participação na natação trouxe resultados além do físico. Para seu responsável, esse momento é uma oportunidade de unir a família e criar novas amizades:

“A natação é muito boa para ela, ela adora, e é a parte onde a gente também consegue incluir a família. Como somos só nós quatro, nessas horas conseguimos estar juntos, e as amizades que fizemos aqui são ‘topzera’, (R1).

Segundo Sá e Rabinovich (2006) a rede de apoio familiar desempenha um papel crucial no fortalecimento dos vínculos e na organização da vida da criança com deficiência física, ampliando suas oportunidades ao contribuir para o aumento da autoestima e para o desenvolvimento de suas habilidades. Para entender melhor essa dinâmica familiar, é essencial considerá-la dentro de um contexto mais amplo, que envolva fatores ecológicos e sociais interligados. Portanto, essa parceria tem sido fundamental para garantir aos atletas uma base sólida de treinamento, onde a troca de experiências e o suporte entre atletas e técnicos resultam em grandes conquistas, tanto nas competições quanto no crescimento pessoal de cada participante.

VALORES E CULTURA DO ESPORTE

As famílias dos participantes do Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR) relatam que o programa não só impacta o desenvolvimento físico e social dos participantes, mas também promove valores culturais e esportivos que se refletem no cotidiano dos atletas e de suas famílias. O esporte, como parte central do programa, vai além das competições e medalhas, contribuindo para o fortalecimento da responsabilidade, independência e inclusão social.

A literatura aponta que o esporte adaptado oferece um ambiente de crescimento pessoal, onde os atletas são desafiados a superar suas limitações e desenvolver habilidades cruciais para a vida cotidiana. Silva et al. (2013: 680), afirma que: *“Explicar ou descrever o esporte adaptado exige, mais do que elencar conteúdos e fatores condicionantes, considerar que ele tem o poder de transformar a vida dos sujeitos que com ele se relacionam, assim como tais indivíduos podem modificá-lo”*.

Em nossa pesquisa, nossos atletas também são afetados pelo esporte, R6 ressalta que:

“Ele aprendeu a ser mais responsável em questão de cuidar das próprias coisas dele, seja uma roupa, um tênis, calça, o cadarço, por exemplo, ele mesmo que amarra, porque antes era tudo a mamãe, né?”

E, a parceria de sucesso entre o PPBR e o Centro de Referência Paralímpico (CRP) de Várzea Grande fortalece esse desenvolvimento. Como observa R10:

“Eu vejo esse comprometimento com os atletas em si, no bem-estar dos atletas, não só para que eles alcancem os primeiros lugares, mas que eles se sintam valorizados, que eles se sintam pertencentes à nossa comunidade”.

Essa valorização não apenas influencia positivamente a vida dos atletas, mas também impacta suas famílias. A fala de R10 ilustra isso: *“A família inteira torce, né, e agora F. fica motivando a gente também a praticar esporte. [...] Essa rotina foi transferida também pra família, com certeza”.*

Além disso, a inclusão social promovida pelo PPBR e o CRP é reforçada pelo senso de pertencimento e comunidade que o programa cultiva. Segundo Martins e Gielke (2019) ressaltam, o esporte adaptado tem a capacidade de dar um novo significado à vida dos atletas, promovendo a inclusão ao reforçar a percepção de competência e a construção de uma identidade pessoal voltada para o papel de atleta, e não de pessoa com deficiência. Nesse contexto, a prática esportiva oferece um ambiente propício ao crescimento pessoal, onde os desafios impostos ajudam a superar limitações e a desenvolver habilidades essenciais para o dia a dia.

Essa dimensão se reflete nos relatos das famílias: *“Sim, muito, antes ele era mais acomodado. Ele é adolescente, tá mais rebelde às vezes, mas devagar a gente vai conseguindo chegar lá”, (R8).*

Dessa forma, o esporte não apenas desenvolve habilidades motoras e condicionamento físico, mas também transforma o atleta em um cidadão mais consciente e engajado. Ele contribui diretamente para a construção de valores, como disciplina e responsabilidade, que transcendem o ambiente esportivo e são aplicados no dia a dia.

BARREIRAS E LIMITAÇÕES

As barreiras e limitações enfrentadas pelos participantes do Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR) são múltiplas e afetam diretamente a participação e o desenvolvimento dos atletas. As questões de logística e transporte surgem como um dos desafios mais comuns para muitas famílias. Embora muitos dos atletas do Centro de Referência Paralímpica do Município de Várzea Grande venham com transporte cedido pela prefeitura do Município, não são todos os atletas que tem este benefício, principalmente os que residem em Cuiabá.

Embora alguns participantes não enfrentem grandes dificuldades com a locomoção, como observado no relato de R1, essa é uma realidade para muitos atletas e suas famílias:

“Dificuldades vocês (professores) que enfrentam, né? Eu creio que assim, de nossa parte a gente não tem dificuldade, né, pra essa parte da locomoção de estar vindo pra cá, né, porque nós não moramos tão longe daqui, né, fica mais próximo, então essa parte da locomoção a gente não tem dificuldade não”, (R1).

O caso acima não é regra. Conforme afirma Maranhão (2021) a realidade das pessoas com deficiência no transporte público é ainda mais desafiadora do que para pessoas sem deficiência, evidenciando o sofrimento diário enfrentado por elas. O autor observa que a análise da quantidade de ônibus adaptados e em conformidade com as normas do Estatuto da Pessoa com Deficiência e da NBR 14022 revela claramente as dificuldades enfrentadas por essas pessoas para exercer direitos fundamentais, como a liberdade de locomoção, e os impactos sobre outros direitos. Neste sentido a falta de transporte público acessível e confiável é uma barreira significativa para a prática regular de atividades físicas por pessoas com deficiência. As falhas no funcionamento de elevadores em ônibus adaptados e a falta de infraestrutura adequada são problemas recorrentes, forçando muitas famílias a improvisarem e encontrarem maneiras de garantir a participação dos filhos, como relatado por R5:

“Transporte meu, é o ônibus. Mas, isso nunca me impediu de fazer nada por ele, eu sempre fiz e sempre vou continuar fazendo. Tem imprevistos, às vezes o ônibus não funciona, o elevador, essas coisas, mas a gente dá um jeito e vem”.

Esse cenário reflete a falta de políticas públicas que promovam a inclusão através da melhoria de acessibilidade no transporte, o que é essencial para garantir a plena participação de pessoas com deficiência em programas como o PPBR.

Outro obstáculo relevante está relacionado à carga horária de treinos. De acordo com o relato de R2, atletas mais avançados demandam

mais tempo de treinamento para continuar evoluindo, o que levanta a questão da adequação da estrutura de programas de paradesporto. Uma limitação de carga horária nos treinamentos impacta negativamente o desenvolvimento dos atletas, tanto em termos físicos quanto psicológicos e a falta de tempo suficiente para treinar pode inibir o progresso e a motivação dos atletas, além de dificultar a conciliação com outras atividades, como a escola, conforme mencionado por R10:

“Olha, o maior obstáculo acho que foi a escola em ceder o F pra treinar, mas a escola prontamente nos atendeu, pois num primeiro momento o treinamento dele é no horário da aula de Educação Física, então a escola teve que fazer toda essa adaptação, então foi o obstáculo que a gente teve no início, mas assim, que já de cara foi superado e resolvido, porque até a escola apoia também o F” (R10).

Esses desafios evidenciam a necessidade de uma organização mais flexível e adaptada às demandas específicas dos atletas. A questão das barreiras físicas, especificamente em relação à deficiência motora, também foi um tema recorrente nos relatos. R3 destacou que, para seu filho, treinar com uma deficiência na perna é um exercício diário de superação: “Por ele ter a deficiência na perna, treinar e competir é uma superação todo dia”.

Segundo Brazuna e Castro (2019), o esporte adaptado o esporte ajuda a construir uma percepção de competência e identidade pessoal que transcende a deficiência, permitindo que os atletas se vejam e sejam vistos principalmente como atletas e não apenas como pessoas com deficiência. Contudo, esses desafios precisam ser acompanhados de um suporte técnico adequado e de infraestruturas que possibilitem a prática segura e eficiente. A criação de ambientes inclusivos, que levem em consideração as limitações físicas dos atletas, é um ponto crucial para garantir o desenvolvimento pleno de suas habilidades e para que possam superar seus próprios limites, como enfatizado por R9: “O desafio é superar o próprio limite”.

Uma barreira particularmente relevante no PPBR está relacionada à inclusão de atletas autistas, conforme apontado por R4:

“Da nossa grande Batalha com ele é que, apesar dele ter o autismo, ele não é englobado em quase todas as categorias, porque ele tem que ter um déficit cognitivo que ele não tem, né? Apesar de sabermos que o atleta com autismo ele tem várias deficiências, independentemente do nível de suporte que ele tenha, ele é uma categoria à parte. Então, isso que nós batalhamos agora, é justamente incluir o autismo como um todo, e não por exemplo, “o autista tem que ter deficiência cognitiva”, que são poucos que tem tal deficiência”.

O relato evidencia que, embora o autismo seja considerado uma deficiência, muitos atletas que não apresentam déficit cognitivo acabam sendo excluídos de determinadas categorias esportivas, pois, atualmente, o autismo por si só não é uma classe elegível nos Esportes de Rendimento de acordo com o Código Internacional definido pela ICP (ICP, 2024). Isso acontece porque, quando falamos em autismo, os critérios diagnósticos do podem variar de acordo com o nível de necessidade e suporte que a pessoa no espectro apresenta. Essa exclusão impede que muitos atletas encontrem um espaço de pertencimento dentro do esporte, o que impacta diretamente sua motivação e desenvolvimento.

Além dos desafios físicos e logísticos, há também os aspectos emocionais e sociais. A prática esportiva adaptada é frequentemente vista como uma ferramenta para a construção da autoestima e do senso de pertencimento social dos atletas com deficiência. Seron et al. (2021), afirmam que o esporte adaptado ajuda os atletas com deficiência a construírem uma identidade positiva, não mais associada apenas à deficiência, mas também à sua condição de atleta. Além disso, o ambiente esportivo desafia os atletas a superarem seus limites e desenvolverem habilidades essenciais para sua integração social mais ampla (Brazuna e Castro, 2001). Essa dimensão psicológica e emocional do esporte adaptado é essencial para entender as barreiras enfrentadas pelos participantes, que vão além das limitações físicas e logísticas, afetando diretamente sua percepção de autovalorização e pertencimento.

Portanto, a superação das barreiras enfrentadas pelos participantes do PPBR exige uma abordagem multifacetada, que aborde tanto as questões estruturais quanto as emocionais e psicológicas. A criação de ambientes inclusivos, o apoio técnico especializado, a flexibilização das

instituições de ensino e a melhoria da acessibilidade são apenas algumas das medidas necessárias para garantir que os atletas com deficiência possam atingir seu pleno potencial no esporte.

RECOMENDAÇÕES E MELHORIAS

Diversos responsáveis manifestaram a importância de manter o programa em funcionamento contínuo, como R1 pontuou com entusiasmo: “Esses projetos fazem diferença na vida dessa molecadinha. Certo, faz demais.” Além desse apelo pela continuidade, várias famílias sugeriram ajustes na carga horária das atividades, com R2 indicando que “a carga horária poderia ser maior”, o que ampliaria ainda mais os benefícios sentidos pelos participantes.

A questão da acessibilidade ao local dos treinos também foi levantada por R3, que sugeriu melhorias no transporte, mencionando que “se no futuro o ônibus passasse mais próximo, seria melhor”, pois atrasos no transporte público acabam prejudicando a assiduidade dos participantes.

Outro ponto relevante foi a necessidade de adaptação para condições climáticas adversas. R4 destacou que seu filho não teve oportunidade de treinar em condições de chuva, o que prejudicou sua performance em competições. Nesse sentido, foi sugerido que “a criação de um espaço interno para treinos em dias chuvosos ou a experiência de treinar sob chuva” seria fundamental para preparar melhor os atletas para situações competitivas. Esse tipo de vivência é essencial para que os atletas estejam prontos para enfrentar desafios em competições externas, que nem sempre acontecem sob condições ideais.

Também houve sugestões quanto à estrutura física, como R5 comentou sobre a necessidade de uma rampa na escadaria para facilitar o acesso ao local: “Precisaria de uma rampa naquela escadaria, porque a gente precisa dar a volta para poder chegar aqui”.

Outro ponto de destaque foi a sugestão de R6 sobre a captação de mais recursos e a busca por parcerias. Ele sugeriu que a universidade desenvolva uma estratégia mais eficiente para divulgar os projetos de extensão e atrair apoio: “A UFMT precisa criar uma estratégia para divulgar os projetos de extensão de forma mais eficiente”. A captação de recursos externos é vital para garantir a sustentabilidade e a expansão do programa.

Os elogios à equipe e ao impacto do programa na vida dos participantes também foram pontos recorrentes. R2 mencionou que “toda a equipe sempre muito acolhedora”, ressaltando o ambiente positivo que o programa oferece aos atletas e suas famílias. Essa atmosfera de acolhimento é vista como um fator importante no engajamento dos participantes e no sucesso do programa.

R9 expressou sua satisfação com as melhorias já realizadas no projeto, afirmando que “melhorou e muito” e elogiando a implementação da nova pista de borracha. Já R7 destacou o carinho e respeito com que as crianças são tratadas, comentando: “O projeto tem tudo de melhor pros nossos filhos tratando-os sempre com muito carinho e respeito, sou muito grata a todos que fazem parte”.

As sugestões apresentadas pelos pais e responsáveis refletem uma visão positiva do Programa Paradesporto Brasil em Rede, ao mesmo tempo que apontam áreas onde melhorias podem ser feitas. A necessidade de ajustes na carga horária, melhorias no transporte e estrutura física, além da preparação dos atletas para condições adversas, são questões práticas que podem otimizar ainda mais os benefícios do programa. A busca por parcerias e mais recursos também é vista como essencial para sua continuidade e expansão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR) tem se consolidado como uma iniciativa essencial no cenário do paradesporto nacional, oferecendo oportunidades de inclusão e desenvolvimento para pessoas com deficiência. Este estudo teve como objetivo analisar a percepção dos familiares dos participantes do PPBR sobre os benefícios do programa no desenvolvimento global de seus filhos, bem como identificar sugestões de melhorias. A partir de entrevistas semi-estruturadas com os pais ou responsáveis, foi possível compreender o impacto positivo do programa em diversos aspectos, como a inclusão social, o desenvolvimento físico e psicológico, e a integração familiar.

As categorias de análise abordadas no estudo, incluindo os valores culturais e esportivos, as barreiras e limitações enfrentadas pelos participantes, e as sugestões de melhorias, demonstram a complexidade das necessidades e expectativas que envolvem o PPBR. Os familiares

destacaram o valor do projeto não apenas como um meio de promover a prática esportiva, mas também como uma ferramenta para o desenvolvimento integral dos atletas, englobando questões emocionais, sociais e até acadêmicas.

As respostas dos pais evidenciaram um reconhecimento claro dos benefícios do programa, como a melhora na autoestima e autonomia dos participantes. Além disso, o ambiente acolhedor e o suporte dado pela equipe técnica foram amplamente elogiados, mostrando a importância do preparo profissional no atendimento às demandas específicas de cada tipo de deficiência. As sugestões oferecidas, tais como o aumento da carga horária, a proximidade do transporte e a adaptação da estrutura física para atender melhor às condições adversas, como chuva, refletem uma busca contínua por melhorias que podem fortalecer ainda mais o impacto do PPBR.

No contexto das políticas públicas, o PPBR é um exemplo concreto de como ações governamentais, em parceria com universidades e outros agentes, podem promover a inclusão efetiva das pessoas com deficiência. O fortalecimento de parcerias e a captação de recursos são fundamentais para a continuidade e expansão do programa, de forma a atender um número crescente de participantes e garantir a sustentabilidade a longo prazo.

Em síntese, este estudo reafirma a importância de programas como o PPBR para o desenvolvimento global de pessoas com deficiência, não apenas no âmbito esportivo, mas também em termos de inclusão social e cidadania. As percepções dos pais e responsáveis demonstram o papel vital que o programa desempenha na vida dos atletas e suas famílias, ao proporcionar vivências únicas, apoio contínuo e um espaço de crescimento e superação. As sugestões apresentadas pelos familiares indicam que, embora o PPBR já seja uma iniciativa de grande sucesso, há sempre espaço para aprimoramentos, especialmente no que diz respeito à logística, estrutura e diversificação das atividades. A continuidade e expansão do programa dependem de uma articulação eficaz entre políticas públicas, universidades e a sociedade civil, com vistas a assegurar a promoção do paradesporto como um direito e uma oportunidade para todos.

REFERÊNCIAS

Azevedo, M M de; Rossi, L; Fernandes, S A F. Trabalho e educação: instrumentos de inclusão da pessoa com deficiência na sociedade. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, [S. l.], v. 13, n. 29, p. 136–158, 2021. DOI: 10.58422/repesq.2021.e1039. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/1039>. Acesso em: 27 ago. 2024.

Brazuna, A.; Castro, J. O esporte adaptado e suas implicações sociais. **In: Anais do Congresso Internacional de Educação Física. 2019**. Disponível em: <http://www.cic.fio.edu.br/anaisCIC/anais2019/pdf/03.10.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2024.

Brazuna, M R.; Castro, E M. A trajetória do atleta portador de deficiência física no esporte adaptado de rendimento: uma revisão da literatura. **Motriz**, 2001. Disponível em: <https://paradesporto.unifesp.br/repositorio/trabalhos/118d24966959a82d13c48054662286ba59f4.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

Brasil. [Constituição (1988)]. Constituição da república federativa do brasil de 1988. **Brasília, DF: Presidente da República**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao.htm. Acesso em: 27 ago. 2024.

Cardoso, V D. A reabilitação de pessoas com deficiência através do desporto adaptado. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 33, n. 2, p. 529–539, abr. 2011.

Celestino, T.; Pereira, A. Os valores e a ética no desporto adaptado: uma revisão bibliográfica. **Desporto e Atividade Física para Todos – Revista Científica da FPDD**, v. 3, n. 1, p. 20–28, 2017.

Contreira, A R. et al. Satisfação das necessidades psicológicas básicas no esporte adaptado: percepção de atletas paranaenses de basquete em cadeira de rodas. **In: Anais do VI Congresso Internacional De Pedagogia Do Esporte / III Congresso Internacional De Educação Física E Esporte Olímpico**, 2015. Disponível em: <http://eventos.uem.br/index.php/def/cipe/paper/view/2025/1332>. Acesso em: 27 ago. 2024.

INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE (IPC). IPC Classification - Paralympic Categories & How to Qualify. Disponível em: <https://www.paralympic.org/classification>. Acesso em: 25 ago. 2024.

Mazzotta, M J S; D’antino, M E F. Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer. **Saúde e Sociedade**, v. 20, n. 2, p. 377–389, abr. 2011.

Maranhão, I V P. A acessibilidade nos transportes públicos do brasil como um fator limitante de direitos das pessoas com deficiência. **Jusbrasil**, 2021. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-acessibilidade-nos-trans>

portes-publicos-do-brasil-como-um-fator-limitante-de-direitos-das-pessoas-com-deficiencia/874278436. Acesso em: 25 ago. 2024.

Martins, B M; Gielfe, S. E. O esporte como meio de integração e convívio social com pessoas de mobilidade reduzida. In: **Anais do XVIII CIC. UNIFIO**, 2019. Disponível em: <http://www.cic.fio.edu.br/anaisCIC/anais2019/pdf/03.10.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2024.

Minayo, M. C. de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. **12. ed. São Paulo: Hucitec**, 2012.

Noce, Franco. et al. A influência do exercício físico na qualidade de vida de pessoas com deficiência física. **Revista Brasileira de Psicologia do Esporte**, Brasília, v. 12, nº 3, out. 2022.

ONU. Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. **Nova York: Organização das Nações Unidas**, 2006.

Pereira, É F. et al. Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação sociocultural. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 26, n. 2, 2012.

Sá, S M P; Rabinovich, E P. Compreendendo a família da criança com deficiência física. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v. 16, n. 1, p. 68–84, 2006. DOI: 10.7322/jhgd.19782. Disponível em: <https://doi.org/10.7322/jhgd.19782>. Acesso em: 27 ago. 2024.

Santos, L. G. G.; Damatto, R. L. Esporte adaptado: uma oportunidade para pessoas com deficiência motora. **FIEP Bulletin On-line**, p. 625–634, 2024. Disponível em: <https://fiepbulletin.net>. Acesso em: 27 ago. 2024.

Seron, B. B. et al. O esporte para pessoas com deficiência e a luta anticapacitista dos estereótipos sobre a valorização da diversidade. **Movimento**, v. 27, p. e27048, 2021.

Silva, A. de A. C. E. et al. Esporte adaptado: abordagem sobre os fatores que influenciam a prática do esporte coletivo em cadeira de rodas. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 27, n. 4, p. 679–687, out. 2013.

Silva, L. O.; Teixeira, D. M. D. Análise de fatores críticos de sucesso no paradesporto por meio da percepção de treinadores (as) de equipes paradesportivas. **Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada, Marília**, v. 23, n. 2, p. 243–260, jul./dez. 2022.

APOIO: PROGRAMA PARADESPORTO BRASIL EM REDE

O PARADESPORTO NA UNIVERSIDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM AULAS DE PARABADMINTON PARA UNIVERSITÁRIO COM DEFICIÊNCIA

Bruna Lopes de Alcântara¹

Daniel Carlos Moraes da Silva¹

Erick Vynicius Barata Launé¹

Marília Passos Magno e Silva²

Anselmo de Athayde Costa e Silva²

bruna.alcantara@iced.ufpa.br

INTRODUÇÃO

O esporte está se transformando em uma ferramenta de êxito no que tange à inclusão social e educacional da pessoa com deficiência. O Programa de Extensão UFPA PARALÍMPICA/PPBR – oferece propostas de atividades físicas às pessoas com deficiência através de atividades desenvolvidas no Campus de Belém/PA, ocorrendo semanalmente. Essa iniciativa visa não apenas oferecer atividades físicas e esportivas para essa parte da comunidade, mas também promover o interesse pelo esporte e melhorar a qualidade de vida dessas pessoas. Além disso, busca-se proporcionar oportunidades de aprendizado e desenvolvimento para os estudantes que participam como monitores do projeto.

O Badminton moderno é um esporte de raquete que teve sua origem no jogo indiano chamado “tomfool”, que foi adaptado pelos colonizadores britânicos. Neste esporte, uma peteca com penas é utilizada em conjunto com uma raquete feita de cordas. Os primeiros jogos importantes para a criação do badminton foram praticados na Ásia em 2500 anos a.C (Guillain, 2002). Os soldados participavam de um jogo chamado *ti-jian-zi*, no qual eles trocavam com os pés um objeto, geralmente uma bola de couro pesada adornada com penas. Atualmente, esse jogo é conhecido como *chien-tsu* e é praticado com uma espécie de volante. As raquetes foram introduzidas pela primeira vez no Japão com *hagoita*.

¹ Universidade Federal do Pará.

² Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano.

Durante este período, os ônibus eram compostos pelos frutos da árvore Savonnier, que se pareciam com feijões e foram novamente equipados com penas (Cohen *et al.*, 2015).

O Badminton pode ser jogado individualmente ou em duplas, sendo que cada jogador (ou dupla) fica em uma metade da quadra retangular com 13,4 metros de comprimento, 6,1 metros de largura e dividida por uma rede de 1,55 metro de altura. O jogo começa com o saque, onde a peteca deve ser lançada sobre a rede e cair na área de saque da equipe adversária, em caso de partida em dupla, o saque deve ser feito na diagonal. Durante a partida, a peteca deve ser golpeada sobre a rede apenas uma vez por cada equipe. Além disso, o rali termina quando a peteca cai no chão ou quando uma das equipes comete uma falta (Cohen *et al.*, 2015). O esporte adaptado consegue mudar a vida das pessoas com deficiência, permitindo a elas serem incluídas em um meio que muitas vezes as exclui, que sofre com a falta dessa inclusão, isso faz com que a pessoa com deficiência se desenvolva tanto fisicamente como mentalmente, já que a inserção delas no meio do esporte as torna mais confiantes, elas começam a entender que elas têm capacidade de participar de algo, de estar em um lugar onde elas pensavam não poder estar (Brazuna; Castro, 2001).

Para Gorgatti e Costa (2005) além da melhora da aptidão física, o esporte adaptado auxilia em ganho de independência e autoconfiança para a realização das atividades diárias, além de uma melhora do autoconceito e da autoestima. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (2011), existem cerca de um bilhão de pessoas com deficiência no mundo e a expectativa de vida dessa população tem aumentado, principalmente em função do desenvolvimento tecnológico e das atualidades em saúde que colocam o exercício físico e a promoção da saúde como processos positivos da Qualidade de Vida (Gonçalves *et al.*, 2019). Dessa forma, é possível destacar os resultados esperados por meio desta atividade: permitir que as pessoas com deficiência testem seus limites, potencialidades e capacidades; proporcionar o desenvolvimento cognitivo, fisiológico, motor, afetivo e social; e otimizar a realização de atividades da vida diária.

Assim, espera-se possibilitar avanços na mobilidade, coordenação motora, percepção e tática de jogo, raciocínio lógico, esforço e supera-

ção, além do incentivo à iniciação ao esporte e à busca por participação em competições oficiais e de alto nível (Frank *et al.*, 2014). Logo, o estudo objetiva explorar e relatar, através do olhar dos bolsistas responsáveis pela modalidade, como as aulas de Parabadminton podem contribuir para a inclusão através da socialização e o desenvolvimento de habilidades motoras em alunos universitários com deficiência, destacando os benefícios físicos, emocionais e sociais dessa prática esportiva adaptada.

METODOLOGIA

Este estudo, de caráter descritivo, foi estruturado em modelo de relato de experiência e apresentou as vivências com a inclusão através da modalidade Parabadminton para um aluno com deficiência física, pautando-se em um relato de experiência. Assim, é importante salientar que este método não é, necessariamente, um relato de pesquisa acadêmica, contudo, trata do registro de experiências vivenciadas, podem ser oriundas de pesquisas, ensino e projetos de extensão universitária (Ludke; Cruz, 2010).

As aulas foram realizadas nas dependências do Ginásio Poliesportivo da Universidade Federal do Pará, campus Belém. Tais atividades foram realizadas uma vez por semana, das 14h30min às 16h, durante os meses de abril e maio de 2024, totalizando 6 encontros, sendo os três primeiros reservados para planejamento de atividades e os três últimos para vivências da modalidade. Os discentes responsáveis foram do curso de Educação Física da própria instituição e receberam bolsa através do Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR), do Ministério do Esporte, em parceria com o Programa UFPA Paralímpica.

Nesses, as atividades foram realizadas com um aluno, universitário, de 24 anos, que possui diagnóstico de Artrite Séptica e com vivência prévia da modalidade. Para a vivência da modalidade, as aulas seguiram a seguinte metodologia:

- *1º aula (dia 03/04/2024):*

Acolhimento e análise diagnóstica a respeito das vivências do aluno com a modalidade: Objetivo de criar um espaço seguro e acolhedor para os alunos compartilharem suas experiências, expectativas e

desafios relacionados à prática do parabadminton, além de realizar uma análise diagnóstica para entender melhor as necessidades individuais de cada aluno.

- *2º aula (dia 10/04/2024):*

Aperfeiçoamento de fundamentos (empunhadura e saque): Objetivo de aperfeiçoar a técnica de empunhadura e saque dos jogadores de parabadminton, garantindo uma base sólida para o desenvolvimento de habilidades mais avançadas.

- *3º aula (dia 08/05/2024):*

Aperfeiçoamento de tática de jogo: Com objetivo de aperfeiçoar a capacidade dos jogadores de tomar decisões táticas rápidas e eficazes durante uma partida de parabadminton.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante as aulas ministradas, observou-se que, durante o primeiro encontro, ocorrido no dia 03/04/2024, a vivência da modalidade se baseou no acolhimento do aluno através de uma conversa inicial para apresentação do Programa UFPA Paralímpica e do PPBR. Além disso, através desse momento, verificou-se a prévia identificação e prática do aluno com a modalidade, com participação em competições e eventos. Após a conversa diagnóstica sobre a condição do aluno quanto à prática esportiva, houve a prática da modalidade através de um jogo entre o aluno e bolsistas responsáveis. No segundo momento de vivência, no dia 10/04/2024, objetivou o aperfeiçoamento dos fundamentos empunhadura e saque. Para isto, realizou-se duas atividades, sendo a primeira visando a correta realização da técnica da empunhadura através da demonstração de movimentação e prática, e a segunda, caracterizada pela realização de saques consecutivos (Imagem 1).

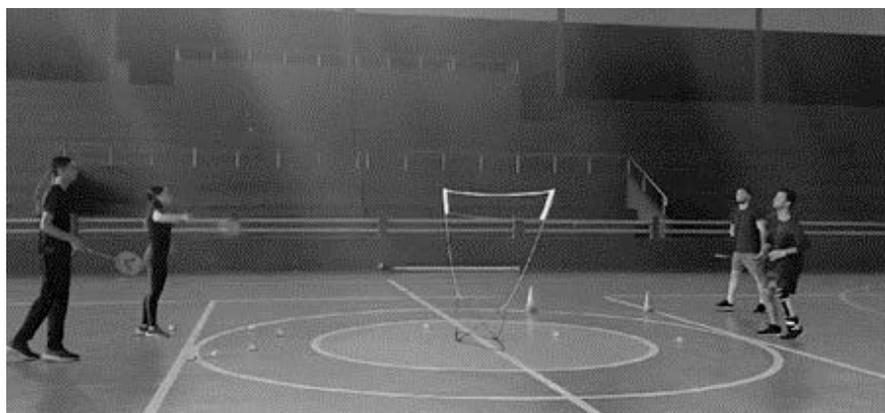
Imagem 1 - Registro da segunda aula de aperfeiçoamento de empunhadura e saque



Fonte: Autores (2024).

A vivência do dia 08/05/2024 foi baseada em quatro momentos, todos eles objetivando incentivar a tomada de decisões táticas rápidas e eficazes durante uma partida de parabadminton. Dessa forma, o primeiro momento foi caracterizado por exercícios de alongamento e conversa acerca da aula passada. Após, a segunda atividade se baseou no deslocamento entre cones e utilização de empunhaduras (forehand e backhand). Ademais, no terceiro momento se fez a prática e aperfeiçoamento de saque. Seguido deste momento, realizou-se uma partida em dupla (formada através de sorteio) entre o aluno e os bolsistas, momento em que pôde-se colocar em prática as estratégias táticas criadas durante a realização dos momentos anteriores (**Imagem 2**).

Imagem 2 - Registro da terceira aula de tática e estratégia no jogo de parabadminton



Fonte: Autores (2024).

Partindo das experiências citadas, viu-se que o Parabadminton é um esporte estruturado a partir da adaptação do Badminton convencional e está em ascensão no Brasil e no mundo, apresentando-se com futuro promissor (IPC, 2014). Este esporte é uma ferramenta com potencial de inclusão em diversos âmbitos da sociedade. No contexto universitário, a iniciação esportiva para pessoas com deficiência se faz importante, tanto para fatores físicos, sociais e emocionais (Melo, 2018).

Nos esportes de raquete são necessárias habilidades que incluem todas as variações de deslocamentos (locomotoras); equilíbrio estático e dinâmico no contato com a “bola” (estabilizadoras) e habilidades que garantam o aspecto mais marcante do esporte, a rebatida (manipuladoras) (Balbinotti *et al.*, 2009). Acerca das modificações para a prática do paradesporto, De Paula Junior (2019):

Percebe-se que as modificações no esporte tradicional, atendem às necessidades da pessoa com deficiência, sendo adaptável a diferentes realidades, com ou sem equipamentos (próteses, cadeiras de rodas, muletas, etc). A busca pela adequação do esporte visa atender ao maior número de praticantes e estabelecer com eles o vínculo de um estilo de vida mais ativo, a inclusão e melhor qualidade de vida. Tais regras e adequações ainda tem necessidade de revisão e atender à confederação da modalidade esportiva, a fim de oficializar a categoria (De Paula Junior, pg. 115, 2019).

A aplicação dessas novas contextualizações inclusivas afeta diretamente a prática das atividades físicas adaptadas e o conceito das aulas de Educação Física Escolar.

CONCLUSÃO

Diante das observações e vivências, concluiu-se que a prática do parabadminton abrange aspectos físicos e de sociabilidade. Pode-se destacar que essa modalidade esportiva não apenas oferece benefícios físicos, como melhora da coordenação motora e condicionamento físico, mas também proporciona um ambiente propício para a socialização e o fortalecimento das habilidades interpessoais. Além disso, as experiências emocionais positivas relatadas pelo aluno assistido ressaltam o impacto

significativo do parabadminton na autoestima e no bem-estar psicológico dos participantes. Portanto, diante das observações, conclui-se que as aulas de parabadminton não são apenas um meio de promover a inclusão, mas também uma ferramenta para capacitar os alunos universitários com deficiência, permitindo-lhes desenvolver todo o seu potencial, tanto dentro quanto fora do ambiente esportivo. Esta prática adaptada não só quebra barreiras físicas, mas também transforma mentalidades, construindo uma comunidade mais inclusiva e diversificada.

REFERÊNCIAS

Balbinotti, C; De Paula, P. Iniciação ao tênis na Infância: os primeiros contatos com a bola e a raquete. In: BALBINOTTI, C. et al. O Ensino do Tênis. Novas perspectivas de aprendizagem. **Porto Alegre: Artmed**, p.15-28, 2009.

Brazuna, M.; Castro, E. A trajetória do atleta portador de deficiência física no esporte adaptado de rendimento. Uma revisão da literatura. **Motriz**, 2001.

Cohen, C. et al. The physics of badminton. **New Journal of Physics**, v. 17, n. 6, p. 063001, 1 jun. 2015.

De Paula Júnior, C. A. et al. A inclusão de deficientes físicos e cadeirantes no esporte: adequação e validação da modalidade parapeteca. **REVISTA UNIARAGUAIA**, v. 14, n. 1, p. 105-116, 2019.

Frank, R; Borella, D R. Tênis de mesa paralímpico: uma proposta esportiva para pessoas com deficiência. **Revista Conexão UEPG**, v. 10, n. 1, p. 112-119, 2014.

Gonçalves, M. L., Bicalho, C. C. F., Noce, F. (2019). Análise da percepção da qualidade de vida em praticantes de musculação de um projeto social. **Arq Cien Esp**, 7(3):114-118, 2019.

Gorgatti, M G; Costa, R F da. Atividade física Adaptada: Qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. 2. ed. **Barueri, Sp: Manole**, 2008.

Grubano, E C. O Esporte Adaptado como fator de inclusão social para pessoas com deficiência física. **Guillain J-Y 2002 Histoire du Badminton** (Paris: Edições Publibook) pp 15-25, 2015.

IPC - International Paralympic Committee. IPC Governing board approves first 16 sports to be included in the Tokyo 2020 Paralympic Games. **Para-badminton to make its Paralympic Games debut at Tokyo 2020**. 2014. Disponível em: <<http://www.paralympic.org/news/ipc-governing-board-approves-first-16-sports-be-included-tokyo-2020-paralympic-games>> .Acesso em: 04 de maio de 2024.

Ludke, M.; Cruz, G. B. DA. Contribuições ao debate sobre a pesquisa do professor da educação básica. Formação Docente – **Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, v. 2, n. 3, p. 86-107, 18 dez. 2010.

Melo, F. A. P. D. Construção, validação de conteúdo e aplicação do protocolo avaliativo de iniciação esportiva em cadeira de rodas. **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**, 2018.

Organização Mundial Da Saúde - World Health Organization. **World report on disability. World Health Organization**. Disponível em: https://www.who.int/disabilities/world_report/2011/report.pdf. Acesso em: 12 de agosto de 2024.

A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DOS PAIS NA ROTINA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS DE CRIANÇAS COM TEA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Francisco Idelan Chaves Araujo¹

Vanessa Ellen Rodrigues Moura¹

Thiago Gadelha de Almeida¹

idelan.chaves08@aluno.ifce.edu.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata-se de um Relato de Experiência elaborado a partir das vivências dos professores do Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR). O programa é uma iniciativa do Ministério do Esporte voltada para o incentivo do paradesporto em institutos federais de educação superior, com discentes e docentes da área de educação física que estão conectados para expandir o alcance e a equidade no acesso ao paradesporto nas Regiões Norte e Nordeste.

O núcleo PPBR Limoeiro do Norte atende pessoas com deficiência intelectual e com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e os pais ou responsáveis. Com isso, o projeto busca incentivar a prática de exercícios físicos para crianças, jovens e adultos com deficiência e/ou transtornos. O autismo é um transtorno que afeta diversas áreas do indivíduo, tal como a comunicação, sociabilidade e pode gerar alta dependência em seus responsáveis para realizar tarefas do dia a dia (Pereira, 2011). Trabalhos ressaltam a importância do papel familiar no tratamento do autismo, mostrando que a família tem um poder de estimular o indivíduo a superar os desafios trazidos pelo TEA (Sprovieri, 2001; Serra, 2010; Maia Filho, 2016; Stiller, 2022).

Outro aspecto observado em portadores de TEA são atrasos motores que podem influenciar na qualidade de vida trazendo danos a atividades básicas do dia a dia como andar, correr, saltar e arremessar (Srinivasan, et al., 2014). Diante disso, quanto mais cedo a pessoa tiver

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará;

uma rotina de exercício físico, menores vão ser os atrasos motores, além de melhora metabólica e socioemocional (Toscano, 2018).

O objetivo deste trabalho é relatar a experiência dos bolsistas do PPBR em relação a participação dos pais na rotina de exercício físico de crianças com autismo e outros transtornos. A justificativa para este estudo está na importância de levar a prática de atividades físicas para pessoas com desenvolvimento atípico, tendo em vista que a participação dos pais na rotina de exercícios físicos pode ajudar a melhorar sua qualidade de vida e relação pai e filho.

A estrutura deste artigo está organizada da seguinte forma: a próxima seção apresenta o grupo de alunos e o local que são feitas as intervenções e as etapas desenvolvidas no programa; na seção três e, por fim, na última seção são realizadas as considerações finais.

DESENVOLVIMENTO

O local e a população participante do programa

O núcleo do programa é o Instituto Federal do Ceará (IFCE), localizado no município de Limoeiro do Norte/CE. O projeto conta com aproximadamente 30 alunos matriculados com idade entre quatro (4) a dezoito (18) anos de idade para a prática do Halterofilismo (onde adaptamos para musculação) e natação, realizada no *campus* centro de referência Cidade Alta.

Em parceria com a Associação de Pais de Autistas (APA) do município de Limoeiro do Norte, conseguimos boa parte dos nossos alunos, que, em sua maioria, são diagnosticados com TEA em diferentes níveis, mas também temos alunos com transtorno desafiador opositor (TOD), síndrome de down, Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), entre outros.

As aulas são realizadas na academia e piscina do *campus*, onde todos devem ir com roupas adequadas para a prática de cada modalidade oferecida. As intervenções são ministradas por alunos de graduação em Licenciatura em Educação Física, onde buscam estratégias para que os alunos e pais consigam praticar juntos e ter uma rotina de treino para melhorar a qualidade de vida, a interação e a socialização.

AS ETAPAS DESENVOLVIDAS NO PROGRAMA

Os alunos que participam das intervenções na academia têm sua ficha de treino individual (Tabela 1). As atividades são pensadas para a melhoria na qualidade de vida com trabalho em algumas dificuldades apresentadas pelos alunos, como força, caminhada e fortalecimento dos grupos musculares e articulações. Os professores auxiliam pais e alunos na execução dos movimentos corretos e monitoram para o bom funcionamento e zelo do ambiente.

Tabela 1: Ficha de treino de um dos alunos do PPBR.

	Aluno: Eric			
	Responsável			
	Dias da semana: segunda e quinta (turma 2)			
Exercícios	Séries	Repetições	Carga	Descanso
Supino reto	3	8-12	10kg	90seg
Leg 45º	3	8-12	40kg	90seg
Puxador frente	3	10-15	25kg	90seg
Agachamento com carga	3	8-12	4kg	60seg
Desenvolvimento (máquina)	3	10-15	25kg	90seg
Cadeira Extensora	3	10-12	25kg	90seg
Abdutora	3	15-20	30kg	90seg
Esterira, bicicleta ou elíptico				

Fonte: Autores.

O TEA apresenta níveis que indicam a gravidade do transtorno em cada pessoa, nível 1 (necessita de apoio), nível 2 (necessita um pouco mais de suporte) e nível 3 (necessita de muito suporte) (Vieira; Baldin, 2017). Diante disso, a participação dos pais é imprescindível para que os alunos do programa possam ter um suporte maior durante as atividades e se sintam mais seguros/confortáveis em um ambiente novo na rotina deles.

Imagem 1: Registro dos professores, alunos e pais participantes do programa PPBR.



Fonte: Autores.

Imagem 2: Registro dos professores, alunos e pais participantes do programa PPBR.



Fonte: Autores.

Grande parte dos alunos contemplados pelo programa são indivíduos de nível 1 e 2 que conseguem executar as atividades com mais independência. Por outro lado, alunos de nível 3 têm mais dificuldades de executar as atividades e necessitam que os professores acompanhem de



perto a execução e a presença dos pais nesses momentos ajudam os alunos a terem mais confiança e determinação nos exercícios físicos.

Imagem 3: Registro do professor auxiliando o aluno no supino reto.



Fonte: Autores.

Imagem 4: Registro de um aluno treinando com sua mãe.



Fonte: Autores.

Os conhecimentos acerca da inclusão social, bem como os direitos garantidos por lei não devem ser apenas colocados em uma comunidade utópica, mas que devem ser colocados em prática. Pois, adaptando para que haja a inclusão, proporcionamos alegria, diversão, saúde e qualidade de vida para esses indivíduos e promovendo da atividade física (Prado; Vinhas, 2013). Neste contexto possuem muitas reflexões sobre a importância da inclusão e integração do aluno com necessidades atípicas. A seguir, são algumas falas dos pais participantes do programa:

- Responsável 1: *“-Sempre que dá 19:00 o Rafael já sabe que é hora de ir pra academia. Ele fica me puxando para vir.”*
- Responsável 2: *“-Esse programa é ótimo né?! A gente poder acompanhar os filhos da gente e poder fazer os exercícios juntos, é até um relaxamento pra gente.”*
- Responsável 3: *“-A Grazi depois que começou a fazer academia já emagreceu muito, viu?”*

Com isso, é perceptível a importância do projeto para as famílias, que através de feedbacks diários mostram os efeitos do exercício físico na vida das crianças e dos pais e que afeta positivamente na qualidade de vida.

CONCLUSÃO

Diversos estudos mostram os efeitos benéficos do exercício físico em pessoas com TEA, tanto em sua qualidade de vida, como na diminuição de algumas características do autismo, como, agressividade, melhora na comunicação e na interação social (Lourenço, et al., 2015; Toscano, et al., 2018; Allison, et al., 1991; Lochbaum; Crews, 2003).

Cabe destacar que a participação do pais foi essencial para que houvesse a adaptação dos alunos no local e também ajudou para que os professores se aproximassem dos alunos e ganhar confiança através de seus responsáveis, levando em consideração a convivência no dia a dia e sabem a forma de cada aluno interagir com determinadas coisas e situações. A Educação Física, aplicada pelos bolsistas buscam abranger todos os alunos em suas diversidades, proporcionado ao aluno a conhecer o potencial e vencer seus limites, facilitando assim, a sua integração

sempre que possível nas aulas, promovendo a interação entre todos os participantes do programa.

Diante disso, o PPBR foi de extrema importância tanto para vida acadêmica, profissional e pessoal dos bolsistas. O princípio da equidade foi o primeiro passo para trabalhar com pessoas que possuem características próprias, o que é enriquecedor para o crescimento de qualquer estudante/profissional, principalmente na área da Educação Física. O Docente de Educação Física disponibiliza de técnicas e ferramentas para que o processo ocorra de forma adequada e, acima de tudo, respeitando as dificuldades e o tempo de desenvolvimento de cada indivíduo. (Cunha et al, 2009).

REFERÊNCIAS

Allison, D.V.; Basile, V.C.; Macdonald, R.B. Brief Report: Comparative Effects Of Antecedent Exercise And Lorazepam On The Aggressive Behaviour Of An Autistic Man. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v.21, n.3, p.379-384, 1991.

Cunha, A. S.; Cortez, M.; LÔ, E. N.; Pioner, R.; Freitas, B.; Goerl, D. B.. Relevância Da Educação Física Na Escola Inclusiva Para O Indivíduo Com Síndrome De Down. **X Salão de Iniciação Científica - PUCRS**, 2009. Disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs/XSalaoIC/Ciencias_da_Saude/Educacao_Fisica/71054-AMANDA_SOUZA_CUNHA.pdf>. Acessado em: 16 de jun. 2024.

Lochbaum, M.; Crews, D. Viability Of Cardiorespiratory And Muscular Strength Programs For The Adolescent With Autism. **Complementary Health Practice Review**, v.8, n.3, p. 225-233, 2003.

Lourenço, C. C. V. et al.. Avaliação Dos Efeitos De Programas De Intervenção De Atividade Física Em Indivíduos Com Transtorno Do Espectro Do Autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 21, n. 2, p. 319-328, abr. 2015.

Maia Filho, A. L. M. et al. A Importância Da Família No Cuidado Da Criança Autista / The Importance Of The Family In The Care Of Autist Children. **Saúde em Foco**, v. 3, n. 1, p. 66-83, 2016.

Pereira, C. C. V. Autismo E Família: Participação Dos Pais No Tratamento E Desenvolvimento Dos Filhos Autistas. **Revista de Ciências da Saúde Nova Esperança**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 52-59, 2011. Disponível em: <http://revistanovaesperanca.com.br/index.php/revistane/article/view/384>. Acesso em: 14 jun. 2024.

Prado, J. S.; Vinhas, T. S. A Ginástica Na Escola Como Forma De Inclusão De Pessoas Com Deficiência Física. (Trabalho de Conclusão de Curso), p. 1-29.

Biblioteca Univap, Universidade do Vale do Paraíba, Faculdade de Educação e Artes, Jacareí-SP. Disponível em: <<http://biblioteca.univap.br/dados/000004/000004c7.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2024.

Programa Paradesporto Brasil em Rede. Disponível em: <<https://www.gov.br/esporte/pt-br/acoes-e-programas/programa-paradesporto-brasil-em-rede#:~:text=O%20Programa%20PPBR%20consiste%20na>>. Acesso em: 18 jun. 2024.

Serra, D. Autismo, Família E Inclusão. *Polêm! ca*, v. 9, n. 1, p. 40-56, 2010.

Sprovieri, M. H. S.; Assumpção JR, F. B. Dinâmica Familiar De Crianças Autistas. **Arquivos de Neuro-Psiquiatria**, v. 59, n. 2A, p. 230–237, jun. 2001.

Srinivasan S.M.; Pescatello L.S.; Bhat A.N. Current Perspectives On Physical Activity And Exercise Recommendations For Children And Adolescents With Autism Spectrum Disorders. **Phys Ther.** 2014. doi: 10.2522/ptj.20130157.

Stiller, A.; Stiller, C. Relato Parental De Qualidade De Vida Em Crianças E Jovens Autistas: O Papel Do Apoio Social (Informal) Dos Pais E O Lazer Ativo Das Crianças. **Int J Dev Disabil.** 29 jun 2022. DOI: 10.1080/20473869.2022.2092935.

Toscano C.V.A.; Carvalho H.M.; Ferreira J.P.; Exercise Effects For Children With Autism Spectrum Disorder: Metabolic Health, Autistic Traits, And Quality Of Life. **Percept Mot Skills.** 2018. doi: 10.1177/0031512517743823.

Vieira, N. M.; Baldin, S. R. Diagnóstico E Intervenção De Indivíduos Com Transtorno Do Espectro Autista. **Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional**, v. 10, n. 1, 2017.

TRANSFORMANDO VIDAS ATRAVÉS DA ÁGUA: EXPERIÊNCIAS NO ENSINO DA NATAÇÃO PARA CRIANÇAS AUTISTAS

Luiz Gouveia da Silva Filho¹
Francisco José Alves Furtado¹
Thiago Gadelha de Almeida¹
luizpbce@gmail.com

INTRODUÇÃO

A prática da natação oferece uma oportunidade única para crianças autistas desenvolverem habilidades motoras, sociais e emocionais em um ambiente seguro e acolhedor. Este relatório de experiências detalha a jornada de um grupo de crianças autistas em suas primeiras aulas de natação, explorando como a atividade pode transformar suas vidas e melhorar seu bem-estar geral.

O objetivo principal desse relatório é documentar e evidenciar a experiência de ensinar a natação para crianças do Programa Paradesporto Brasil em Rede com transtorno do espectro do autista (TEA), destacando os benefícios observados, a metodologia aplicada, as adaptações necessárias para atender as necessidades específicas e individualizadas desse público.

De acordo com Souza, Silva e Pereira (2023), a natação tem se mostrado uma atividade benéfica para pessoas com autismo, contribuindo significativamente para o desenvolvimento motor, social e comportamental desses indivíduos. A prática regular deste esporte pode melhorar a coordenação motora, promover a interação social e reduzir comportamentos estereotipados, proporcionando uma melhor qualidade de vida para os praticantes autistas.

O Projeto foi realizado através do Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR), no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), em Limoeiro do Norte-CE. O projeto é uma iniciativa do Ministério do Esporte que visa promover atividades físicas e esporti-

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará;

vas gratuitas para pessoas com deficiência. As aulas foram ministradas durante um período de dez meses, as aulas ocorriam de duas a quatro vezes por semanas, das 18:30h às 20:00h. Participaram do projeto 30 crianças, com idades entre 4 e 18 anos, diagnosticadas com diferentes níveis de autismo e outros transtornos intelectuais. As aulas foram ministradas por estudantes do curso de Educação Física.

REFERÊNCIAL TEÓRICO

O Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR), coordenado pelo Ministério do Esporte, é uma iniciativa nacional que visa promover a inclusão e o desenvolvimento de pessoas com deficiência através da prática esportiva. Segundo informações do Ministério do Esporte (Brasil, 2023), o PPBR busca ampliar o acesso de atletas paralímpicos a infraestruturas esportivas de qualidade e a programas de capacitação técnica. Além disso, incentiva a participação desses atletas em competições nacionais e internacionais, contribuindo para o fortalecimento do esporte adaptado no Brasil e para a promoção de valores como inclusão e cidadania.

O autismo é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por desafios na comunicação social e comportamentos repetitivos. As pessoas com autismo podem apresentar uma ampla variedade de habilidades e necessidades, o que torna essencial uma abordagem personalizada no ensino e no suporte oferecido.

Estudos indicam que atividades físicas adaptadas, como a natação, podem ter um impacto positivo significativo na vida das crianças autistas, auxiliando no desenvolvimento motor, na redução de comportamentos estereotipados e na promoção do bem-estar emocional (Oliveira, 2020). Desse modo, diversas modalidades podem contribuir no desenvolvimento de crianças com (TEA), dentre elas, a natação é uma atividade física amplamente reconhecida por seus benefícios abrangentes para a saúde e o desenvolvimento humano.

No contexto do autismo, a natação oferece uma combinação de estímulos físicos e sensoriais que podem ser extremamente benéficos. A água proporciona um ambiente de baixo impacto que ajuda a melhorar a coordenação motora, a força muscular e a resistência cardiovascular. Além disso, a natação pode funcionar como uma terapia sensorial, aju-

dando a regular os estímulos sensoriais e reduzir a ansiedade em crianças autistas (Souza, 2019).

METODOLOGIA

Para iniciar este projeto, foi necessário adquirir uma especialização adequada no tema. Antes de começar as atividades, nós bolsistas fizemos vários cursos que forneceram a base teórica e prática necessária para trabalhar com crianças autistas no contexto esportivo. Dentre esses cursos, destaco o “Movimento Paralímpico: Fundamentos Básicos do Esporte”, oferecido pelo Comitê Paralímpico Brasileiro, que proporcionou conhecimentos essenciais sobre o esporte paralímpico. Além disso, concluí o “Curso de Iniciação Esportiva e Valores Olímpicos na Modalidade Natação”, promovido pelo Comitê Olímpico do Brasil, que abordou técnicas específicas e os valores fundamentais da natação. Por fim, participamos também do curso “Educação Inclusiva: Primeiros Passos”, oferecido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), que focou em estratégias e práticas inclusivas para a educação de crianças com necessidades especiais. Essas capacitações foram fundamentais para o desenvolvimento e implementação eficazes do projeto, garantindo um entendimento profundo das necessidades das crianças e das melhores práticas de ensino no contexto da natação.

Logo depois, foram examinadas estratégias de divulgação para atrair o público específico do projeto. Isso não foi um grande desafio porque há poucos projetos sociais gratuitos e abertos para um público específico em Limoeiro do Norte. Assim, conseguimos chegar a muitos cuidadores de crianças com autismo por meio dos veículos de comunicação e em colaboração com a Associação de Pais de Autistas (APA), uma organização comunitária da cidade, que atendia aos requisitos do projeto.

Recebemos inicialmente aproximadamente 30 inscrições, e o público-alvo eram pessoas com deficiência física, visual e intelectual, desde crianças até idosos. No entanto, a maioria das inscrições recebidas foi de crianças e adolescentes com autismo com idades entre 05 e 18 anos. Foi revelado que muitas dessas crianças também tinham outros problemas, como TDAH, dislexia, ansiedade, entre outros. Portanto, embora a maioria das crianças tivessem TEA, todas as crianças apresentavam caracte-

rísticas únicas. Por exemplo, havia crianças com comunicação verbal e não verbal, hiperfoco em um assunto ou objeto específico, estereotípias verbais e motoras, e diferentes graus de autismo. Assim, tornou-se difícil compreender as necessidades de cada um e conduzir a aula de maneira integral sem excluir ninguém.

As aulas ocorriam quatro dias por semana, dois dias para cada turma, das 18:30h às 20:00h. A aula foi dividida em dois momentos: o primeiro momento era o circuito motor e o segundo era sobre natação. Dessa forma, a aula de circuito motor começava com atividades de alongamento/mobilidade, em seguida, atividades recreativas destinadas a desenvolver habilidades fundamentais das crianças, como habilidades manipulativas (boliche, arremessar arcos, equilibrar a bola com um cone) e habilidades locomotoras (amarelinha, pega-pega, pular corda) com foco em melhorar o repertório motor. No segundo momento, a natação a aula era dividida da seguinte maneira: os alunos eram orientados juntos com seus pais para se banhar no chuveiro antes de entrar na piscina, onde foram explicadas as regras da piscina e cuidados para o procedimento da aula. Em seguida, era realizada atividades educativas de pernadas e braçadas e respiração lúdica foram realizadas na borda da piscina. Além disso, foram realizadas atividades recreativas para a adaptação ao meio líquido, um período de treinamento específico (braçada, pernada, respiração, flutuação...) e, por fim, um tempo livre e relaxante entre pais e filhos.

Por outro lado, a dificuldade mencionada anteriormente, sobre o público atípico ser único em suas características e necessidades, foi um obstáculo que foi percebido durante as aulas. Ao iniciar as aulas de natação, tinha uma turma composta por várias crianças autistas, sem levar em consideração o nível de desenvolvimento e aprendizagem de cada um, após a fase de adaptação ao meio líquido, ficou claro que não seria viável manter apenas uma turma com um grupo de alunos com características tão diversificadas, percebemos assim que a abordagem coletiva não estava atendendo de maneira eficaz a todos os alunos. Desse modo, decidimos então por meio de uma reunião com o coordenador do projeto e todos os bolsistas, dividir a turma em dois grupos menores, cada um com um foco específico. Um grupo foi direcionado para atividades voltadas ao desenvolvimento motor, utilizando exercícios e jogos

aquáticos que melhorassem a coordenação e o equilíbrio por meio da ludicidade e sempre com um aprendizado por trás da “brincadeira”. E o outro grupo concentrou-se no aprendizado do nado crawl, com técnicas adaptadas para ensinar esse estilo de natação. Essa divisão permitiu uma atenção mais personalizada e adequada às necessidades de cada criança, resultando em um progresso significativo e visível em ambos os grupos. Os alunos no grupo de desenvolvimento motor mostraram melhorias substanciais em suas habilidades básicas de movimentação e habilidades aquáticas, enquanto os do grupo de nado crawl começaram a nadar com mais confiança e técnica aprimorada, a evolução tornou-se notável, além disso, a participação e feedback dos pais nas aulas foram importantes para os métodos que estavam sendo utilizados.

A peça-chave que tornou tudo mais simples para trabalhar com crianças, é utilizar a ludicidade, através dela conseguimos obter grandes resultados por meios das brincadeiras. É importante mencionar que não é apenas o brincar por brincar, quando era pensado na aula a brincadeira tinha que haver uma intencionalidade a alcançar ou seja, uma brincadeira com alguma técnica por trás. Dentre as diversas brincadeiras que trabalhamos nas aulas, podemos citar o “Tapete mágico” (O aluno tinha que caminhar em tatames e saltar dentro da piscina) pode até parecer uma simples atividade, mas aqui conseguimos trabalhar a introdução das crianças dentro do ambiente aquático de maneira lúdica, utilizamos o faz de conta “caminhar no tapete mágico” dentro do mundo aquático, e ao final do percurso o aluno mergulhava na piscina, trabalhando a imersão, um dos fundamentos da natação. Outra atividade que podemos citar é o “Peixinho, tubarão e foguete”, associávamos esses elementos a velocidade em que a pernada deveria ser realizada, quando era falado peixinho: o aluno realizava a pernada de maneira lenta, tubarão: o aluno acelerava, mas não tanto, e foguete o aluno iria o mais rápido que conseguisse. Desse modo, através de atividades lúdicas e recreativas conseguimos obter desenvolvimento das habilidades aquáticas construindo um ambiente educativo e divertido no processo de ensino aprendizagem das crianças. Além disso, vale ressaltar os materiais que foram utilizados para o desenvolver das aulas, dentre eles, podemos citar a corda, o arco, apito, prancha, espaguete, nadadeira, bolas, cones, chapéu chinês, copo descartáveis, balde, polibóia, pedras, bexigas, tatames e baldes. Através

desses materiais conseguimos utilizar a imaginação e realizar diferentes tipos de atividades.

Ao contrário do que muitos podem pensar, trabalhar com crianças autistas é uma tarefa desafiadora que requer paciência, compreensão e adaptações constantes. Cada criança apresenta um conjunto único de necessidades e comportamentos, tornando a abordagem pedagógica uma experiência dinâmica e complexa. Apesar dessas dificuldades, essa foi uma experiência extremamente importante e enriquecedora, tanto para as crianças quanto para nós bolsistas. Através do ensino da natação, conseguimos observar transformações significativas nos nossos alunos, desde melhorias na coordenação motora até ganhos em autoconfiança e socialização. Essa jornada foi um aprendizado contínuo, que ampliou nossa perspectiva sobre o ensino inclusivo proporcionou um crescimento pessoal e profissional inestimável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de ensinar natação a crianças autistas foi profundamente enriquecedora e transformadora. A implementação do Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR) demonstrou a importância da inclusão social através do esporte, melhorando significativamente a qualidade de vida e a saúde física dos participantes. Compreender as necessidades específicas das crianças autistas é fundamental para desenvolver estratégias de ensino eficazes. Dividir as turmas em grupos menores nos permitiu uma atenção mais personalizada, resultando em progressos notáveis tanto no desenvolvimento motor quanto na aprendizagem de técnicas específicas de natação. A natação, além de melhorar a coordenação motora, a força muscular e a resistência cardiovascular, atuou como uma terapia sensorial, ajudando a regular os estímulos sensoriais e a reduzir a ansiedade. Trabalhar com crianças autistas é um desafio que exige paciência e compreensão, mas que oferece grandes recompensas.

Essa experiência foi extremamente gratificante, trazendo benefícios significativos para as crianças e um crescimento pessoal e profissional inestimável, com a abordagem correta, é possível superar desafios e alcançar resultados maravilhosos, promovendo a inclusão e o desenvolvimento integral das crianças autistas.

REFERÊNCIAS

Oliveira, M. Autismo e desenvolvimento: estratégias educacionais e terapêuticas. **Rio de Janeiro: Editora Saúde e Educação, 2020.**

Souza, A. Benefícios da natação para crianças com autismo. **Porto Alegre: Editora Movimento, 2019.**

Souza, M. F.; Silva, J. R.; Pereira, A. L. A influência da natação no desenvolvimento de crianças com transtorno do espectro autista. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, São Paulo, 2023.**

Brasil. Ministério do Esporte. **Programa paradesporto Brasil em rede (ppbr).** Brasília, DF, 2023.

REGISTROS



Fonte: Autores

O SURDO NO CROSSFIT: EXPERIÊNCIAS DO PROGRAMA PARADESPORTO BRASIL EM REDE – NÚCLEO UFGD

Josiane Fujisawa Filus de Freitas¹

Kauê Zamorano Nascimento Ribeiro²

Juliana Maria da Silva Lima³

Mario Sergio Vaz da Silva⁴

josianefffreitas@ufgd.edu.br

INTRODUÇÃO

A prática de atividade física planejada e estruturada é uma excelente forma para promover a saúde, além dos benefícios físicos, podem ser incluídos os benefícios mentais e sociais. Para pessoas com deficiência, a prática de uma atividade física facilita o enfrentamento dos obstáculos do cotidiano. Logo, a prática também contribui para a afirmação e visibilidade linguística, social e cultural das pessoas surdas.

O Crossfit é um modelo de treinamento abrangente e inclusivo que trabalha com movimentos funcionais constantemente variados, executados em alta intensidade (Glassman, 2021).

Através de seu programa de treinamento, a modalidade objetiva que seu aluno seja capaz de estar preparado para qualquer eventualidade que exija seu preparo físico, por exemplo, que a pessoa esteja bem condicionada para carregar sacolas pesadas de mercado, subir degraus com rapidez, saltar um muro, correr com facilidade. Os movimentos funcionais do Crossfit proporcionam uma segurança e autonomia do aluno,

¹ Docente do Curso de Educação Física da Faculdade de Educação (FAED) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Professora Bolsista do Programa Paradesporto Brasil em Rede/Núcleo UFGD.

² Discente do Curso de Educação Física da FAED/UFGD. Aluno bolsista do Programa Paradesporto Brasil em Rede/Núcleo UFGD.

³ Docente do Curso de Letras Libras (Bacharelado e Licenciatura) da Faculdade de Educação a Distância (FAEAD) da UFGD. Atua como intérprete de Libras no Programa Paradesporto Brasil em Rede/Núcleo UFGD.

⁴ Docente do Curso de Educação Física da FAED/UFGD. Coordenador do Programa Paradesporto Brasil em Rede/Núcleo UFGD.

independente de sua idade, para realizar movimentos do dia-a-dia, ou seja, movimentos funcionais (Glassman, 2021).

Pensando nisso, quais seriam as adaptações para o público surdo? Será que a prática de uma modalidade esportiva pode beneficiar esse grupo de praticantes? Quais estratégias visuais são necessárias para o professor conduzir a aula?

Este estudo tem a finalidade de apresentar o trabalho realizado na Modalidade de Crossfit do Programa Paradesporto Brasil em Rede - Núcleo UFGD do Ministério do Esporte/Governo Federal. A turma de Crossfit atende 30 alunos com diferentes deficiências, e este capítulo está direcionado à experiência da prática da modalidade com os 12 alunos surdos que integraram o projeto entre maio de 2023 a maio de 2024.

O CROSSFIT COMO OPÇÃO DE PRÁTICA

Analisando historicamente as manifestações do esporte no decorrer do tempo, pode-se afirmar que as práticas esportivas nunca foram ofertadas para todos os públicos. Ligado a eficiência, força, poderio, tais práticas não eram ofertadas para pessoas com limitações, ou seja, o público com deficiência, sendo notável a exclusão deste grupo pelo não registro de sua presença em competições esportivas antigas (Di Franco; Paludo; Lebedeff, 2015).

Os surdos foram o primeiro grupo de pessoas com deficiência a promover competições esportivas, a partir de 1924, quando realizaram os primeiros Jogos Olímpicos para Surdos, na França. E o movimento se intensificou a contar de 1945, pós-Segunda Guerra Mundial, após o esporte ser introduzido na reabilitação dos soldados combatentes feridos nas batalhas. De lá pra cá, a participação e visibilidade do esporte adaptado só tem crescido, ancorado pelos moldes do esporte convencional, inclusive seu aspecto mercadológico (Marques *et al.*, 2009).

A visibilidade do esporte adaptado é benéfica, pois além de motivar mais atletas com deficiência a se dedicarem às suas modalidades, acaba por demonstrar a outras pessoas com deficiência que elas são capazes de praticar algum tipo de atividade física. E essa crença de participação e prática influi diretamente na saúde e qualidade de vida destes indivíduos. Outro aspecto importante na divulgação do esporte adaptado é que leva conhecimento para a população em geral sobre as possibilida-

des das pessoas com deficiência, suplantando preconceitos existentes sobre este grupo.

Como explica Lima (2019), o nível de conhecimento de uma população influencia diretamente no processo saúde-doença de diversas formas: na percepção dos problemas de saúde, na capacidade de entendimento das informações sobre saúde, na adoção de estilos de vida saudáveis; no consumo e utilização dos serviços de saúde, e na adesão aos procedimentos terapêuticos. Citando Haddad *et al.* (1997) a pessoa com deficiência tem como principal barreira problemas de saúde e alteram os seus hábitos de vida, tornando-se mais sedentários. Essa condição implica, além de uma série de problemas, como por exemplo, na intolerância à glicose, maior prevalência de aterosclerose, normalmente, no aumento da obesidade, tornando o indivíduo mais suscetível às diversas enfermidades.

Conforme Interdonato e Greguol (2011) a qualidade de vida deixou de representar apenas uma vida sem doenças, mas acima de tudo a busca pela felicidade e satisfação pessoal diante de todos os aspectos da vida. Segundo levantamento bibliográfico realizado pelas autoras são inúmeras as consequências da prática de atividade física para o indivíduo que possui algum tipo de deficiência. De acordo com seus estudos, para a pessoa com deficiência que se envolve constantemente em atividades físicas ou esportivas, “ocorre uma “sensação” de estar vivendo uma vida mais saudável, percepção de possuir melhor imagem corporal e o reforço de sua autoestima; “a vida lhe fazendo mais sentido” (Interdonato; Greguol, 2011, p. 291).

Os benefícios psicológicos conseguidos por influência da prática regular de atividades físicas e/ou esportivas se refletem nas relações de trabalho, na vida afetiva e social. Destaca-se ainda que o bem-estar psicológico pode promover comportamentos saudáveis, uma vez que pessoas dotadas de senso de autovalor acreditam em seu poder de controle e são otimistas quanto a seu futuro, além de mais propensas a adotar hábitos mais saudáveis e conscientes (Interdonato; Greguol, 2011).

Verificamos, então, que a prática de atividade física traz benéficas consequências para a saúde do indivíduo, porém a informação ainda não se concretizou em ação, haja visto os dados da Organização Mundial da Saúde que alertam para o crescente quadro de sedentarismo e suas

consequências entre as populações. A inatividade física passou a ser o quarto principal fator de risco de saúde, tornando-se um dos maiores problemas de saúde pública na atualidade (Andrade; Castro, 2017).

Diante da necessidade de maior engajamento das pessoas em atividade física, atualmente inúmeras práticas corporais têm surgido como opção, modalidades antigas, novas ou ressignificadas. Observa-se que a cada dia um número maior de indivíduos vêm buscando praticar essas novas atividades, como por exemplo, os treinamentos funcionais (Teixeira *et al.*, 2016), corridas de rua (Rojo *et al.*, 2017) e o Pilates (Bolsanello, 2015). O Crossfit, segundo apontam Dawson (2015) e Kalin (2017), se encaixa como uma dessas práticas corporais em processo de popularização, que vem conquistando espaço significativo no cenário hodierno (Fortunato *et al.*, 2019).

O Crossfit é um programa de força e condicionamento criado em 1995 por Greg Glassman, um preparador físico e ginasta de longa data de Santa Cruz, Califórnia, Estados Unidos (Paine *et al.*, 2010). A marca foi oficializada no ano 2000, uma nova modalidade que engloba diversos tipos de exercícios para buscar um alto nível de condicionamento físico através de levantamento de peso olímpico, ginástica, exercícios funcionais e entre outros. A proposta é desenvolver as três vias metabólicas, tanto quanto, outras capacidades, totalizando 10 valências: resistência cardiorrespiratória, resistência muscular, força, flexibilidade, potência, velocidade, coordenação, precisão, agilidade e equilíbrio (Tibana *et al.*, 2015). O Crossfit tem três pontos em sua base: movimentos funcionais, alta intensidade e variação constante de exercícios.

Movimentos funcionais são padrões de recrutamento motor universais; eles são realizados em uma onda de contração do centro do corpo para as extremidades; e são movimentos compostos, ou seja, envolvem múltiplas articulações. São locomotores naturais, eficazes e eficientes do corpo e de objetos externos (Glassman, 2021).

A metodologia do Crossfit se baseia em uma hierarquia teórica que tem como base a nutrição, seguido de condicionamento físico, ginástica, levantamento de peso olímpico (LPO) e terminando com o esporte. Busca, dessa forma, aplicar desde os fundamentos nutritivos, os quais são a origem da energia para o corpo, a suficiência cardiovascular para proporcionar estímulos com mais intensidade, controle corporal princi-

palmente no centro do corpo (core) além de força nos braços, controle de objetos externos promovendo força, potência, e em última instância, o pleno domínio e aplicação de todos anteriores, ou seja, o esporte (Glassman, 2021).

Partindo dessa ideia, em uma aula de Crossfit pode se encontrar movimentos de levantamento e arremesso de peso, com exercícios funcionais e aeróbicos como corrida, salto de corda ou usando os aparelhos ergométricos, também conhecidos como movimento monoestrutural (remo, bicicleta, *skierg*).

Fortunato *et al.* (2019) reflete que práticas como o Crossfit ganham destaque na sociedade atual principalmente pelo crescimento daquilo que o sociólogo francês Alain Ehrenberg (2010), denominou de cultura do empreendedorismo e/ou da performance. Segundo aponta o autor, nesse novo momento social o indivíduo seria o único responsável pelo seu destino. Sendo assim, valores relativos ao empreendedorismo, poder de iniciativa e desempenho foram os escolhidos como requisitos para o sucesso pessoal no cenário hodierno.

Para Fortunato *et al.* (2019), com essa construção de uma identidade na prática do Crossfit, observa-se uma movimentação empresarial em torno da modalidade com o surgimento de grandes marcas e patrocinadores apoiando a expansão do método, sem deixar de lado a espetacularização da prática e a busca individual de seus praticantes (Tao, 2013; Dawson, 2015; Fortunato, 2015; Kalin, 2017; Paz, 2017). Além da criação de uma comunidade que se ajuda nos treinamentos e na divulgação por mídias sociais, o Crossfit se fortalece em virtude da popularização horizontal realizada pelos seus praticantes (Dawson, 2015).

Por ser uma modalidade que engloba movimentos variados, a metodologia é estudada e estruturada para contemplar pessoas em diferentes níveis de desempenho. Ou seja, os treinos são organizados com progressões de movimentos que incluem desde o iniciante até o nível de desempenho avançado, sendo caracterizado assim como uma modalidade possível de ser praticada por qualquer pessoa. Assim, os treinos são geralmente realizados em grupo pelo tempo de 1 hora aproximadamente, com exercícios prescritos sem adaptação e com adaptação para que qualquer pessoa execute, em uma estrutura de aula formada por aquecimento, técnica e o treino proposto para o dia.

Como modalidade nova e pouco conhecida, porém muito inclusiva, entendemos o Crossfit como uma opção de prática para todas as pessoas, incluindo pessoas com deficiência, das mais variadas limitações. Nesse contexto, o Crossfit também é uma opção para o surdo, principalmente, pela compreensão de que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é o elemento central para a condução dos treinos.

O SURDO E A PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA

A prática de atividade física é essencial para todas as pessoas, e a comunidade surda em suas especificidades linguística e cultural, também tem muito a se beneficiar com essa prática. Brodt (2019) cita que, uma vez que o sistema vestibular e a cóclea são órgãos anatomicamente próximos, possuem mesma inervação e podem ser suscetíveis aos mesmos agentes nocivos, pessoas surdas podem apresentar problemas vestibulares concomitantes à perda auditiva, como a redução do equilíbrio e o atraso no desenvolvimento de tarefas motoras como a marcha (Brodt, 2019).

Em seu estudo Brodt (2019, p. 59-60) objetivou testar a hipótese de que a prática de exercícios pode ser benéfica para o desempenho da marcha e para o equilíbrio de surdos, e chegou às seguintes conclusões:

I – É possível concluir primeiramente que, independentemente da condição auditiva, o fato de a pessoa ser praticante de exercício físico pode afetar positivamente o equilíbrio em apoio unipodal. No entanto, não causa efeito no medo de cair (FES-I), na confiança no equilíbrio (ABC) ou nas variáveis espaço-temporais da marcha. Mesmo apresentando variáveis espaço-temporais semelhantes, ativos e sedentários possuem diferenças no perfil cinemático e cinético da marcha: praticantes de atividade física exibem menor pico de dorsiflexão e maior pico de plantiflexão que sedentários, ou seja, ativos caminham com os tornozelos em maior plantiflexão do que sedentários.

II – Surdos, independentemente da atividade física, apresentam maior medo de cair (FES-I) e menor confiança no equilíbrio (ABC) do que ouvintes, o que enaltece o fato de surdos serem mais preocupados com sua segurança que ouvintes. Quanto aos parâmetros

espaço-temporais da marcha, surdos apresentam menor velocidade, maior tempo de apoio duplo, menor comprimento de passada e despregue mais tardio do que ouvintes. Todos esses parâmetros têm sido associados na literatura à segurança funcional e ao controle do equilíbrio, o que reflete em uma menor qualidade da marcha. Quanto à cinética da marcha, existe uma redução de momento e potência de quadril, joelho e tornozelo e aumento da extensão de joelho em surdos. Essas variáveis podem representar uma diminuição da força de membros inferiores. Em contrapartida, não existem diferenças na cinemática de quadril e tornozelo de surdos e ouvintes, o que mostra que as diferenças espaçotemporais da marcha se devem ou às diferenças cinéticas ou às diferenças cinemáticas do joelho. Já quanto ao equilíbrio, surdos apresentam tanto a área do COP em apoio bipodal quanto em apoio unipodal maior do que ouvintes, independentemente da perturbação realizada. Ao observarmos as situações de perturbação sensorial, vemos que surdos são mais sensíveis à perturbação visual e vestibular. De maneira global, podemos entender que surdos tem a capacidade de controle do equilíbrio medida a partir da área do COP inferior a dos ouvintes, o que parece ser devido a uma maior dependência do sistema visual e a um menor desempenho do sistema vestibular.

III – Ao observarmos os resultados das interações dos estudos da tese, percebemos que quando surdos são praticantes de exercícios físicos apresentam o comprimento de passada, momento e potência de quadril assemelhados aos de ouvintes. Já quanto ao equilíbrio medido pela área do COP, quando em apoio unipodal, este é melhorado de maneira global (sem efeito em uma perturbação sensorial específica), o que representa um efeito positivo para surdos o fato de ser praticante de exercícios físicos. Portanto, o exercício físico inespecífico para surdos parece melhorar o equilíbrio de maneira também inespecífica, ou seja, nos três sistemas de controle: proprioceptivo, visual e vestibular.

O estudo em questão demonstra que a prática de atividades físicas para os surdos é essencial para melhorar aspectos físicos que irão garantir a eles um ganho significativo na qualidade de vida.

No entanto, os surdos, muitas vezes, veem seus direitos de cidadãos cerceados, principalmente em repartições de serviços públicos, pela ausência de funcionários e profissionais que conheçam a Libras. Oliveira *et al.* (2009) apontam em seu estudo que essa é uma grande dificuldade encontrada pelos surdos ao utilizarem os serviços públicos de saúde. As necessidades de saúde do surdo são as mesmas do ouvinte, assim sendo, a ausência de profissionais que saibam Libras ou de um intérprete nas instituições de saúde, demonstra total descaso com a saúde do sujeito surdo. Desta forma torna-se pertinente considerar que os profissionais de saúde precisam ser capazes de atender aos pacientes surdos. Neste sentido, é inconcebível instituições de saúde que não ofereçam ao surdo, profissionais capacitados para se comunicar em Libras ou intérpretes, ocasionando o desrespeito à acessibilidade, conforme postulado pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, denominado Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015).

Oliveira *et al.* (2009) explicam que com a ausência desse suporte, na maioria das vezes o acompanhante é quem explica ao profissional os problemas de saúde apresentados pelo surdo, algo que acaba comprometendo sua cidadania pois dependem de outras pessoas para ter acesso às informações que poderiam melhorar a sua qualidade de vida, assim como para se “fazerem ouvir”. Nesse sentido, os autores esclarecem também que muitos pensam que a escrita poderia ser uma alternativa e a dificuldade na comunicação estaria resolvida, mas a realidade não é assim. Ressalta que escrever não resolve o problema, ou seja, não é o caminho ideal para eficácia do atendimento, já que a Língua Portuguesa escrita para o surdo é a segunda língua entendida num contexto diferente dos ouvintes e reconhecida por força de lei (Brasil, 2002).

Diante deste contexto, a prática de atividade física, entendida como um dos aspectos para promoção da saúde e qualidade de vida, também oferecerá obstáculos para a participação do surdo, visto que a maioria dos locais que oferecem atividade física ou esportiva não conta com profissionais fluentes em Libras ou intérpretes.

Lima (2019) realizou levantamento sobre as barreiras atitudinais para a prática de atividade física entre pessoas surdas. O estudo foi realizado com 43 pessoas surdas, sendo 22 homens e 21 mulheres. Foram analisadas as cinco principais barreiras apontadas por essas pessoas:

A - problemas de saúde; B - porque lhe parece que as pessoas não o aceitam totalmente, devido a sua deficiência; C - porque acha que a comunidade tem preconceitos em relação às pessoas com deficiência; D - falta de condições de segurança das instalações físicas de forma a prevenir acidentes; E - problemas com as calçadas por (por exemplo, declives, buracos, obstáculos).

Entre as cinco principais barreiras apontadas às únicas barreiras iguais em ambos os gêneros foram às barreiras relacionadas a problemas de saúde e “B - porque lhe parece que as pessoas não o aceitam totalmente, devido a sua deficiência”. Para enfrentamento dessas barreiras, a autora do estudo aponta que cabe ao profissional de educação física ensinar para a população surda o quanto às práticas de atividade física são importantes para promoção de saúde, agindo diretamente no seu problema de saúde a depender da doença, e buscar também meios de interação da pessoa surda com o ouvinte, com preferência para a introdução da Libras (Lima, 2019, p. 25).

Interdonato e Greguol (2011) realizaram um estudo com 38 adolescentes com idade média de 16 anos, sendo 18 com deficiência visual (11 rapazes e 7 moças) e 20 com deficiência auditiva (13 rapazes e 7 moças), com objetivo de verificar a percepção dos grupos sobre sua qualidade de vida e nível de atividade física.

Os adolescentes entrevistados possuem uma boa percepção de qualidade de vida, e apresentaram níveis satisfatórios de prática de atividade física. Não foram verificadas diferenças entre as percepções de adolescentes com deficiência visual e auditiva. Quando analisados os níveis de atividade física apresentados pelos adolescentes, constatou-se que aqueles com deficiência auditiva mostraram-se um pouco mais ativos que aqueles com deficiência visual, no entanto é válido ressaltar que mesmo não havendo significância nem correlação entre os domínios de QV e os níveis de atividade física, destaca-se que dos 38 adolescentes entrevistados nenhum pode ser classificado como sedentário (Interdonato; Greguol, 2011).

Este dado é muito relevante tendo em vista a importância da prática de atividades físicas para os aspectos biopsicossociais destes jovens, além do que tal achado revela que a deficiência não é um obstáculo para a prática de atividades físicas para estes jovens. (Interdonato; Greguol, 2011).

Com relação aos domínios de qualidade de vida dos adolescentes investigados, podemos traçar algumas alternativas que visem melhorar as condições de vida desta população, partindo do próprio ambiente escolar. Sugere-se o incentivo e auxílio à prática de todos os tipos de atividades físicas, visando o aumento e também a manutenção dos NAF (níveis de atividade física) entre adolescentes. (Interdonato; Greguol, 2011).

No entanto, Andrade e Castro (2017) destacam que populações como adolescentes surdos brasileiros têm sido negligenciadas com ausência de inquéritos de saúde e proposições de estratégias que garantam equiparação de oportunidades. Em sua pesquisa, os autores verificaram que a população de adolescentes surdos foi apontada como mais insuficientemente ativa que a população de adolescentes ouvintes.

Os autores analisam os resultados de Interdonato e Greguol (2011), observando que embora o estudo tenha sido realizado com pessoas com deficiência auditiva e não com a população surda, que se diferencia do primeiro grupo através de elementos culturais próprios, sendo que no geral, os resultados colaboram com a discussão e apontam a necessidade de investir em estratégias de estímulo à atividade física com a população que possui perda auditiva.

Os autores destacam que a deficiência auditiva em si não implica em restrições significativas em relação à prática de atividade física ou de esportes. Fatores como falta de informação ou boa vontade, diminuindo a oportunidade de vivências motoras dessa população podem ter implicações bem mais significativas. A vivência motora e seu desempenho empobrecido na infância podem ter impacto especialmente negativo na participação futura em atividades esportivas. Conseqüentemente, crianças surdas podem apresentar estilos de vida menos ativos durante a adolescência e vida adulta que seus pares ouvintes quando apresentam esse desempenho motor diminuído.

A pesquisa de Andrade e Castro (2017) encontrou diferenças estatisticamente significativas nos NAFs entre adolescentes surdos e ouvintes. Sendo o grupo de surdos mais insuficientemente ativo que os ouvintes. Esse achado destaca a necessidade de ações sociais e acadêmicas a partir de contato com órgãos gestores e secretarias ligadas ao esporte, saúde e educação, bem como grupos de pesquisa. Essas ações devem buscar al-

ternativas e o desenvolvimento de novos estudos no intuito de levantar as causas e propor soluções que diminuam o índice encontrado, aumentando assim a equiparação de oportunidades entre os surdos e ouvintes.

Para Di Franco, Paludo e Lebedeff (2015) o esporte pode ser um elo fundamental entre os surdos, incentivando-os a adquirir sua própria língua no contato com seus semelhantes, pois esta participação vai além do desenvolvimento físico, pois esses contatos vão permitir a comunicação e uma gama de informações fundamentais para a consolidação de sua identidade como surdo.

O ESPORTE ADAPTADO PARA SURDOS: ESTRATÉGIAS ENCONTRADAS

O esporte adaptado implica em modificações que possibilitam trazer condições iguais para a participação dos diferentes grupos de pessoas com deficiência. Por exemplo: de altura de rede no Voleibol para pessoas com limitação de membros inferiores; de uso de bola com guizos para produzir som para pessoas cegas praticarem Futebol; de participação de corredor-guia para que pessoas cegas possam competir no Atletismo; de uso de cadeira de rodas esportiva para possibilitar que pessoas com limitações de membros inferiores pratiquem Basquetebol, Hóquei, Curling, Boxe, Tênis, corridas de velocidade, entre outros (Di Franco; Paludo; Lebedeff, 2015).

Segundo os estudos de Di Franco, Paludo e Lebedeff (2015) a participação do surdo no esporte se difere dos demais grupos de pessoas com deficiência, pois não exigem os mesmos ajustes que os demais. As modalidades praticadas por eles precisam sofrer adequações de arbitragem, já que o uso de apitos, sirenes e demais sinais sonoros não cabe para os surdos. Dessa forma, faz-se necessário o uso de sinalizadores visuais, por meio de implementos coloridos usados com movimentos vigorosos, ou de sinais luminosos. Ilustre-se com a Natação, que requer lâmpadas instaladas no fundo da piscina para que os surdos percebam o momento da autorização da largada para a prova; com o uso de bandeiras coloridas em lugar dos apitos; com a necessidade de domínio de Língua de Sinais pelos árbitros ou da presença de intérpretes durante as provas e partidas em geral.

Para Alves e Pinto (2017) é necessário um novo olhar sobre a forma de ver o surdo, não como àquele que não tem capacidades e habilidades,

mas como um ser como os demais, com suas habilidades e especificidades. Um dos gargalos encontrados em seus estudos foi que o aluno surdo é frequentemente excluído das atividades nas atividades de Educação Física, não por inabilidade, mas por falhas na comunicação. Assim, o educador físico tem grande papel de facilitador, promotor do desenvolvimento humano e social dos surdos a partir de diversas atividades a serem praticadas uma vez que as pessoas apresentam desempenhos próprios para cada atividade de acordo com cada habilidade e competência.

Fiorini e Manzini (2018) destacam que estudos nacionais e internacionais contemplam estratégias que os professores de Educação Física (PEF) poderiam usar, em aulas regulares, quando há um aluno com deficiência auditiva (DA) na turma. Os apontamentos versam sobre quatro tipos de estratégia: 1) realizar adaptações; 2) instruir a atividade; 3) comunicar com o aluno com DA; e 4) utilizar o colega tutor. Neste trabalho, percebe-se que a instrução era pautada no uso de gestos, movimentos corporais e expressões faciais, em detrimento ao uso da Libras com finalidade de comunicação entre PEF e aluno com DA. Isto é, de fato, para a participação o uso desse tipo de linguagem é funcional, mas não favorece outras trocas interpessoais para além disso.

No que se refere a realizar adaptações, o PEF pode modificar a regra de uma atividade (Lieberman; Cowart, 1996) e acrescentar alguma informação visual aos sinais auditivos (Craft; Lieberman, 2004; Munster, 2011).

Com relação às estratégias para instruir a atividade, foram sugeridas as seguintes possibilidades: a) prestar assistência física, isto é, guiar o movimento do aluno (Lieberman; Cowart, 1996); b) combinar informação verbal com assistência física ou demonstração; c) observar a resposta do aluno, depois da explicação, para checar o entendimento (Craft; Lieberman, 2004; Lieberman; Houston-Wilson, 2009; Munster, 2011); d) repetir a instrução de diferentes formas (Lieberman; Cowart, 1996); e) ganhar a atenção do aluno com DA antes de iniciar a instrução (Schultz; Lieberman; Ellis; Hilgenbrinck, 2013); e f) demonstrar a atividade para que o aluno com DA observe e possa entender o que é ensinado (Craft; Lieberman, 2004; Munster, 2011; Schultz *et al.*, 2013).

As estratégias recomendadas ao PEF para se comunicar com o aluno com DA foram: a) falar de frente para o aluno estimulando a leitura labial; b) utilizar a expressão facial e os gestos, concomitantemente; c)

posicionar-se de modo que o aluno com DA possa manter contato visual; d) criar sinais que sejam fáceis de reconhecer e enxergar para comunicar-se a distância (Auxter; Pyfer; Zittel; Roth; Huettig, 2010; Munster, 2011). Todavia, as estratégias (a) e (b), na verdade, são consideradas estratégias para que os surdos possam sobreviver em uma sociedade majoritariamente ouvinte (Di Franco; Paludo; Lebedeff, 2015).

Outra recomendação da literatura ao PEF é utilizar a estratégia do colega tutor: dispor de um aluno voluntário, da mesma turma, que auxilie o aluno com DA no recebimento de instruções e na realização de atividades. Com a presença do colega tutor, melhores podem ser as condições de atenção prestadas ao aluno com DA e de tempo de participação em uma atividade (Auxter *et al.*, 2010; Schultz *et al.*, 2013).

No mesmo sentido, a pesquisa de Fiorini e Manzini (2018) redefiniram a estratégia proposta por Manzini (2010): uma ação do professor, que possui uma intenção subjacente, direcionada ao aluno, com a finalidade de ensino, que é flexível e passível de alteração em função do comportamento do aluno nesse processo de interação durante o ensino. Portanto, não é uma ação estática do professor, mas processual devido à interação com o aluno.

Como as ações dos PEF se modificaram por meio da interação com alunos, conclui-se, também, que não houve uma linearidade quanto aos tipos de estratégias, com exceção das Estratégias Pré-vias, as quais sempre antecederam uma Estratégia para o Ensino da Atividade. Dessa forma, as Estratégias de Auxílio por meio de Colega Tutor, que Decorrem da Resposta ou da Ação do Aluno com DA e, para a Comunicação, não foram condicionadas a outra, nem a um momento específico da aula. Firma-se, dessa forma, que, em determinadas situações das aulas, foi necessário que o PEF usasse a mesma estratégia, repetidas vezes, para atingir um objetivo específico. Em outros casos, os professores utilizaram duas ou mais estratégias para alcançar outro objetivo em relação ao aluno. Desse modo, as estratégias não são excludentes, pelo contrário, elas podem ser combinadas dentro de um continuum que é regido pelo processo de interação, verbal ou não verbal, entre o aluno e o professor (Fiorini, Manzini, 2018, p. 196).

Diante dessas estratégias para a participação do aluno com DA, os PEF também precisam identificar os alunos surdos sinalizantes, usuários da Libras, em suas aulas, pois conforme Di Franco, Paludo e Lebedeff (2015, p. 374):

A inclusão social, desejada pelos surdos, concentra-se na acessibilidade linguística e no direito de participar de eventos públicos como todos os cidadãos. No caso dos surdos, em relação aos diversos ambientes em que eles transitam, existe uma diferença crucial na maioria dos espaços, a língua.

Ao contrário disso, Nazareth (2001) em sua dissertação de Mestrado elaborou uma proposta de ensino básico da esgrima para adolescentes surdos. O autor descreve que ao ensinar os fundamentos básicos da esgrima aos alunos do estudo, os mesmos demonstraram ter uma eficiência no aprendizado semelhante à de outros jovens ouvintes da mesma idade. Devido a esse fato, não sentiu a necessidade de realizar adaptações na metodologia tradicional de ensino da esgrima, ou proceder qualquer mudança na parte estrutural do armamento, pois o surdo conseguia empunhar e manipular normalmente a espada, sendo necessário realizar algumas adaptações na arbitragem do assalto, restritas apenas ao posicionamento do árbitro na condução do assalto.

No entanto, Nazareth (2001) salientou que o tempo empreendido para ensinar um fundamento técnico da esgrima a um destes alunos foi superior ao que normalmente é utilizado com alunos ouvintes. Porém, percebeu que esta demora de aprendizado não se deu por incapacidade dos respectivos alunos, ou devido à surdez, mas, sim, pelos problemas causados pelo déficit de comunicação dos mesmos. Dessa forma, concluiu que não houve mudanças na metodologia de ensino da esgrima para surdos e ouvintes, apenas uma demora maior no aprendizado dos movimentos básicos devido à abordagem oralista utilizada com o grupo.

Santos, Veiga e Araújo Junior (2016) relatam a experiência do Projeto Arte Marcial na escola, com o oferecimento do Jiu-Jitsu como prática esportiva nas aulas de Educação Física. Nestas aulas, houve inserção de alunos com deficiência auditiva e sempre era percebida uma dificulda-

de para estabelecer uma comunicação, entendimento ou até mesmo um diálogo preciso entre o professor, o intérprete e aluno (receptor final da informação), dificultando o processo de ensino e aprendizagem. Sobretudo por dois motivos, primeiro devido ao fato de não haver sinais, no âmbito da Libras, que correspondam às técnicas e posições básicas do Jiu-Jitsu, e segundo, pela falta dos saberes a respeito da luta pelos intérpretes que auxiliam os alunos durante as aulas. Ou seja, nem havia sinais e nem os intérpretes entendiam os significados dos nomes dos golpes, que por vezes tem origem japonesa, inglesa ou brasileira. Além do que, há dificuldade com a escrita de textos por parte dos alunos com deficiência auditiva, visto que, o português não é a sua língua materna (Santos; Veiga; Araújo Junior, 2016).

Diante deste problema, por dois anos, professores, alunos surdos, intérpretes de Libras, e pedagogos se debruçaram na busca por soluções para esta dificuldade surgida no ambiente escolar, que culminou na criação de sinais para as técnicas do Jiu-Jitsu em Libras (Santos; Veiga; Araújo Junior, 2016).

Outra experiência interessante foi a de Silva et. al. (2018). Os autores acompanharam por um mês os treinamentos de uma equipe de voleibol mista composta por 11 atletas surdos, 8 mulheres e 3 homens, o treinador bilíngue, com 20 anos de experiência com treinamento de voleibol, 6 anos com equipe de atletas surdos. Durante o processo de observação e análise dos dados recolhidos, verificou-se que a prática de esportes é uma forma de melhorar a qualidade de vida dos surdos. Através do esporte, os surdos fortalecem sua autoestima, compreendem que são seres capazes e tornam suas aptidões físicas e mentais mais saudáveis.

Silva et. al. (2018) observaram também que a importância do domínio da Libras vai além dos muros da escola. Fica evidente que a fluência em Libras também é pré-requisito para proposta de práticas esportivas bilíngues para surdos. Essas afirmações reforçam o papel que o profissional em Educação Física tem no desenvolvimento de habilidades e competências por pessoas surdas numa proposta filosófica educacional bilíngue, valorizando a língua, a identidade e a cultura dos surdos no processo de ensino e aprendizagem em ambientes não-formais.

Sendo assim, Silva et. al. (2018) reforçam a necessidade da capacitação de profissionais em Libras para lidar com as especificidades das pessoas surdas, assim como para garantir a inclusão e a participação de surdos na sociedade, sobretudo, em espaços não-formais de aprendizagem.

A PRESENÇA DOS SURDOS NO PROJETO PARADESPORTO BRASIL EM REDE

Diferente de outras deficiências, a comunidade surda praticante de Crossfit não precisa de adaptações específicas, a não ser no que se refere ao seu nível de desenvolvimento e condicionamento físico individual. Ou seja, em aulas com o ouvinte acontece da mesma forma, a pessoa adapta tudo aquilo que seu condicionamento não o permite fazer, já alguém amputado de algum membro é preciso de adaptações específicas como trocar uma barra de metal por um *dumbell* (é um tipo de halter) para realizar um *Shoulder Press* (levantamento do ombro para cima da cabeça), por exemplo.

Dessa forma, durante as aulas do projeto de extensão, nossa atuação com os alunos surdos, enquanto professores e estagiários, se dá na demonstração dos movimentos a serem realizados e copiados pelos surdos. No entanto, apenas a demonstração não é suficiente, pois em muitos momentos é necessário corrigir postura e/ou execução de algum movimento ou parte do corpo, e neste momento a presença da intérprete de Libras é essencial para garantir uma boa aula e bom desempenho dos alunos. A intérprete além de repassar aos surdos os detalhes de correção de movimento, interpreta todas as falas e as dinâmicas da aula (relacionada a número de repetições, séries, espaço utilizado, tempo), facilita a inclusão do grupo com os demais alunos, visto que antes e após a aula temos momentos de interação que, sem a intérprete ficam mais difíceis devido a falta de uma língua em comum.

Dessa forma, analisamos que existe apenas uma diferença linguística e cultural do surdo para o ouvinte, no entanto, é uma diferença que faz toda a diferença! E essa falta de comunicação com os surdos nos fez perceber que a adaptação na aula não é feita para o surdo, mas para o professor, e aqui entra outro questionamento, o que é preciso para o professor ministrar uma boa aula para seu aluno surdo?

Constatamos que cada professor precisa possuir várias adaptações didáticas para trabalhar as limitações dos seus alunos, uma estratégia para servir de alvo para o aluno com pouca mobilidade na hora de agachar ou o vocabulário simples para um aluno compreender os comandos da aula, e com o surdo é necessário que o professor se comunique com ele, não há possibilidade alguma de conduzir uma aula para o surdo se não tiver comunicação.

Nesse sentido, enfatizamos que os surdos possuem direitos linguísticos que precisam ser respeitados e a Libras deve fazer parte das aulas de Crossfit, sempre que um aluno surdo estiver presente. Isso vai além, não só em um treinamento, mas na sala de aula ou qualquer outro ambiente onde há surdos, a língua de sinais faz parte das práticas pedagógicas e do processo de ensino-aprendizagem necessária para o profissional de educação física. Mesmo quando há a presença de uma intérprete de Libras nas aulas para fazer a mediação entre professor e aluno surdo, aluno surdo e alunos ouvintes, acreditamos que a inclusão dessa população de faz quando a aula está também atendendo suas necessidades, e no caso dos surdos, o professor dando a aula de Crossfit em Libras seria essencial.

Com mais de 5 meses de experiência com alunos surdos, atendendo-os nas aulas de Crossfit 3 vezes na semana, notamos que durante os treinos buscamos apenas demonstrar o movimento e contar as repetições, mas quando se tratam de movimentos complexos e multiarticulares encontramos maiores dificuldades, sem a língua de sinais é difícil explicar o que queremos. Por exemplo: para que o aluno surdo empurre o joelho para fora e coloque o quadril para trás durante um *Air Squat* (agachamento livre), ou apenas que eleve o *dumbell* em um movimento único do chão a cabeça de forma alternada em cada mão e com uma grande quantidade de repetições, ou mais simples ainda, a hora de começar a se movimentar e a hora de parar. Alguns sinais básicos já temos aprendido com os alunos surdos e com a intérprete de Libras, mas como professores e estagiários ainda nos falta muito a aprender e praticar para garantir, no mínimo, uma comunicação básica com os alunos surdos.

Por conseguinte, algumas estratégias foram sendo estabelecidas para garantir uma boa interação entre alunos surdos e professores durante as aulas:

- Posicionamento de frente para o aluno na hora da explicação;
- Não enfatizar a execução errada, demonstrar o movimento correto sem demonstrar o que não se pode fazer (incorreto);
- Demonstrar primeiro o movimento e após as quantidades de repetição;
- Realizar toda a explicação antes de dispensá-los para água e banheiro, principalmente, para solicitar aos alunos que peguem os materiais indicados (*dumbell*, *kettlebell*, barra de ferro, anilhas, cordas etc);
- Se a quantidade de repetição seja a total dos membros, indicar a divisão para cada lado;
- Caso tenha a presença de um tradutor-intérprete de Libras nas aulas, se posicione ao lado deste para que o aluno acompanhe além do discurso, as suas expressões faciais e corporais.

A língua de sinais eleva as chances de o desempenho físico do surdo ser satisfatório, desde o começo da aula em explicar o aquecimento, na parte técnica da aula onde é mais importante que exista essa comunicação e na hora do WOD para que seja feito o treino na dinâmica correta e com todas as suas repetições.

Percebemos assim que apenas a demonstração não é suficiente corroborado pelo estudo de Nazareth (2001), a aula se torna frágil por não atingir os objetivos do dia. Acerca dessa discussão, Di Franco, Paludo e Lebedeff (2015, p. 374) mencionam que articular as relações sociais dos surdos à sua participação nos esportes ainda é um desafio, sendo que para eles “ ser aceito em um grupo do qual não faz parte é uma tarefa assustadora e, muitas vezes, frustrante”. Ao passo de que a presença dos surdos no projeto Paradesporto Brasil em Rede não precisa ser mais uma frustração, para esse propósito, identificamos a necessidade do professor ter um conhecimento básico da Libras, a fim de garantir um aprendizado correto dos movimentos e um bom relacionamento interpessoal para/com seus alunos surdos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o relato, buscamos apresentar que há uma diferença linguística e cultural entre surdos e ouvintes, no entanto os treinos podem

ser adaptados seguindo apenas o condicionamento individual de cada um, sem necessariamente uma adaptação ligada a limitações físicas. Em relação às diferenças, através do projeto e da presença da Libras revelaram que a prática do Crossfit beneficia a participação dos surdos nas aulas, como foco à sua afirmação e visibilidade social e cultural, necessárias para que o professor possa conduzir a aula e propiciar para além dos ensinamentos em cada aula, uma gama de informações fundamentais para sua saúde e bem-estar.

A experiência nas aulas de Crossfit fez se entender que para uma boa aula com esse público é necessária uma mudança por parte dos responsáveis pela aula, é preciso que os professores tenham a Libras como língua de instrução, pois sem a comunicação é o mesmo que limita o desempenho do seu aluno surdo, se tratando da comunidade que o Crossfit busca incluir seus participantes, essa comunicação se faz totalmente necessária.

A convivência durante o projeto de extensão com alunos surdos nos leva, enquanto profissionais e estudantes, a continuar adquirindo experiência e acumulando o aprendizado da língua de sinais e práticas pedagógicas mais visuais que nos permitam estar preparados em qualquer ambiente para proporcionar aos alunos uma boa aula. No caso específico dos surdos, compreendemos que a presença da intérprete de Libras não extingue a necessidade do professor ter conhecimento da Libras, a fim de estimular a comunicação e o bom relacionamento com seus alunos.

REFERÊNCIA

Alves, L. K. C.; Pinto, F. R. M. O surdo e a prática de atividades físicas mediado por um educador físico. **Afluentes: Revista de Letras e Linguística**, v.1, n.3, p. 98-115, mar. 2017. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/afluentes/article/view/6467>. Acesso em: 11 mai. 2024.

Andrade, L. F.; Castro, S. S. de. Níveis de atividade física: um estudo comparativo entre adolescentes surdos e ouvintes. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 23, n. 5, p. 371-374, set. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbme/a/HZvCCHzSBpvwKk88fwyL85t/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 17 mai. 2024.

Brasil. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências**. Brasília, 2002. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l110436.htm. Acesso em: 29 ago. 2024.

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 29 ago. 2024.

Ministério da Saúde. **Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Guia de atividade física para a população brasileira**. Brasília DF, 2021.

Brodt, G. A. Efeitos da prática de exercícios físicos no equilíbrio e na marcha de surdos. Tese de Doutorado. **Programa de Pós-Graduação em Ciência do Movimento Humano da Escola de Educação Física**, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019. 76 f. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/200678>. Acesso em: 17 mai. 2024.

Franco, M. A. R. D.; Paludo, S. D. S.; Lebedeff, T. B. Esportes surdos na constituição do ser social: uma compreensão histórica sob a perspectiva da Educação Ambiental. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 28, n. 52, p. 365–376, 2015. DOI: 10.5902/1984686X14964. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/14964>. Acesso em: 29 ago. 2024.

Fiorini, M. L. S.; Manzini, E. J. Estratégias de Professores de Educação Física para Promover a Participação de Alunos com Deficiência Auditiva nas Aulas. **Rev. Bras. Ed. Esp., Marília**, v.24, n.2, p.183-198, Abr.-Jun., 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/PdNFXTkjnKcsS3NBLpTctQL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 29 ago. 2024.

Fortunato, J.; Rojo, J. R.; Quitzau, E. A.; Santos, A. C. B.; Moraes E Silva, M. “Nada se cria...”: o crossfit enquanto prática corporal ressignificada. **Motrivivência**, [S. l.], v. 31, n. 58, p. 1–17, 2019. DOI: 10.5007/2175-8042.2019e55291. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2019e55291>. Acesso em: 30 ago. 2024.

Glassman G. Guia de treinamento CrossFit nível 1. **The CrossFit Journal**, 2021.

Interdonato, G. C.; Greguol, M. Qualidade de vida e prática habitual de atividade física. **Rev Bras Crescimento Desenvolvimento Hum**, v. 21, n. 2, pp. 282-295, 2011. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822011000200011. Acesso em: 17 mai. 2024.

Lima, C. M. Pessoas Surdas e as barreiras atitudinais encontradas para a prática de atividade física. **TCC apresentado ao Curso de Bacharelado em Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco**, Centro Acadêmico de Vitória, 2019. 31 f. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/32270>. Acesso em: 17 mai. 2024.

Oliveira, C. S. S. et. al. Saúde e Surdez: limites, possibilidades e desafios. **IV Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 2009. Disponível em: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/9_estados-e-lutas-sociais/sau-de-e-surdez-limites-possibilidades-e-desafios.pdf. Acesso em: 17 mai. 2024.

Paine J, Uptgraft J, Wylie R. A crossfit study. **Special Report Comand and General Staff College**, 2010.

Santos, L. L. S.; Veiga, I. N.; Araújo Junior, A. T. Projeto de Arte Marcial na escola: um relato de experiência sobre a produção de sinais em Libras para o Jiu-Jitsu. **Anais II CINTED**, 2016. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/edicao/detalhes/anais-ii-cintedi>. Acesso em: 17 mai. 2024.

Silva, E. F. M. R. et.al. A promoção da prática de esportes para pessoas surdas em ambiente não-formal de aprendizagem: relato de uma experiência. **V CONEDU**, 2018. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD4_SA10_ID7105_20082018113008.pdf. Acesso em: 17 mai. 2024.

Tibana, R A; Almeida, L M; Prestes, J. Crossfit riscos ou benefícios? O que sabemos até o momento?. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**. v.23, n.1, p.182-185, 2015. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/5698>. Acesso em: 17 mai. 2024.



SEÇÃO 2



INICIAÇÃO AO ATLETISMO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO PROGRAMA PARADESPORTO BRASIL EM REDE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Elizabeth Santana Alves de Albuquerque¹

Silvana Maria Moura da Silva¹

Jucilea Neres Ferreira¹

Ana Beatriz Reis de Sousa²

Carolina Mariana de Souza Costa²

Guilherme Ferreira Nogueira²

Reinado Reis da SILVA²

Saulo Rafael Fernandes Vasconcelos Nogueira²

elizabeth.alves@ufma.br

INTRODUÇÃO

O interesse inicial pelo autismo ocorreu pela classe médica com o psiquiatra Eugene Bleuler, que em 1916 ao mencionar pela primeira vez sobre o autismo referiu-se aos sintomas da esquizofrenia. Depois de 29 anos surgiram publicações independentes do psiquiatra Léo Kanner e no ano de 1943 associou o autismo para descrever 11 crianças com comportamentos comuns bastante originais. Posteriormente, em 1944 o pediatra Hans Asperger, também estudou a síndrome (Schmidt, 2013).

O termo “autismo” tem sua origem na palavra grega “autos”, significando “por si mesmo”, “próprio” ou “de si mesmo”, usada pela psiquiatria para designar comportamentos humanos direcionados para o próprio indivíduo (Orrú, 2002; Santos; Sousa, 2005).

O referido termo passou por uma série de modificações no decorrer dos anos até ser identificado como Transtorno do Espectro Autista (TEA) pelo *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (DSM-5), cuja definição compreende um distúrbio do desenvolvimento, caracterizado por atrasos na comunicação e na interação social, com

¹ Docentes do Departamento Educação Física/UFMA.

² Discente em Educação Física/UFMA.

padrões de atividades repetidas e restritas, associados à diminuição ou perda dessas habilidades, apresentando pelo menos duas das seguintes manifestações: movimentos ou fala estereotipada; insistência em padrões de comportamento verbal ou não verbal; interesses excessivos e anormais no desempenho de determinadas tarefas; aumento ou diminuição da resposta a estímulos sensoriais (American Psychiatric Association, 2014).

O TEA refere-se a um conjunto muito heterogêneo de distúrbios da socialização, iniciando-se precocemente na vida do indivíduo e curso crônico, cujos impactos oscilam nas diferentes áreas do desenvolvimento humano. A incidência dessa condição clínica do neurodesenvolvimento compreende mais de 1% da população mundial (Anderson *et al.*, 2021; Jesus *et al.*, 2020).

Adota-se a classificação atual para definição e caracterização do autismo na literatura internacional, considerando-se o DSM-5 da American Psychiatric Association (APA) em 2013 e a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados à Saúde (CID-11) publicada pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O DSM-5 classifica o autismo na categoria de transtorno de neurodesenvolvimento, denominando-o de TEA e não mais como cinco transtornos do espectro autismo (autismo clássico, síndrome de Asperger, transtorno invasivo do desenvolvimento – sem outras especificações, síndrome de Rett e Transtorno Desintegrativo da Infância. Na referida classificação, o TEA apresenta 3 níveis diferentes, de acordo com o suporte que o indivíduo necessita e relacionados à gravidade do caso. O nível I há necessidade de apoio para evitar prejuízo social notável; dificuldades para iniciar interações e interesse reduzido por estas; tentativas mal sucedidas no contato social e dificuldade de organização, planejamento e certa inflexibilidade de comportamentos. O nível II caracteriza-se pela necessidade de apoio substancial; presença de prejuízos sociais aparente; limitações para iniciar e manter interações e inflexibilidade de comportamento e dificuldade para lidar com mudanças. No nível III há exigência de muito apoio substancial; presença de déficits graves nas habilidades de comunicação social e inflexibilidade de comportamento e extrema dificuldade com mudanças (Fernandes; Tomazellib; Girianellic, 2020).

A décima primeira edição do CID (CID 11) publicada em 2019 e utilizada pelos países membros a partir do ano de 2022. O CID-11 segue o DMS-5 e apresenta as entidades nosográficas sob a métrica do Autismo como TEA, classifica os Transtornos Globais do Desenvolvimento (exceto Síndrome de Rett) como TEA. Categoriza o TEA em oito subgrupos, conforme o prejuízo na linguagem funcional e a presença ou não de deficiência intelectual associada (World Health Organization, 2021).

Para o CID-11, o TEA contém os seguintes subgrupos: a) TEA sem deficiência intelectual e com comprometimento leve ou ausente da linguagem funcional; b) TEA com deficiência intelectual e com comprometimento leve ou ausente da linguagem funcional; c) TEA sem deficiência intelectual e com linguagem funcional prejudicada; d) TEA com deficiência intelectual e com linguagem funcional prejudicada; e) TEA sem deficiência intelectual e com ausência de linguagem funcional; f) TEA com deficiência intelectual e com ausência de linguagem funcional; g) Outro TEA especificado e, h) TEA, não especificado (World Health Organization, 2021).

A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA é instituída pela Lei nº 12.764 de 27/12/12 com diretrizes para sua consecução, sendo que na mesma o TEA caracteriza-se como síndrome clínica, de acordo com os incisos I e II:

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos (Brasil, 2012).

O TEA pode ser entendido como um transtorno de neurodesenvolvimento que possui como características limitações na comunicação e na interação social, padrões restritos e repetitivos de comportamento,

atividades ou interesses, apego à rotina, inflexibilidade de comportamentos e alterações sensoriais que variam em relação à sua incidência e intensidade, conforme cada pessoa dentro de um amplo espectro (American Psychiatric Association, 2013).

Ressalta-se que alguns indivíduos com TEA podem apresentar comprometimento intelectual, na linguagem e irregularidades nas capacidades motoras (American Psychiatric Association, 2014).

Em relação à etiologia do TEA evidências mostram uma diversidade de fatores como os genéticos (existem mais de 800 genes vinculados ao transtorno) e algumas causas ambientais atuando como um gatilho para a condição, tais como a idade avançada dos pais no momento do nascimento do bebê (Frans *et al.*, 2013; Gadia; Tuchman; Rotta, 2004; Idring *et al.*, 2014; Maia *et al.*, 2018), influência de medicamentos utilizados pela mãe durante a gestação como ácido valpróico (Christensen *et al.*, 2013), infecções por rubéola (Landrigan, 2010), inflamações neurológicas no feto (Heinsfeld *et al.*, 2018) e deficiência de algumas vitaminas durante a gestação (Pereira; Riesgo; Wagner, 2008; Kočovská *et al.*, 2012; Ribeiro; Casella; Polanczyk, 2017).

Não há uma uniformidade para manifestação do TEA em relação à idade, mas pode ocorrer a partir dos primeiros 12 meses de vida da criança, por meio de alguns comportamentos como manuseio atípico de objetos, interesse limitado em trocas sociais, redução de expressões faciais, vocalizações e gestos comunicativos, levando à existência de alguma alteração comportamental (Anagnostou *et al.*, 2014; Broder-Fingert; Feinberg; Silverstein, 2018).

Outras características peculiares de crianças e jovens acometidos pelo TEA são existência de comportamento hiperativo (Trevarthen; Daniel, 2005), apego inadequado a objetos e rotinas (Orrú, 2002), além de uma série de alterações nos domínios comportamentais, perceptivo-motores e cognitivos (Lecavalier, 2006).

Os critérios específicos para diagnóstico de TEA incluem, ainda, a presença frequente de problemas motores, como as estereotipias motoras simples (abandar as mãos, estalar os dedos), a marcha atípica (caminhar na ponta dos pés), a falta de coordenação motora geral. Os atrasos tornam-se mais pronunciados com a idade (Lloyd; Macdonald; Lord, 2011).

Em relação ao desenvolvimento motor das crianças com TEA, há evidências de alterações negativas, sendo ressaltadas por Orrú (2002) aquelas direcionadas para atrasos no desenvolvimento da marcha, assim como déficits no equilíbrio, no esquema corporal e nas organizações espacial e temporal (Fontes, 2013; Larson *et al.*, 2008; Lourenço *et al.*, 2016; Richler *et al.*, 2007) e dificuldades nos movimentos oculares e de controle motor fino (Esposito; Pasca, 2013; Jasmin *et al.*, 2009). Diversos autores destacam evidências de que crianças sem uma ampla experiência motora podem apresentar desenvolvimento motor comprometido e dificuldades de aprendizagem (Fonseca, 1988; Gallahue; Ozmun, 2005; Le Bouch, 2008; Lucena *et al.*, 2010; Rosa Neto, 2009).

A aprendizagem de habilidades motoras é iniciada na infância, através da aquisição dos mais simples gestos corporais, até o aperfeiçoamento para as formas mais complexas, culminando no padrão de movimento especializado e treinado (Gallahue; Ozmun, 2005).

Sabe-se que cada indivíduo passa por estágios de desenvolvimento, cuja evolução é própria, respeitando-se sua forma de aprendizagem, suas características biológicas e fatores sociais, que influenciam de forma direta no desenvolvimento e comportamento de cada ser (Papalia; Olds; Feldman, 2006).

Como já foi ressaltado, as dificuldades motoras estão presentes em crianças com TEA. podendo comprometer a sua aprendizagem, havendo relação das mesmas com a fixação de informação, percepção, memória associativa e atenção (Diniz *et al.*, 2020). Dessa forma, torna-se imprescindível avaliar o desenvolvimento motor para que sejam conhecidas as características motoras de crianças com TEA. O emprego de avaliação bem estruturada implicará na identificação de possíveis atrasos no desenvolvimento motor e a realização de intervenções para melhorá-los (Teixeira; Carvalho; Vieira, 2019).

As dificuldades no comportamento motor de crianças TEA estão relacionadas com a existência de problemas nas questões sociais, sendo indicado o estabelecimento de brincadeiras para a estimulação de tal domínio nessas crianças (Cunha, 2010).

As crianças com TEA apresentam características motoras aquém dos padrões normais de desenvolvimento desde o nascimento, cuja manifestação de déficits motores ocorre precocemente na vida da criança,

antes dos 3 anos, e quanto mais cedo esses sintomas forem identificados, maiores as chances de a criança receber intervenções adequadas e acelerar o aprendizado e o desenvolvimento, e de aproximá-la de habilidades condizentes à sua faixa etária (Rosa Neto *et al.*, 2013).

De acordo com Leite, Mendonça e Costa (2009) se for realizado o diagnóstico precoce em relação aos atrasos no desenvolvimento motor, aumentará a chance de minimizar possíveis problemas futuros, considerando que são adquiridas ao longo da vida, variando desde as simples e desorganizados movimentos até movimentos mais uniformes e complexos.

Considerando as possíveis alterações negativas que crianças e jovens com TEA podem apresentar em seu desenvolvimento motor, são recomendadas estratégias interventivas para serem realizadas com eles, envolvendo atividades motoras do ensino da educação física escolar com o objetivo de auxiliar no aprimoramento motor dos mesmos (Anderson-Hanley; Tureck; Schneiderman, 2011; Cheldavi *et al.*, 2014; Chicon; Sá; Fontes, 2013; Fragala-Pinkham *et al.*, 2005; Lourenço *et al.*, 2016; Sowa; Meulenbroek, 2012).

De acordo Mc Ardle, Katch e Katch (1998, p. 605) atividade física é definida por como “qualquer movimento corporal produzido por músculos e que resulta em maior dispêndio de energia”. A prática de atividade física e, principalmente, o estímulo para a prática devem transformar-se em prioridade na área de Educação Física. As crianças e adolescentes encontram-se, em sua maioria, na escola, onde a Educação Física tem sua relevância na educação e formação de indivíduos conscientes da importância de adquirir hábitos saudáveis e de praticar atividades físicas regularmente, a fim de adquirir um estilo de vida mais saudável e, por consequência, melhorar a qualidade de vida e a saúde.

Quaisquer que sejam os tipos de intervenção empregados, a utilização da prática de atividades físicas regulares e/ou lúdicas pode proporcionar melhoria da proficiência motora (Wrotniak *et al.*, 2006). Há, ainda, evidências de que com a realização da atividade física e da expressão corporal, ocorrerão avanços no desenvolvimento de aspectos comunicativos e sociais de indivíduos com TEA (Lô; Goerl, 2010; Tomé *et al.*, 2007).

Ressalta-se, ainda, que a atividade física praticada adequadamente acarreta benefícios positivos à saúde e ao bem-estar, desempenhando

papel importante na prevenção de doenças crônicas como cardiovasculares, acidente vascular cerebral, hipertensão, obesidade, diabetes, osteoporose entre outras (Klavestrand; Vingård, 2009; Warburto; Nicol; Bredin, 2006).

A atenuação de quadros de ansiedade, estresse, problemas de sono pode ocorrer por meio de atividades físicas para grupo de pessoas com TEA (Kern *et al.*, 1982; Hillier; Buckingham; Schena, 2020) e outros benefícios. Psicologicamente, a atividade física atua na melhoria da autoestima, do autoconceito, da imagem corporal e das funções cognitivas, diminuindo o estresse, a ansiedade e o consumo de medicamentos (Martins; Rabelo, 2008).

Relativamente à condição física, a prática de atividade física melhora a flexibilidade e equilíbrio (Yilmaz *et al.*, 2004), força muscular (Lochbaum; Crews, 2003; Pan, 2011), resistência, flexibilidade e aptidão cardiovascular (Pan, 2011), redução no tempo de percurso (Fragala-Pinkham; Haley; O'neil, 2008).

Portanto, a intervenção por meio de atividade física com indivíduos com TEA proporciona benefícios nos diferentes domínios, melhora a condição física, as capacidades cognitivas e sensoriais (Lourenço *et al.*, 2015).

A participação no esporte é capaz de possibilitar socialização e aprendizados, especialmente quanto ao respeito às diferenças e ao cumprimento de regras (Teles; Cruz, 2018).

Os benefícios do esporte e da atividade física ao autista compreendem o bem-estar da pessoa, rendimento físico, melhor conhecimento das capacidades de seu corpo, melhor representação do seu corpo na relação com o ambiente externo, melhor comunicação e socialização com os companheiros de equipe e adversários nos jogos coletivos (Massion, 2006).

Para Arnell, Jerlinder e Lundqvist (2020) é necessário incentivar os hábitos de atividade física e as práticas de esportes. Complementando, Pan e Frey (2006) recomendam para a população com TEA intervenções voltadas para atividade física extracurricular.

Flores *et al.* (2023) complementam que os benefícios das práticas da iniciação esportiva para crianças e jovens com TEA podem ser viabilizados pelas excelentes oportunidades de aprendizagem motora, autoestima e qualidade de vida proporcionadas, assim como possibilidades de

interação e socialização, tão importantes para eles diante dos atrasos característicos dessa deficiência.

O exercício físico pode intervir na redução da dor músculo esquelética e atuar na prevenção de deformidades, aumentando as resistências pulmonar e cardiovascular (Rodrigues; Mussi; Almeida, 2014).

A realização de programas de treinamento das habilidades motoras e tratamentos comportamentais em pessoas com TEA podem reduzir as dificuldades de comunicação e melhorar o comportamento social, ocasionando impactos positivos no bem-estar e na qualidade de vida delas (Cruz; Praxedes, 2018).

Considerando os atrasos no desenvolvimento infantil, benefícios são proporcionados às crianças com TEA pelas práticas de iniciação esportiva, mediante a inclusão e a permanência delas nas aulas, independentemente de suas diferenças e necessidades, realizando todas as atividades. Adaptações metodológicas são necessárias com reformulação da forma de ensinar pelos Profissionais da área de Educação Física, cujo trabalho implicará no planejamento de atividades estimulantes e criativas, adaptadas aos diferentes níveis de aprendizagem (Silva *et al.*, 2018).

O atletismo é denominado de esporte base, cuja prática confunde-se com os movimentos naturais do homem (Confederação Brasileira de Atletismo, 2005). Este esporte é caracterizado pela sua complexidade ao trabalhar com habilidades motoras básicas como o caminhar, correr, saltar, lançar e arremessar e, por isso, é ideal para trabalhar a coordenação e o desenvolvimento motor (Darido; Souza Júnior, 2013; Oviedo; Peres, 2014; Simoni; Teixeira 2009).

Segundo Mariano (2012), o atletismo compreende um conjunto de provas individuais ou coletivas que se baseiam em marcha atlética, corridas, saltos, arremesso, lançamentos e as provas combinadas, podendo ser trabalhado em caráter coletivo, apesar de ser um esporte individual, sem descaracterizá-lo. Para isso, é necessária a adequação das atividades, aumentando as relações pessoais entre os participantes para que se tornem pessoas cooperativas e autônomas.

De acordo com Lima (2017), o atletismo é precursor das demais modalidades esportivas, sendo um conteúdo clássico nas aulas de Educação Física na escola, por abranger a vivência dos movimentos básicos e fundamentais do ser humano.

Oliveira (2006) destaca que tal modalidade esportiva auxilia no crescimento corporal do indivíduo, contribuindo para o aprimoramento das habilidades motoras e para os desempenhos individual e coletivo do praticante, além de proporcionar a vivência, o conhecimento de um esporte mundialmente praticado e poderá estimular o interesse do aluno a participar no futuro de eventos importantes como os Jogos Olímpicos.

Apesar de ser um esporte popular, reconhecido como um conteúdo clássico da Educação Física, como um dos esportes mais tradicionais no campo esportivo a prática do atletismo aparentemente é pouco difundida nas aulas de Educação Física escolar (Matthiesen, 2012; Santos; Matthiesen, 2013).

De acordo com Mariano (2012) são poucas as escolas brasileiras que apresentam infraestrutura e materiais necessários para as práticas do atletismo. Marques e Iora (2009), Matthiesen (2005, 2007, 2017) e Silva *et al.* (2015) confirmam a ausência do Atletismo no ambiente escolar, associando-a à infraestrutura inadequada e carência de materiais específicos. Além desses dois fatores, Matthiesen (2017) acrescenta a concepção da formação profissional inadequada, a falta de interesse de professores e alunos, enquanto Santos e Matthiesen (2013) citam a indiferença/negligência das escolas em relação ao ensino dessa modalidade esportiva individual e sua difusão enquanto manifestação cultural da sociedade.

É recomendado por Matthiesen (2012) que o ensino das diferentes provas do atletismo tenha início com crianças, mediante utilização de atividades lúdicas, por envolver a aquisição e aprimoramento gradativo de habilidades motoras usadas em atividades do cotidiano delas.

No processo de ensino-aprendizagem do atletismo a utilização do lúdico é de relevância no contexto escolar pela participação de todos, independentemente do nível de desenvolvimento motor e por ser uma atividade prazerosa, possibilitando alegria na sua realização (Moyles, 2002).

De acordo com Mariano (2012) coaduna que o docente pode trabalhar o atletismo de forma lúdica, seja brincando, jogando, competindo, trabalhando coletivamente, com adaptação de regras, espaços e materiais, de forma que os alunos evoluam aos poucos nas provas do atletismo de forma prazerosa.

Para Furbino *et al.* (2010), o ensino do atletismo escolar deve ser efetivado de forma lúdica, por meio de brincadeiras, possibilitando a participação de todos, independentemente de seu estágio de desenvolvimento motor.

A iniciação ao atletismo é uma possibilidade para aprimorar o desenvolvimento motor de crianças em geral, desde fases dos movimentos fundamentais até etapas do desenvolvimento motor mais especializadas, culminando na aquisição de padrões maduros de habilidades motoras. Diante disto, utilizou-se a iniciação ao atletismo para crianças com TEA, realizada através das atividades lúdicas para a aquisição e aprimoramento de habilidades motoras básicas estabilizadoras, locomotoras e manipulativas. Este texto se remeterá ao relato de experiência da realização da iniciação ao atletismo para crianças e adolescentes com TEA no Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR) na Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

DESENVOLVIMENTO

Após a ampla divulgação do PPBR na UFMA em Redes Sociais, programas locais de televisão, site dessa Universidade, ocorreu a seleção dos participantes com base nos critérios de inclusão: crianças e adolescentes de 07 a 17 anos; de qualquer gênero; com diagnóstico e laudo de TEA, níveis I e II, matriculados em escolas públicas ou particulares; frequentadores regulares das aulas de educação física na escola e residência preferencialmente em bairros próximos e adjacentes à UFMA.

Os participantes foram matriculados na modalidade atletismo, sendo uma turma no turno matutino com 7 alunos e outra no vespertino com 11 alunos, de acordo com disponibilidade de horário deles e em função da frequência na escola regular em turno diferente ao do referido Programa.

No mês de abril de 2024 foram realizados o planejamento prévio das aulas, assim como a aplicação de testes padronizados tais como teste de dobras cutâneas, perimetria, teste de sentar e levantar (30s), arremesso de medicine ball, banco de Wells, sentar e alcançar, Running Anaerobic Sprint Test (RAST), teste 6 minutos e saltos horizontais que visavam obter dados de composição corporal, equilíbrio, força de membros superiores, flexibilidade e velocidade.

Para o início das aulas os monitores realizaram várias capacitações profissionais junto ao Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB) que possibilitassem maior apropriação de conhecimento sobre as características e a abordagem do trabalho com crianças e adolescentes com TEA nas aulas práticas, além da dificuldade no trabalho em espaço amplo próprio da pista de atletismo.

Conforme verificado na Figura 1, os monitores utilizaram instrução verbal, de forma clara e objetiva com os alunos quando na realização das atividades propostas, mas principalmente a demonstração como principal recurso no processo ensino-aprendizagem. Persistindo alguma dificuldade, um monitor ficaria responsável por auxiliar exclusivamente esse aluno até ele conseguir realizar a atividade proposta com autonomia.

Figura 1 – Instrução verbal do monitor aos alunos com TEA



Fonte: Os autores da pesquisa, em 2024.

Considerando-se a faixa etária dos participantes, a inserção das atividades direcionadas para a iniciação ao atletismo teve como foco atividades lúdicas, representando alternativas viáveis para a inserção das regras e movimentos específicos de cada prova para o público em questão.

No início das aulas em maio/2024, a modalidade foi apresentada aos alunos de forma lúdica e descontraída, com ênfase na explicação da dinâmica das aulas e a rotina a ser adotada em cada conteúdo a ser apresentado. Essa rotina implica, sobretudo, em reunir os alunos em círculo, no início das aulas para explicar o conteúdo a ser trabalhado naquele dia e dar prosseguimento às atividades de alongamento dinâmico e, posteriormente, aquecimento e educativos de corrida (Figura 2).

Figura 2 – Atividades de alongamento dinâmico executadas pelos alunos com TEA no início das aulas de iniciação ao atletismo



Fonte: Os autores da pesquisa, em 2024.

Ao realizar aulas práticas de iniciação ao atletismo para alunos com TEA, fez-se necessário o desenvolvimento de rotinas de exercícios preparatórios de coordenação e educativos de corrida como skipping alto, skipping baixo, chute baixo, anfsen e hopslerlauf, acrescidos de exercícios específicos para a categoria de prova a ser trabalhada.

Para uma melhor organização, as aulas foram divididas nos seguintes grupos de provas (Quadro 1):

Quadro 1 – Grupos de provas, provas e atividades desenvolvidas e materiais para a iniciação ao atletismo com crianças e adolescentes com TEA

Grupos de Provas	Provas	Atividades Desenvolvidas	Materiais
PISTA	Velocidade	- Atividades de saída: Saída baixa e saída em pé; - Atividades de velocidade: Estafetas de 10m, 20m, 30m (dentro das raias);	Mini barreiras Apito Cones de diferentes tamanhos
	80m	- Atividades de tempo de reação: Em pé, sentados, deitados	Mini Barreiras
	100m	- Tiros de 30m, 40m, 50m com utilização de todas as raias	Chapéu chinês
	150m	- Atividades de agilidade: Buscar o cone no chão ao comando do professor; zig-zag nos cones, corrida com bambolês no chão, escada de agilidade	Bambolês coloridos Colchonete
	200m		
	400m		
PISTA	Meio Fundo	- Corrida ritmada com professor, - Corridas na reta de 100m ida e volta;	Cones Apito
	800m	- Corridas com mudança de ritmo ao comando do professor	Mini barreiras
	1000m		
	1500m		
	Corridas com Barreiras	- Corrida coordenada nas barreiras baixas; - Corrida barreira e mini barreiras; - Corrida sobre os cones	Colchonetes Blocos de partida Mini barreiras
	80m	Tiros de 30m, 40m, 50m com de barreiras em cada raia	Barreiras de treinamento
100m	Tiros de 30m, 40m, 50m na curva	Apito Cones Colchonete	
SALTOS HORIZONTAIS	Distância	- Saltos parados na caixa de areia; - Corrida com saltos na areia; - Corrida com saltos sobre barreiras e queda na caixa	Bambolês Barreiras Apito Tábua de impulsão
	Triplo	- Mini saltos nos bambolês; - Corrida com salto nos bambolês; - Corrida saltada com queda na caixa de areia	Bambolês coloridos Cones Barreiras Apito Tábua de impulsão
SALTOS VERTICAIS	Altura	- Corrida em arco com os cones no chão; - Saltos de costa para o colchão (Flop); - Saltos sobre o colchão (tesoura, Flop e rolo ventral),	Colchão de ginástica Poste salto em altura Corda elástica Mini cones Apito
LANÇAMENTOS E ARREMESSOS	Disco	- Atividades de manipulação do implemento (molinete, técnicas de pegada), seguidas de lançamento estacionário.	Medicine Ball Peso adaptado Disco adaptado Giz Gaiola de proteção
	Peso	- Atividades de manipulação do implemento (técnicas de pegada); - Movimentação no setor, seguida de arremesso linear.	Medicine Ball Peso adaptado Giz

Fonte: Elaborada pelos autores, em 2024.

A primeira semana de aula compreendeu o ensino dos fundamentos das corridas do atletismo, a apresentação da área de prática e suas respectivas provas, como forma de ambientação dos alunos para minimizar as possibilidades de mudanças repentinas de comportamento típicas do TEA, face ao novo ambiente. Para isso, utilizaram-se as seguintes estratégias: apresentação aos alunos da pista de atletismo e os seus respectivos setores (saltos horizontais, saltos verticais, lançamentos, arremesso e a pista em si), explicando quais provas seriam realizadas em cada área.

Para as atividades elaboradas visando à iniciação das provas de velocidade, os alunos foram distribuídos nas raias, procedendo-se à demonstração dos fundamentos das saídas. Foram explicados os tipos de saída, as vozes de comando para a largada, de acordo com a Figura 3:

Figura 3 – Atividades para iniciação das saídas de bloco pelos alunos com TEA



Fonte: Os autores da pesquisa, em 2024.

Ressalta-se que em consideração à certa intolerância das pessoas com TEA aos sons e ruídos altos, de acordo com os diferentes níveis de sensibilidade delas, pode-se substituir os comandos sonoros, por bandeiras amarela (prestar atenção); verde (iniciar) e vermelha (parar).

Dando início aos fundamentos das corridas, o primeiro elemento foi a saída baixa, realizada no bloco com o auxílio do colchonete no chão para maior conforto e a saída de três apoios. Para a aprendizagem desses fundamentos, foram realizadas corridas curtas nas distâncias de 20m, 30m e 40m, alternando entre saída baixa e saída no bloco de partida. Para o segundo momento, o conteúdo trabalhado foi o tempo de rea-

ção, por meio da seguinte atividade: aos 30 metros da linha de chegada, colocar os alunos sentados, com as pernas estendidas e juntas e as mãos sobre o joelho, ao sinal do professor deveriam levantar e correr.

Na segunda semana, os alunos foram inseridos em atividades mais desafiadoras, com obstáculos a serem transpostos durante a corrida, distribuídos na pista de atletismo, nas marcações de 400 metros, 250 metros e 100 metros. Assim, cones e bambolês foram dispostos alternadamente pelo percurso da corrida, intercalando-se as pernas esquerda e direita, utilizando mini barreiras com diferentes distâncias entre elas.

Para o ensino das provas de corridas com barreiras, os monitores dispuseram os alunos na marcação dos 20m e de frente para a linha de chegada. Ao comando deles, os alunos deveriam correr o mais rápido possível e ultrapassar a mini barreira colocada em sua raia.

Os monitores, com o passar do tempo, aumentaram a dificuldade da atividade com mais barreiras e uma maior distância a ser percorrida pelos alunos. Com o sucesso da atividade, progrediu-se para a corrida com barreiras em curva, seguindo a mesma progressão de metodologia e dificuldade da atividade anterior.

No ensino da prova do salto em distância, os alunos foram apresentados ao setor de salto, e a dinâmica de funcionamento da prova. Inicialmente, foram instruídos a realizar saltos com os pés paralelos, na borda da caixa de areia, sendo dois saltos para cada aluno. Enquanto os alunos realizavam a atividade foram dispostos cones no setor do salto, que delimitavam a saída deles, sendo que os mesmos ficavam a uma distância de 10 metros da caixa de areia. Para as primeiras tentativas, os alunos foram instruídos a saltar próximo à borda da caixa e, aumentavam gradativamente a distância, até chegar àquela da tábua oficial. Com os alunos familiarizados com o setor, foram dispostas mini barreiras na borda da caixa de areia, sobre as quais os alunos deveriam saltar, após realizarem a corrida, com o objetivo de alcançar a maior distância possível (Figura 4).

Figura 4 – Ensino da prova do salto em distância aos alunos com TEA



Fonte: Os autores da pesquisa, em 2024.

A iniciação dos alunos no salto em altura ocorreu de forma adaptada, utilizando-se como principal recurso colchões mais baixos de 60 centímetros e cordas elásticas para substituir o sarrafo. Para trabalhar a corrida de aproximação do colchão foram dispostos cones traçando o percurso em forma de arco. Os alunos, no primeiro momento, deveriam se aproximar em velocidade sem realizar o salto e após se familiarizarem com a corrida de aproximação, os alunos foram instruídos a executar o salto.

No decorrer da atividade, os monitores orientaram os alunos a realizar os saltos tesoura, rolo ventral e, por último, o estilo de costas. Considerando o nível de dificuldade de cada técnica individualmente, os alunos foram instruídos de forma verbal seguidos de demonstração a realizar várias tentativas de cada técnica e ao completarem a tarefa, o nível de dificuldade aumentava. Após a conclusão da tarefa, os alunos foram orientados a saltarem sobre a corda elástica.

Para a iniciação da prova do arremesso do peso, foram utilizados medicine ball de 1kg e 2kg, com o objetivo de adaptar o peso real do implemento para a categoria, assim como adaptações no setor de realização dos arremessos. Para ensinar sobre o setor, foram efetivadas adaptações com giz para desenhar os setores. As adaptações realizadas nestas provas corroboram com a necessidade de adequação dos exercí-

cios e esportes de forma a respeitar as individualidades biológicas das pessoas, visto que muitas vezes esse aspecto é um obstáculo para a prática de atividade física, de forma saudável por pessoas com deficiência.

Para a realização do lançamento do dardo utilizaram-se materiais alternativos como discos confeccionados com papelão, areia e fita adesiva, sendo empregada a técnica da manipulação do implemento, aliado à técnica de movimento específico do lançamento. Na primeira atividade, os alunos foram dispostos em duplas, um de frente para o outro, distantes aproximadamente 5 metros, com o objetivo de fazer o lançamento no solo em direção ao companheiro de dupla. Na segunda atividade, os alunos foram instruídos a ficar de frente para o campo, enfileirados a uma distância de 1 metro um do outro e deveriam realizar o balanço e executar o lançamento para cima o mais alto que conseguissem e, posteriormente, lançar para frente com a saída do implemento na linha do ombro.

Durante todo o processo de ensino-aprendizagem do atletismo, intercalado com as atividades específicas na pista dessa modalidade, foram realizados jogos e brincadeiras que tinham como objetivo promover o desenvolvimento das habilidades específicas da modalidade, a comunicação e a interação social entre os alunos com enfoque nos aspectos lúdicos dos jogos.

Alunos com TEA frequentemente enfrentam desafios significativos na realização de atividades, devido a um repertório motor limitado e falta de vivência motora. Essas dificuldades podem manifestar-se em movimentos e habilidades motoras básicas descoordenados e baixa percepção espaço-temporal. Esse repertório motor pobre pode ser resultado de uma menor exploração física e experiências motoras restritas, o que dificulta o desenvolvimento de habilidades motoras finas e grossas. Como consequência, tarefas simples do dia a dia, como tomar banho, vestir-se, escovar dentes, entre outras, podem se tornar desafiadoras. Para apoiar esses alunos, é fundamental adotar abordagens personalizadas que incluam atividades motoras adaptadas e oportunidades de prática e exploração motora em um ambiente estruturado, encorajador e acolhedor.

É sabido que a prática regular de atividades físicas e esportivas, como o atletismo, é fundamental para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, incluindo aspectos motores, sociais e emocionais. O atletismo em particular oferece uma variedade de oportunidades motoras

que podem ser adaptadas para a população com TEA de forma a amenizar as lacunas no repertório motor delas.

Entende-se que apesar das possibilidades, encontram-se diversas dificuldades como por exemplo a inexperiência dos monitores em trabalharem a iniciação ao atletismo para crianças e adolescentes TEA. Porém, isso foi revertido em aprendizado e adaptação, e o entendimento da necessidade de constantes atualizações.

A possibilidade de trabalhar com cada criança e adolescente com TEA trouxe desafios e necessidades específicas que exigiram um olhar atento e estratégias personalizadas. Muitas vezes as instruções verbais simples rotineiras utilizadas com outras crianças e adolescentes não foram tão eficazes. As necessidades de ser objetivo e de utilizar estímulos visuais na comunicação tornaram-se evidentes.

A criação de ambientes estruturados, com rotinas previsíveis foram imprescindíveis para ajudar os alunos a se sentirem mais seguros e confortáveis. Ressalta-se que a motivação pode variar bastante entre os alunos. Enquanto alguns são impulsionados por recompensas tangíveis e atividades consideradas por eles especialmente interessantes, outros podem precisar de uma abordagem mais gradual e encorajadora no processo ensino-aprendizagem.

Tais constatações apontaram para a necessidade de ajustes constantes no planejamento, com o objetivo de garantir a participação, o engajamento e a motivação de todos.

Outro elemento que se apresentou imprescindível para o bom desenvolvimento das atividades foi o feedback dos pais e cuidadores que tem sido valioso para entender melhor as particularidades de cada criança e adolescente com TEA. Suas observações ajudaram a ajustar as estratégias metodológicas e estar sempre sensíveis às preferências e necessidades individuais. Além disso, aprender a celebrar cada pequeno progresso, por menor que seja, tem sido fundamental.

Destacam-se, também, as impressões dos monitores em relação ao aumento constante no desenvolvimento das habilidades motoras básicas dos alunos, na capacidade de adaptação e nos avanços nos processos ensino aprendizagens dos alunos.

Cada desafio enfrentado é uma oportunidade de aprender e melhorar, sendo indispensável criar um ambiente inclusivo e acolhedor para

que ocorra uma constante busca por melhores práticas pedagógicas e um profundo desejo de fazer a diferença na vida da população com TEA por meio do atletismo.

Diversos alunos com TEA no início do PPBR na UFMA apresentavam problemas de coordenação motora, equilíbrio e noções espaciais que poderão ser comprovados após análise e publicação dos dados das avaliações realizadas. Em três meses de execução do Programa houve progressos em suas habilidades motoras. Alunos que não conseguiam movimentar braços e pernas de forma alternada adquiriram essa combinação de movimentos e se deslocam com mais facilidade e rapidez; outros que não conseguiam se equilibrar usando apenas um dos pés, mantêm-se em pé e em equilíbrio estático; alunos com pouca noção espacial conseguem realizar atividades em duplas, trios e quartetos sem atrapalhar ou esbarrar nos colegas.

Toda essa evolução foi proporcionada por práticas corporais vivenciadas duas vezes na semana durante as aulas de iniciação ao atletismo, e que estão contribuindo de forma significativa para um melhor controle dos seus corpos.

CONCLUSÕES

Este texto tem por objetivo realizar relato de experiência da iniciação ao atletismo para crianças e adolescentes com TEA no Programa Paradesporto Brasil em Rede na UFMA. O tema abordado é extremamente relevante, considerando a importância da prática da atividade física e esportiva para o desenvolvimento dessa clientela especial.

O PPBR na UFMA na forma do projeto de iniciação ao atletismo apresenta-se como uma possibilidade para aprimorar o desenvolvimento motor das crianças e adolescentes com TEA, assim como promover a aquisição e aprimoramento gradativo de habilidades motoras básicas e o desenvolvimento integral deles.

Em todas as etapas do Programa o princípio da individualidade biológica foi respeitado, fundamentando assim as decisões no planejamento das aulas. As adaptações metodológicas realizadas corroboram com a necessidade de respeitar as individualidades dos alunos, visto que muitas vezes esse aspecto é um obstáculo para a prática de atividade física, de forma saudável por pessoas com deficiência.

Antes do início das atividades práticas, os participantes foram avaliados, utilizando-se testes padronizados como dobras cutâneas, perimetria, teste de sentar e levantar (30s), arremesso de medicine ball, banco de Wells, sentar e alcançar, Running Anaerobic Sprint Test, Teste de corrida de 6 minutos e saltos horizontais que visavam obter dados de composição corporal, equilíbrio, força de membros superiores, flexibilidade e velocidade.

As atividades práticas envolveram provas de corridas de velocidade e com obstáculos, saltos horizontais e salto vertical, arremesso e lançamento.

Apesar das possibilidades de desenvolvimento, vários obstáculos foram transpostos, como por exemplo a inexperiência dos monitores em trabalharem a iniciação ao atletismo com essa clientela. Porém, isso foi revertido em aprendizado e adaptação, e o entendimento da necessidade de constantes atualizações.

Conclui-se que o atletismo foi uma modalidade bem aceita pelos alunos, possibilitou a aquisição e a combinação de movimentos fundamentais, assim como minimizou atrasos no desenvolvimento motor, na comunicação e interação social. Aos monitores representou uma experiência enriquecedora na formação inicial, repleta de desafios e aprendizagens relevantes que poderão adaptá-la a outros tipos de deficiência.

REFERÊNCIAS

American Psychiatric Association. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders (DSM-V®)**. 5th ed. Washington, DC: american psychiatric publishing, 2013.

American Psychiatric Association. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais DSM-5**. 5. Ed. São paulo: associação brasileira de psiquiatria/artmed, 2014.

Anagnostou, *et al.* Autism spectrum disorder: advances in evidence-based practice. **Canadian medical association journal**, ottawa, v. 186, n. 7, p. 509-519, 2014.

Anderson, M. P. *Et al.* Autism brainnet. **Archives of pathology & laboratory medicine**, chicago, v. 145, n. 4, p. 494-501, 2021.

Anderson-hanley, C.; Tureck, K.; Schneiderman, R. L. Autism and exergaming: effects on repetitive behaviors and cognition. **Psychology research and behavior management**, new zealand, v. 4, p. 129-137, 2011.

Arnell, S.; Jerlinder, K.; Lundqvist, I. Parents' perceptions and concerns about physical activity participation among adolescents with autism spectrum disorder. **Autism**, [S. L.], V. 24, n. 8, p. 2243-2255, 2020. Disponível em: <https://journals.Sagepub.Com/doi/pdf/10.1177/1362361320942092>. Acesso em: 8 jan. 2021.

Brasil. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista; e altera o § 3º do art. 98 da lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF: presidência da república, 2012. Disponível em: https://www.Planalto.Gov.Br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.Htm. Acesso em: 20 ago. 2024.

Broder-fingert, S.; Feinberg, E.; Silverstein, M. Improving screening for autism spectrum disorder: is it time for something new? **Pediatrics**, springfield, v. 141, n. 6, p. E20180965, 2018.

Cheldavi, H. *Et al.* The effects of balance training intervention on postural control of children with autism spectrum disorder: role of sensory information. **Research in autism spectrum disorders**, [S. L.], V. 8, n. 1, p. 8-14, 2014.

Chicon, J. F.; Sá, M. Das G. C. S. De; Fontes, A. S. Atividades lúdicas no meio aquático: possibilidades para a inclusão. **Movimento**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 103-122, 2013.

Christensen, J. *Et al.* Prenatal valproate exposure and risk of autism spectrum disorders and childhood autism. **Journal of the american medical association**, v. 309, n. 16, p. 1696-1703. 2013.

Confederação Brasileira de Atletismo. **O atletismo origens**. São paulo: CBAT, 2005. Disponível em: <http://www.Cbat.Org.Br/atletismo/origem.Asp>. Acesso em: 16 jul. 2024.

Cruz, M. R.; Praxedes J. A importância da educação física para o desenvolvimento motor de crianças e jovens com transtornos do espectro autista. **E-mosaicos: revista multidisciplinar de ensino pesquisa, extensão e cultura do instituto de aplicação fernando rodrigues da silveira**, rio de janeiro, n. 14, abr. 2018. Disponível em <https://www.E-publicacoes.Uerj.Br/index.Php/emosai-cos/article/view/33622>. Acesso em: 24. Jul. 2024.

Cunha, E. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Wak, 2010.

Darido, S. C.; Souza Júnior, O. M. De. **Para ensinar educação física: possibilidades de intervenções na escola**. 7. Ed. Campinas: Papirus, 2013.

Diniz, e. F. F. S. *Et al.* Perfil motor de crianças com transtorno do neurodesenvolvimento: TEA e TDAH. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ATIVIDADE MOTORA*

ADAPTADA, 11., Maceió, 2020. **Anais** [...]. maceió: ufal, 2020. Disponível em: <https://www.Doity.Com.Br/anais/cbama2019/trabalho/113431>. Acesso em: 29 set. 2020.

Esposito, G.; Pasca, S. P. Motor abnormalities as a putative endophenotype for autism spectrum disorders. **Frontiers in integrative neuroscience**, Lausanne, v. 7, p. 43, 2013.

Fernandes, C. S.; Tomazellib, J.; Girianellic, V. R. Diagnóstico de autismo no século XXI: evolução dos domínios nas categorizações nosológicas. **Psicologia**, São Paulo, v. 31, p. E200027, 2020.

Flores, J. F. *Et al.* A importância da iniciação esportiva para crianças com o transtorno do espectro autista. In: COLÓQUIO ESTADUAL DE PESQUISA MULTIDISCIPLINAR, 7., Congresso nacional de pesquisa multidisciplinar, 5., Feira de empreendedorismo da unifimes, 4., 2023, mineiros. **Anais** [...]. mineiros: Unifimes, 2003.

Fonseca, V. Da. **Da filogênese à ontogênese da motricidade**. Porto Alegre: Artes, 1988.

FONTES, A.C.M. **Desenvolvimento psicomotor em crianças com perturbações do espectro do autismo e desenvolvimento típico: um estudo comparativo**. 2013. 81 f. Dissertação (mestrado) - curso de faculdade de motricidade humana, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013.

Fragala-pinkham, M. A. *Et al.* A fitness program for children with disabilities. **Physical therapy**, alexandria, v. 85, n. 11, p. 1182-1200, 2005.

Fragala-pinkham, M.; Haley, S. M.; O'neil, M. E. Group aquatic aerobic exercise for children with disabilities. **Developmental medicine and child neurology**, Cambridge, v. 50, n. 11, p. 822-827, 2008.

Frans, E. M. *Et al.* Autism risk across generations: a population-based study of advancing grandpaternal and paternal age. **Journal of the american medical association psychiatry**, Chicago, v. 70, n. 5. P. 516-521, 2013.

Furbino, A. P. A. *Et al.* A importância do atletismo como conteúdo da educação física escolar. In: CONGRESSO CENTRO OESTE DE CIÊNCIA DO ESPORTE, 4., Congresso distrital de ciência do esporte, 1., Brasília, DF. **Anais** [...]. Brasília, DF: UNB, 2010.

Gadia, C.; Tuchman, R.; Rotta, N. Autismo e doenças invasivas de desenvolvimento. **Jornal de pediatria**, Rio de Janeiro, v. 80, n. 2, p. S83-s94, 2004. Suplemento 2, 2004.

Gallahue, D. L.; Ozmun, J. C. **Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos**. 3. Ed. São Paulo: Phorte, 2005.

Heinsfeld, A. S. *Et al.* Identification of autism spectrum disorder using deep learning and the ABIDE dataset. **Neuroimage: clinical**, Amsterdam, v. 17, p. 16-23, 2018.

Hillier, A.; Buckingham, A.; Schena, D. Physical activity among adults with autism: participation, attitudes, and barriers. **Perceptual and motor skills**, Louisville, v. 127, n. 5, p. 874-890, 2020.

Idring, S. *Et al.* Parental age and the risk of autism spectrum disorders: findings from a Swedish population-based cohort. **International journal of epidemiology**, London, v. 43, n. 1, p. 107-115, 2014.

Jasmin, E. *Et al.* Sensori-motor and daily living skills of preschool children with autism spectrum disorders. **Journal of autism and developmental disorders**, New York, v. 39, n. 2, p. 231-241, 2009.

Jesus, B. M. *Et al.* Dance promotes positive benefits for negative symptoms in autism spectrum disorder (ASD): a systematic review. **Complementary therapies in medicine**, Edinburgh, v. 49, p. 102299, 2020.

Kern, I. *Et al.* The effects of physical exercise on selfstimulation and appropriate responding in autistic children. **Journal of autism and developmental disorders**, New York, v. 12, n. 4, p. 399-419, 1982.

Klavestrand, J.; Vingård E. The relationship between physical activity and health-related quality of life: a systematic review of current evidence. **Scandinavian journal of medicine & science in sports**, Copenhagen, v. 19, n. 3, p. 300-312, 2009.

Kočovská, E. *Et al.* Vitamin D and autism: clinical review. **Research in developmental disabilities**, New York, v. 33, n. 5, p. 1541-1550, 2012.

Landrigan, P. Toxinas podem estar ligadas ao autismo? **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 fev. 2010. <https://www1.Folha.Uol.Com.Br/fsp/saude /sd2702201005.Htm#:~:text=a%20suspeita%20de%20toxinas%20surgiu,e%20o%20anticonvulsivo%20%20c3%a1cido%20valproico>. Acesso em: 23 jul. 2018.

Larson, J. C. *Et al.* Acquisition of internal models of motor tasks in children with autism. **Brain: a journal of neurology**, London, v. 131, n. 11, p. 2894-2903, 2008.

Le bouch, J. **O corpo na escola no século XXI: práticas corporais**. São Paulo: Phorte, 2008.

Lecavalier, I. Behavioral and emotional problems in young people with pervasive developmental disorders: relative prevalence, effects of subject characteristics, and empirical classification. **Journal of autism and developmental disorders**, New York, v. 36, n. 8, p. 1101-1114, 2006.

Leite, F. F.; Mendonça; G. A. F.; Costa, M. P. M. **Análise do desenvolvimento neuropsicomotor de crianças semi-institucionalizadas em creches**. 2009. Monografia (bacharel em fisioterapia) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade da Amazônia, Belém, 2009.

Lima, N. M. P. **Análise do atletismo nas aulas de educação física do ensino fundamental II em escolas públicas de fortaleza**. 2017. 16 f. Monografia (graduação em educação física) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: <https://repositorio.Ufc.Br/handle/riufc/37184>. Acesso em: 24 jul. 2024.

Lloyd, M.; Macdonald, m.; Lord, c. Motor skills of toddlers with autism spectrum disorders. **Autism**, London, v. 17, n. 2, p. 133-146, 2011.

Lô, e. N.; Goerl, d. B. Representação emocional de crianças autistas frente a um programa de intervenção motora aquática. **Revista da graduação**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 1-19, 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.Pucrs.Br/graduacao/article/view/7902>. Acesso em: 24 jul. 2024.

Lochbaum, M.; Crews, D. Viability of cardiorespiratory and muscular strength programs for the adolescent with autism. **Complementary health practice review**, [S. L.], V. 8, n. 3, p. 225-233, 2003.

Lourenço, C. C. V. *Et al.* A eficácia de um programa de treino de trampolins na proficiência motora de crianças com transtorno do espectro do autismo. **Revista brasileira de educação especial**, Bauru, v. 22, n. 1, p. 39-48, 2016.

Lourenço, C. C. V. *Et al.* Avaliação dos efeitos de programas de intervenção de atividade física em indivíduos com transtorno do espectro do autismo. **Revista brasileira de educação especial**, Marília, v. 21, p. 319-328, abr./Jun. 2015.

Lucena, N. M. G. De *et al.* Lateralidade manual, ocular e dos membros inferiores e sua relação com déficit de organização espacial em escolares. **Estudos de psicologia**, Campinas, v. 27, n. 1, p. 3-11, 2010.

Maia, F. A. *Et al.* Transtorno do espectro do autismo e idade dos genitores: estudo de caso-controle no Brasil. **Cadernos de saúde pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 8, p. E00109917, 2018.

Mariano, C. **Educação física: o atletismo no currículo escolar**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

Marques, C. L. Da S.; Iora, j. A. Atletismo escolar: possibilidades e estratégias de objetivo, conteúdo e métodos em aulas de educação física. **Movimento**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 103-118, abr./Jun. 2009.

Martins, D. L.; Rabelo, R. J. Influência da atividade física adaptada na qualidade da vida de deficientes físicos. **Movimentum - revista digital de educação física**, Ipatinga, v. 3, n. 2, ago./Dez. 2008.

- Massion, J. Sport et autism. **Science & sports**, [S. L.], V. 21, p. 243-248, 2006.
- Matthiesen, S. Q. (Org.). **Atletismo se aprende na escola**. Jundiaí: Fontoura, 2005.
- Matthiesen, S. Q. (Org.). **Atletismo: teoria e prática**. 2. Ed. Rio de Janeiro.: Guanabara koogan, 2017.
- Matthiesen, S. Q. **Atletismo se aprende na escola**. 2. Ed. São Paulo: Editora Fontoura, 2012.
- Matthiesen, S. Q. **Atletismo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara koogan, 2007.
- Mcardle, W. D.; Katch, F. I.; Katch, V. L. **Fisiologia do exercício: energia, nutrição e desempenho humano**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara koogan, 1998.
- Moyles, J. R. **Só brincar?** O papel do brincar na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- Oliveira, M. C. M. **Atletismo escolar: uma proposta de ensino infantil**. Rio de Janeiro: Sprint, 2006.
- Orrú, S. E. Aspectos inerentes ao desenvolvimento da criança com autismo. **Psicopedagogia online**, [S. L.], P. 1-6, 2002.
- Oviedo, S. Da A.; Peres, I. S. Atletismo: iniciação desportiva no ambiente escolar através de atividades lúdicas. *In*: OVIEDO, S. da A. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor**. Cascavel: secretaria de estado da educação/superintendência da educação. Programa de desenvolvimento educacional, 2014. V. 1. Disponível em: http://www.Diaadiaeducacao.Pr.Gov.Br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_unioeste_edfis_artigo_soeli_da_aparecida_oviedo.Pdf. Acesso em: 18 jul. 2024.
- Pan, C. Y. The efficacy of an aquatic program on physical fitness and aquatic skills in children with and without autism spectrum disorders. **Research in autism spectrum disorders**, [S. L.], V. 5, n. 1, p. 657-665, 2011.
- Pan, C. Y.; Frey, G. C. Physical activity patterns in youth with autism spectrum disorders. **Journal of autism and developmental disorders**, Basel, v. 36, n. 5, p. 597, 2006.
- Papalia, D. E.; Olds, S. W.; Feldman, R. D. **Desenvolvimento humano**. 8. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- Pereira, A.; Riesgo, R. S.; Wagner, M. B. Autismo infantil: tradução e validação da childhood autism rating scale para uso no brasil. **Jornal de pediatria**, Rio de Janeiro, v. 84, n. 6, p. 487-494, nov./Dez. 2008.

Ribeiro, T. C.; Casella, C. B.; Polanczyk, G. V. Transtorno do espectro do autismo. *In: MIOOTTO, E. C.; Lúcia, m. C. S.; Scaff, m. (Eds.). Neuropsicologia clínica. 2. Ed.* Rio de Janeiro: Roca, 2017. P. 386-401.

Richler, J. *Et al.* Restricted and repetitive behaviors in young children with autism spectrum disorders. **Journal of autism and developmental disorders**, New York, v. 37, n. 1, p. 73-85, 2007.

Rodrigues, D. N.; Mussi, R. F. De F.; Almeida, C. B. De. Atividade física na promoção da saúde de amputados. **Efdeportes.Com**, buenos aires, v. 19, n. 191, abr. 2014. Disponível em: <https://www.Efdeportes.Com/efd191 /promocao-da-saude-de -amputados.Htm>. Acesso em: 2 ago. 2024.

Rosa neto, F. *Et al.* Efeitos da intervenção motora em uma criança com transtorno do espectro autista. **Temas sobre desenvolvimento**, São Paulo, v. 19, n. 105, p. 110-114, 2013.

Rosa neto, F. **Manual de avaliação motora para terceira idade**. São Paulo: Artmed, 2009.

Santos, I. L.; Matthiesen, S. Q. A história do atletismo como um saber necessário às aulas de educação física: aprofundando no estudo das corridas com barreiras. **Revista mackenzie de educação física e esporte**, São Paulo, v. 12, n. 2, 118-129, 2013. Disponível em: <https://www.Efdeportes.Com/efd120/atletismo-na-escola.Htm>. Acesso em: 6 maio 2024.

Santos, I. M.; Sousa, P. L. **Como intervir na perturbação autista**. 2005. 47 f. Dissertação (mestrando em psicologia pedagógica) – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2005.

Schmidt, C. (Org.). **Autismo, educação e transdisciplinaridade**. Campinas: Papirus, 2013.

Silva, E. V. M. *Et al.* Não se aprende na escola? Revisitando artigos publicados em periódicos científicos da educação física nos últimos anos. **Movimento: revista de educação física da UFRGS**, Porto Alegre, v. 21, n. 4, p. 1111-1122, out./Dez. 2015.

Silva, S. G. *Et al.* Os benefícios da atividade física para pessoas com autismo. **Revista diálogos em saúde**, são paulo, v. 1, n. 1, p. 124-145, jan./Jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.iesp.Edu.Br/dialogosemsaude/article/view/204>. Acesso em: 24 jun. 2024.

Simoni, C. R.; Teixeira, W. M. **Atletismo em quadrinhos: história, regras, técnicas e glossário**. Porto Alegre: rigel & livros brasil, 2009.

Sowa, M.; Meulenbroek, r. Effects of physical exercise on autism spectrum disorders: a meta-analysis. **Research in autism spectrum disorders**, [S. L.], V. 6, n. 1, p. 46-57, 2012.

Teixeira, B. M.; Carvalho, F. T.; Veira, J. R. L. Avaliação do perfil motor em crianças de teresina - PI com transtorno do espectro autista (TEA). **Revista educação especial**, Santa Maria, v. 32, p. 1-19, 2019.

Teles, P. S.; Cruz, C. L. P. A prática esportiva como instrumento de inclusão: um estudo de caso sobre aprendizagem e desenvolvimento de aluno com transtorno do espectro autista (TEA). **Anais do Enfope**, Aracaju, n. 11, p. 1-11, 2018. Disponível em: <https://eventos.Set.Edu.Br/enfope/article/view/8954/3840>. Acesso em: 10 ago. 2024.

Tomé, M. *Et al.* Educação física como auxiliar no desenvolvimento cognitivo e corporal de autistas. **Movimento e percepção**, Pinhal, v. 8, n. 11, 2007.

Trevarthen, C.; Daniel, S. Disorganized rhythm and synchrony: early signs of autism and rett syndrome. **Brain and development**, v. 27, p. S25-s34, 2005. Supplement 1.

Warburto, D. E. R.; Nicol, C. W.; Bredin, S. S. D. Health benefits of physical activity: the evidence. **Canadian medical association journal**, Ottawa, v. 174, n. 6, p. 801-809, mar./Apr. 2006.

World health organization. **International statistical classification of diseases and related health problems (ICD)**. Geneva: world health organization, 2021. Disponível em: <https://www.Who.Int/classifications/classification-of-diseases>. Acesso em: 23 jun. 2024.

Wrotniak, B. H. *Et al.* The relationship between motor proficiency and physical activity in children. **Pediatrics**, springfield, v. 118, n. 6, p. E1758-e1765, 2006.

Yilmaz, I. *Et al.* Effects of swimming training on physical fitness and water. **Pediatrics internacional**, Carlton South, v. 46, n. 5, p.624-626, 2004.

ESPORTE PARALÍMPICO E O ENVOLVIMENTO DAS UNIVERSIDADES NO BRASIL COMO ACESSO AO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO

Leonardo José Mataruna dos Santos¹

Andressa Fontes Guimarães - Mataruna²

leonardo.mataruna@tud.ac.uk

INTRODUÇÃO

As instituições universitárias no Brasil buscam estar cada vez mais integradas na formação de para-atletas com o foco em competições de alto rendimento. Ambientes como as Universidades públicas no Brasil em âmbito federal ou estadual estão se destacando ao incentivar a formação profissional e se colocam estrategicamente nos *Hubs* de formação de atletas com deficiências no Brasil. Este processo de aproximação das Instituições de Ensino Superior (IES) com o esporte adaptado ganham força nos anos de 1970, com a chegada do movimento Esporte Para Todos no país. Nos anos de 1980-90, instituições da região sudeste do país foram fundamentais para a formação e gestão do esporte adaptado (Silva, Seabra e Araújo, 2008). Em 2013 algumas unidades educacionais militares como por exemplo o Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN) iniciou através de um convênio com o Comitê Paralímpico Brasileiro o processo de treinamento de atletas com deficiência. Historicamente, nos anos de 1970, o CEFAN também estimulou o desenvolvimento do esporte adaptado preparando atletas para os Jogos Paralímpicos e no recebimento de algumas competições. Esta ação também serviu para que algumas universidades privadas da época implementassem um espaço ao esporte adaptado. No entanto, as escolas militares em especial de nível superior nunca se interessaram em prover atividades de suporte ao esporte adaptado a esta altura temporal. Com base num espelho das instituições militares e sobretudo nas instituições

¹ Canadian University Dubai

² Universidade da Beira Interior

privadas, as universidades públicas da região sudeste do país saíram na frente da implementação de disciplinas nos cursos de educação física e conseqüentemente em atividades de extensão universitária. Segundo Silva (2009), o avanço dos programas de pós-graduação stricto-senso teve suas contribuições preponderantes que culminaria na formação de recursos humanos para esta área, mas sobretudo, para se tornarem referências para disseminar o conhecimento a respeito de atividades física e esporte para a pessoa com deficiência. Além das instalações físicas e suporte técnico especializado, as IES são ambientes que podem gerar novos conhecimentos para o trabalho com pessoas com deficiências, além de oportunizar inovações de serviços e produtos o esporte adaptado. Uma vez que as universidades são caracterizadas por apresentar R&D (*Research and Development* – Pesquisa e Desenvolvimento), abrangendo um alto nível de expertise o esporte paraolímpico teve benefícios deste novo tipo de relação, na qual foi muito relevante para universidade por oportunizar uma vasta possibilidade de pesquisa acadêmica e exploração de um nicho com pouco conhecimento disponível. Os profissionais que trabalham nestas intuições possuem certificação e formação adequada para estimular o aprendizado seja técnico ou no desenvolvimento social, ético e moral, valendo-se da cultura acadêmica. Além disso, são espaços que permitem a interdisciplinaridade e monitoramento de informações que podem ser aplicadas no desenvolvimento de pesquisas acadêmicas e formação de recursos humanos.

Tradicionalmente, as universidades são estimuladas a desenvolver a conexão com a comunidade para além do ensino com projetos de extensão, pesquisa científica, e promoção do conhecimento. No caso da formação de projetos sociais, na dimensão de extensão universitária, estes representam construções de pontes entre as IES e a sociedade na concretização do compromisso social e reflexão ética da dimensão do ensino e pesquisa (Calderón, 2006). Alianças e projetos entre as Universidades Federais e o Comitê Paralímpico Brasileiro, Ministério da Cidadania, Prefeituras Municipais, Governo Estadual e Federal, assim como as Secretárias de Esporte e Lazer estão propiciando que os chamados Centro de Referência Paralímpico (CRP) cresçam em número e notoriedade. Países que apresentaram resultados eficientes nos Jogos Paralímpicos de Paris 2024, tais como os Estados Unidos da América,



Holanda, Ucrânia, Grã-Bretanha, e China, possuem centros de treinamento paraolímpicos que não estão conectados com universidades, contudo recebem investimentos diretos de governos locais ou federal para a manutenção e funcionamento. O mesmo ocorre com outros países que alcançaram a dimensão TOP10 no quadro de medalhas dos Jogos Paris 2024, ver quadro 1 (Olympics, 2024), em que centros de treinamentos estão conectados a hospitais ou centros de reabilitação. A utilização e adaptação de estruturas pré-existentes sem dúvidas é uma das melhores estratégias de expansão do esporte paraolímpico, evitando a construção de novas estruturas. De acordo com o site do Comitê Paralímpico Brasileiro os Centros de Referência integram o Plano Estratégico do Comitê com o objetivo de “aproveitar espaços esportivos em estados de todas as regiões do país para oferecer modalidades paralímpicas, desde a iniciação até o alto rendimento.” (CPB.ORG, 2024). A associação com clubes de futebol ou associações esportivas também corrobora para a expansão do desporto adaptado, mas sem o compromisso formal com a pesquisa e com o atendimento do serviço à comunidade.

Quadro 1 - Países TOP 10 em resultados nos Jogos Paralímpicos de Paris 2024

Order	NPCs	G	S	B	Total
1	 People's Republic of China	94	76	50	220
2	 Great Britain	49	44	31	124
3	 United States of America	36	42	27	105
4	 Netherlands	27	17	12	56
5	 Brazil	25	26	38	89
6	 Italy	24	15	32	71
7	 Ukraine	22	28	32	82
8	 France	19	28	28	75
9	 Australia	18	17	28	63
10	 Japan	14	10	17	41

Fonte: Autores

É descrito no Manual de Procedimentos do Projeto Centros de Referência (CPB.ORG, 2024) o expressivo crescimento do número de clubes e atletas praticantes em diferentes modalidades paralímpicas, no entanto ainda há carência de estruturas para iniciação e o treinamento mais especializado em diversos estados do Brasil. Do ponto de vista dos recursos humanos, outras oportunidades laborais precisam ser pensadas e a preparação de staffs para operar com o esporte adaptado também deve ser reforçado, ampliando assim os serviços e produtos a certa desta área. Desta forma, o projeto de CRP perpassa na busca do envolvimento entre a estrutura administrativa com a técnica. Sendo a junção do apoio de poderes públicos federal, estaduais e municipais com o suporte técnico e especializado que as universidades, confederações, clubes, treinadores e atletas podem oferecer. Esta visão em compreender os diferentes papéis na preparação de pessoas com deficiência, demonstra a perspectiva de investimento no esporte de alto rendimento e reconhecem as universidades como pontos de apoio importante para o desenvolvimento destes centros.

O presente capítulo buscou através da análise temática (Braun E Clarke, 2006) compreender os fatores que influenciam na trajetória de sucesso dos Centros de Referência Paralímpico ligados as IES. Além disso, o estudo busca observar também como esta integração pode ser benéfica e se alinham as estratégias de gestão para fortalecer o esporte de alto rendimento para pessoas com deficiência. Foram utilizados dados secundários para a realização da pesquisa, tais como os documentos oficiais de intuições relacionadas aos Centros de Referência Paralímpico, mídias tradicionais e digitais, depoimento de atletas e informações divulgadas em fontes oficiais por meio de assessoria ou pronunciamento público. As leituras específicas permitem que os dados possam ser identificados, analisados e interpretados, buscando encontrar os padrões repetidos de significado.

DESENVOLVIMENTO

Atualmente os Centros de Referência Paralímpico estão presentes em 16 unidades federativas do Brasil dentre as 27 unidades federativas. Sendo a concentração da distribuição por território: Região Norte- Amazonas e Roraima, Região Nordeste- Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe, Região Centro-Oeste-Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal-Brasília, Região Sudeste- Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, e a Região Sul- Santa Catarina e Paraná (Tabela 1).

Tabela 1 - Relação entre a localização, instituições e a prática de modalidades adaptadas

ESTADO	CIDADE	INSTITUIÇÃO	MODALIDADE OFERECIDAS
Alagoas - AL	Pilar	Complexo Esportivo Professor Edson Maia de Queiroz	Atletismo, Badminton e Nataçã
Amazonas - AM	Manaus	Fundação Universidade Amazonas	Atletismo, Bocha, Halterofilismo e Nataçã
Distrito Federal - DF	Brasilia	Associação de Centro de Treinamento de educação Física Especial	Atletismo, Bocha, Badminton, Futebol PC, Goalball, Halterofilismo, Nataçã, Rugby em CR, Vôlei Sentado, Tiro com Arco, Tênis em CR.
Espirito Santo - ES	Vitória	Universidade Federal do Espirito Santo	Atletismo, Bocha, Nataçã, Paratriathlon e Tiro com Arco
Goias - GO	Goiania	Prefeitura Municipal de Goiania	Volêi Sentado e Badminton
Mato Grosso - MT	Caceres	Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso	Badminton e Nataçã
Mato Grosso do Sul - MS	Campo Grande	Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul	Atletismo, Bocha, Futebol de 7, Goalball e Nataçã
Minas Gerais - MG	Belo Horizonte	Universidade Federal de Minas Gerais	Atletismo, Nataçã, Halterofilismo, Parataekwondo
Paraíba - PB	Campina Grande	Prefeitura Municipal de Campina Grande	Atletismo, Bocha, Futebol de 5, Parataekwondo, Goalball. Futebol de cego, e Nataçã
	João Pessoa	Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha	
Paraná - PR	Maringá	Universidade Estadual de Maringá	Atletismo, Basquete em CR, Bocha, Basquete em CR, Parabadminton e Parataekwondo.
Rio de Janeiro - RJ	Rio de Janeiro	Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes	Atletismo, Halterofilismo, Nataçã e Tiro
Rio Grande do Norte - RN	Natal	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Atletismo, Goalball, Halterofilismo e Judô
Santa Catarina - SC	Blumenau	Prefeitura Municipal de Blumenau Fundação Universidade Regional de Blumenau	Atletismo, Bocha, Basquete em CR, Equitação Adaptada, Futebol PC, Ginástica Artística Adaptada, Goalball, Nataçã, Remo, Tênis de mesa e Vôlei Sentado.
São Paulo - SP	Ribeirão Preto	Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto Associação Esportiva de Apoio aos Atletas, Paratletas e Esportistas de Itu e Região	Atletismo, Halterofilismo, Judô e Goalball
	Itú		
Sergipe - SE	Aracaju	Secretaria Estadual da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe Universidade Federal de Sergipe	Badminton, Bocha, Nataçã e Volêi sentado
Roraima - RR	Boa Vista	Universidade Federal de Roraima	Atletismo e Nataçã

Fonte: Endereços-Centro de Referência Paralímpico Brasileiro, 2023.

A distribuição das instituições nesses territórios acaba por se concentrar nas capitais, o que representa ainda uma limitação tendo em vista a extensão do território brasileiro. Pessoas com deficiências que residam em regiões mais afastadas das capitais serão submetidas a um esforço extra para o deslocamento e podem sofrer com limitações de mobilidade urbana e acessibilidade para ter acesso aos centros de treinamento. Como a acessibilidade urbana ainda é um tópico sensível a respeito das cidades brasileiras e requer na grande maioria um intenso desenvolvimento em virtude das necessidades de investimentos e adaptações deixamos aqui registrado uma das dificuldades encontradas por esta população. De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), “acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida” (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania., 2022).

A melhoria da acessibilidade é uma necessidade real em todo o mundo que precisa se adaptar a uma sociedade de e para todos, todas e todes, e que impacta diretamente na inclusão de novos atletas quando se aborda o deslocamento aos centros de referência. Em 02 de junho de 2000, foi implementado o Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana que reflete a visão em construir cidades que considere o acesso por todas as pessoas e diferentes necessidades no espaço público, sendo um programa que apoia municípios e prefeituras. No documento que descreve este programa, são dispostos os conceitos sobre barreiras na acessibilidade.

As barreiras no Decreto nº 5296 (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2004, p.54) foram classificadas em seis formas;

- Barreiras urbanísticas: localizadas em vias e espaços de uso público;
- Barreiras nas edificações: situadas no entorno e interior de edificações de uso público e coletivo e de uso privado multifamiliar;

- Barreiras nos transportes: situados nos meios de transporte fluvial, marítimo, terrestre e aéreo, bem como suas áreas comuns (aeropostos, portos, rodoviárias entre outros)
- Barreiras nas comunicações e informações: aquelas que dificultam/impedem o acesso das pessoas a mensagem por dispositivo de informação e comunicação.
- Barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas
- Barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias;

As universidades, em geral, têm um papel crucial na promoção da inclusão e acessibilidade para pessoas com deficiência, e isso se estende diretamente aos atletas paralímpicos. No contexto do acesso até as universidades e a própria acessibilidade nas instalações universitárias onde são destinados os CRP recebe o respaldo da Lei. No qual tanto estabelecimentos públicos e privados necessitam pensar e promover condições de acesso para todos. Miranda (2011) argumenta que a inclusão de pessoas com deficiências é um desafio para as universidades, por conta das barreiras que existem seja no espaço físico, pedagógico e nas interações sociais. Por outro lado, os Jogos Paralímpicos no Rio de Janeiro em 2016 permitiu que os para-atletas ganhassem destaque e a temática como a mobilidade urbana e acessibilidade se tornaram a preocupação do governo municipal, estadual e federal (Haiachi, 2017). Quando as pessoas com deficiência passam a ganhar seus espaços e representatividade na sociedade a invisibilidade social é rompida e as atenções passam a se centrar em um processo de naturalização das potencialidades individuais de cada pessoa. Acessibilidade é uma das necessidades básicas de qualquer pessoa com deficiência ou não, com limitação de movimento, ou mesmo com necessidades temporais a condições adaptadas. A discussão de acessibilidade muitas vezes é extensa pela necessidade pertinente das limitações das cidades. Mesmo que os centros de referência e outras instituições têm investido em infraestruturas acessíveis, que vão desde rampas e elevadores até ao aparelho esportivo adaptado, a temática acessibilidade é muito ampla e perpassa a autonomia dos indivíduos

EXPLORANDO AS POTENCIALIDADES DAS UNIVERSIDADES

Do ponto de vista estratégico para análise temática, as universidades são importantes para o desenvolvimento do esporte paraolímpico, visto as seis principais dimensões:

- **Pesquisa e Inovação**

As universidades são centros de produção de conhecimento, e muitas delas realizam pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novas tecnologias assistivas, equipamentos esportivos adaptados e métodos de treinamento para atletas paralímpicos. Isso possibilita avanços significativos na performance e no bem-estar dos atletas com deficiência. Contudo, as universidades precisam se reinventar para buscar maior suporte da iniciativa privada para ter mais fundos e recursos para otimizar a parte de empreendedorismo do esporte adaptado.

- **Formação de Profissionais**

As universidades formam profissionais qualificados, como fisioterapeutas, professores de educação física, profissionais de esporte e médicos especializados em esporte adaptado. Esses profissionais são essenciais para oferecer suporte técnico e clínico de alta qualidade aos atletas paralímpicos. Entretanto, a pessoa com deficiência dever-se-ia fazer parte do currículo que reconhece todas as diferenças de uma sociedade e valoriza a diversidade através de oportunidades.

- **Infraestrutura**

Muitas universidades possuem centros de treinamento com infraestrutura adaptada para a prática de esportes paralímpicos, oferecendo espaços adequados para treinamento, competições e atividades recreativas. Esses espaços contribuem para a preparação de novos talentos e o desenvolvimento de atletas de alto rendimento. As universidades públicas precisam de melhores infraestrutura visto que muitas universidades estão sucateadas em suas estruturas físicas. Enquanto, as universidades privadas devem investir com maior ímpeto para a expansão do esporte adaptado.

Essas instituições são, portanto, essenciais para garantir que o esporte paralímpico cresça de forma sustentável e inclusiva no Brasil, contribuindo tanto para a formação de novos atletas quanto para a construção de uma sociedade mais acessível e igualitária.

- **Incentivo à Inclusão**

As universidades promovem a inclusão por meio de programas e iniciativas que estimulam a participação de pessoas com deficiência em atividades esportivas. Projetos de extensão, equipes esportivas universitárias e competições internas ajudam a criar um ambiente inclusivo, onde o esporte paralímpico é valorizado. Contudo, as oportunidades inclusivas e assistidas devem ser pensadas para toda uma sociedade buscando a quebra de barreiras, paradigmas e limitações. Nem toda a pessoa com deficiência será um atleta paraolímpico, entretanto todas as oportunidades devem ter um nível de equidade elevado para apontar as diferentes vertentes possíveis a todas as pessoas numa sociedade.

- **Produção de Conhecimento e Políticas Públicas**

As universidades também desempenham um papel importante na produção de estudos e dados que embasam políticas públicas voltadas ao esporte paralímpico. Esses estudos auxiliam na elaboração de estratégias governamentais para o fomento do esporte, acessibilidade e inclusão. O esporte paraolímpico deve ser visto como um tema transversal para além das faculdades de educação física, fisioterapia ou medicina. Deve estar presente em todas as áreas do conhecimento para que os projetos e ações profissionais possa dar maior atenção a pessoa com deficiência gerando novas formas de produção e promoção do conhecimento.

- **Divulgação e Conscientização**

Ao promover eventos, palestras e seminários sobre o esporte paralímpico, as universidades ajudam a difundir o conhecimento sobre o tema e a conscientizar a sociedade sobre a importância da inclusão esportiva de pessoas com deficiência. Criar oportunidades laborais também para as pessoas com deficiência, seja para a atuação direta com os projetos esportivos, ou seja, com outros segmentos do conhecimento ampliam a capacidade de visibilidade da “pessoa com determinação”.

CONCLUSÃO

As universidades representam uma organização importante de desenvolvimento do esporte paralímpico, e reúnem a combinação de boas instalações com o suporte técnico e científico que ajuda na preparação de firmar o Brasil como potência no cenário do esporte paralímpico. Os

impactos destes centros já refletem no quadro de medalhas na última Paralímpiada de Paris 2024. Este impacto pode ser notado no desenvolvimento de modalidades esportivas novas no país ou no desenvolvimento de novos esportes para as pessoas com deficiência. Algumas universidades no país não são tidas como um centro de referência paraolímpica, mas contribuem para o desenvolvimento do esporte adaptado no país. Nesta pesquisa exploratória através da análise temática foram pontuados os benefícios da associação entre as Universidades e as ações de formação de atletas em modalidades adaptadas. Por outro lado, questiona-se: Por que os centros de treinamento de modalidades adaptadas estão se aproximando mais do ambiente universitário enquanto as modalidades olímpicas utilizam outros espaços de desenvolvimento? Em muitos casos, os eixos de treinamento de modalidades olímpicas ficam em cargo de clubes e da gestão de federações. Futuras pesquisas podem identificar o possível investimento em ambos e os aspectos de desenvolvimento de capacitação de atletas sejam eles atletas com ou sem deficiência nas Universidades. Mesmo que o atletismo seja tido como um dos esportes mais fáceis e baratos para ser implementado no que tange a pessoa com deficiência nota-se que outras modalidades precisam ser implementadas nos Centros de Referência, assim como a ampliação no número de modalidades.

Além do benefício das boas instalações, ao ter atletas praticando modalidades dentro do ambiente universitário, a proximidade no contato é facilitada, e o acesso aos diferentes dados impacta na produção de conhecimento, pesquisas e tecnologia. No entanto, o Brasil que possui um território muito extenso conta com Centros de Referência somente nas capitais, o que torna o acesso reduzido para pessoas com deficiências no Brasil. Pensar na acessibilidade tendo em vista as barreiras encontradas dentro e fora do ambiente universitário refletem os impactos e estratégias de gestão que envolvem no uso de universidades como Centro de Referência. Desta forma, ampliar o uso das instalações militares distribuídas pelo país pode ser uma alternativa economicamente viável e de grande representatividade do ponto de vista da responsabilidade social das Forças Armadas. Há de se considerar também as universidades privadas e outras instituições de ensino fora das grandes capitais. Deste modo poder-se-á utilizar gestão do conhecimento e a transferência de tecnologias entre os centros. Esta ação irá corroborar para au-



mentar o número de pessoas com deficiência tendo acesso ao esporte, e que pode beneficiar o esporte paraolímpico brasileiro. A disseminação das informações referentes aos centros de treinamento precisa ser ampliada principalmente sobre o recrutamento das pessoas e o fomento de novos atletas nos centros já pré-estabelecidos no Brasil. Pesquisas para compreender os impactos dos centros para os atletas e a comunidade no entorno podem auxiliar na apresentação de novas estratégias e efetividade do projeto. O emprego da iniciativa privada na forma de patrocínio ou parceria estratégica tende a auxiliar de forma complementar as ações tomadas pelo poder público e beneficiar mais as pessoas com deficiência que frequentam estes centros na corrida pelo acesso aos Jogos Paralímpicos.

REFERÊNCIAS

Braun, V.; Clarke, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2. p. 77-101. 2006.

Calderón, A.I. Responsabilidade social universitária: contribuições para o fortalecimento do debate no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, Brasília**, v.24, n. 36, p. 7-22, jun. 2006.

CPB.ORG. **Centros de Referência**. Disponível em: <https://cpb.org.br/programas/centros-de-referencia/>. Acesso em: 01 setembro 2024. (A)

CPB.ORG. **Manual De Procedimentos Do Projeto Centros De Referência**. Disponível em: <https://cpb.org.br/wp-content/uploads/2024/08/Manual-de-Procedimentos-Centros-de-Referencia.pdf>. Acesso em: 08 Setembro 2024. (B)

Haiachi, M.C. O curso de vida do atleta com deficiência: a deficiência e o esporte como eventos marcantes. **Tese (Doutorado em Educação Física)** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

Ministério Dos Direitos Humanos E Da Cidadania. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI)**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/governanca/acesibilidade>. Publicado em 08 de Fevereiro de 2022. Acesso em 12 de Setembro de 2024.

Miranda, T.G. A inclusão de pessoas com deficiência na universidade. In: JESUS, Denise Meyrelles de et al (orgs.) **Inclusão, Práticas Pedagógicas e Trajetórias de Pesquisa**. 3.ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.

Olympics. Medal Count - **Paris 2024 Paralympic Medal Table**. Disponível em: <https://olympics.com/en/paris-2024/paralympic-games/medals>. Acesso em: 08 Setembro 2024.

Presidência Da República. **Decreto Nº 5.296 De 2 De Dezembro De 2004.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm Acesso em: 08 Setembro 2024.

Silva, R.F.; Seabra Jr, R.L.; Araújo, P.F. **Educação Física Adaptada do Brasil: da história à inclusão educacional.** São Paulo, Phorte, 2008.

SILVA, R.F. Atividade motora adaptada: o conhecimento produzido nos programas Stricto Sensu em Educação Física no Brasil. 2009. **Tese (Doutorado em Educação Física)** Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, 2009.

ENSINO DE LUTAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL E INTELLECTUAL: ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS INCLUSIVAS

Rafael Lima Kons¹

Kleydson Ferreira de Almeida²

Nathalie Azeredo Bahiense Gomes²

Rodrigo Behrens Marçal de Carvalho²

rafael.kons@ufba.br

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, tem-se observado um movimento crescente em direção à inclusão e acessibilidade em diversas áreas educacionais e esportivas, refletindo um compromisso global com a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade (Mazzotta e D'antino, 2011). No contexto das artes marciais e das lutas, essa tendência é particularmente significativa. Tradicionalmente vistas como disciplinas físicas e técnicas exigentes, as artes marciais estão cada vez mais sendo reconhecidas como uma plataforma inclusiva, capaz de acolher praticantes com diferentes habilidades e capacidades (Vertonghen e Theeboom, 2011).

A inclusão de pessoas com deficiência visual e intelectual no ensino de lutas não apenas representa um avanço em termos de acesso equitativo aos benefícios físicos e psicológicos das práticas marciais, mas também destaca a importância crucial de adaptar práticas pedagógicas para atender às necessidades individuais de cada praticante (Parry et al., 2019; Vertonghen e Theeboom, 2011). Esse processo não se limita à simples modificação de técnicas ou métodos de ensino, mas engloba a criação de ambientes de aprendizado que promovam a autonomia, a confiança e a inclusão social (Spring e Ramkissoo, 2024). Ao reconhecer e abraçar a diversidade de habilidades entre os praticantes de lutas, é possível não apenas ampliar os horizontes da prática esportiva, mas

¹ Departamento de Educação Física, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia
Programa de Pós-graduação em Ciência da Reabilitação, Universidade Federal da Bahia

² Departamento de Educação Física, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia

também promover uma cultura de respeito mútuo e colaboração (Parry et al., 2019; Vertonghen e Theeboom, 2011). Este capítulo explora diversas estratégias e práticas inclusivas desenvolvidas especificamente para enriquecer a experiência de aprendizado de pessoas com deficiência visual e intelectual nas artes marciais, contribuindo para uma comunidade mais diversificada e inclusiva no campo esportivo.

Este capítulo abordará três áreas principais relacionadas à inclusão no ensino de lutas para pessoas com deficiência visual e intelectual, com base na experiência do Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR) da Universidade Federal da Bahia. Primeiramente, serão discutidas as características específicas das deficiências visual e intelectual, grupos estes atendidos pelo PPBR-UFBA. Em seguida, serão exploradas estratégias pedagógicas adaptadas desenvolvidas para atender às necessidades específicas desses praticantes, visando proporcionar um aprendizado eficaz e inclusivo. Por fim, serão apresentadas experiências práticas no ensino adaptado de judô e jiu-jitsu, incluindo estudos de caso e resultados de programas que demonstram os benefícios físicos, emocionais e sociais dessas práticas para indivíduos com deficiências. Todos os tópicos serão embasados em evidências e experiências atualizadas, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada sobre a importância da inclusão no contexto das artes marciais com direcionamento para prática esportiva.

DEFICIÊNCIA VISUAL E INTELECTUAL: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Pessoas com deficiência são aquelas que têm limitações físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais de longo prazo, as quais, quando encontram diversas barreiras, podem dificultar sua participação completa e eficaz na sociedade em condições de igualdade com os outros. Segundo o Relatório Mundial sobre Deficiência, aproximadamente 15% da população vive com algum tipo de deficiência. Mulheres têm maior probabilidade de enfrentar deficiências do que homens, e pessoas idosas mais do que jovens (OMS, 2011).

Recentemente, houve uma mudança na compreensão da deficiência, passando de uma visão puramente física ou médica para uma que considera o contexto físico, social e político da pessoa. Hoje, deficiência é entendida como a interação entre o estado de saúde ou habilidades de uma pessoa e os diversos fatores que moldam seu ambiente.

Avanços significativos foram feitos para tornar o mundo mais acessível às pessoas com deficiência; no entanto, ainda há muito a ser feito para atender plenamente às suas necessidades.

CLASSIFICAÇÃO

Visual

A deficiência visual é determinada pela acuidade visual, que legalmente é definida pelo potencial da pessoa em identificar objetos à distância, conforme o ângulo formado pelos seus olhos. Essa deficiência pode ser classificada em diferentes categorias (OMS, 200)

- a) Defeitos ópticos, como problemas de refração do olho (miopia, astigmatismo, hipermetropia), que podem ser corrigidos por intervenção cirúrgica, e ambliopia, que é uma sensibilidade imperfeita da retina, são considerados na primeira categoria;
- b) Cegueira absoluta, onde o indivíduo não consegue detectar nada, e cegueira parcial, onde ele pode distinguir luz, sombras e contornos, são classificados na segunda categoria.

A CID-11 divide a deficiência visual em dois grupos com base no tipo de visão:

Para a visão para longe:

- Leve: acuidade visual abaixo de 6/12 logMAR
- Moderada: acuidade visual abaixo de 6/18 logMAR
- Grave: acuidade visual abaixo de 6/60 logMAR
- Cegueira: acuidade visual abaixo de 3/60 logMAR

Para a classificação de visão para perto:

- Acuidade visual para perto abaixo de N6 ou N8 a 40 cm (logMAR) com correção.

Intelectual

No sistema de classificação médica CID-10, o termo “deficiência intelectual” é utilizado para descrever o que é conhecido como “retardo mental”. Com a nova Classificação Internacional de Doenças (CID-11), que entrou em vigor em 2022, a deficiência intelectual é categorizada como um distúrbio do neurodesenvolvimento, mais precisamente dentro dos distúrbios do desenvolvimento intelectual. Caracteriza-se pela

significativa redução das funções intelectuais, associada a déficits no comportamento adaptativo, afetando habilidades sociais e práticas do dia a dia. Essas dificuldades geralmente se manifestam durante o período de desenvolvimento, antes dos 18 anos de idade.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2003), existem atualmente duas abordagens principais para entender a deficiência: o modelo médico e o modelo social. Conforme o modelo médico, a deficiência é vista como uma questão pessoal, diretamente causada por doença, lesão ou outra condição de saúde, exigindo intervenção médica individualizada por profissionais. Por outro lado, o modelo social entende a deficiência como um problema intrinsecamente ligado ao contexto social e à capacidade funcional da pessoa. Em outras palavras, é o resultado de uma interação complexa entre a saúde do indivíduo, fatores pessoais e fatores externos que representam as circunstâncias de vida do indivíduo.

Segundo o Ministério da Saúde (2020) e Ke & Liu (2015) deficiência intelectual se manifesta principalmente através de atrasos no desenvolvimento das funções intelectuais e dificuldades no funcionamento adaptativo social. De acordo com a gravidade desses atrasos no funcionamento intelectual, nos déficits na função adaptativa social e no QI, as classificações psiquiátricas identificam quatro níveis de severidade:

- **Leve (F70)**: O QI geralmente varia entre 50 e 69, representando aproximadamente 80% de todos os casos de deficiência intelectual. O desenvolvimento nos primeiros anos de vida é mais lento em comparação com crianças típicas, resultando em atrasos nos marcos de desenvolvimento. No entanto, esses indivíduos são capazes de se comunicar e aprender habilidades básicas. Sua capacidade de lidar com conceitos abstratos, analisar e sintetizar informações é limitada, mas podem adquirir habilidades de leitura e informática em um nível funcional. Eles são capazes de realizar tarefas domésticas, cuidar de si mesmos e desempenhar trabalhos não qualificados ou semiquificados. Geralmente, necessitam de algum tipo de apoio para alcançar seu potencial máximo.

- **Moderado (F71)**: O QI geralmente varia entre 35 e 49, abrangendo aproximadamente 12% de todos os casos de deficiência intelectual. Indivíduos neste nível são mais lentos para atingir marcos intelectuais do desenvolvimento. Suas habilidades de aprendizado e pensamento

lógico são afetadas, porém possuem capacidade de comunicação e autocuidado com algum suporte. Com supervisão, podem desempenhar trabalhos não qualificados ou semiquificados.

- **Grave (F72)**: O QI geralmente situa-se entre 20 e 34; a deficiência intelectual grave representa 3% a 4% de todos os casos. Indivíduos nesse nível apresentam atrasos significativos em todos os aspectos do desenvolvimento nos primeiros anos de vida. Eles têm dificuldades para pronunciar palavras e possuem um vocabulário muito limitado. Com prática considerável e ao longo do tempo, podem adquirir habilidades básicas de autoajuda, mas ainda necessitam de suporte tanto na escola quanto em casa e na comunidade.

- **Profundo (F73)**: Caracterizado por um QI geralmente inferior a 20, a deficiência intelectual profunda representa entre 1% e 2% de todos os casos. Indivíduos neste nível necessitam de cuidados intensivos, são incapazes de realizar atividades básicas de cuidado pessoal e frequentemente não desenvolvem linguagem funcional. Sua capacidade de expressar emoções é limitada e mal compreendida. Convulsões, deficiências físicas e uma expectativa de vida reduzida são comuns nesses casos.

Alguns aspectos clínicos associados à deficiência intelectual incluem dificuldades na fala, percepção, cognição, concentração, memória, emoção, movimentos e comportamento. Além disso, condições de saúde como epilepsia são frequentemente observadas em indivíduos com deficiência intelectual. Uma condição comum associada a DI é a Síndrome de Down: A síndrome de Down, ou trissomia do 21, é uma condição genética caracterizada pela presença de uma cópia extra de material genético no cromossomo 21, o que influencia o desenvolvimento tanto do corpo quanto do cérebro. (Ke & Liu, 2015)

INCLUSÃO

Em 1996, no Brasil, foi estabelecida legalmente a inclusão de pessoas com deficiência e de alunos sem deficiência pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96). No entanto, o movimento para alcançar esse objetivo só teve início com o movimento Educação para Todos. Em 1945, os países fundadores da Unesco reconheceram, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, o direito humano fundamental ao acesso pleno à educação (Mazzarino et al., 2011).

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96), houve um aumento significativo nas iniciativas de inclusão no Brasil, visando abraçar a diversidade. Para promover essa política, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), em colaboração com entidades nacionais e internacionais, juntamente com a Secretaria de Educação Especial (SEESP), implementou o “Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade”. Este programa foi expandido por meio da criação de municípios-polo, onde gestores e educadores são capacitados e incentivados a disseminar práticas inclusivas. Eles atuam como multiplicadores em seus próprios municípios, através de seminários regionais, ampliando assim o alcance do programa em todo o país (Mazzarino et al., 2011).

ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA O ENSINO DE LUTAS: PERSPECTIVAS PARA ADAPTAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

As recentes propostas relacionadas as metodologias de ensino de lutas frequentemente abordam as capacidades motoras e físicas dos praticantes. Portanto, é fundamental que o professor avalie essas características nos alunos antes de iniciar o ensino das lutas. Reconhecendo que os indivíduos ingressam nas aulas com níveis variados de habilidades e conhecimentos, experiências corporais e de vida distintas, aptidões e características pessoais diversificadas, bem como diferentes expectativas de aprendizagem, o professor deve considerar que a mesma informação transmitida pode ter significados e impactos variados para os praticantes. Isso também resulta em níveis distintos de motivação entre os alunos (Franchini e Dell Vecchio (2012).

Na perspectiva da adaptação das aulas para pessoas com deficiência, os professores enfrentam um desafio significativo na organização da estrutura da aula, especialmente no contexto das lutas esportivas. Esse desafio envolve a necessidade de personalizar os métodos de ensino e ajustar as atividades para atender às diversas necessidades e habilidades dos alunos (Franchini e Dell Vecchio (2012). Os professores devem considerar adaptações no espaço físico, nos equipamentos e nas técnicas utilizadas, garantindo que todas as atividades sejam acessíveis e seguras para os alunos com diferentes tipos e graus de deficiência (Kons e Detanico, 2023). Além disso, é crucial que os instrutores desenvolvam estratégias pedagógicas que promovam a inclusão e a participação ativa, levando em conta

as condições específicas de cada aluno e ajustando as expectativas de desempenho conforme necessário. Esse processo requer um conhecimento aprofundado das deficiências dos alunos, criatividade na elaboração de atividades e uma abordagem flexível para ajustar o ensino conforme as necessidades individuais, promovendo uma experiência de aprendizado equitativa e enriquecedora para todos os participantes.

Para apoiar o processo de ensino-aprendizagem das lutas, são propostas diversas estratégias metodológicas que auxiliam os professores na estruturação das aulas de forma lógica e eficaz em diferentes contextos educacionais (Kons e Detanico, 2023). Essas estratégias facilitam a adaptação das abordagens de ensino para atender às necessidades específicas de alunos com diferentes tipos de deficiência, permitindo a criação de um ambiente inclusivo e acessível para todos (Kons e Detanico, 2023). Dessa forma, os professores podem desenvolver aulas de lutas que garantem a participação equitativa e o máximo benefício para todos os alunos.

Inicialmente, é importante destacar que o processo de ensino-aprendizagem das lutas deve ser devidamente classificado e categorizado devido à sua complexidade e à dinâmica de contato direto e indireto envolvida. Nesse contexto, Franchini e Dell Vecchio (2012) propõem uma abordagem de classificação das lutas que considera etapas como as fases do desenvolvimento, a faixa etária dos praticantes, a estrutura das atividades e a metodologia de ensino (quadro 1).

Quadro 1. Classificação das atividades de lutas com base em fases, idade, estrutura da atividade e metodologia.

Etapas	Fases	Idade (anos)	Estrutura da atividade	Metodologia
Pré-Luta	Aproximação Macrogrupal	6-8	Jogos de Oposição e Jogos de Luta	Global Instrutiva
Pré-Luta	Aproximação Microgrupal	8-10	Atividades de Luta, Jogos de Oposição e Jogos de Luta	Global Instrutiva Participativa
Luta	Aproximação Dual	10-12/13	Jogos de Luta e Modalidades Esportivas de Combate	Global-analítica Instrutiva-Participativa
Luta	Domínio Técnico-tático	12/13-15	Modalidades Esportivas de Combate	Mista Participativa-emancipatória
Luta	Aperfeiçoamento	+16	Modalidades Esportivas de Combate	Mista Emancipatória

Fonte: Autores

Entre as diversas abordagens propostas, Olivier (2002) sugere a classificação do ensino de lutas em categorias de jogos, o que permite identificar objetivos essenciais para estruturar o processo de ensino (quadro 2). Nesse contexto, são recomendadas adaptações específicas para atender às necessidades de alunos com deficiência visual e intelectual, visando tornar as aulas mais inclusivas e eficazes.

Quadro 2. Proposta de classificação de jogos lutas com adaptação para pessoas com deficiências visuais e intelectuais.

Categorias	Objetivos	Adaptação
Jogos de Rapidez e atenção	Estimular as movimentações intensas com alternâncias dos papéis de atacante e atacado e que evitem o contato próximo com o colega.	Instruções verbais claras e mantenha o espaço de jogo livre de obstáculos. Simplifique as regras e divida-as em etapas, e forneça prática repetida. Comece com papéis fixos e permita alternância gradualmente
Jogos de Conquista de Objetos	Aproximação dos adversários, mas as principais ações de oposição são feitas em direção a objetos a serem conquistados	Uso de sinais sonoros durante o jogo, com explicação das regras simplificadas fornecendo feedback positivo
Jogos de Conquista de Territórios	Diversificação das ações desestabilizadoras para chegar a seus fins. É preciso puxar, carregar, fazer virar, esquivar-se, desviar-se e resistir.	Use sinais sonoros para marcar áreas e instruções verbais claras sobre ações e movimentação. Além disso simplifique e explique cada ação (puxar, carregar, esquivar-se) separadamente
Jogos para Desequilibrar	Agir em direção ao adversário, sem mediação de objeto ou de território. Os papéis de ataque e defesa são alternados ou simultâneos	Instruções verbais constantes além de exemplificar e simplificar de maneira clara os papéis de ataque e defesa
Jogos para Reter, Imobilizar e se Livrar	Promover o enfrentamento variado e que obrigam o corpo-a-corpo. São jogos para resistir e livrar-se, os papéis são separados e combinados	Utilização de sinais sonoros para indicar movimentos e posições e explicação clara dos papéis de reter e se livrar
Jogos para Combater	Estimula o combate completo, sendo que as condutas de ataque e resistência são concomitantes, este torna-se indispensável encadear e coordenados todas as ações necessárias ao combate.	Utilize sinais sonoros para coordenar ataques e resistência e ofereça uma explicação detalhada de cada etapa e ação de combate antes de iniciar o jogo de forma ampla

Fonte: Autores



Em síntese, o ensino de lutas apresenta desafios significativos que exigem uma abordagem pedagógica adaptativa para atender às diversas necessidades dos alunos. As estratégias metodológicas propostas, como a personalização das atividades e a consideração das características individuais dos praticantes, são essenciais para garantir um ambiente de aprendizado inclusivo e eficaz. A análise das diferentes fases de desenvolvimento e as classificações sugeridas destacam a complexidade do processo de ensino e a necessidade de uma abordagem flexível e bem estruturada.

A inclusão de alunos com deficiência, em particular, requer um esforço consciente para adaptar os métodos de ensino e as atividades, garantindo acessibilidade e segurança. Estratégias específicas, como a utilização de sinais sonoros e a simplificação das regras, são fundamentais para promover a participação ativa e equitativa de todos os alunos. A capacidade dos professores de adaptar as aulas às necessidades individuais e de criar um ambiente de aprendizado enriquecedor é crucial para o sucesso do ensino de lutas.

Portanto, a implementação de abordagens pedagógicas adaptativas não só facilita a inclusão, mas também potencializa a experiência de aprendizado para todos os participantes, permitindo que cada aluno desenvolva suas habilidades e alcance seus objetivos de forma justa e significativa. A contínua adaptação e inovação nas estratégias de ensino são, portanto, indispensáveis para promover uma prática de lutas que seja verdadeiramente inclusiva.

EXPERIÊNCIA NO ENSINO DO JUDÔ E DO JIU-JITSU ADAPTADO NO PROGRAMA PARA ESPORTE BRASIL EM REDE: RELATO DOS MONITORES

No contexto de adaptação para alunos com deficiência intelectual, o foco do projeto é a utilização de jogos de combate em vez do ensino de técnicas complexas. Essa abordagem facilita a familiarização com o contato físico e a disputa segura e controlada, especialmente para alunos com autismo. As técnicas são introduzidas gradualmente, começando com movimentos simples e evoluindo para técnicas mais complexas conforme necessário. Essa estratégia reduz a complexidade da modalidade e torna a aprendizagem mais segura, dado que esportes

de combate como o Judô e o Jiu-jitsu têm uma alta incidência de lesões, frequentemente relacionadas a assimetrias musculares e desequilíbrios (Kons & Detanico, 2023).

Ao refletir sobre aulas de judô ou Jiu-jitsu, podemos salientar que elas são estruturadas em torno de um ciclo de saudação que marca seu início e fim, envolvendo uma série de atividades planejadas para atender às necessidades dos alunos e promover o desenvolvimento motor e técnico. A sessão inicia-se com um aquecimento geral que explora habilidades locomotoras em diversas direções e posições, como caminhar com dois pés, um pé, rastejar, sentar, pular, saltitar e girar, tanto individualmente quanto em duplas. Esse momento é crucial para que o professor avalie as habilidades motoras, a coordenação e a força dos alunos, ao mesmo tempo em que promove a cooperação por meio de atividades compartilhadas.

O aquecimento específico inclui movimentos característicos do Judô e do Jiu-jitsu, como técnicas de amortecimento de queda (Ukemi) e movimentações de quadril no chão. A seguir, os alunos realizam exercícios em dupla que visam a aplicação das técnicas de forma cooperativa e estática, progredindo para movimentos mais rápidos e dinâmicos, e culminam em simulações de combate, jogos de combate ou brincadeiras relacionadas às técnicas trabalhadas. A aula é finalizada com atividades de respiração para promover a desaceleração e a calma, seguidas pela saudação final.

O planejamento cuidadoso das aulas é essencial. Técnicas como torção articular e estrangulamento não são abordadas devido ao nível de amadurecimento e controle corporal dos alunos. A deficiência intelectual pode retardar o tempo de reação, tornando a comunicação durante a execução das técnicas um desafio. Além disso, é necessário gerenciar a agressividade e promover um ambiente onde os alunos possam se familiarizar gradualmente com a disputa física, utilizando jogos de conquista de objetos que não tenham como foco principal o adversário, mas sim o objeto em disputa. Um exemplo é a atividade de disputa por uma bola, onde os alunos competem pelo objeto em duplas, incentivando a interação sem o desconforto de serem subjugados pelo adversário.

Para ensinar técnicas como o “Zempo Kaiten Ukemi” (rolamento sobre os ombros), começamos com exercícios básicos de rotação em um

eixo transversal, utilizando rampas acolchoadas para facilitar o movimento e garantir a segurança dos alunos. À medida que os alunos ganham confiança, o ensino avança para o tatame com menos amortecimento e maior velocidade. Da mesma forma, o ensino da técnica “Ippon Seoi Nage” é dividido em etapas progressivas, desde o deslocamento e desequilíbrio inicial até a execução completa da projeção, com a prática de amortecimento de quedas (Ukemis) integrando as técnicas aprendidas.

A abordagem pedagógica adotada no projeto é baseada em um modelo de ensino inclusivo que considera a diversidade dos alunos. Atividades são planejadas para refletir uma sequência de dificuldades, promovendo a autoavaliação e a tomada de decisões com base no desempenho. Do ponto de vista comportamental, isso inclui a capacidade do aluno de avaliar seu próprio desempenho e ajustar suas expectativas. No aspecto pedagógico, desafios como a heterogeneidade de idade e nível de coordenação motora são enfrentados com a colaboração entre alunos mais experientes e aqueles com mais dificuldades.

A experiência adquirida ao longo do projeto revela a importância de construir vínculos com os alunos e suas famílias, adaptar o ensino às necessidades individuais e promover um ambiente acolhedor e seguro. A relação com os pais é fundamental, pois eles contribuem com informações valiosas sobre as necessidades específicas dos alunos e apoiam o trabalho pedagógico. A interação contínua com os responsáveis e a avaliação constante do progresso dos alunos são cruciais para o sucesso do projeto.

O trabalho no PPBR oferece uma perspectiva enriquecedora sobre pedagogia e inclusão no paradesporto. O ensino de Judô e Jiu-jitsu adaptados não só desenvolve habilidades físicas e técnicas, mas também promove o bem-estar emocional e social dos alunos. A oportunidade de trabalhar com indivíduos com deficiência visual e intelectual proporciona um aprendizado profundo e transformador, destacando a importância da adaptação e da sensibilidade no ensino. O feedback positivo dos alunos e a validação do trabalho realizado são testemunhos do impacto positivo e significativo deste projeto.

Em suma, o trabalho realizado no PPBR não apenas contribui para o desenvolvimento físico e técnico dos alunos, mas também promove

um ambiente inclusivo e acolhedor, onde cada participante pode explorar seu potencial e alcançar seus objetivos pessoais. A experiência enriquecedora para professores e alunos reflete o impacto positivo do projeto na vida dos envolvidos, evidenciando o valor das práticas adaptativas e da dedicação no ensino de modalidades de combate.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescente movimento em direção à inclusão e acessibilidade nas artes marciais reflete um avanço significativo na promoção da igualdade de oportunidades e no respeito à diversidade. Ao integrar pessoas com deficiência visual e intelectual no ensino de lutas como o Judô e o Jiu-jitsu, destacamos a importância de adaptar práticas pedagógicas para atender às necessidades específicas de cada praticante. As metodologias adaptativas e a criação de ambientes de aprendizagem inclusivos não apenas permitem o acesso equitativo aos benefícios físicos e psicológicos das artes marciais, mas também favorecem o desenvolvimento da autonomia, confiança e inclusão social dos alunos. O PPBR, ao empregar estratégias pedagógicas cuidadosas e personalizadas, exemplifica a eficácia dessas abordagens, proporcionando um ambiente que fomenta o crescimento individual e a integração social de todos os participantes.

A experiência adquirida com o PPBR ressalta a importância de um planejamento detalhado e da colaboração com famílias para a adaptação efetiva das atividades. A implementação de jogos de combate e a gradual introdução de técnicas complexas são essenciais para garantir a segurança e o progresso dos alunos, especialmente aqueles com deficiências intelectuais. O sucesso deste projeto não apenas reflete o impacto positivo na vida dos alunos, promovendo seu desenvolvimento físico e emocional, mas também destaca a necessidade contínua de inovação e flexibilidade nas práticas pedagógicas. O feedback positivo e os resultados obtidos reforçam a relevância de abordagens inclusivas no ensino de modalidades de combate, evidenciando a contribuição significativa do PPBR para a construção de uma comunidade esportiva mais diversificada e acolhedora.

REFERÊNCIAS

Franchini, E.; Vecchio, F. B. Del. **Ensino de lutas: reflexões e propostas de programas**. São Paulo: Scortecci, 2012.

Ke, X.; Liu, J. Deficiência Intelectual. In: REY, J. M. (ed.). **IACAPAP e-Textbook of Child and Adolescent Mental Health**. Edição em Português; DIAS SILVA, F. (ed). Genebra: International Association for Child and Adolescent Psychiatry and Allied Professions, 2015.

Kons, R. L. **Judô adaptado: organização, indicadores de desempenho e propostas de avaliação física**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2023. 164 p. (Educação física e esportes).

Mazzarino, J. M.; Falkenbach, A.; Rissi, S. Acessibilidade e inclusão de uma aluna com deficiência visual na escola e na educação física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 33, n. 1, p. 87-102, 2011.

Mazzotta, M. J. Da S.; D'antino, M. E. F. Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer. **Saúde e Sociedade**, v. 20, p. 377-389, 2011.

Ministério Da Saúde. **Protocolo para o diagnóstico etiológico da deficiência intelectual**. Portaria conjunta nº 21, de 25 de novembro de 2020.

Olivier, Jean-Claude. **Das brigas aos jogos com regras: enfrentando a indisciplina na escola**. 2000.

Organização Mundial Da Saúde (OMS). **Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde**. Tradução: A. Leitão. Lisboa: Direção-Geral da Saúde, 2003.

Organização Mundial Da Saúde (OMS). **Relatório Mundial sobre Deficiência**, 2011.

Parry, Jim et al. The contribution of martial arts to moral development. *Ido Movement for Culture*. **Journal of Martial Arts Anthropology**, v. 19, n. 1, p. 1-8, 2019.

Spring, C.; Ramkissoon, H. Martial Arts Interventions for Inclusion and Wellness: A Case of Children with Special Educational Needs and Disability (SEND). **International Journal of Sociology and Leisure**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 1-15, 2024.

Vertonghen, J.; Theeboom, M. The social-psychological outcomes of martial arts practice among youth: a review. **Journal of Sports Science & Medicine**, [S. l.], v. 9, n. 4, p. 528-537, 2010.

ESPORTE PARA DEFICIENTES VISUAIS: DO PASSADO ÀS CONQUISTAS ATUAIS

Gustavo Borin Schumacher¹

Alberto Reinaldo Reppold Filho²

Alberto.reppold@ufrgs.br

INTRODUÇÃO

Este estudo oferece uma retrospectiva do esporte para deficientes visuais, desde suas origens nos Estados Unidos, na década de 1830, até o cenário contemporâneo. A trajetória abordada vai das escolas especializadas para deficientes visuais até as escolas inclusivas atuais, onde esses alunos participam de atividades junto com os demais estudantes. A evolução histórica apresentada abrange desde o esporte como ferramenta de reabilitação até o esporte competitivo e de alto rendimento, cujo maior evento global atualmente são os Jogos Paralímpicos. O estudo também explora aspectos relacionados à classificação de atletas com deficiência visual e as características de algumas modalidades esportivas específicas para esse público.

ESPORTE EM ESCOLAS PARA CEGOS

Em 1785, Valentin Haüy fundou a primeira escola gratuita para crianças cegas em Paris (Farell, 1956). Com o aumento do número de alunos, surgiu a necessidade de um espaço mais adequado para as atividades. Assim, com o apoio da *Société Philanthropique*, foi criada, em 1786, a *Institution des Enfants Aveugles*. Essa instituição é reconhecida como pioneira e referência para escolas para cegos que se espalharam por grande parte dos países europeus (Institut National Des Jeunes Aveugles, 2024) e pelos Estados Unidos no início do século XIX.

¹ Pesquisador do Centro de Estudos Olímpicos e Paralímpicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

² Coordenador do Centro de Estudos Olímpicos e Paralímpicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O médico americano John Dix Fisher, após visitar escolas para cegos na Europa, fundou, em 1829, o *New England Asylum for the Blind*, em Massachusetts, Estados Unidos (Howe, 1876). Atualmente conhecida como *Perkins School for the Blind*, essa instituição foi pioneira ao introduzir os primeiros programas de atividades físicas e esportivas para pessoas cegas (Perkins School For The Blind, 2024a). Em 1832, sob a liderança de Samuel Gridley Howe, seu primeiro diretor, essas práticas começaram a ser implementadas. Na época, crianças cegas eram frequentemente tratadas como inválidas e privadas de atividades físicas, o que as tornava frágeis e mais suscetíveis a doenças. Howe, no entanto, acreditava que o exercício físico fortalecia tanto o corpo quanto a mente e, por isso, estabeleceu uma rotina rigorosa de atividades ao ar livre e exercícios físicos para os alunos.

Os benefícios logo se tornaram evidentes: os alunos ganharam força e vitalidade. Com a mudança da escola para South Boston, em 1839, Howe expandiu as oportunidades de exercício, introduzindo atividades como caminhadas e banhos diários no mar. Michael Anagnos, sucessor de Howe, fundou um jardim de infância em 1887 para educar crianças cegas mais jovens, que ainda eram superprotegidas por suas famílias.

A influência do “playground movement” europeu, liderada por Sir Francis Campbell, impulsionou ainda mais a ênfase no jogo e na atividade física como meios de melhorar a saúde dos cegos. Essa abordagem chegou aos Estados Unidos, onde Edward Ellis Allen, terceiro diretor de Perkins, continuou a expandir o programa de educação física, mesmo em espaços limitados.

Em 1912, Perkins mudou-se para Watertown, ganhando novas instalações, incluindo ginásios e uma piscina. A escola começou a competir em esportes com outras instituições, eventualmente preferindo competir com escolas para videntes, sem pedir concessões. Com o tempo, novas modalidades foram introduzidas, como luta livre e futebol adaptado. O esporte continuou a desempenhar um papel central na vida dos alunos, e Perkins também ajudou a popularizar esportes acessíveis, como o “beep baseball”³ e o goalball (Perkins School For The Blind, 2024a).

³ O Beep baseball é uma forma de beisebol que pode ser jogada por pessoas com deficiência visual, usando uma bola que emite um sinal sonoro.

As primeiras competições formais para deficientes visuais também estão ligadas às escolas para cegos. Nos Estados Unidos, escolas de diferentes regiões realizavam competições a distância, conhecidas como “encontros telegráficos”. Esses encontros consistiam em competições realizadas simultaneamente em diferentes localidades, com os resultados sendo transmitidos por telégrafo para comparação por um grupo de juízes, que determinavam os vencedores (Lee, 1929).

O primeiro encontro telegráfico atlético registrado entre duas escolas para cegos ocorreu em 1907, nos Estados Unidos (Winnick; Porreta, 2017), entre a *Pennsylvania School for the Blind*, localizada em Overbrook, a cerca de 160 km da *Maryland School for the Blind*, em Baltimore (Perkins School For The Blind, 2024b). A competição incluiu uma variedade de esportes adaptados, como corridas (90, 440 e 880 jardas), saltos (em distância e altura, parados, em deslocamento e com um pé só) e arremessos (de martelo e de beisebol). Ao final dos três dias de competição, a equipe de Overbrook saiu vitoriosa (Perkins School For The Blind, 2024b).

O esporte rapidamente se tornou um elemento central nas escolas para cegos dos Estados Unidos, com um extenso calendário de competições (Baylei, 2008). Em 1908, foi fundada a *National Athletic Association of the Schools for the Blind* (Quimby, 1940 Apud Safford; Safford, 2006, P. 42), com a participação de 15 escolas para cegos (Campbel, 2024a). A primeira competição da associação ocorreu em 16 de maio de 1908 (Perkins School For The Blind, 2024a) e foi vencida pela *Illinois School for the Blind* (Campbel, 2024a). No ano seguinte, o Comitê Executivo da *National Athletic Association of the Schools for the Blind* se reuniu para revisar a constituição e incluir eventos e regras para a participação feminina, além de adicionar um evento de inverno para rapazes (Campbel, 2024b). A primeira competição feminina ocorreu em 8 de maio de 1909 (Campbel, 2024b).

OS DEFICIENTES VISUAIS NOS JOGOS PARALÍMPICOS

O movimento paralímpico, desvinculado das competições escolares e com um surgimento mais tardio, começou a partir de práticas esportivas competitivas para veteranos de guerra com lesões medulares, idealizadas pelo médico alemão Ludwig Guttmann, em meados do século XX.

Essas práticas eram realizadas no Centro Nacional de Lesionados Medulares do Hospital Stoke Mandeville, em Aylesbury, na Inglaterra, em 1944 (Parson; Winckler, 2012).

Com o passar dos anos, o esporte, inicialmente utilizado como ferramenta recreativa e de reabilitação médica, evoluiu para uma estrutura de desenvolvimento esportivo (Baylei, 2008). O que antes servia como um importante meio de reabilitação física, psicológica e social para pessoas com deficiência física, passou também a focar no alto rendimento (Parson; Winckler, 2012).

Os primeiros Jogos de Stoke Mandeville, amplamente considerados o marco inicial dos esportes paralímpicos, ocorreram em 1948, no mesmo dia da abertura dos Jogos Olímpicos de Londres (IPC, 2024). O evento contou com uma competição de tiro com arco para atletas em cadeiras de rodas, com a participação de 16 atletas britânicos. Em 1952, com a inclusão de quatro atletas holandeses, foram realizados os primeiros Jogos Internacionais de Stoke Mandeville. Durante a década de 1950, esses Jogos cresceram em número de países, modalidades esportivas, eventos e participantes (Brittain; Beacon, 2018). A nona edição dos Jogos Internacionais de Stoke Mandeville, realizada em Roma, em 1960, passou a ser posteriormente reconhecida como os I Jogos Paralímpicos (Parson; Winckler, 2012).

A primeira participação de atletas deficientes visuais nos Jogos Paralímpicos ocorreu em Heidelberg, na Alemanha, em 1972. Nessa edição, os atletas participaram em eventos de demonstração de goalball (IPC, 2024) e no atletismo, em corridas de 100 metros (IPC, 2024). Os atletas com deficiência visual passaram a competir oficialmente, disputando medalhas, nos Jogos Paralímpicos de 1976, em Toronto, no Canadá. Esse foi um marco importante, pois foi a primeira vez que atletas com deficiência visual foram incluídos nos Jogos Paralímpicos. Na ocasião, eles competiram em várias modalidades esportivas, como atletismo, natação, goalball e *lawn bowls* (uma espécie de bocha jogada na grama, não mais presente no programa paralímpico). Embora predominantemente um esporte para atletas com outras deficiências, o *lawn bowls* também contou com categorias para atletas com deficiência visual em 1976.

Em 1976, também ocorreram os primeiros Jogos Paralímpicos de Inverno, na cidade de Örnköldsvik, na Suécia, com a participação de

atletas deficientes visuais (Brittain; Beacon, 2018). Esses Jogos marcaram um avanço significativo na inclusão de atletas com deficiência visual em competições de esportes de inverno. Os competidores participaram de provas de esqui cross-country, sendo guiados por esquiadores que forneciam orientações verbais durante o percurso. Embora não fosse uma modalidade oficial, o biatlo foi incluído como esporte de demonstração para atletas com deficiência visual, com adaptações que incluíam a utilização de sons para auxiliar na mira durante os tiros.

Neste mesmo ano, em 16 de setembro, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Resolução 31/123, proclamando o ano de 1981 como “Ano Internacional das Pessoas com Deficiências” (United Nations, 1976). Um plano de ação foi organizado nos níveis nacional, regional e internacional, sob o tema “Participação Plena e Igualdade”. Dentre os objetivos desse plano, destaca-se o incentivo às pessoas com deficiência para formarem organizações representativas que pudessem expressar suas demandas (United Nations, 2024). Como resultado, em 1981, foi fundada em Paris a *International Blind Sports Association* (IBSA), atual *International Blind Sports Federation* (IBSA, 2024). A IBSA é a entidade responsável internacionalmente pelos esportes para deficientes visuais.

As competições esportivas para deficientes visuais desempenham um papel fundamental na inclusão e no desenvolvimento físico, mental e social dessas pessoas. Eventos como os Jogos Paralímpicos são grandes vitrines para esses esportes, proporcionando reconhecimento internacional e demonstrando o alto nível de habilidade e competitividade dos atletas com deficiência visual, além de promoverem a igualdade e a integração no mundo esportivo. Entre as modalidades esportivas mais populares estão o goalball, o futebol de cegos⁴, o atletismo, a natação e o judô. Além desses esportes, fazem parte do programa atual dos Jogos Paralímpicos de Verão as seguintes modalidades para atletas com deficiência visual: ciclismo, hipismo, remo, taekwondo e triatlo; e, nos Jogos Paralímpicos de Inverno, esqui cross-country, esqui alpino e biatlo.

⁴ A partir de 2022 o futebol de cinco passou a ser chamado de futebol de cegos, a mudança teve como objetivo simplificar a associação do nome à modalidade, o que nem sempre acontecia com o termo anterior.

O ESPORTE PARA DEFICIENTES VISUAIS NO BRASIL

No Brasil, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, fundado no Rio de Janeiro em 1854, foi a primeira escola especializada para cegos (Brasil, 2024). Esta instituição também desempenhou um papel pioneiro no desenvolvimento de práticas esportivas voltadas para deficientes visuais, ao integrar essas atividades nas aulas de educação física. Em 1890, com o Decreto n.º 408 de 17 de maio, assinado pelo General de Brigada Benjamin Constant Botelho de Magalhães (então Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos), a oferta de educação física tornou-se um dos objetivos institucionais da escola (Brasil, 1890). No ano seguinte, em 1891, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos foi renomeado para Instituto Benjamin Constant, em homenagem ao general (Brasil, 1891). No início do século XX, institutos inspirados no modelo do Instituto Benjamin Constant foram criados em várias partes do Brasil. Durante a década de 1950, já era possível encontrar instituições para cegos em quase todos os estados do país (Conde, 2018).

A partir da década de 1950, surge um novo modelo de organização entre as pessoas com deficiência visual: o associativismo. Diferente das abordagens até então predominantes, baseadas em caridade e filantropia (como nas escolas especializadas, asilos e hospitais), o movimento associativista buscava criar mecanismos de organização e reivindicação de direitos, promovendo a inclusão e a melhoria das condições sociais dos deficientes visuais (Junior; Martins, 2010). Nesse mesmo período, surgem também organizações dedicadas à prática de esportes adaptados, em resposta à sua crescente popularidade em nível mundial.

Esse processo pode ser observado em Porto Alegre, onde um grupo de ex-alunos do Instituto Santa Luzia se reuniu e fundou a Associação de Cegos do Rio Grande do Sul (ACERGS), em 20 de outubro de 1967 (ACERGS, 2020). Inicialmente, a ACERGS tinha foco exclusivo na assistência social para pessoas com deficiência visual, sem oferecer práticas esportivas a seus associados. Nesse contexto, para atender à demanda por atividades esportivas para pessoas com deficiência visual, um grupo dissidente da ACERGS criou a Sociedade Esportiva Louis Braille (SELB), em 5 de maio de 1973, também em Porto Alegre (Begossi; Mazo, 2016). Da mesma forma, em 2010, após a conquista do vice-campeonato nacio-

nal de futebol para cegos pela ACERGS, um grupo de atletas dissidentes fundou a Associação Gaúcha de Futsal para Cegos (AGAFUC), uma entidade exclusivamente voltada ao esporte para cegos (Mastro, 2015 apud Carmona, 2015).

No Brasil, a primeira organização a gerir os esportes para pessoas com deficiência visual em nível nacional foi a Associação Nacional de Desporto para Excepcionais (ANDE), atual Associação Nacional de Desporto para Deficientes, fundada em 18 de agosto de 1975, no Rio de Janeiro (Araújo, 2011). A ANDE foi responsável por todos os esportes praticados por atletas com deficiência (exceto os surdos) entre 1975 e 1984 (Conde, 2018). A criação de um órgão nacional para representar os esportes para pessoas com deficiência foi uma exigência da *International Stoke Mandeville Games Federation* (ISMGF), após o Brasil ser representado por duas delegações (de São Paulo e Rio de Janeiro) nos Jogos Parapan-Americanos para Pessoas com Deficiência Física, no México, em 1975 (Parson; Winckler, 2012).

Em 1983, durante os I Jogos Brasileiros de Deficientes Visuais, realizados no Rio de Janeiro e organizados pela ANDE, discutiu-se a criação de uma associação nacional específica para gerenciar os esportes para deficientes visuais. No ano seguinte, em 19 de janeiro de 1984, no Rio de Janeiro, foi fundada a Associação Brasileira de Desportos para Cegos (ABDC), uma entidade de administração esportiva de âmbito nacional (Araújo, 2011). Entre 1985 e 2005, a ABDC foi a entidade brasileira vinculada à IBSA. Anteriormente, o país era representado pela Fundação para o Livro do Cego no Brasil (FLCB), hoje conhecida como Fundação Dorina Nowill (Conde, 2018).

Em 2005, após uma Assembleia Geral realizada em 15 de dezembro, a ABDC passou a ser denominada Confederação Brasileira de Desportos de Cegos (CBDC) (Parson; Winckler, 2012), adaptando sua terminologia conforme exigências legais de associação para confederação.

Em 2008, devido a dificuldades financeiras enfrentadas pela CBDC, foi criada uma nova associação para conduzir o movimento esportivo para deficientes visuais no Brasil. Em 6 de novembro de 2008, foi fundada, em Niterói, no Rio de Janeiro, a Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDDEV), posteriormente reconhecida como CBDV, em 12 de junho de 2010 (CBDV, 2008, 2010).

A criação do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), em 9 de fevereiro de 1995, na cidade de Niterói, atendeu às exigências das entidades internacionais de gestão dos esportes paralímpicos, que demandavam a existência de um único órgão interlocutor por país (Conde, 2018). O CPB está vinculado a 17 confederações filiadas e oito confederações reconhecidas (CPB, 2024). Entre 2009 e fevereiro de 2011, o CPB foi o órgão responsável por gerir as modalidades paralímpicas para atletas com deficiência visual (Conde, 2018).

Desde 2011, a Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV) é uma das nove confederações filiadas ao CPB e representa o Brasil na IBSA (CBDV, 2019). A CBDV é responsável por modalidades como futebol de cegos, goalball e judô para deficientes visuais (esportes paralímpicos), além de administrar o futebol B2/B3⁵ e o powerlifting⁶ (esportes não paralímpicos). A Confederação oferece treinamento e competições para pessoas com deficiência visual em diversas modalidades. Em 2017, a CBDV transferiu sua sede do Rio de Janeiro para São Paulo, buscando maior proximidade com o Centro de Treinamento Paralímpico.

No Brasil, a primeira competição esportiva para pessoas com deficiência visual foi realizada em 1974, na cidade de Porto Alegre, no Instituto Santa Luzia. O evento de futebol de cegos (na época denominado futebol de cinco) contou com a participação de entidades de prática de esportes para deficientes visuais (institutos e associações) dos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Mato Grosso (Carmona, 2015).

CLASSIFICAÇÃO DOS ATLETAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

A classificação dos atletas com deficiência tem se alterado ao longo do tempo. Após a inserção de novos grupos de deficiência, houve um incremento no número de esportes, eventos e atletas participantes (Brittain; Beacon, 2018). Paralelamente a isso, aumentou a complexidade do sistema de classificação dos atletas para determinar quais são elegíveis para competir. Cada esporte possui suas especificidades e o impacto da

⁵ Futebol B2/B3 é um tipo de futebol praticado por atletas do sexo masculino com classificação oftalmológica B2 e B3.

⁶ Powerlifting é um tipo de levantamento de peso praticado por atletas de ambos os sexos com classificação oftalmológica B1, B2 e B3.

deficiência em cada esporte é diferente. Portanto, para minimizar o impacto da deficiência no desempenho esportivo, deve haver uma classificação específica para cada esporte (IBSA, 2018; IPC, 2024). Um mesmo atleta pode ter diferentes classificações entre modalidades distintas, assim como pode ser elegível para uma e inelegível para outra.

Para tornar-se elegível, o atleta paralímpico deve inicialmente ter um dos dez tipos de deficiências elegíveis pelo programa. A escolha por esses tipos de deficiência foi adotada seguindo a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde da Organização Mundial da Saúde (IPC, 2024). A deficiência visual é uma delas. Assim como existem os esportes paralímpicos específicos para deficientes visuais, existem também esportes em que a deficiência visual é uma das deficiências elegíveis, como no caso do atletismo e da natação.

O segundo passo da classificação é verificar a gravidade da deficiência elegível e o impacto da mesma no esporte (IBSA, 2018). Esses critérios são referidos como critérios mínimos de incapacidade e são específicos de cada esporte. É considerado como critério mínimo para atletas com deficiência visual tornarem-se elegíveis para os esportes paralímpicos a existência de um dos seguintes comprometimentos: da estrutura ocular, do nervo óptico/vias óticas ou do córtex visual (IBSA, 2018).

A inelegibilidade de um atleta não questiona a presença de uma deficiência genuína; é apenas uma decisão esportiva (IPC, 2024). Quando elegível, o atleta será classificado em uma classe esportiva, relacionada ao esporte, que reunirá atletas com limitações semelhantes para competir entre si, a fim de manter a competição equitativa.

Diferentemente da maioria dos sistemas de classificação considerados funcionais, nos esportes praticados por atletas com deficiência visual, a classificação é feita com base em critérios médicos utilizados pela IBSA. Os atletas deficientes visuais são submetidos a uma classificação oftalmológica e divididos em três classes, representadas pela letra B de “blind” (cego em inglês). Na classe B1, o atleta é cego; na B2, o atleta possui percepção de vulto; e na B3, o atleta consegue definir imagens (CBDV, 2024). O futebol de cegos é uma modalidade exclusiva para atletas B1, enquanto no goalball e no judô paralímpico são permitidas a participação das classes B1, B2 e B3 (CPB, 2024).

ESPORTES PARALÍMPICOS EXCLUSIVOS PARA DEFICIENTES VISUAIS

a) Futebol de Cegos

O futebol de cegos é uma modalidade exclusiva para atletas B1, ou seja, com deficiência visual total. Este esporte é jogado com uma bola que emite sons, por quatro atletas cegos em cada equipe, além de um goleiro com visão parcial ou completa. A bola utilizada possui guizos internos, permitindo que os jogadores a localizem através do som (CPB, 2024). No passado, várias improvisações e adaptações foram feitas para que a bola produzisse sons, até que, na década de 1980, surgiram as primeiras bolas com guizos internos, semelhantes às utilizadas atualmente.

A prática do futebol de cegos surgiu como uma adaptação do futebol tradicional para pessoas com deficiência visual. Inicialmente, era praticado por alunos de escolas especializadas para deficientes visuais, como uma atividade recreativa. A Espanha é considerada a pioneira na prática do futebol de cegos, com registros datados da década de 1920 (IBSA, 2024).

Em 1996, a modalidade passou a ser administrada pela IBSA, que estabeleceu regras internacionalmente reconhecidas, baseadas em adaptações das regras da FIFA (IPC, 2024). A primeira Copa do Mundo de futebol de cegos ocorreu em 1998, na cidade de Paulínia, São Paulo. O Brasil sagrou-se campeão em cinco das oito edições realizadas (1998 - São Paulo, 2000 - Espanha, 2010 - Inglaterra, 2014 - Japão e 2018 - Espanha). Inicialmente realizada a cada dois anos, a Copa passou a ocorrer a cada quatro anos, intercalando-se com os Jogos Paralímpicos, a partir de 2002, quando a competição foi novamente sediada no Brasil, desta vez no Rio de Janeiro.

O futebol de cegos foi incluído no programa dos Jogos Paralímpicos de Atenas, em 2004, com apenas um torneio masculino e a participação de seis Comitês Paralímpicos Nacionais (NPCs). Desde os Jogos Paralímpicos de Londres, em 2012, a competição tem contado com a presença de oito NPCs. O Brasil mantém uma hegemonia na modalidade, conquistando a medalha de ouro em cinco das seis edições paralímpicas. Em Tóquio, o país sagrou-se pentacampeão paralímpico. Em 2024, nos Jogos Paralímpicos de Paris, a equipe brasileira ficou em terceiro lugar, conquistando a medalha de bronze.

No Brasil, os primeiros registros da prática do futebol de cegos datam da década de 1960, em escolas especializadas para deficientes visuais. Os alunos improvisavam bolas utilizando qualquer objeto que pudesse produzir som (Mataruna *et al.*, 2006; Pereira Junior; Kehdi; Mossmann, 2016). A primeira competição oficial de futebol de cegos no Brasil foi realizada durante as Olimpíadas das APAEs (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), em 1978, na cidade de Natal (Conde, 2018).

b) Goalball

O goalball é praticado por duas equipes de atletas deficientes visuais das classes B1, B2 e B3. Para que os atletas disputem em iguais condições de jogo, é obrigatória a utilização de óculos específicos para a prática de goalball, que devem ser perfeitamente vedados em conformidade com as regras da IBSA (CBDV, 2019). Além disso, os óculos também são importantes para proteção da face contra possíveis impactos da bola (CPB, 2024). A bola de goalball é semelhante a uma bola de basquete, possuindo guizos internos para que os atletas possam localizá-la (CPB, 2024). O objetivo do jogo é marcar gols lançando com as mãos uma bola em direção ao gol adversário de maneira que ela ultrapasse a quadra adversária, entrando na goleira que cobre toda a extensão da linha de fundo.

Diferentemente dos outros esportes paralímpicos, que em sua origem foram adaptações de esportes já existentes, o goalball foi desenvolvido especificamente para ser praticado por pessoas com deficiência visual. O goalball foi criado em 1946 pelo austríaco Hanz Lorenzen e pelo alemão Sepp Reindle, para ajudar na reabilitação de veteranos de guerra que perderam a visão durante a Segunda Guerra Mundial (IPC, 2024).

Em 1972, nos Jogos Paralímpicos de Heidelberg, o goalball figurou como um esporte de exibição (IPC, 2024), passando a compor o quadro de modalidades paralímpicas a partir de 1976, nos Jogos Paralímpicos de Toronto, no Canadá. O evento, que aconteceu apenas no naipe masculino, foi disputado por cinco NPCs (IPC, 2024). O primeiro Campeonato Mundial de goalball foi realizado em Vocklamarck, na Áustria, em 1978. Em 1982, o goalball passou a ser administrado pela IBSA. Em 1984, nos Jogos Paralímpicos de Nova Iorque, foi inserido o evento de goalball feminino.

No Brasil, o goalball chegou pelas mãos do americano radicado no país Steven Dubner, em 1985, que, ao conhecer o esporte nos Jogos Mundiais de Cegos, trouxe a primeira bola com o objetivo de iniciar a divulgação do esporte pelo país (Pereira Junior; Kehdi; Mossmann, 2016). A estreia brasileira em eventos de goalball ocorreu nos Jogos Paralímpicos de Atenas, em 2004, sendo o país foi representado apenas pelo naipe feminino (IPC, 2024). Nos Jogos seguintes, em Pequim (2008), o Brasil foi representado pelas seleções masculina e feminina de goalball (IPC, 2024). A primeira medalha brasileira em Jogos Paralímpicos na modalidade foi a de prata, conquistada em 2012, pela equipe masculina, em Londres (IPC, 2024). Nos Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro, em 2016, a equipe masculina subiu novamente ao pódio, conquistando a medalha de bronze (IPC, 2024). Foi também em 2016 que a equipe feminina atingiu sua melhor marca em Jogos Paralímpicos, terminando o evento na quarta colocação. Em 2021, nos Jogos Paralímpicos de Tóquio, o Brasil obteve a inédita medalha de ouro com a equipe masculina. No naipe feminino, o país repetiu o resultado de 2016, ficando na quarta colocação (IPC, 2024). Em Paris, no Jogos Paralímpicos de 2024, o Brasil conquistou a medalha de bronze no naipe masculino e ficou com a quarta colocação no feminino.

c) Judô Paralímpico

O judô paralímpico é praticado por atletas com deficiência visual das classes B1, B2 e B3, que competem entre si (sem divisões entre as classes)⁷ e sem a utilização de vendas nos olhos. O judô paralímpico é uma modalidade adaptada que segue as mesmas regras do judô convencional, com algumas adaptações, como o início do combate com os atletas já em contato, segurando o quimono (kumikata, em japonês) do adversário, eliminando a fase de aproximação. Sempre que ocorre a perda do contato entre os atletas, a luta é interrompida, os atletas são

⁷ Durante a elaboração desta pesquisa houve uma alteração importante na regra do judô paralímpico, referente a classificação oftalmológica e divisão de categorias. Os atletas que até o final do ano de 2021 eram divididos em três classes (B1, B2 e B3) e que lutavam entre si, sem distinção, divididos apenas pelas categorias de peso, passaram a ser divididos em dois novos grupos de classificação oftalmológica, J1 que substituiu a antiga B1 e J2 que agrupa os atletas das classes B2 e B3. A partir desta alteração, os atletas passarão a competir dentro de suas classes, J1 contra J1 e J2 contra J2.

direcionados à posição inicial no centro da área de combate. As punições são as mesmas entre as duas modalidades de judô; entretanto, no paralímpico, algumas delas são menos rigorosas, como quando um dos atletas pisa fora da área de combate. Além disso, os árbitros utilizam comandos verbais para guiar os judocas durante o combate, garantindo que eles estejam cientes do que acontece ao seu redor. Ao árbitro cabe, por exemplo, sinalizar quando os atletas estão próximos de sair da área de combate, verbalizando a palavra “jogai” (exclusão, em japonês). Quando comparado com o judô, o judô paralímpico possui uma maior comunicação da arbitragem e dos técnicos com os atletas. Aos técnicos é permitida a comunicação com seu atleta durante todo o combate, diferentemente do judô olímpico, onde o técnico só pode falar com seu atleta enquanto a luta estiver parada. Como no judô olímpico, os atletas são divididos por categorias de peso, a única diferença entre as modalidades é que no judô paralímpico feminino não existe a categoria até 78 kg⁸. O judô paralímpico segue as regras da Federação Internacional de Judô – IJF (CBDV, 2019). Atletas cegos (B1) são identificados com um círculo vermelho costurado na manga do quimono, na altura do ombro. Apesar de ser um esporte praticado exclusivamente por atletas com deficiência visual, existem alguns atletas que, além da deficiência visual, também são surdos. Nesse caso, os atletas são identificados com um círculo amarelo no quimono (CBDV, 2024).

No Brasil, os primeiros relatos do judô paralímpico estão relacionados à prática do judô adaptado para atletas com deficiência visual e datam da década de 1970. Diferentemente do futebol de cegos e do goalball, que tiveram sua gênese vinculada às escolas especiais para pessoas com deficiência visual, no judô paralímpico, os primeiros relatos de prática no Brasil aconteceram em academias convencionais de judô, onde alunos com deficiência visual buscavam uma atividade esportiva.

Embora os primeiros relatos da modalidade no país não estivessem vinculados a escolas especiais para pessoas com deficiência visual, a sistematização e a prática de forma mais efetiva estavam. Em 1982,

⁸ Em virtude desta alteração, o número de categorias de peso foi diminuído, de sete categorias no naipes masculino (60kg, 66kg, 73kg, 81kg, 90kg, 100kg e +100kg) e seis no feminino (48kg, 52 kg, 57kg, 63kg, 70kg e +70kg) para quatro no naipes masculino - até 60 kg, até 73 kg, até 90 kg e acima de 90 kg - e quatro no feminino - até 48 kg, até 57 kg, até 70 kg e acima de 70 kg.

o judô começou a ser desenvolvido no Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro, pelo professor Carmelino de Souza Vieira (Vieira; Souza Jr, 2006). No Rio Grande do Sul, a partir de 2005, o judô paralímpico começou a ser desenvolvido de maneira sistematizada na Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no projeto de extensão universitária Bugre Lucena, com a parceria do Centro Louis Braille (Schumacher; Marchetti; Mazo, 2018).

O Brasil acompanhou o desenvolvimento do esporte participando desde a primeira competição mundial de judô para pessoas com deficiência visual, realizada em Paris, no ano de 1987, representado por quatro atletas (Pereira Junior; Kehdi; Mossmann, 2016). O judô paralímpico teve sua estreia em Jogos Paralímpicos em Seul (1988), com a participação de 33 atletas, de nove NPCs, disputando seis eventos apenas no naipe masculino (IPC, 2024). O Brasil novamente esteve presente (desta vez com cinco atletas) e conquistou suas primeiras medalhas na modalidade (três medalhas de bronze). A partir de 1995, começou a ser disputado internacionalmente o judô paralímpico feminino (Ohlenkamp, 2017).

Desde a inserção do judô paralímpico nos Jogos Paralímpicos até a presente data, o Brasil esteve sempre presente com sua delegação. Nos Jogos Paralímpicos de Barcelona, em 1992, pela primeira e única vez, o Brasil não conquistou medalhas. Nos Jogos Paralímpicos de Atlanta, nos Estados Unidos, em 1996, o Brasil conquistou a primeira medalha de ouro, com o atleta Antônio Tenório da Silva, feito repetido por ele nas Paralimpíadas de Sidney, em 2000 (IPC, 2024).

A estreia das mulheres nos eventos de judô paralímpico aconteceu em 2004, nas Paralimpíadas de Atenas, com a presença de 35 atletas do naipe feminino representando 14 NPCs, contrastando com os 83 atletas de 29 NPCs pelo lado masculino. Durante essa edição, o Brasil conquistou quatro medalhas: duas no naipe feminino (uma de prata e uma de bronze) e duas no naipe masculino, uma de ouro e outra de prata. A delegação brasileira foi composta por sete atletas, quatro do sexo masculino e três do feminino (IPC, 2024).

Nos Jogos Paralímpicos de Pequim, em 2008, pela primeira vez, a delegação brasileira de judô paralímpico foi composta por um número maior de atletas do naipe feminino; dos oito atletas representantes, cin-

co eram mulheres. O Brasil conquistou cinco medalhas. Antônio Tenório da Silva conquistou sua quarta medalha de ouro, a segunda dele na categoria até 100 kg. As outras quatro medalhas foram conquistadas pelas mulheres, sendo duas de prata e duas de bronze (IPC, 2024).

Em Londres, em 2012, o Brasil foi representado por nove atletas (quatro no naipe masculino e cinco no feminino) e conquistou cinco medalhas; destas, quatro no naipe feminino, uma de prata e três de bronze. No naipe masculino, Antônio Tenório conquistou a medalha de bronze (IPC, 2024).

O Brasil foi representado pela maior delegação nos Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro, em 2016, participando com 12 atletas, ficando de fora apenas na categoria até 73 kg do naipe feminino. O Brasil conquistou quatro medalhas de prata, duas no masculino e duas no feminino (IPC, 2024).

Nos Jogos Paralímpicos de Tóquio, o Brasil foi representado por nove atletas. Nesta edição, Alana Maldonado conquistou a inédita medalha de ouro pelo naipe feminino, e o país conquistou outras duas medalhas (de bronze) no naipe feminino (IPC, 2024).

Nos Jogos Paralímpicos de Paris 2024, o Brasil conquistando oito medalhas: quatro ouros, duas pratas e dois bronzes. Entre as conquistas mais destacadas, estão os ouros de Alana Maldonado (categoria até 70 kg J2), Rebeca Silva (+70 kg J2), Arthur Silva (até 90 kg J1) e Willians Araújo (+90 kg J1). Nas categorias femininas, Brenda Freitas ficou com a prata na categoria até 70 kg J1, enquanto Rosicleide Andrade garantiu o bronze até 48 kg J1. Com esses resultados, o Brasil consolidou sua posição como um dos principais países no judô paralímpico, liderando o quadro de medalhas dessa modalidade em Paris 2024.

PARTICIPAÇÃO ESPORTIVA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Aproximadamente 3,4% da população brasileira é composta por pessoas com deficiência visual, segundo uma análise dos dados do censo demográfico de 2010, revisada de acordo com as recomendações do *Washington Group on Disability Statistics* (WG) (IBGE, 2018). O WG foi criado para padronizar os dados estatísticos sobre pessoas com deficiência, facilitando a comparação internacional desses dados. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) representa o Brasil no WG desde sua formação (IBGE, 2018).

Em 2019, o número de pessoas com deficiência visual envolvidas na prática esportiva formal em modalidades paralímpicas, registradas junto à CBDV, foi de 2.662 atletas.⁹ Desses atletas, 1.492 participaram efetivamente das competições de futebol de cegos, goalball e judô paralímpico organizadas pela CBDV em 2019. Nesse mesmo ano, a CBDV organizou 17 competições: sete de futebol de cegos (três regionais e quatro nacionais), com a participação de 32 entidades e aproximadamente 500 atletas; oito de goalball (cinco regionais e três nacionais), envolvendo 72 entidades e cerca de 808 atletas; e duas de judô paralímpico (uma nacional e outra internacional), com 47 entidades e 184 atletas (CBDV, 2019).

Os números relativos à participação esportiva também podem ser influenciados pelo número de entidades de prática esportiva, sua distribuição geográfica e a quantidade de modalidades oferecidas. Em 2019, havia 227 entidades de prática esportiva cadastradas na CBDV, representando 25 estados brasileiros e o Distrito Federal (CBDV, 2019). Quanto à distribuição geográfica, o estado de Roraima não possuía entidades vinculadas à CBDV, enquanto o estado de São Paulo concentrava mais de 25% das entidades cadastradas. Das 227 entidades de prática esportiva, 46 seguiam os padrões das entidades de administração nacional (CBDV) e internacional (IBSA), oferecendo as três modalidades esportivas a seus associados (CBDV, 2021).

Um aspecto interessante a ser destacado é a participação feminina no esporte paralímpico para deficientes visuais no Brasil. Embora as mulheres representem a maioria das pessoas com deficiência visual no país, com mais de 59% dessa população (IBGE, 2010), sua participação nos esportes é inferior em todas as modalidades. O futebol de cegos, por exemplo, é uma modalidade exclusivamente masculina, não havendo participação feminina. No goalball, das 64 equipes que competiram em 2019, 24 eram femininas. No judô paralímpico, dos 183 atletas que competiram pela CBDV em 2019, 55 eram mulheres (CBDV, 2019).

Nas Paralimpíadas Escolares, evento nacional organizado pelo CPB e realizado anualmente, os números são ambivalentes. Por um lado, as Pa-

⁹ De acordo com a Lei Brasileira nº 9.615, de 24 de março de 1998, a prática esportiva formal é definida como aquela “regulada por normas nacionais e internacionais e pelas regras de prática desportiva de cada modalidade, aceitas pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto” (BRASIL, 1998).

Paralimpíadas Escolares são consideradas o maior evento do mundo para estudantes com deficiência física, visual e intelectual, na faixa etária dos 12 aos 18 anos. Por outro lado, o número de participantes não é representativo. Segundo o censo de 2010, mais de 416 mil alunos com deficiência visual, entre 4 e 17 anos, tiveram acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado na rede regular de ensino, no sistema educacional inclusivo (ABEB, 2020). Em 2019, cerca de 1.200 alunos participaram das Paralimpíadas Escolares, competindo em 12 modalidades esportivas (CPB, 2019). Na 13ª edição do evento, realizada em 2019, todas as unidades federativas do Brasil enviaram delegações. Conforme o regulamento do evento, cada estado poderia inscrever até 158 alunos (CPB, 2019). Se todas as delegações estivessem completas, o evento teria contado com 4.266 atletas. Para as modalidades específicas de alunos com deficiência visual, cada delegação poderia inscrever até 28 atletas: 6 para o futebol de cegos (somente masculino), 10 para o goalball (cinco do naipe masculino e cinco do naipe feminino) e 12 para o judô paralímpico (seis do naipe masculino e seis do feminino). No total, essas modalidades representariam 756 vagas, das quais apenas 152 foram preenchidas.

Nas competições de 2023, mais de 2.700 atletas estavam vinculados à CBDV. Desses, cerca de 1.500 atletas participaram efetivamente das competições nas três modalidades mencionadas. O número de entidades de prática esportiva cadastradas junto à CBDV em 2023 também apresentou uma leve variação, com 230 entidades ativas, abrangendo 26 estados brasileiros e o Distrito Federal. São Paulo continuou sendo o estado com maior número de entidades vinculadas, representando mais de 25% do total.

A participação feminina nos esportes paralímpicos para deficientes visuais ainda é uma área de desafio. Embora as mulheres representem a maioria das pessoas com deficiência visual no Brasil, sua presença nas competições é inferior à dos homens. Em 2023, o futebol de cegos permaneceu uma modalidade exclusivamente masculina, enquanto no goalball e no judô paralímpico, a participação feminina mostrou-se crescente, mas ainda limitada. Nas Paralimpíadas Escolares de 2023, o número de participantes com deficiência visual foi de cerca de 1.300 alunos, competindo em 12 modalidades esportivas. No entanto, as modalidades específicas para deficientes visuais continuaram com vagas não preen-

chidas, indicando a necessidade de maior incentivo e inclusão para esses jovens atletas.

DAS ESCOLAS ESPECIALIZADAS ÀS ESCOLAS INCLUSIVAS

Ao longo dos anos, a educação para pessoas com deficiência passou por profundas transformações, evoluindo de um modelo de escolas especializadas para um ensino mais inclusivo, onde as escolas regulares acolhem cada vez mais alunos com necessidades especiais (Haegele; Sutherland, 2015). Essas mudanças ocorreram em escala global e estão formalizadas em tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Segundo o Anuário Brasileiro da Educação Básica (2020), houve um avanço significativo no número de crianças e jovens com algum tipo de deficiência matriculados em escolas regulares inclusivas. Esse percentual aumentou de 46,8% em 2007 para 87,2% em 2019. No entanto, esses números se referem apenas aos alunos que já estão na escola e, embora representem progresso, também revelam preocupações quanto à dificuldade de acesso à educação para a população com deficiência. De acordo com o Censo de 2010, mais de 60% dos indivíduos com deficiência não possuíam qualquer grau de instrução ou haviam cursado apenas o ensino fundamental incompleto (PNUD, 2017).

As escolas especializadas, apesar de oferecerem um ambiente adaptado às necessidades específicas desses alunos, enfrentam desafios relacionados à limitação do convívio social com indivíduos sem deficiência (Caravage; Oliver, 2018). Ainda assim, estudos indicam que essas instituições favorecem o desenvolvimento da identidade e do sentimento de pertencimento, especialmente em atividades como esportes, que desempenham um papel crucial na socialização e na autopercepção dos alunos (Caravage; Oliver, 2018).

Contudo, o caráter inclusivo das escolas é frequentemente questionado, particularmente em disciplinas como a educação física, onde alunos com deficiência são muitas vezes dispensados ou têm participação limitada (Greguol, 2009). Para Conde (2018), alunos com deficiência visual matriculados no ensino regular não devem ser automaticamente excluídos das aulas de educação física. As razões para essa exclusão precisam ser compreendidas, e o preparo das escolas para lidar com a diversidade deve ser aprimorado.

Sem oportunidades adequadas para a prática esportiva, tanto dentro quanto fora das escolas, os alunos com deficiência visual podem se tornar adultos fisicamente inativos. Para evitar isso, é imprescindível que esses alunos recebam as mesmas oportunidades que seus colegas sem deficiência, com o suporte necessário para garantir pleno acesso às aulas de educação física e a prática esportiva regular (Haegele; Zhu; Davis, 2017).

No Brasil, aproximadamente 3% das crianças têm algum grau de deficiência visual, variando de leve a severa, incluindo casos de cegueira total. Segundo o IBGE, o Censo de 2010 indicou que mais de 150 mil crianças de até 14 anos apresentavam dificuldades para enxergar. A falta de acesso a cuidados oftalmológicos e diagnósticos tardios agrava esse quadro, principalmente em regiões mais vulneráveis.

A inclusão de crianças com deficiência visual em escolas inclusivas é essencial para garantir o direito a uma educação de qualidade. Políticas como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) buscam assegurar a inserção desses alunos em escolas regulares, com adaptações e suporte adequado para o acesso pleno ao currículo escolar. Nesses ambientes, o foco é proporcionar uma experiência educacional completa, utilizando recursos pedagógicos adaptados, como o uso do Braille, audiolivros e tecnologias assistivas. Além disso, os professores precisam de formação específica para trabalhar com esses alunos, desenvolvendo estratégias que promovam autonomia e inclusão.

Embora os avanços sejam notáveis, desafios persistem. A infraestrutura das escolas ainda necessita de melhorias, com maior disponibilidade de materiais adaptados e profissionais especializados em educação especial. A inclusão efetiva transcende as questões físicas e requer uma mudança de mentalidade de toda a comunidade escolar, que deve estar preparada para receber e apoiar alunos com deficiência de maneira inclusiva e acolhedora.

A participação de alunos com deficiência visual nas aulas de educação física é essencial para o seu desenvolvimento físico, social e emocional. Para garantir essa participação ativa, são necessárias adaptações e recursos específicos, como bolas sonoras, que permitem a localização através do som, e o auxílio de guias nas atividades de corrida. O professor deve descrever cada exercício de forma clara e detalhada, utilizando

orientações auditivas que ajudem a criança a compreender o espaço e os movimentos. Essas medidas promovem a colaboração entre alunos e incentivam o respeito pela diversidade, beneficiando tanto os alunos com deficiência quanto seus colegas sem deficiência. Quando bem estruturadas, as aulas de educação física tornam-se inclusivas, permitindo que todos os alunos, independentemente de suas condições, possam participar e se beneficiar igualmente dessas atividades.

REFERÊNCIAS

Anuário Brasileiro Da Educação Básica. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2020**. 2020. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.instituoitounibanco.org.br/cedoc/detalhe/tr-anuario-brasileiro-da-educacao-basica-2020,e9ac7c5b-a3ca-4e8e-8da7-9fa4665296f3> . Acesso em: 08 fev. 2024.

Araújo, P. F. de. **Desporto Adaptado no Brasil**. São Paulo: Phorte, 2011.

Associação De Cegos Do Rio Grande Do Sul. **Institucional**. Disponível em: <http://acergs.org.br/institucional/>. Acesso em: 15 fev. 2024.

Baylei, S. **Athlete first: a history of the Paralympic movement**. Chichester: John Wiley & Sons, 2008.

Begossi, T. D.; Mazo, J. Z. O processo de institucionalização do esporte para pessoas com deficiência no Brasil: uma análise legislativa federal. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 10, p. 2989-2997, 2016.

Brasil. **Decreto nº 408, de 17 de maio de 1890. Approva o regulamento para o Instituto Nacional dos Cegos**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-408-17-maio-1890-509179-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em: 15 fev. 2024.

Brasil. **Decreto n. 1320, de 24 de janeiro de 1891. Institue honras e homenagens à memória do eminente cidadão o general de brigada Benjamin Constant Botelho de Magalhães**. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/392142/publicacao/15837174>. Acesso em: 15 fev. 2024.

Brasil. **O IBC**. Disponível em: <https://www.gov.br/ibc/pt-br/centrais-de-conteudos/projetos/memoria-ibc/memoria-institucional/historia-do-ibc>. Acesso em: 02 fev. 2024.

Brasil. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Brasília, DF, 2015.

Brasil. **Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências)**. Brasília, DF, 1998.

Brittain, I.; Beacom, A. **The Palgrave Handbook of Paralympic Studies**. London: Palgrave Macmillan, 2018.

Campbel, C. F. F. **Outlook for the blind: a quarterly record of the progress and welfare of the blind, april, 1907-1909**. Disponível em: <https://archive.org/details/outlookforblind190709unse/page/n3/mode/2up>. Acesso em: 20 fev. 2024a.

Campbel, C. F. F. **Outlook for the blind: a quarterly record of the progress and welfare of the blind, april, 1909-1910**. Disponível em: <https://archive.org/details/outlookforblind190911unse/page/n5/mode/2up>. Acesso em: 20 fev. 2024b.

Caravage, C.; Oliver, M. A inclusão escolar e os desafios para o convívio social de alunos com deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, n. 2, p. 135-145, 2018.

Carmona, E. K. **Atletas Deficientes Visuais Sul-Rio-Grandenses nos Jogos Paralímpicos: cenários e memórias**. 2015. 114f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

Comitê Paralímpico Brasileiro. **CPB. Confederações**. Disponível em: <https://www.cpb.org.br/ocomite/confederacoes>. Acesso em: 02 fev. 2024.

Comitê Paralímpico Brasileiro. **CPB. Futebol de Cegos**. Disponível em: <https://www.cpb.org.br/modalidades/50/futebol-de-cegos>. Acesso em: 02 fev. 2024.

Comitê Paralímpico Brasileiro. **CPB. Goalball**. Disponível em: <https://www.cpb.org.br/modalidades/56/goalball>. Acesso em: 02 fev. 2024.

Comitê Paralímpico Brasileiro. **CPB. Judô**. Disponível em: <https://www.cpb.org.br/modalidades/48/judo>. Acesso em: 02 fev. 2024.

Comitê Paralímpico Brasileiro. **CPB. Modalidades**. Disponível em: <https://www.cpb.org.br>. Acesso em: 02 fev. 2024.

Comitê Paralímpico Brasileiro. **CPB. Paralimpíadas Escolares 2019 - Regulamento Geral**. 2019.

Confederação Brasileira De Deportos De Deficientes Visuais. **CBDV. Ata de assembleia de fundação da Confederação Brasileira de Deportos de Deficientes Visuais – CBDDEV, 2008**. Disponível em: <https://www.dropbox.com/scl/fi/5u1g37jr05uu0i0kupi0r/ATA-FUNDA-O-NOVEMBRO-2008.pdf?rlkey=juv9j8itmja29co6hg8b0q7wq&e=1&dl=0>. Acesso em: 23 abr. 2024.

Confederação Brasileira De Deportos De Deficientes Visuais. **CBDV. Ata de assembleia geral extraordinária da Confederação Brasileira de Deportos de Deficientes Visuais – CBDV**. 2010. Disponível em: <https://www.dropbox.com/scl/fi/ely3koukwp9vk1griq100/ATA-ASSEMBLEIA-GERAL-EXTRAORDINARIA-JUNHO-2010.pdf?rlkey=f6uvjaviz0x141rtfliq0uryr&e=1&dl=0>. Acesso em: 23 abr. 2024.

Confederação Brasileira De Deportos De Deficientes Visuais. **CBDV. Base de Dados da Secretaria da CBDV**. 2021.



Confederação Brasileira De Deportos De Deficientes Visuais. **CBDV. Boletins de Competições**. 2019.

Confederação Brasileira De Deportos De Deficientes Visuais. **CBDV. Entidades**. Disponível em: <https://www.cbdv.org.br/cbdv/entidades/entidades-cadastradas> . Acesso em: 02 fev. 2024.

Confederação Brasileira De Deportos De Deficientes Visuais. **CBDV. Estatuto**. Disponível em: <https://www.cbdv.org.br/gestao-e-governanca/estatuto>. Acesso em: 02 fev. 2024.

Confederação Brasileira De Deportos De Deficientes Visuais. **CBDV. Judô**. Disponível em: <https://www.cbdv.org.br/modalidades/judo>. Acesso em: 02 fev. 2024.

Confederação Brasileira De Deportos De Deficientes Visuais. **CBDV. Regulamento Futebol de Cinco**. Disponível em: <https://www.cbdv.org.br/modalidades/futebol-de-cegos/regras> . Acesso em: 15 mar. 2024.

Confederação Brasileira De Deportos De Deficientes Visuais. **CBDV. Regulamento Goalball 2019**. 2019.

Confederação Brasileira De Deportos De Deficientes Visuais. **CBDV. Regulamento Judô 2019**. 2019.;

Conde, M. Educação inclusiva e os desafios da educação física. **Revista Educação e Sociedade**, v. 39, n. 4, p. 241-258, 2018.

Farell, G. **The story of blindness**. 2. ed. Cambridge: Harvard University Press, 1956.

Greguol, M. O papel da educação física na inclusão de alunos com deficiência visual. **Movimento**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 225-238, 2009.

Haegele, J. A.; Sutherland, S. Perspectives of students with disabilities toward physical education: A qualitative inquiry review. **Adapted Physical Activity Quarterly**, v. 32, n. 3, p. 124-145, 2015.

Haegele, J. A.; Zhu, X.; Davis, S. Inclusive physical education and the participation of students with visual impairments: The challenge of accessibility. **European Journal of Adapted Physical Activity**, v. 10, n. 1, p. 7-17, 2017.

Howe, J. W. **Memoir of Dr. Samuel Gridley Howe**. Boston: Albert J. Wrihth, 1876. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=wu.89098850605&seq=13> . Acesso em: 13 set. 2023.

Institut National Des Jeunes Aveugles. **Histoire de l'INJA**. Disponível em: <http://www.inja.fr/Default/historique.aspx>. Acesso em: 20 mar. 2024.

Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **IBGE. Censo, Amostra pessoas com deficiência, 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pesquisa/23/23612?localidade2=0&indicador=23957> . Acesso em: 20 mar. 2024.

Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **IBGE. Censo Demográfico – Nota Técnica, 2018.**

International Blind Sport Federation. **IBSA. History of IBSA.** Disponível em: <http://www.ibsasport.org/history/>. Acesso em: 02 fev. 2024.

International Blind Sport Federation. **IBSA. History.** Disponível em: <https://blindfootball.sport/about-football/history/>. Acesso em: 02 fev. 2024.

International Blind Sport Federation. **IBSA. IBSA Classification Rules.** 2018.

International Blind Sport Federation. **IBSA. IBSA Constitution.** Disponível em: <https://ibasport.org/about/how-we-do-it/publications/> Acesso em: 02 fev. 2024.

International Paralympic Committee. **IPC. Classification Explained.** Disponível em: <https://www.paralympic.org/classification>. Acesso em: 02 fev. 2024.

International Paralympic Committee. **IPC. Countries / National Paralympic Committees.** Disponível em: <https://www.paralympic.org/teams-npc> . Acesso em: 02 fev. 2024.

International Paralympic Committee. **IPC. History of Goalball.** Disponível em: <https://www.paralympic.org/goalball/about>. Acesso em: 02 fev. 2024.

International Paralympic Committee. **IPC. History of the Paralympic Movement.** Disponível em: <https://www.paralympic.org/ipc/history>. Acesso em: 02 fev. 2024

International Paralympic Committee. **IPC. Results Archive – Athens 2004.** Disponível em: <https://www.paralympic.org/athens-2004/results>. Acesso em: 02 fev. 2024.

International Paralympic Committee. **IPC. Results Archive – Atlanta 1996.** Disponível em: <https://www.paralympic.org/atlanta-1996/results>. Acesso em: 02 fev. 2024.

International Paralympic Committee. **IPC. Results Archive – Barcelona 1992.** Disponível em: <https://www.paralympic.org/barcelona-1992/results>. Acesso em: 02 fev. 2024.

International Paralympic Committee. **IPC. Results Archive – Beijing 2008.** Disponível em: <https://www.paralympic.org/beijing-2008/results>. Acesso em: 02 fev. 2024.

International Paralympic Committee. **IPC. Results Archive – London 2012.** Disponível em: <https://www.paralympic.org/london-2012/results>. Acesso em: 02 fev. 2024.

International Paralympic Committee. **IPC. Results Archive – Rio 2016.** Disponível em: <https://www.paralympic.org/rio-2016/results>. Acesso em: 02 fev. 2024.

International Paralympic Committee. **IPC. Results Archive – Seoul 1988**. Disponível em: <https://www.paralympic.org/seoul-1988/results>. Acesso em: 02 fev. 2024.

International Paralympic Committee. **IPC. Results Archive – Sydney 2000**. Disponível em: <https://www.paralympic.org/sydney-2000/results>. Acesso em: 02 fev. 2024.

International Paralympic Committee. **IPC. Results Archive - Tokyo 2020**. Disponível em: <https://www.paralympic.org/tokyo-2020/results>. Acesso em: 02 fev. 2024.

International Paralympic Committee. **IPC. Sport week: introduction to goalball**. Disponível em: <https://www.paralympic.org/news/sport-week-introduction-goalball>. Acesso em: 02 fev. 2024.

Júnior, L.; Martins, M. C. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. 443 p.

Lee, M. The Case for and against Intercollegiate Athletics for Women and the Situation as it Stands To-Day. **American Physical Education Review**, v. 29, n. 1, p. 13-31, 1924.

Mataruna, L.; Winckler, C.; Fontes, M. S.; Gavião, J. J. **Inclusão Social - Esporte para deficientes visuais**. In: Da COSTA; Lamartine (Org.). **Atlas do esporte no Brasil: Atlas do esporte; educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005. p. 638-644.

Ohlenkamp, N. **Coaching judo for blindathletes**. Disponível em: <http://judoinfo.com/vicoach/>. Acesso em: 07 nov. 2023.

Parson, A.; Winckler, C. In: Mello, M.T. De; Winckler, C. **Esporte paralímpico**. Belo Horizonte: Atheneu, 2012.

Pereira Junior, D.; Kehdi, P.; Mossmann, K. **O legado paulista ao esporte paralímpico**. São Paulo: Auréa, 2016.

Perkins School For The Blind. **Bound Clippings: Maryland School, 1906-1912**. Disponível em: <https://archive.org/details/perkinsschoolfo061201perk/mode/2up>. Acesso em: 04 mar. 2024a.

Perkins School For The Blind. **Sports**. Disponível em: <https://www.perkins.org/history/curriculum/sports>. Acesso em: 04 mar. 2024b.

PNUD. **Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)**. 2017. Disponível em: <https://www.undp.org/>. Acesso em: 15 fev. 2024.

Safford, P. L.; Safford, E. J. **Children with disabilities in America: A historical handbook and guide**. London: Greenwood Press, 2006.

Schumacher, G. B.; MARCHETTI, Felipe; MAZO, Janice Z. Desenvolvimento do judô paralímpico na extensão universitária: um estudo de caso. **Caderno de Educação Física e Esporte**. v.16. n. 1, p. 117-127, 2018.

United Nations. **General Assembly – Thirty-first Session**. 1976. Disponível em: <https://undocs.org/en/A/RES/31/123>. Acesso em: 18 abr. 2024.

United Nations. **The International Year of Disabled Persons**. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/disabilities/the-international-year-of-disabled-persons-1981.html> Acesso em: 02 fev. 2024.

Vieira, Carmelino S.; SOUZA JÚNIOR, Walter R. **Judô paraolímpico: manual de orientação para professores de educação física**. Brasília: Comitê Paralímpico Brasileiro, 2006.

Winnick, J. P.; Porreta, D. L. **Adapted physical education and sport**. 6. ed. New York: Human Kinetics, 2017.

A PARAESGRIMA COMO CONTEÚDO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: COMO INCLUIR?

Eunice Kelly Costa da Cunha¹
Carlos Aguiar Ferreira da Silva Neto¹
Anselmo de Athayde Costa e Silva¹
Marília Passos Magno e Silva¹
Alcione Ferreira da Silva²
Ivan Marangon Schwantes²
eunicekelly31@gmail.com

INTRODUÇÃO

Os Jogos Paralímpicos são considerados o maior evento esportivo mundial para as pessoas com deficiência (Borgmann e Almeida, 2015) e contribuem para maior visibilidade do paratleta e dos esportes paralímpicos na sociedade. Ao longo de sua história, os Jogos Paralímpicos registraram um crescimento significativo no número de atletas e países participantes. Em sua primeira edição em Roma (1960), reuniu 400 atletas de 23 países (Hilgemberg, 2019). Já na última edição, em Paris (2024), esse número saltou para 4.400 atletas, representando 168 países. Portanto, a inclusão do ensino sobre o paralímpico nas aulas de educação física pode promover uma abordagem mais abrangente e conscientizar os alunos em fase escolar sobre as capacidades e desafios das pessoas com deficiência, combatendo, assim, os estigmas frequentemente associados a essa condição (Seron, Greguol, 2020).

Salerno e Araújo (2008), apresentaram resultados da inclusão da vivência do goalball e vôlei sentado nas aulas de educação física das 4^a séries, utilizando materiais adaptados. As aulas iniciaram com pesquisas na internet sobre as deficiências, que de acordo com os autores, fizeram os alunos perceberem que acabavam tratando as pessoas com deficiência como “coitadas”, porém perceberam que elas possuem diversas possibilidades. Nesse sentido, percebe-se que o ato de pesquisar e

¹ Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento.

² Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro

vivenciar o esporte paralímpico, trouxe uma nova visão para esses alunos (Salerno e Araújo, 2008).

Santana e Soares (2022) desenvolveram as modalidades de goalball e futebol de cegos para alunos do ensino médio com aulas teóricas e práticas. A partir das respostas de um questionário aplicado nas aulas, os autores relataram que os alunos perceberam a prática dessas modalidades como “uma forma de compreender a relação entre pessoas com deficiência visual e o esporte; reconhecer o potencial transformador da prática; e evidenciar a necessidade de mais aulas com esporte adaptado.

Essa perspectiva alinha-se com as diretrizes educacionais vigentes, pois no âmbito educacional, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ressalta a relevância das práticas de lutas, como componente nas aulas de educação física escolar. Visto que é uma atividade que proporciona o desenvolvimento de habilidades físicas e socioemocionais. De acordo com a BNCC, as lutas devem ser abordadas nas aulas de educação física de forma lúdica, através da experimentação de diferentes formas e estratégias com o objetivo de desenvolver habilidades dos alunos como força, agilidade e coordenação motora (Brasil, 2018). Além disso, de acordo com Rufino e Darido (2013) os professores devem oportunizar diferentes experiências aos alunos, garantindo a vivência em diferentes práticas corporais dentro das escolas. Neste contexto, a esgrima é um esporte de luta caracterizado por ser um esporte de confronto sem contato direto, os atletas, munidos de espadas, floretes ou sabres, buscam atingir o oponente em áreas específicas do corpo, enquanto se defendem para evitar serem atingidos (Nazareth, 2009 e Pereira, 2018). A paraesgrima surgiu como uma adaptação da esgrima convencional, possibilitando a prática por pessoas com deficiência física e/ou motora (Nazareth, 2009).

Assim como em outras modalidades paralímpicas, a paraesgrima possui seu próprio sistema de classificação, dividindo os atletas em três categorias e classes distintas: A (classe 3 e 4) com comprometimento principalmente em membros inferiores; B (classe 2) com comprometimento em membros inferiores e tronco; e C (classe 1A e 1B) com comprometimento de membros inferiores, tronco e parcialmente de membros superiores (IWAS, 2023). Os combates ocorrem em disputas de 5 toques (fase classificatória) e 15 toques (eliminatórias diretas), com duração máxima de 3 minutos e em três tempos de 3 minutos, se-

parados por 1 minuto de intervalo, respectivamente, e em partidas de equipe com 3 minutos para cada volta ou luta. Cada arma possui sua área de toque válida, sendo: espada: toque válido do quadril até a cabeça, realizando toque com a ponta da arma; florete: toque válido somente no tronco, do quadril até 6 centímetros acima da clavícula, toque com a ponta; sabre: toque válido do quadril até a cabeça, golpes com a parte plana ou a parte de trás da lâmina (corte e contracorte) (IWAS, 2020).

Os materiais utilizados na paraesgrima (cadeira de rodas, calças, plastron, jaquetas, luvas, máscaras, fios de corpo, protetor de seios e armas) geralmente têm custos elevados, e são semelhantes aos da esgrima convencional, embora alguns tenham sido especificamente desenvolvidos para a modalidade, como por exemplo, a cadeira de rodas esportiva. No entanto, os altos custos desses materiais podem ser um obstáculo para a prática da paraesgrima nas aulas de educação física. Nesse sentido, muitos professores mencionam que a falta de recursos materiais compromete sua capacidade de planejar e ministrar aulas eficazes (Soler, 2003). Por isso, propomos a construção e adaptação de materiais durante as aulas de educação física como estratégia para superar esse obstáculo e incluir a paraesgrima na grade curricular da disciplina. Desta forma, este relato de experiência tem como objetivo evidenciar as possibilidades de adaptações de materiais esportivos da paraesgrima visando incluir sua prática nas aulas de educação física a partir da experiência dos autores.

MÉTODO

Este é um estudo descritivo e qualitativo, caracterizado como um relato de experiência que de acordo com Mussi, Flores e Almeida (2021, p.6) “é um tipo de produção de conhecimento, cujo texto trata de uma vivência acadêmica e/ou profissional em um dos pilares da formação universitária (ensino, pesquisa e extensão), cuja característica principal é a descrição da intervenção”.

O estudo foi realizado por dois professores de educação física, com base em suas vivências no ensino da paraesgrima em oficinas para alunos do ensino fundamental e universitários do curso de licenciatura em educação física de universidades em Belém-PA. Além disso, o trabalho foi desenvolvido em colaboração com o Laboratório de Atividade Física

Adaptada da Universidade Federal do Pará (Lafa-Ufpa), o programa de extensão Ufpa Paralímpica e a Escola Paralímpica de esgrima do Comitê Paralímpico Brasileiro.

Durante as vivências, especialmente com os graduandos de licenciatura em educação física, as atividades foram concentradas em demonstrar as maneiras de adaptar recursos materiais para integrar a paraesgrima ao currículo escolar de educação física. Nosso objetivo foi mostrar como é possível apresentar essa modalidade esportiva para as escolas e incorporá-la às aulas de maneira acessível e inclusiva.

Isso envolveu a adaptação de equipamentos, como espadas e cadeiras de rodas, para atender às necessidades específicas dos alunos. Além disso, discutimos estratégias pedagógicas para assegurar a inclusão em sala de aula, incentivando a participação ativa de todos os alunos, independentemente de suas capacidades. Nosso objetivo principal foi capacitar os futuros professores a adaptar o ambiente e os recursos de forma criativa e eficaz, visando proporcionar uma experiência enriquecedora de paraesgrima para todos os estudantes nas escolas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentaremos algumas adaptações que podem ser feitas na modalidade de paraesgrima para a educação física escolar. Além disso, serão apresentados alguns fundamentos da modalidade que podem ser vivenciados pelos alunos.

Para a prática oficial da paraesgrima, são necessários diversos equipamentos de proteção, além das armas em que cada atleta irá disputar, podendo ser espada, florete e/ou sabre. Todos estes equipamentos tornam a prática da paraesgrima mais difícil, devido ao alto custo dos materiais. Nesse sentido, o uso de materiais adaptados é uma alternativa viável para tornar a sua prática acessível nas aulas de educação física escolar, além de incentivar a reutilização de materiais para o uso em atividades escolares.

Nesse contexto, inicialmente é possível realizar uma avaliação diagnóstica (Gil, 2006), com o objetivo de compreender se os alunos conhecem ou não a paraesgrima e o que sabem sobre ela. A partir desse momento, o professor pode fazer uma contextualização histórica da modalidade, mostrando o país de origem e o desenvolvimento da paraesgrima até os

dias atuais, assim como, falar sobre a prática dos esportes por pessoas com deficiência, trazer imagens das roupas e equipamentos de proteção utilizados e das armas que podem ser usadas durante o combate e vídeos que demonstram como ocorrem os combates. Outra questão importante, é enfatizar que a esgrima é um esporte com regras, em que o indivíduo precisa respeitar tanto o outro aluno/atleta, quanto o árbitro/professor.

Quanto à parte prática da aula, o professor pode apresentar alguns fundamentos da paraesgrima, utilizando materiais adaptados. A cadeira de rodas pode ser substituída por uma cadeira sem apoio para os braços, as máscaras podem ser feitas com caixa de papelão e amarradas por um barbante atrás da cabeça, e as armas podem ser feitas com jornal ou flutuador de natação (Figura 1). A jaqueta para a proteção do tronco pode ser substituída por um pedaço de papelão preso ao corpo com fios, a tampa de papelão de uma caixa de pizza, ou folhas feitas de *Ethylene Vinyl Acetate* (E.V.A). Esses materiais podem ser produzidos pelo próprio professor, ou podem ser feitos pelos alunos em uma aula do conteúdo para criação de materiais.

Figura 1- Espada de jornal e flutuador



Fonte: Autores do estudo

Em seguida, a prática será iniciada com a informação de segurança e respeito às regras, seguida pela vivência dos fundamentos. Primeiramente, será demonstrada a posição de guarda (Figura 2) em que o esgrimista deve estar sentado centralizado na cadeira, com as costas pró-

ximas ao apoio, e o antebraço do braço armado posicionado quase de forma horizontal (Nazareth, 2009).

Figura 2 - Posição de guarda



Fonte: Autores do estudo

Após a posição de guarda, os alunos podem realizar os deslocamentos de tronco, que consistem em: marchar (Figura 3), afundo (Figura 4) e romper (Figura 5). Esses deslocamentos têm por objetivo gerar aproximação ou afastamento do outro esgrimista. Posteriormente, os alunos podem vivenciar ações ofensivas e defensivas simples. Essas ações são denominadas de ataque e paradas.

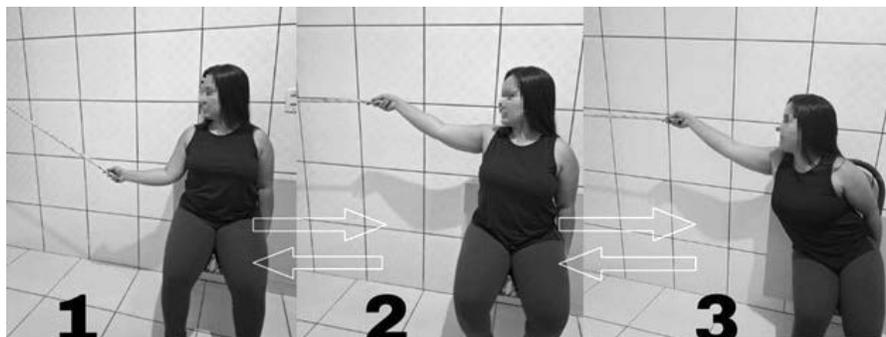
Figura 3- Marchar



Fonte: Autores do estudo

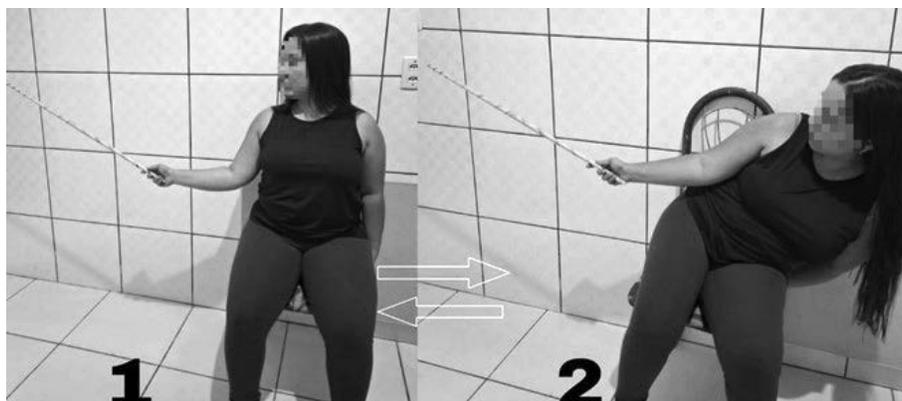


Figura 4- Afundo



Fonte: Autores do estudo

Figura 5- Romper



Fonte: Autores do estudo

Neste momento, adaptações das regras da paraesgrima podem ser feitas, alinhadas aos objetivos propostos na aula de educação física. O professor pode, por exemplo, solicitar que os alunos se concentrem na movimentação para o ataque. Para incentivar a participação de todos, o professor pode pedir aos alunos que criem suas próprias regras para a utilização do espaço e dos materiais disponíveis. Exemplos: estipular que diferentes regiões do corpo contém pontos distintos ou que a região da cabeça seja protegida, evitando toques no rosto do aluno.

Além disso, o professor pode apresentar aos alunos atividades lúdicas como forma de conhecimento e prática da paraesgrima, propondo uma atividade divertida, inclusiva e participativa para os alunos. Uma atividade que pode ser realizada é dividir os alunos em duplas e distribuir balões médios para cada um, cada dupla ficará lateralizada usando

a espada adaptada e a máscara e o objetivo será tocar o balão do colega com a ponta da espada. A atividade só será iniciada quando o professor der o comando. Esta atividade trabalha de forma lúdica o combate, o objetivo de tocar um objeto, e o momento de braço e mão, elementos básicos da paraesgrima.

Outra atividade possível de ser realizada é a brincadeira do “mestre mandou”, em que todos os alunos iniciarão a atividade na posição de guarda, e só devem realizar um movimento quando o professor falar “o mestre mandou marchar”, assim, o aluno deve executar o movimento solicitado pelo professor. É uma atividade lúdica que trabalha tanto a atenção dos alunos, quanto a memorização dos movimentos ensinados.

Para finalizar a aula, é importante que o professor reúna todos os alunos para compreender como foi a vivência para cada um deles, suas facilidades, dificuldades e inquietações sobre a paraesgrima, promovendo possíveis reflexões sobre a modalidade.

CONCLUSÃO

Portanto, a prática da paraesgrima pode estar presente nas aulas de educação física escolar, tanto com a sua parte histórica, quanto com a prática de seus fundamentos, com atividades lúdicas que tenham o objetivo de aprendizagem desta modalidade. Além disso, caso o professor e a escola não tenham os materiais oficiais da paraesgrima, é possível adaptá-los, oportunizando assim, a vivência na modalidade.

REFERÊNCIAS

Brasil. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 16 maio 2024.

Borgmann, T.; Almeida, J. J. G. 2015. de. Esporte paralímpico na escola: revisão bibliográfica. **Movimento**, v. 21, n. 1, p. 53-68, 2015.

Gil, A. C. **Didática do ensino superior**. São Paulo:Atlas, 2006.

Hilgemberg, T. Jogos Paralímpicos: história, mídia e estudos críticos da deficiência. **Recorde**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 1-19, jan./jun. 2019.

International Wheelchair & Amputee Sports Federation. 2023. Disponível em: <https://wheelchairfencing.iwasf.com/classification/>. Acesso em: 15 mai. 2024.

International Wheelchair & Amputee Sports Federation. Wheelchair fencing - Rules for competition. Book 1 - Technical Rules. p. 1 - 52, 2020.

Mussi, R. F. de F.; Flores, F. F.; Almeida, C. B. de. Pressupostos para a Elaboração de Relato de Experiência como Conhecimento Científico. **Revista Práxis Educacional**, v. 17, n. 48, p. 1-18, out/dez. 2021.

Nazareth, V.L. **paraesgrima: pedagogia de ensino a partir das dimensões e contexto da modalidade**. Tese de Doutorado no Programa de Pós-graduação em Educação Física. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, SP, 2009,128p.

Pereira, M. S. **O ensino de paraesgrima no Brasil**. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-graduação em Educação Física. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, SP, 2018.

Rufino, L. G. B.; Darido, S. C. Possíveis diálogos entre a educação física escolar e o conteúdo das lutas na perspectiva da cultura corporal. **Conexões**, Campinas, v. 11, p. 144 - 170, 2013.

Salerno, M. B.; Araújo, P. F. 2008. de. Esporte adaptado como tema da educação física escolar. **Conexões**: Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 6, ed. especial, p. 212-221, jul.2008.

Santana, V. M.; Soares, E. J. F. 2022. Esportes adaptados e inclusão nas aulas de educação física. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 22, e12108, 2022.

Seron, B. B; Greguol, M. Esporte paralímpico na educação física: um facilitador no processo de inclusão. In: SERON, B.B; BRANDOLIN (org). 2020. **Experiências no esporte paralímpico**: um passo a favor da inclusão. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, 2020. Cap.2, p. 36 – 55.

Soler, R. **Educação Física escolar**. Rio de Janeiro: Sprint, 2003.



SEÇÃO 3



A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL NO ESPORTE PARALÍMPICO: UMA PERSPECTIVA FOCADA NOS ESPORTES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Rafael Lima Kons¹

Raiane Carvalho²

João Gabriel Dantas²

Carolina Lima²

rafael.kons@ufba.br

BREVE HISTÓRICO

A classificação funcional nos esportes paralímpicos teve seu início no século XX, com o objetivo de garantir uma competição justa e inclusiva para atletas com diferentes tipos de deficiência. Esse sistema foi desenvolvido para categorizar os atletas com base em suas habilidades funcionais, em vez de suas deficiências específicas, permitindo que competissem em condições equitativas (Winckler; Mello, 2021). O processo de classificação funcional varia de acordo com cada esporte e é conduzido por uma equipe de profissionais especializados, incluindo médicos, fisioterapeutas e especialistas no esporte em questão. Eles avaliam as capacidades físicas e funcionais dos atletas por meio de testes padronizados e observações durante treinamentos e competições. Essa avaliação cuidadosa é essencial para determinar em qual categoria funcional cada atleta será enquadrado, garantindo que competidores com habilidades semelhantes estejam competindo entre si. As categorias funcionais são designadas com letras ou números e podem variar de acordo com o esporte, refletindo as diferentes demandas físicas e técnicas de cada modalidade. Ao longo dos anos, o processo de classificação funcional evoluiu com o avanço da compreensão científica e a crescente sofisticação dos critérios de avaliação, incluindo a incorporação de tecnologias avançadas e abordagens mais precisas para garantir uma classificação

¹ Departamento de Educação Física, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós Graduação em Ciência da Reabilitação, Universidade Federal da Bahia

² Programa de Pós Graduação em Ciência da Reabilitação, Universidade Federal da Bahia

justa e adequada dos atletas. A classificação funcional desempenha um papel fundamental na promoção da equidade e da inclusão nos esportes paralímpicos, proporcionando oportunidades equânimes de competição e reconhecendo as habilidades atléticas dos participantes além de suas deficiências. É um aspecto central do movimento paralímpico, que continua a evoluir e se adaptar para atender às necessidades dos atletas e promover o espírito esportivo em todo o mundo.

A classificação dos atletas no sistema esportivo é presente em nível nacional e internacional. Em relação aos atletas paralímpicos, há um painel onde estão enquadrados diversos itens relacionados aos critérios de participação, por meio do qual os interessados analisam os parâmetros de elegibilidade para identificar se se adequam aos esportes que desejam participar. O primeiro parâmetro a se analisar é o do critério médico, pois o atleta depende do diagnóstico do mesmo para a partir disso considerar critérios de parâmetros físicos, intelectuais e visuais (IPC, 2017). No contexto dos esportes paralímpicos, a classificação visual geralmente se baseia na acuidade visual, no campo visual e em outras medidas da função visual. Os atletas são categorizados de acordo com o grau de comprometimento visual, com diferentes classes ou categorias estabelecidas para refletir essas diferenças. Essas categorias visuais são essenciais para garantir que os atletas compitam com outros que tenham habilidades visuais semelhantes, garantindo assim uma competição justa. Os critérios de classificação visual podem variar de acordo com o esporte específico, levando em consideração as demandas visuais específicas de cada modalidade esportiva. A avaliação da classificação visual geralmente é realizada por uma equipe de profissionais de saúde especializados, como oftalmologistas e outros especialistas em visão (IBSA, 2022). Eles utilizam uma variedade de testes e protocolos para determinar o nível de comprometimento visual de cada atleta e classificá-los adequadamente dentro do sistema estabelecido.

Ao garantir que os atletas sejam agrupados com outros que tenham habilidades visuais semelhantes, a classificação visual promove uma competição justa e inclusiva nos esportes paralímpicos. Além disso, reconhece e valoriza as habilidades atléticas dos competidores para além de suas deficiências, contribuindo para o espírito esportivo e para a promoção da igualdade de oportunidades no esporte.

TESTES VISUAIS UTILIZADOS NA CLASSIFICAÇÃO VISUAL

Acuidade Visual

O teste de acuidade visual é uma avaliação fundamental para determinar a capacidade de discernir detalhes em objetos visuais. Geralmente, é realizado utilizando tabelas de Snellen (figura 1) (Bicas, 2022), ou outras tabelas de acuidade visual e métodos apropriados para a faixa etária e capacidade do paciente. Para realizar o teste, é essencial preparar um ambiente adequado, garantindo boa iluminação e ausência de distrações visuais. O paciente deve ser posicionado a uma distância apropriada da tabela de teste, que deve estar na altura dos seus olhos (Bicas, 2022).

Figura 1. Tabela de Snellen para avaliação da acuidade visual

E	1	20/200
F P	2	20/100
T O Z	3	20/70
L P E D	4	20/50
P E C F D	5	20/40
E D F C Z P	6	20/30
F E L O P Z D	7	20/25
D E F P O T E C	8	20/20
L E F O D P C T	9	
F D P L T C E O	10	
P E Z O L C F T D	11	

Fonte: Autores

Ao iniciar o teste, o profissional de saúde fornece instruções claras ao paciente, explicando o procedimento e as respostas esperadas. O paciente é solicitado a identificar as letras ou símbolos apresentados na tabela, começando pelos maiores e progredindo para os menores. Os resultados são registrados conforme o paciente identifica corretamente

as letras ou símbolos e a distância a que estavam da tabela (Becker *et al.*, 2019). Esses dados são essenciais para determinar a acuidade visual do paciente e determinar se há algum problema de visão (Bicas, 2022).

Com base nas respostas do paciente, o profissional avalia a acuidade visual utilizando a escala apropriada, que pode variar de visão normal a baixa visão ou deficiência visual. Os resultados são discutidos com o paciente, e recomendações ou encaminhamentos adicionais são fornecidos conforme necessário. Realizar o teste de acuidade visual regularmente é crucial, especialmente em crianças em idade escolar, idosos e indivíduos com histórico de problemas de visão. Isso permite detectar precocemente qualquer alteração na visão e tomar as medidas necessárias para preservar ou melhorar a acuidade visual do paciente. Na Figura 2 é possível identificar os valores do teste de acuidade e a respectiva classificação visual dos para atletas, algo que é utilizado como referência no paradesporto (IBSA, 2022).

Figura 2. Processo de classificação dos atletas com deficiência visual a partir do teste de acuidade visual.

Distância (metros)	Classe												
	0,25	0,5	0,8	1	1,25	1,6	2	2,5	3,2	4	5	6,3	
200	2,9 0,0013 2,903	2,6	2,4	2,3	2,2	2,1	2,0	1,9	1,8	1,7	1,6	1,5	B1
	2,7 0,002 2,699	2,4	2,2	2,1	2,0	1,9	1,8	1,7	1,6	1,5	1,4	1,3	B2
125	2,6 0,0025 2,602	2,3	2,1	2,0	1,9	1,8	1,7	1,6	1,5	1,4	1,3	1,2	B3
	2,5 0,0031 2,505	2,2	2,0	1,9	1,8	1,7	1,6	1,5	1,4	1,3	1,2	1,1	
80	2,4 0,004 2,401	2,1	1,9	1,8	1,7	1,6	1,5	1,4	1,3	1,2	1,1	1,0	B3
	2,3 0,005 2,301	2,0	1,8	1,7	1,6	1,5	1,4	1,3	1,2	1,1	1,0	0,9 0,126 0,9	
50	2,2 0,0063 2,203	1,9	1,7	1,6	1,5	1,4	1,3	1,2	1,1	1,0	0,9	0,8 0,158 0,803	B3
	2,1 0,0078 2,107	1,8	1,6	1,5	1,4	1,3	1,2	1,1	1,0	0,9	0,8	0,7 0,187 0,706	
40	2,0 0,01 2,0	1,7	1,5	1,4	1,3	1,2	1,1	1,0	0,9	0,8	0,7	0,6 0,252 0,599	B2
	1,9 0,0125 1,903	1,6	1,4	1,3	1,2	1,1	1,0	0,9	0,8	0,7	0,6	0,5 0,315 0,502	
32	1,8 0,0156 1,806	1,5	1,3	1,2	1,1	1,0	0,9	0,8	0,7	0,6	0,5	0,4 0,3938 0,405	B2
	1,7 0,02 1,699	1,4	1,2	1,1	1,0	0,9	0,8	0,7	0,6	0,5	0,4	0,3 0,504 0,298	
25	1,6 0,025 1,602	1,3	1,1	1,0	0,9	0,8	0,7	0,6	0,5	0,4	0,3	0,2 0,63 0,2	NE
	1,5 0,0315 1,505	1,2	1,0	0,9	0,8	0,7	0,6	0,5	0,4	0,3	0,2	0,1 0,788 0,194	
20	1,4 0,0397 1,401	1,1	0,9	0,8	0,7	0,6	0,5	0,4	0,3	0,2	0,1	0 1,0 0	NE
	1,3 0,05 1,301	1,0	0,8	0,7	0,6	0,5	0,4	0,3	0,2	0,1	0	-0,1 -1,26 -0,1	
16	1,2 0,0625 1,204	0,9	0,7	0,6	0,5	0,4	0,3	0,2	0,1	0	-0,1	-0,2 -1,575 -0,198	NE
	1,1 0,0781 1,107	0,8	0,6	0,5	0,4	0,3	0,2	0,1	0	-0,1	-0,2	-0,3 -1,850 -0,294	
12,5	1,0 0,1 1	0,7	0,5	0,4	0,3	0,2	0,1	0	-0,1	-0,2	-0,3	-0,4 -2,52 -0,401	NE
	0,9	0,8	0,7	0,6	0,5	0,4	0,3	0,2	0,1	0	-0,1	-0,2	

Fonte: Autores

Campo visual

O teste de campo visual é uma avaliação clínica importante realizada para determinar a extensão e a qualidade da visão periférica de um indivíduo. Esse teste é particularmente relevante em contextos esportivos, especialmente nos esportes paralímpicos, onde a visão periférica desempenha um papel crucial na detecção de movimentos e na consciência do ambiente ao redor durante a competição. Durante o teste de campo visual, o paciente é solicitado a fixar o olhar em um ponto central enquanto estímulos visuais são apresentados em diferentes áreas do campo visual. Isso pode ser feito usando uma variedade de métodos e equipamentos, incluindo o uso de uma tela de projeção, uma cúpula de perímetro ou um dispositivo computadorizado (Diniz Filho; Schimiti, 2022).

Os estímulos visuais apresentados podem variar em tamanho, intensidade e cor, e o paciente é solicitado a indicar quando percebe cada estímulo. Isso permite ao examinador mapear com precisão a extensão do campo visual do paciente e identificar quaisquer áreas de comprometimento ou perda de visão. O teste de campo visual é particularmente relevante para atletas com deficiência visual, pois pode ajudar a determinar sua elegibilidade e classificação em esportes paralímpicos específicos. Além disso, pode fornecer informações valiosas sobre a capacidade do atleta de detectar objetos em movimento e reagir a eles durante a competição (Diniz Filho; Schimiti, 2022).

É importante que o teste de campo visual seja realizado por um profissional de saúde qualificado e experiente, como um oftalmologista ou um especialista em visão. Os resultados do teste podem ajudar a orientar o treinamento e a preparação do atleta, garantindo que eles possam competir de forma segura e eficaz em seu esporte escolhido (Diniz Filho; Schimiti, 2022).

Evidências científicas baseadas nas classificações nos esportes de visão

Apesar das variações nas exigências competitivas entre os esportes para pessoas com deficiência visual, a maioria ainda segue os mesmos critérios de classificação originalmente estabelecidos pelas definições de baixa visão e cegueira, conforme definido pela Organização Mundial da Saúde em 2004 (OMS, 2024). Para ser elegível para competir em even-

tos paralímpicos, o atleta deve apresentar uma deficiência permanente na estrutura ocular, nos nervos/vias ópticas e/ou no córtex visual. Além disso, essa deficiência deve resultar em acuidade visual $\leq 1,0$ LogMAR ou campo visual restrito a $<40^\circ$ de diâmetro. Atualmente, não se considera se a deficiência é congênita (presente desde o nascimento) ou adquirida durante o processo de classificação. Para aqueles que são elegíveis, os esportes paralímpicos para pessoas com deficiência visual classificam a deficiência a partir da sua gravidade, como B3 (menos prejudicada), B2 ou B1 (mais prejudicada), com base nas medidas de acuidade visual e campo visual do melhor olho do indivíduo, utilizando a melhor correção óptica disponível (ver tabela 1). Alguns esportes, como o futebol de 5 e a natação, agrupam os atletas em classes separadas para competição com base nesses critérios, enquanto outros, como o goalball, permitem que todos os atletas compitam juntos, independentemente de sua classe. Durante o processo de classificação, práticas de deturpação intencional, onde a gravidade de uma deficiência é exagerada propositalmente, enfrentam processos disciplinares e possíveis suspensões no esporte (Tweddy *et al.*, 2014).

Tabela 1. Critérios de classificação para atletas com deficiência visual de acordo com o regulamento do Comitê Paralímpico Internacional (IBSA, 2022).

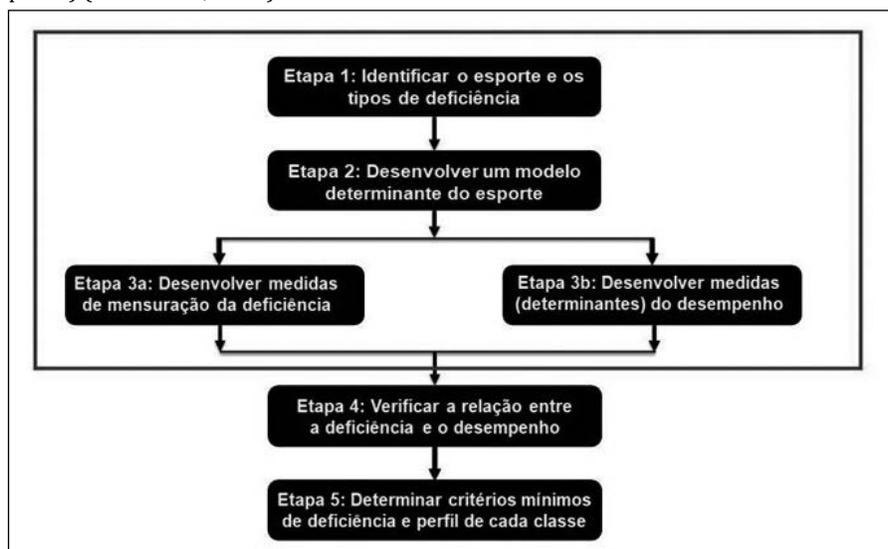
Classes	Acuidade visual (LogMAR)	Campo visual	Descrição (IPC, 2019)
B3	1,0 até 1,4	Inferior a 20°	Acuidade visual limitada e/ou campo visual em ambos os olhos
B2	1,5 até 2,6	Inferior a 5°	Acuidade visual e/ou campo visual severamente limitado em ambos os olhos.
B1	Inferior a 2,6	Não pode ser B1 com apenas a perda de campo visual	Um atleta pode distinguir apenas a luz da escuridão, ou não é capaz de perceber a luz.

Fonte: Adaptado por Krabben *et al.* (2019)

Para atender aos requisitos do Código de Classificação de Atletas (2015), os 11 esportes Paralímpicos que possuem atletas com deficiência visual devem desenvolver seu próprio sistema de classificação específico do esporte e baseado em evidências. Os investigadores argumentam que o sistema atual não cumpre o objetivo de minimizar o impacto da deficiência visual no desempenho, devido à sua falta de especifici-

dade desportiva (Ravensbergen *et al.*, 2016). Em uma posição conjunta entre o IPC e a IBSA, Mann e Ravensbergen (2018) delinearão três considerações principais para a compreensão da relação de desempenho da deficiência em esportes com deficiência visual. Primeiro, os investigadores devem determinar quais os procedimentos de teste que representam o cenário de visualização mais habitual para o desporto. Em segundo lugar, devem identificar as medidas mais adequadas da função visual a utilizar. Terceiro, devem considerar quais medidas de desempenho são mais representativas para o paradesporto. A Figura 3 representa o modelo de investigações de evidências baseadas na classificação no esporte paralímpico, o destaque em roxo apresenta as etapas discutidas neste capítulo. Neste sentido, os pesquisadores iniciaram esse processo de investigação em algumas modalidades, tal como o tiro com rifle (Allen *et al.*, 2016), natação (Ravensbergen *et al.*, 2018), atletismo (Allen *et al.*, 2020), futebol de 5 (Runswick *et al.*, 2021) e goalball (Martim *et al.*, 2023) e obtiveram mudanças significativas no judô (Krabben *et al.*, 2019; Krabben *et al.*, 2020; Kons *et al.*, 2024).

Figura 3. Modelo de investigações baseado em 5 etapas para identificar evidências baseadas na classificação do esporte paralímpico (em roxo, as etapas discutidas neste capítulo) (Mann *et al.*, 2021).



Fonte: Autores

Estudos recentes têm procurado estabelecer perspectivas baseadas na opinião dos experts para designar alguns caminhos importantes nas evidências baseadas na classificação. Martin *et al.* (2023) teve como objetivo concordar opiniões de especialistas sobre como um sistema de classificação específico do esporte deve ser estruturado na modalidade goalball. Utilizando uma pesquisa Delphi de três rodadas, 30 especialistas internacionais expressaram suas opiniões sobre tópicos ligados à classificação do goalball. Os participantes ficaram divididos quanto ao fato de o sistema atual cumprir o objetivo de minimizar o impacto das deficiências na competição. A maioria considerou que deveria ser exigido um menor nível de deficiência para competir, mas que a estrutura de classe única deveria permanecer. Os especialistas identificaram medidas da função visual que devem ser consideradas e 15 componentes principais do desempenho individual no goalball, sendo eles: Consciência/controla corporal, Comunicação, Concentração, Controle da bola, Tomada de decisão, Defesa (bloqueio e mergulho), Audição (a bola, companheiros de equipe e treinadores), Movimento na quadra (corrida, agilidade, estocada e coordenação), Passes para companheiros de equipe, Tempo de reação/antecipação, Consciência espacial (incluindo orientação), Consciência tática, Percepção tátil (a bola e linhas da quadra), Arremesso (diferentes estilos de tiro e precisão de tiro), e Transição entre ficar em pé, agachado e defendendo-se no chão. As descobertas constituem um primeiro passo crucial para a classificação baseada em evidências no goalball.

Na perspectiva do futebol de 5, Runswick *et al.* (2021) consultou especialistas para identificar as necessidades e desafios no desenvolvimento de um sistema de classificação compatível com o código para o futebol para atletas com deficiência visual. Um painel de 18 especialistas com experiência internacional em futebol para atletas com deficiência visual ($16,8 \pm 10,2$ anos) participou de um estudo Delphi de três rodadas utilizando inquéritos online. Os resultados indicaram que o painel não considera que o sistema atual cumpra completamente o objetivo de classificação. Os especialistas identificaram medidas da função visual consideradas relevantes, mas atualmente não avaliadas durante a classificação, como acuidade dinâmica, percepção de profundidade e movimento, contraste e sensibilidade à luz. Além disso, identificaram compe-

tências técnicas, como controle da bola, dribles e passes, e competências perceptivo-cognitivas, como as mais susceptíveis de serem afetadas pela deficiência visual. As descobertas ressaltam a necessidade de mudanças e oferecem uma estrutura para futuras pesquisas no desenvolvimento de uma classificação baseada em evidências para o futebol para atletas com deficiência visual.

No atletismo Allen *et al.* (2020) reuniu as opiniões de especialistas sobre os requisitos específicos para um sistema de classificação baseado em evidências para o atletismo de pista para atletas com deficiência visual e procurou identificar as questões que necessitam de mais investigação sobre seu impacto no desempenho esportivo. Uma revisão Delphi de três rodadas foi conduzida com um painel de 17 pessoas com experiência em atletismo de pista para atletas com deficiência visual. O painel destacou que o sistema de classificação atual não minimiza completamente o impacto da deficiência nos resultados das competições, ressaltando a necessidade de melhorias. Houve um consenso claro de que as medidas de visão existentes podem não refletir adequadamente o tipo de perda de visão que afeta o desempenho nas corridas, sendo necessárias medidas adicionais. A deturpação intencional, onde os atletas “deturpam” nos testes de classificação, continua sendo uma séria preocupação. O painel identificou medidas de visão e desempenho que irão informar o desenvolvimento de um sistema de classificação baseado em evidências, proporcionando uma melhor compreensão da relação entre testes visuais e desempenho no atletismo de pista. Questões como o uso de guias e a equidade do sistema de classificação atual geraram opiniões divergentes dentro do painel, variando entre as diferentes distâncias percorridas.

Considerando a natação, Ravensbergen *et al.* (2018) procurou estabelecer diretrizes especializadas sobre os requisitos específicos para um sistema de classificação na natação para atletas com deficiência visual. Uma revisão Delphi de três rodadas foi conduzida com um painel de 16 especialistas, incluindo atletas, treinadores, administradores e cientistas. O painel alcançou um consenso claro (86%) de que o sistema de classificação atual não cumpre o objetivo de minimizar o impacto da deficiência visual nos resultados das competições. Em particular, o painel concordou que vários aspectos da função visual, como percep-

ção de profundidade e sensibilidade ao contraste, são cruciais para o desempenho ideal na natação, mas ainda não são avaliados pelo sistema atual. Além disso, o painel identificou nove componentes de desempenho em uma prova de natação que são mais propensos a serem afetados pela deficiência visual: decidir quando iniciar a curva, monitorar a posição dos competidores, navegar dentro da pista, cronometrar a braçada final, manter alta velocidade até a chegada, aproveitar a duração permitida da fase subaquática (após a largada), aproveitar o comprimento permitido da fase subaquática (após a curva), direção do mergulho e manutenção de alta velocidade durante a curva. Esses componentes estão distribuídos pelos quatro segmentos principais (partida, natação limpa, virada e chegada) e não são necessariamente os determinantes de desempenho geralmente usados por analistas e treinadores. O painel também concordou fortemente que a idade em que a deficiência visual é adquirida impacta significativamente a capacidade de um nadador atingir seu pleno potencial. A principal implicação é a necessidade de mudanças na forma como nadadores com deficiência visual são classificados para competições paradesportivas, com diretrizes claras fornecidas para promover o desenvolvimento de um sistema de classificação baseado em evidências.

Já no tiro com rifle, Allen *et al.* (2016) avaliou as experiências das equipes que atuam no tiro com rifle (atletas, treinadores e classificadores) em relação ao sistema de classificação da modalidade, tanto o antigo quanto o atual. Vinte e oito participantes (17 atletas, 7 treinadores e 4 classificadores) preencheram um questionário para avaliar suas experiências com ambos os sistemas e foram entrevistados para obter informações mais detalhadas sobre suas opiniões. Ficou evidente que as alterações no sistema de classificação não foram adequadamente comunicadas aos atletas, em particular, e que os classificadores necessitam de uma melhor compreensão dos princípios da classificação baseada em evidências. O novo sistema foi considerado significativamente mais específico para o tiro com rifle para atletas com deficiência visual, e observou-se que a deturpação intencional era significativamente menos provável do que no sistema antigo. Esta pesquisa fornece informações valiosas sobre as experiências positivas e negativas das principais partes interessadas que vivenciam mudanças em um sistema de classificação.

Dentre estas diferentes modalidades paralímpicas para pessoas com deficiência visual, o judô foi uma das modalidades a qual teve seu código de classificação alterado, devido a um vasto levantamento de evidências científicas. A exemplo disto, Krabben *et al.* (2019) realizou um estudo onde foi construído um painel com especialista na modalidade de judô para deficientes visuais, onde 18 atletas de alto nível, 3 gestores, 7 treinadores, 2 classificadores e 3 árbitros participaram com o intuito de responder questões, de acordo com a opinião de cada um deles, sobre 10 aspectos: 1) relacionada ao objetivo da classificação no judô para deficientes visuais; (2) aos critérios mínimos de desigualdade; (3) as classes esportivas; (4) aos testes de visão utilizados para classificar os atletas; (5) em relação ao impacto da visão na performance; (6) condições atuais dos testes de visão; (7) impacto da deficiência visual em diferentes categorias de peso; (8) impacto de uma deficiência congênita versus perda de visão adquirida; (9) em relação a utilização de vendas durante os combates; (10) deturpação intencional. Como resultado da pesquisa acima, foram encontrados pontos relevantes relacionados ao judô para deficientes visuais, como por exemplo, o fato de que com esta antiga classificação, alguns atletas de nível internacional, em função da classificação visual, acabavam ficando em desvantagem e terminavam sem se classificar para as competições internacionais.

A utilização de vendas também foi alvo de debate quanto a busca por equidade no judô paralímpico quanto a sua classificação. Especialistas não apoiam o uso deste equipamento pois, segundo os mesmos, com a utilização da venda, os atletas com menor acuidade visual estariam em desvantagem por não estarem adaptados a utilização desta nos treinamentos e também pelo incômodo que poderia causar na região ocular (Krabben *et al.*, 2019), além de já ter sido evidenciado que a utilização da venda durante o combate diminui a performance quando comparado a um combate sem venda. (Krabben *et al.*, 2018).

Um estudo realizado por Krabben e colaboradores (2020) teve como objetivo estabelecer pontos de cortes ideais entre as classes (B1, B2 e B3) em um novo sistema de classificação. Para isso, coletaram resultados de competições internacionais de judô realizadas entre 2012 e 2018. Nisto, foram obtidos dados de acuidade visual (AV) e campo visual (CV) medidos durante a classificação. O desempenho foi determinado

calculando uma proporção de vitórias para cada atleta. Após as análises, os autores concluíram que para que fosse possível minimizar o impacto da deficiência no resultado da competição, o judô deveria ser dividido em duas classes esportivas para separar os atletas com visão parcial dos atletas com cegueira funcional.

A partir de 2022, com base em estudos e evidências, uma nova classificação foi criada para o judô paralímpico. As classes B1, B2 e B3 foram condensadas em duas classes, o J1 e J2, onde no primeiro foi alocado atletas com deficiência visual com acuidade menor ou igual a LogMAR 2.6 de visão binocular e o segundo foram alocados os atletas com acuidade visual entre LogMAR 1.3 e 2.5 de visão binocular. Além disso, as classes não competem mais entre si, ou seja, os atletas da classe J1 competem com J1 e os da classe J2 com atletas da classe J2. (IBSA, 2022). LogMAR é o logaritmo de ângulo mínimo de resolução, e é a notação geométrica usada para expressar a acuidade visual, esta última definida como o inverso do ângulo visual miliar em minutos de arco, e é a principal ferramenta clínica para a avaliação funcional da visão, ou seja, quanto menor o valor do LogMAR, maior a acuidade visual. (Becker, 2019). Na tabela 2 é apresentado o critério de classificação.

Tabela 2. Critérios de classificação para atletas com deficiência visual de acordo com o regulamento da Federação Internacional de Desportos para Cegos a partir do ano de 2022 para a modalidade de judô.

Classes	Acuidade visual (LogMAR)	Campo visual	Descrição
J1	Maior ou igual a 2,6	Não se aplica	Acuidade visual e/ou campo visual severamente limitado em ambos os olhos.
J2	1,3 até 2,5	Inferior a 60°	Acuidade visual limitada e/ou campo visual em ambos os olhos

Fonte: Autores

Além dessas classificações, os atletas podem ser caracterizados quanto à origem da sua deficiência, sendo elas congênita ou adquirida. É importante ressaltar que essa caracterização não é um critério para que sejam organizados os combates. Todos os atletas competem no seu grupo de forma independente a origem da sua deficiência, isso, mesmo que alguns estudos tenham demonstrado que este pode ser um fator a impactar de forma direta a performance em treinos e competições. (Tweedy et al., 2016). Um exemplo que pode vir a caracterizar isso é o

caso dos atletas com deficiência visual adquirida, onde a apreensão de específicos gestos motores antes da aquisição da deficiência é um fator determinante de vantagem, esses atletas podem possuir uma memória visual para aplicar movimentos específicos, tendo possivelmente uma melhor performance no esporte. Por outro lado, atletas com deficiência congênita podem ter melhor adaptação dos sentidos de tato e audição, o que pode representar uma vantagem em ações específicas em que esses estímulos são importantes. (Kons; Patatas, 2023). Quanto ao desempenho, o período de aparecimento da deficiência é um aspecto de fundamental importância no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos movimentos. Por exemplo, os atletas que adquiriram a deficiência possuem uma experiência prévia, o que, de certa forma facilita as leituras deste novo corpo, dependendo da deficiência. (Kons; Patatas, 2023).

Por fim, podemos salientar que os estudos relacionados às evidências baseadas na classificação do esporte paralímpico têm sido explorados de forma ampliada, levando em consideração a especificidade de cada modalidade. Ainda, vale ressaltar que algumas modificações já foram realizadas no sistema de classificação, que é o caso do judô para pessoas com deficiência visual. A partir disto, podemos destacar que a ciência no contexto do paradesporto é algo que tem se consolidado de forma efetiva, estabelecendo mudanças nos códigos de classificação dos esportes, tornando as disputas competitivas mais acessíveis e equilibradas entre os atletas.

REFERÊNCIAS

Allen, Peter M. et al. Evidence-based classification in track athletics for athletes with a vision impairment: A Delphi study. **Optometry and Vision Science**, v. 97, n. 11, p. 984-994, 2020.

Allen, Peter M. et al. The level of vision necessary for competitive performance in rifle shooting: Setting the standards for paralympic shooting with vision impairment. **Frontiers in Psychology**, v. 7, p. 224690, 2016.

Becker, Thiago Oliveira Freitas et al. Avaliação da acuidade visual em escolares do ensino fundamental. **Revista Brasileira de Oftalmologia**, v. 78, p. 37-41, 2019.

BICAS, Harley EA. Acuidade visual: medidas e notações. **Arquivos Brasileiros de Oftalmologia**, v. 65, p. 375-384, 2002.

Castarlenas, J. L.; PLANAS, A. Estudio de la estructura temporal del combate de judo Study of the temporal structure of judo combat. **Apunts - Educación Física y Deportes**, v. 47, p. 32-39, 1997.

Diniz Filho, Alberto; SCHIMITI, Rui Barroso. Avaliação do Campo Visual No Glaucoma. **Sociedade Brasileira de Glaucoma**, 2022.

INTERNATIONAL BLIND SPORTS FEDERATION (IBSA). Rules, forms and manuals. Paris: IBSA, [2023]. **Disponível em:** <https://ibsasport.org/anti-doping-and-classification/classification/rules-forms-and-manuals/>. Acesso em: 29 fev. 2022.

INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE (IPC). International Paralympic Committee classification code and international standards. Bonn: IPC, 2007-2022. Disponível em: <https://www.paralympic.org/classification>. Acesso em: 1 fev. 2017.

Kons, Rafael L. et al. Variability Analysis in Judo Para Athletes With Visual Impairments: Match-Outcome Performance in the Tokyo 2020 Paralympic Games With Evidence From the New Classification System. **Adapted Physical Activity Quarterly**, v. 1, n. aop, p. 1-17, 2024.

Kons, R. L.; Patatas, J. M. Paralympic sports classification: need for research based on the athlete's origin of impairment. **American Journal of Physical Medicine & Rehabilitation**, United States of America, p. 10.1097, 2023. No prelo.

Krabben, K. J.; VAN DER KAMP, J.; MANN, D. L. Fight without sight: the contribution of vision to judo performance. **Psychology of Sport and Exercise**, Amsterdam, v. 37, p. 157-163, 2018.

Krabben, K. J. et al. May the best-sighted win? The relationship between visual function and performance in Para judo. **Journal of Sports Sciences**, United Kingdom, p. 1-10, 2020.

Krabben, K. J. et al. The development of evidence-based classification of vision impairment in judo: a Delphi study. **Frontiers in Psychology**, [s. l.], v. 10, n. 98, p. 1-12, 2019.

Mann, D. L.; Ravensbergen, H. J. C. International Paralympic Committee (IPC) and International Blind Sports Federation (IBSA) joint position stand on the sport-specific classification of athletes with vision impairment. **Sports Medicine**, Auckland, v. 48, n. 9, p. 2.011-2.023, 2018.

Mann, D. L. et al. Classifying the evidence for evidence-based classification in Paralympic sport. **Journal of Sports Sciences**, United Kingdom, v. 39, n. sup1, p. 1-6, 2021.

Martin, Anna M. et al. Expert views on evidence-based classification for goalball: A Delphi study. **Adapted Physical Activity Quarterly**, v. 40, n. 2, p. 257-279, 2023.

Mello, M. T. de; Winckler, Ciro. **Esporte paralímpico**. São Paulo: Atheneu, 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). ICD-10: **classificação estatística internacional de doenças e problemas de saúde relacionados**. 10th revision. [S. l.]: OMS, 2004.

Ravensbergen, Henrike Joanna Cornelie; GENEÉ, Amarens Doutsen; MANN, David Lindsay. Expert consensus to guide the classification of Paralympic swimmers with vision impairment: A Delphi study. **Frontiers in Psychology**, v. 9, p. 352884, 2018.

Ravensbergen, R. H. J. C.; Mann, D. L.; Kamper, S. J. Expert consensus statement to guide the evidence-based classification of Paralympic athletes with vision impairment: a Delphi study. **British Journal of Sports Medicine**, United Kingdom, v. 50, n. 7, p. 386-391, 2016.

Runswick, Oliver R. et al. Expert opinion on classification for footballers with vision impairment: Towards evidence-based minimum impairment criteria. **Journal of Sports Sciences**, v. 39, n. sup1, p. 30-39, 2021.

Tweedy, S. M.; Beckman, E. M.; Connick, M. J. **Paralympic classification: conceptual basis, current methods and research update**. *PM&R*, Rosemont, v. 6, p. s11-s17, 2014.

Tweedy, S. M.; Mann, D.; Vanlandewijck, Y. C. Research needs for the development of evidence-based systems of classification for physical, vision, and intellectual impairments. In: Vanlandewijck, Y. C. **Training and coaching the Paralympic athlete**. New York: Wiley-Blackwell, 2016. p. 122-149.

AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE MOTORA EM ATLETAS DE BOCHA PARALÍMPICA

Thaynara Machado¹
Edilson João Costa Júnior¹
Geraldo José Santos Oliveira¹
José Lucas de Oliveira Silva¹
Williane de Sales Tôrres¹
Diego Francisco da Silva¹
Saulo Fernandes Melo Oliveira¹
José Igor Vasconcelos de Oliveira²
Matheus Jancy Bezerra Dantas²
saulo.fernandesmelo@ufpe.br

INTRODUÇÃO

Objetivo deste capítulo é reunir uma série de propostas de avaliação da capacidade motora e prescrição de exercícios físicos para atletas da bocha paralímpica. Dentro do universo esportivo paralímpico, a bocha, especialmente nos dois últimos Jogos Paralímpicos, vêm se destacando diante da sua crescente conquista de medalhas. Sabendo disso, entendemos que esta modalidade se encontra em ampla ascensão científica. Pesquisadores (e seus respectivos grupos de estudos), treinadores e entusiastas da área começaram a observar a bocha paralímpica como uma possibilidade de achados científicos que antes “só” eram concebidos por meio de procedimentos empíricos, nunca antes testados e comprovados (o que não tiram os méritos dos precursores, especialmente diante dos resultados obtidos!)

É de causar estranheza uma modalidade com uma forte tendência de crescimento em resultados paralímpicos ter uma carência em sua literatura científica. Por que isso? Fica a reflexão. O que queremos mostrar neste capítulo são as certezas e comprovações acerca de critérios

¹ Departamento de Educação Física e Ciências do Deporto, Centro Acadêmico de Vitória, Universidade Federal de Pernambuco.

² Departamento de Estudos da Atividade Física Adaptada, Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

científicos para avaliação da capacidade motora do atleta da bocha paralímpica para alcançar um objetivo específico.

A priori é importante entendermos sobre a importância de uma avaliação com os melhores pressupostos científicos para monitorar a evolução e efetividade do treinamento dos atletas com foco no desempenho esportivo.

De acordo com D'Isanto *et al.*, (2019) a avaliação é um momento fundamental no processo de formação de cada atleta e de cada equipe, tornando-se uma ferramenta indispensável para o treinador. Este aspecto faz parte do interesse do campo acadêmico da atividade científica, relacionado ao desenvolvimento de teorias, técnicas e métodos para o treinamento e para a prática de diversos esportes, atividades motoras e avaliações de desempenhos. Em complemento, a avaliação esportiva pode ser definida como um processo aplicado de forma organizada para identificar a dimensão da contribuição dos diversos fatores relacionados ao desempenho esportivo (D'Isanto *et al.*, 2019). O objetivo da avaliação do atleta é definir e controlar o treinamento ou fornecer informações úteis para melhorar o desempenho esportivo. Todo o processo de medição e avaliação deve ter como base as evidências científicas, que visam estabelecer ou verificar os conhecimentos, leis, hipóteses e teorias acerca dos diferentes aspectos do conhecimento. Além disso, é caracterizada pelo rigor, publicidade e controlabilidade utilizando um desenho experimental, que também pressupõe análise estatística (Peachey, Schulenkorf & Hill, 2020). Ainda que tenhamos uma literatura escassa em relação a temática, observamos que gradativamente são elaborados instrumentos e protocolos visando avaliar o desempenho de atletas paralímpicos, e assim buscar melhorar cada vez mais seus resultados.

De acordo com Bernardi *et al.*, (2010) o desenvolvimento desses meios de avaliação pode auxiliar também no processo de iniciação, seleção e desenvolvimento dos atletas. Norteando o leitor sobre os princípios da avaliação, adentraremos agora no aspecto da avaliação da capacidade motora no esporte. A capacidade motora é entendida como coordenação geral do corpo, por meio da habilidade de organizar o corpo para produzir movimentos suaves e oportunos em resposta a (ou surgindo de) interações com condições de prática, requisitos de tarefa e restrições orgânicas (Buszard, Masters & Farrow, 2017). Mas qual a importância

de uma avaliação das capacidades motoras dos atletas? Ao que se apresenta, uma das influências para o desempenho no esporte é o controle e avaliação sistemática das capacidades motoras dos atletas (Vukasevic, Mitrovic & Masanovic, 2020; Taha *et al.*, 2018). Considerando as especificidades de cada modalidade esportiva, se faz necessário obtermos indicadores mais próximos às reais demandas impostas aos atletas (Goosey-Tolfrey, 2010; Goosey-Tolfrey, 2013). No âmbito paralímpico, algumas modalidades têm produzido rotinas de avaliação específicas, tais quais o basquetebol em cadeiras de rodas (Witte *et al.*, 2018); rúgbi em cadeiras de rodas (Gorla *et al.*, 2011), o tênis em cadeiras de rodas (Rietveld *et al.*, 2019) e o voleibol sentado (Souto *et al.*, 2015), todas unindo capacidades físicas e técnicas em seus protocolos. Para os esportes individuais normalmente são considerados protocolos que levem em consideração maior ênfase nas capacidades condicionais em detrimento as capacidades coordenativas, como sendo indicadores que possam guardar relação com o desempenho final da prova, a exemplo do que se observa no atletismo e da natação paralímpica (Tolfrey & Leicht, 2013; Fulton *et al.*, 2009). Já nos esportes coletivos, em especial aqueles realizados com locomoção em cadeiras de rodas, normalmente se recorrem a testes que levem em consideração o binômio “sujeito+cadeira de rodas”, em virtude das características ergonômicas envolvidas (Mason *et al.*, 2013), além de outras habilidades técnicas que caracterizam o desempenho em quadra (Oliveira *et al.*, 2017). Desta forma, conhecer as características que acompanham uma avaliação de capacidades motoras em atletas da bocha paralímpica é de fundamental importância na elaboração de estratégias que visem aumento do desempenho desses sujeitos.

AValiação da Capacidade Motora por Meio da Tecnologia

Na bocha paralímpica, existe um déficit significativo no cenário da avaliação. Até o momento não há consenso na literatura científica em relação aos instrumentos e/ou diretrizes que orientem treinadores e atletas para uma avaliação das capacidades motoras. Diante disso, começaram a surgir vários estudos com base nessa lacuna. Ao que se apresenta, a tecnologia esportiva desponta como o “carro-chefe” dessas investigações. De acordo com esta afirmativa, o estudo de Iglesias *et al.*, (2020) buscou identificar a viabilidade e os efeitos de praticar bocha nas limita-

ções dos membros superiores de pessoas com graves comprometimentos de mobilidade devido a doenças neuromusculares. Dividiram-se em dois grupos: sujeitos que só praticaram bocha e sujeitos que só fizeram reabilitação convencional. Observaram que em um grupo de pessoas com deficiência grave, jogar bocha como parte de um programa de reabilitação multidisciplinar mostrou-se uma terapia viável. No entanto, praticar este jogo não levou a melhorias significativas nas deficiências dos membros superiores, exceto para a flexão do punho e a amplitude de movimento ativa do desvio ulnar. Os dados foram coletados usando um dinamômetro com célula de carga de precisão e um medidor de força em formato de pinça. A amplitude de movimento ativa do membro superior foi avaliada por meio de um eletrogoniômetro. Os sujeitos que praticaram bocha fizeram cinquenta e sete sessões que foram realizadas em uma quadra de esportes, com duas sessões de 90 minutos às segundas e quartas-feiras, e uma sessão de 60 minutos às quintas-feiras (no total 4 horas por semana). As sessões incluíram atividades de aquecimento e relaxamento, bem como jogos amistosos de bocha.

Além disso, pessoas com distúrbios neuromusculares e outros distúrbios neurológicos, incluindo distúrbios do sistema nervoso central, como paralisia cerebral ou esclerose múltipla, geralmente têm um perfil de comportamento físico desfavorável caracterizado por um baixo nível de atividade física que, por sua vez, leva a deterioração funcional. A bocha paralímpica por abranger esse público, acaba sendo uma possibilidade de inclusão desses sujeitos em um processo de reabilitação ativa. Contudo, o estudo de Iglesias *et al.*, (2020) identifica possíveis ferramentas para se utilizar quando o objetivo do trabalho for a reabilitação da capacidade motora.

Continuando com as possibilidades que a tecnologia esportiva nos traz, Roldan *et al.*, (2020) avaliou a adequação de testes na função do tronco de atletas da bocha. Antes da avaliação pelos testes, os pesquisadores classificaram os atletas pela função motora grossa (Palisano *et al.*, 1997). Posteriormente, o BISFed TFS (teste específico para avaliação da função do tronco usado pela Federação Internacional de Bocha), foi realizado para avaliar a função do tronco dos jogadores. Após a conclusão das duas avaliações, os participantes foram conduzidos a outra sala para realização de um protocolo para avaliação do controle postural em con-



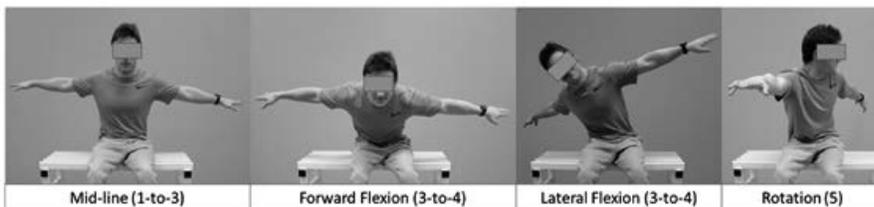
dições estáticas e dinâmicas, com uso de uma plataforma de força. De início, conversaremos sobre o sistema de classificação funcional motora grossa. Ele descreve a função motora grossa em relação às atividades funcionais, com ênfase na independência alcançada nas habilidades motoras de sentar e andar com base no conceito de deficiência e de limitação funcional global de crianças com paralisia cerebral (Palisano *et al.*, 1997). Assim, esta classificação pode nortear uma avaliação individual da necessidade de cada atleta de acordo com sua respectiva classificação funcional.

O BISFed TFS é um teste de tronco baseado em experiência clínica. Para a coleta os participantes ficaram sentados eretos em um banco e solicitados a inclinar-se da posição vertical da linha média até a maior distância nos planos sagital (deslocamento ântero-posterior) e coronal (deslocamento médio-lateral), sem cair ou alcançar apoio. Essa avaliação também incluiu a torção do tronco para verificar a capacidade de rotação do tronco. Os atletas foram avaliados em sua própria cadeira, sem ajuda externa. A avaliação foi seguindo uma base ordinal de menos (1) a mais (5) função do tronco, baseado em uma escala Likert:

- 1 = o atleta precisa de contenção para evitar cair da cadeira;
- 2 = o atleta usa a cabeça para o centro após um arremesso ou um distúrbio;
- 3 = o atleta usa os braços/mãos para centrar após um arremesso ou um distúrbio;
- 4 = o atleta pode retornar à posição ereta sem a cabeça/mãos após o arremesso ou um distúrbio;
- 5 = o atleta apresenta rotação de tronco boa/ajustada (Figura1) (BISFed, 2021).

Na referida investigação, a função do tronco foi avaliada por dois classificadores internacionais.

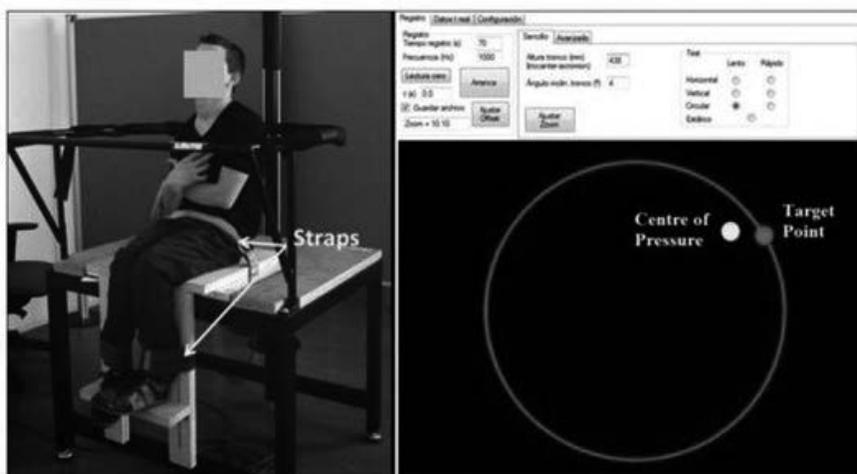
Figura 1. Os movimentos necessários para a pontuação da função do tronco de acordo com a escala de função do tronco (TFS) da Federação Internacional de Esportes de Bocha (BISFed).



Fonte: Adaptado Roldan *et al.*, (2020).

Nas tarefas dinâmicas, os participantes foram instruídos a ajustar a posição do seu centro de pressão de acordo com um ponto-alvo, que era representado por um ponto vermelho que se movia a uma taxa de 0,05 Hz nos movimentos médio-lateral, ântero-posterior e circular (Figura 2). Na coleta do protocolo de posturografia, os participantes ficaram sentados em uma cadeira de madeira colocada em uma plataforma de força. A bateria de testes posturográficos incluiu cinco condições sentadas: duas tarefas estáticas, uma sem e uma com feedback visual e três tarefas dinâmicas com o feedback visual exigindo deslocamentos do tronco nas posições médio-lateral, ântero-posterior e (Barbado *et al.*, 2016; Barbado *et al.*, 2019).

Figura 2. Os participantes são colocados em uma superfície estável (esquerda). Feedback da tela com o ponto vermelho representando o alvo e sua trajetória e o ponto amarelo representando o centro de pressão dos participantes (direita).



Fonte: Adaptado Roldan *et al.*, (2020).

Mais frequentemente, as técnicas de posturografia são usadas para investigar a regulação ativa e passiva do equilíbrio sob uma variedade de condições. Os elementos essenciais da maioria das técnicas de posturografia incluem a capacidade de manipular ativamente a postura ou o equilíbrio, além de avaliar a resposta do sujeito a tais intervenções (Visser *et al.*, 2008). Testes protocolares como este auxiliam na percepção de independência de um atleta. Para ambientes que não possuem infraestrutura adequada conseguem adaptar a aplicação de forma sensível, sem utilização de sensores de movimento, por exemplo.

A partir disso, podemos observar a evolução das informações sobre a temática, justamente pelo fato dos pesquisadores estarem descobrindo. Dessa forma, como já visto, existem algumas possibilidades viáveis que podem ser utilizadas a favor da avaliação motora. A literatura científica ainda é carente de mais possibilidades e alternativas concretas e organizadas de protocolos com uma reprodução confiável e acessível.

AVALIAÇÃO POR MEDIDAS PRÁTICAS

Conseguimos perceber algumas possibilidades de utilização da tecnologia para diferentes análises de capacidades motoras dos atletas da bocha paralímpica. Deixando um pouco de lado a tecnologia esportiva, partimos para uma avaliação mais dinâmica. Com o desenvolvimento de técnicas cada vez mais aprimoradas de treinamento esportivo, a busca por métodos de avaliações mais precisos se configura com a ideia de melhorar o desempenho esportivo da maneira mais eficiente, se tornando um foco muito importante para muitos atletas e treinadores.

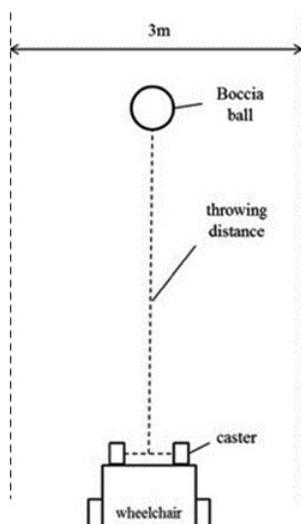
Diante disto, Morriss *et al.*, (2010) buscou medir o efeito de cronogramas de treinamento bloqueados versus aleatórios no desempenho das habilidades de bocha. Ao observarmos os resultados, os casos individuais de melhoria bem como os comentários dos atletas e dos treinadores indicam uma significância prática a favor dos esquemas de treino bloqueado sobre os esquemas de treino aleatório em termos de melhoria das habilidades de performance na bocha paralímpica. As melhorias verificadas em três habilidades avaliadas e na diferença dos valores médios totais entre o pré e o pós-teste foram todas a favor dos atletas que cumpriram sessões de treino bloqueados.

Mas como foi a intervenção? Os atletas foram divididos em dois grupos experimentais e cumpriram sessões de treino bloqueado (n=seste atletas) e sessões de treino aleatório (n=seste atletas) durante 10 semanas, durando 90 minutos cada 2 vezes por semana. Os atletas que seguiram o cronograma de treinamento bloqueado prescrito realizaram repetidamente cada habilidade individual: (1) lançamento da primeira bola, (2) descolar, e (3) colar na bola jack, por 10 minutos em cada comprimento de três metros, cinco metros e nove metros respectivamente antes de mudar a habilidade. Por outro lado, os atletas que seguiram o cronograma de treinamento aleatório realizaram cada habilidade individual: (1) lançamento da primeira bola, (2) descolar, e (3) colar na bola jack, pelo mesmo tempo de 30 minutos por habilidade.

Embora as diferenças entre os efeitos dos cronogramas de treinamento bloqueados e aleatórios do estudo citado não tenham sido estatisticamente significativas, o maior ganho nos resultados da soma média no desempenho das habilidades de bocha foi mostrado por atletas usando o cronograma de treinamento bloqueado. Esses resultados, mais uma vez, reforçam a necessidade de um monitoramento do estímulo e da avaliação direta das variáveis que ele abrange.

Por sua vez, Kataoka et al., (2020) buscou esclarecer a relação entre a distância de lançamento e o desempenho competitivo em jogadores de bocha, a fim de estabelecer um programa de treinamento. A amostra foi composta por 40 jogadores (28 homens e 14 mulheres) das classes BC1 e BC2. Os jogadores foram divididos em três grupos: Jogadores certificados pela associação de bocha local (Grupo I), os jogadores que se classificaram para as finais do campeonato nacional do país (Grupo II) e aqueles que perderam na fase de qualificação do campeonato nacional do país (Grupo III). A coleta ocorreu da seguinte maneira: Todos os participantes usaram a mesma bola, e sua forma de lançamento não foi especificada. A distância de lançamento foi medida como a distância linear da parte mais próxima da bola de bocha lançada pelos participantes até o ponto médio do ponto de sua cadeira de rodas. Os participantes teriam que jogar a bola de bocha o mais longe possível. Se a bola caísse fora da largura de 3 m do lançador, seria considerada uma falha (Figura 3) a distância de arremesso usada para análise de dados foi o valor máximo de três tentativas bem-sucedidas.

Figura 3. Método de medição de distância de arremesso.



Fonte: Adaptado Kataoka *et al.*, (2020).

Com base nos resultados, não houve diferença significativa na idade entre os grupos. As distâncias máximas de arremesso dos Grupos I, II e III foram $16,38 \pm 5,17$ m, $10,67 \pm 2,66$ m e $8,34 \pm 2,73$ m, respectivamente. Houve diferenças significativas entre o Grupo I e os Grupos II e III, mas nenhuma diferença significativa entre os Grupos II e III.

Os resultados mostraram que os jogadores que ganharam o torneio (jogadores de alto desempenho) tiveram uma distância de lançamento significativamente maior. Na bocha, que é um esporte de precisão, espera-se que quem consiga arremessar mais longe tenha menos esforço para lançar a bola a uma distância menor, quando sua precisão de arremesso aumentaria. Isso significa que quanto menor a carga sobre o jogador, mais precisamente a bola pode ser lançada com a mesma velocidade. Em outras palavras, ao que parece, jogadores com um lançamento mais forte têm uma maior facilidade na precisão em uma distância limitada. Vale ressaltar que investigações sobre os domínios psicológicos que são intervenientes na capacidade motora também são importantes para qualificar algumas variáveis.

Com isto, Barak *et al.*, (2016) analisou os efeitos de um programa de treinamento competitivo de bocha na qualidade de vida, autoestima, ansiedade e estados de humor em comparação com um programa

de treinamento recreativo de bocha. Os participantes foram divididos nos seguintes grupos: bocha competitiva independente (n=9; BC1=3, BC2=6) e competitiva não independente (n=7; BC3=7), bocha recreativa (n=14) e controle (n=13). Os controles não participavam de nenhuma atividade física de lazer. Foram avaliados um total de cinco domínios psicológicos: a) estados de humor (Perfil dos Estados de Humor [POMS]; b) ansiedade (Inventário de Ansiedade Traço-Estado [STAI]); c) qualidade de vida (avaliação da Organização Mundial da Saúde de Qualidade de Vida-BREF [WHOQOL-BREF]); d) Rosenberg Self-Esteem; e e) problemas de saúde mental (General Health Questionnaire-28 [GHQ-28]). Os domínios psicológicos mencionados foram selecionados por fornecerem informações sobre o bem-estar do participante. É importante avaliar o bem-estar dos indivíduos com deficiência porque eles comumente experimentam sintomas de sofrimento psíquico. Além disso, foi relatado que a participação em esportes pode afetar positivamente o bem-estar dos indivíduos com deficiência (Campbell *et al.*, 1994).

O Perfil dos estados de humor é um inventário padronizado e validado de 65 itens (Cella *et al.*, 1987) que avalia seis dimensões dos estados de humor transitórios: raiva, confusão, depressão, fadiga, tensão e vigor. Cada item é classificado em uma escala Likert de 5 pontos variando de 0 (nada) a 4 (extremamente). A pontuação bruta em cada dimensão é <60. No estudo de Barak *et al.*, (2016), as seis subescalas e os escores totais do perfil dos estados de humor foram estabelecidos antes e depois do teste. Já o Inventário de ansiedade traço-estado é um questionário de autorrelato que avalia os sintomas atuais de ansiedade e uma inclinação generalizada para a ansiedade. O questionário é composto por duas subescalas: Ansiedade-estado e Ansiedade-traço. O primeiro estabelece o estado atual de ansiedade, assim como o último estabelece aspectos relativamente estáveis da propensão à ansiedade (Kaipper *et al.*, 2010).

No estudo de Barak *et al.*, (2016), foi administrado o Estado de Ansiedade tanto no pré quanto no pós-teste, enquanto administramos o Traço de Ansiedade apenas no pré-teste. Para avaliação da qualidade de vida foi utilizado o WHOQOL-100, que permite avaliação detalhada da qualidade de vida. No entanto, o WHOQOL-100 pode ser muito longo para uso prático (por exemplo, restrições de tempo e carga do respondente). O HOQOL BREF foi desenvolvido para fornecer uma versão mais

curta para avaliar a qualidade de vida (o instrumento é composto por apenas 26 itens). As análises de consistência interna, item: correlações totais e validade discriminante e de construto indicam que o WHOQOL-BREF tem propriedades psicométricas de confiabilidade de boas a excelentes e se comporta bem em testes preliminares de validade. Além disso, o WHOQOL-BREF foi validado transculturalmente (Berlim *et al.*, 2005). O próprio WOQOL-100 já é bastante utilizado para identificar a qualidade de vida de atletas em esportes paralímpicos. Por exemplo, Ciampolini *et al.*, (2017) utilizaram este instrumento de avaliação em atletas brasileiros de tênis em cadeira de rodas. Percebendo que, embora a participação em esportes adaptados de alto rendimento possa oferecer um ambiente estressante e exaustivo, os atletas de tênis em cadeira de rodas de elite do Brasil se percebem como tendo uma boa qualidade de vida. De fato, o WHOQOL-bref pode ser utilizado na prática esportiva como forma de aprimorar a relação treinador-atleta, como instrumento de avaliação e comparação de resposta a diferentes treinamentos, além de pesquisas científicas de diferentes modalidades. Ainda no estudo de Barak *et al.*, (2016) foi utilizado a escala Rosenberg Self-Esteem. É uma escala de 10 itens que mede a autoestima individual estabelecendo sentimentos negativos e positivos sobre si mesmo (Gray-Little *et al.*, 1997). Os participantes lêem frases como “Sinto que sou uma pessoa de valor, pelo menos em igualdade de condições com os outros” e classificam sua declaração em uma escala Likert de 4 pontos, variando de concordo totalmente a discordo totalmente. As pontuações variam de 10 a 40, com pontuações mais baixas indicando baixa autoestima. Esta escala foi aplicada duas vezes, no pré e pós-teste. A autoestima foi avaliada por ser importante para uma vida satisfatória e bem-sucedida. Além disso, a autoestima é um aspecto fundamental do bem-estar psicológico. Em adição, a atividade física é um componente importante da auto-estima positiva (McAuley *et al.*, 2005).

Outra possibilidade é o Questionário de Saúde Geral é uma avaliação do bem-estar mental (Feyer *et al.*, 2000; Jackson *et al.*, 2007). O Questionário de Saúde Geral mede os problemas comuns de saúde mental de ansiedade, depressão, abstinência social e sintomas somáticos. Os participantes lêem declarações como “Você tem ficado com medo ou em pânico sem um bom motivo?” e avale a afirmação em uma escala Likert

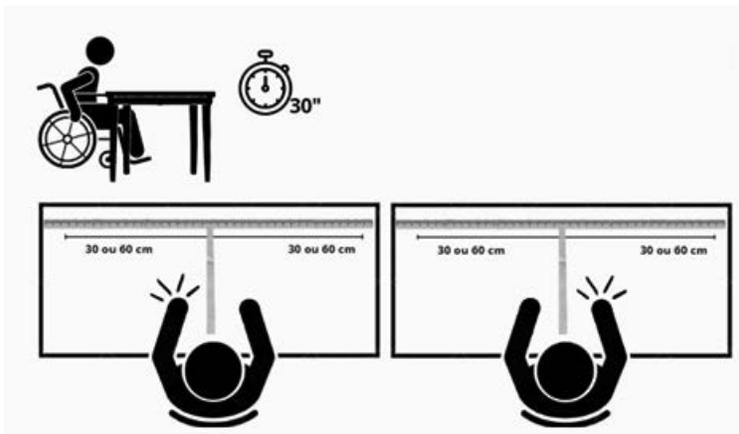
de 4 pontos, variando de “nada” a “muito mais do que o normal”. A pontuação total possível varia de 0 a 28 (pontuações mais altas indicam uma maior probabilidade de sofrimento psiquiátrico) (Jackson *et al.*, 2007). No estudo de Barak *et al.*, (2016), o escore total global foi estabelecido duas vezes: no pré e no pós-teste. O Questionário de Saúde Geral foi selecionado para avaliar o bem-estar mental porque é amplamente utilizado na triagem de transtornos psiquiátricos menores na comunidade. A intervenção do estudo consistiu no acompanhamento de todos os grupos por um período de 4 meses entre os pré e pós-testes. Os participantes competitivos de bocha treinaram 3 vezes por semana durante sessões de 1,5 h cada vez. A decisão sobre o volume e a intensidade do treinamento foi feita por meio de consulta a uma equipe que incluía um técnico de bocha, instrutores de fitness, fisioterapeutas e profissionais de terapia ocupacional e um psicólogo. O treinamento incluiu o lançamento de bolas para diferentes alvos, exercícios técnicos e táticos, além da participação em jogos de treinamento e competição. Além disso, esses jogadores participaram de um programa de treinamento de força repetitivo duas vezes por semana durante 1 hora cada sessão em um ambiente de grupo. Os participantes recreativos foram incluídos no treinamento que enfatizava táticas, 2 sessões por semana, mas não nos jogos e não em um cronograma de treinamento específico. Ficou claro que os grupos ativos, principalmente os grupos de bocha competitiva dependente e não independente, demonstraram mudanças mais favoráveis nos fatores psicossociais. No entanto, o treinamento intenso também pode produzir efeitos negativos, como aumento da depressão e confusão e diminuição do vigor. Portanto, treinadores e administradores são encorajados a ter cuidado com relação ao volume e intensidade do lançamento ao planejar o treinamento de seus atletas.

Em outro estudo os autores verificaram a reprodutibilidade de uma bateria de testes para avaliação das capacidades motoras na bocha paralímpica (Oliveira *et al.*, 2021). A respectiva bateria de testes foi criada por Kawanishi e Greguol (2014), sendo idealizada apenas para sujeitos com paraplegia e tetraplegia. Os testes selecionados consideraram características pertinentes à prática da modalidade: (1) teste de coordenação de mãos; (2) teste de tempo de reação de mãos; (3) teste de capacidade aeróbia; e (4) teste de agilidade em formato “oito”, escolhidos pela



praticidade. Dez jogadores participaram da aplicação da bateria, sendo avaliados com 7 dias de diferença. A seguir descreveremos os testes:

Teste de coordenação de mãos



Fonte: Oliveira *et al.*, (2021).

O instrutor usará uma mesa como material de ficção de uma fita crepe. Irá demarcar um espaço de 60 centímetros entre duas marcações (adaptável, dependendo do grau de deficiência, para 30 cm). A atividade durará 30 segundos cronometrados. Para aplicação do teste, pedirá ao voluntário aproximar e encaixar sua cadeira em um local confortável. Sua mão não-dominante ficará no centro entre as duas marcações, em contraponto, a mão dominante repousará sobre a outra à espera do comando do instrutor. No comando do instrutor, o voluntário executará, o mais rapidamente possível, a sequência de batidas nas marcações definidas. O número de batidas em sequência será contado pelo instrutor e contabilizado na ficha de controle. O teste será repetido em dois dias distintos, com uma sequência de duas seções com um intervalo de tempo de um minuto. Adaptações possíveis: a distância entre os pontos de alcance pode ser reduzida até a metade do tamanho original, além da altura e da posição da mesa para alcance por parte do jogador. Aqueles jogadores com adaptações para o jogo (classe BC3), podem realizar o movimento com a melhor adaptação possível (capacetes, ponteiras, bastões e similares).

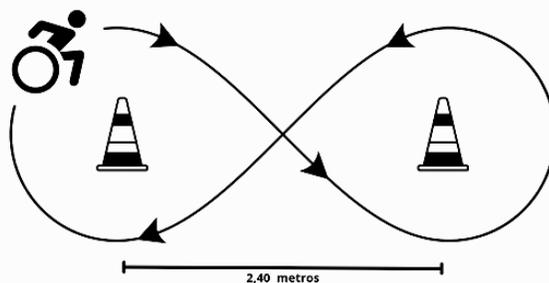
Teste de tempo de reação de mãos



Fonte: Oliveira *et al.*, 2021.

O teste terá como material de apoio uma régua de 30 centímetros (adaptável, dependendo do grau da deficiência, um bastão de 70 centímetros) e uma fita métrica para medição. O voluntário estenderá seu braço e abrirá a palma de sua mão. O instrutor fixará a base da régua (bastão) em contato com a base do dedo indicador, e como comando: “prepara”, deixará em alerta o para-atleta para a soltura do objeto. Com a reação do voluntário segurando o objeto, o instrutor marcará a base da palma da mão como indicação para a medida da fita métrica. A medida será contabilizada pelo instrutor na ficha de controle. O teste será repetido em dois dias distintos, com uma sequência de duas seções com um intervalo de tempo de um minuto. Adaptações possíveis: aos jogadores com dificuldades de executar o movimento de “pegada”, há possibilidade de ser realizada a sustentação da régua com ambas as mãos, em um movimento similar ao de “bater palmas”, ou mesmo utilizando as ponteiras, capacetes, bastões ou a respectiva adaptação de cada jogador.

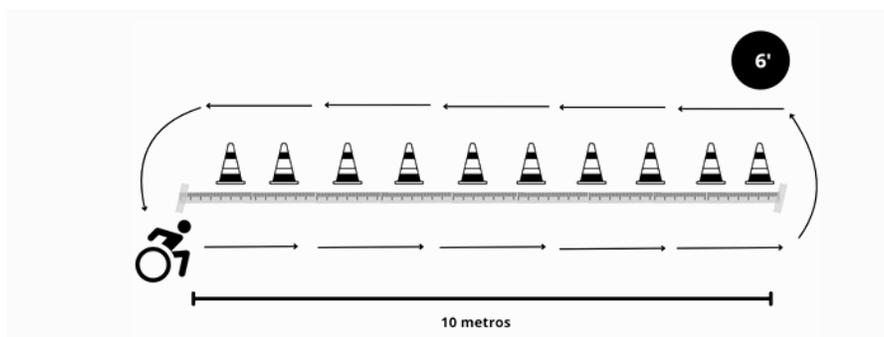
Teste de agilidade formato “8”



Fonte: Oliveira *et al.*, 2021.

Como padrão, são usados cones do mesmo formato e cor, distanciados em 2 metros e 40 centímetros. O instrutor cronometra o tempo em um aparelho celular. Após o comando do instrutor, o voluntário percorrerá a distância entre os cones no formato de um “8”. Alguns para-atletas usarão cadeiras motorizadas, outros usarão cadeiras manuais. Será indicado ao voluntário a percorrer todo o percurso sem pausas. O tempo alcançado pelo voluntário será contado pelo instrutor e contabilizado na ficha de controle. O teste será repetido em dois dias distintos, com uma sequência de duas seções com um intervalo de tempo de um minuto. Adaptações possíveis: nenhuma adaptação excessiva é necessária para este protocolo, tendo em vista que pode ser administrado em jogadores com cadeiras de rodas manuais ou mesmo automáticas.

Teste de capacidade aeróbica



Fonte: Oliveira *et al.*, 2021.

O teste terá como material de apoio uma fita métrica de 10 metros, 10 cones (marcação a cada metro) e fita crepe para fixação da fita métrica no chão. O voluntário, ao comando do instrutor, percorrerá os 10 metros indicados em linha reta. O percurso será constante (ida e vinda) com a duração de 6 minutos cronometrados em um telefone celular. Na planilha, será anotada, a cada minuto, a quantidade de voltas completadas durante os 6 minutos do teste aeróbio. O teste será repetido em dois dias distintos, com uma sequência de duas seções com um intervalo de tempo de três minutos. Adaptações possíveis: este protocolo é destinado apenas aos jogadores que conseguem mover a cadeira de rodas manualmente.

Convém ressaltar que o avaliador deve considerar a execução de cada uma das tarefas realizadas pelos usuários. Em seguida, com auxílio de fichas de avaliação correspondentes a cada atributo avaliado nos tes-

tes, escolhe-se uma característica que se assemelha àquela encontrada durante a execução das referidas ações.

Ainda no estudo de Oliveira *et al.*, (2021), os testes selecionados seguiram os pressupostos de adaptabilidade, e acessibilidade para sua seleção, no sentido de tornarem-se fáceis de aplicar e demandando pouco material para sua utilização. Ao ser aplicados em atletas a bateria proposta, observou-se ótimos resultados de reprodutibilidade. Adicionalmente, é proposto valores mínimos para que os treinadores ou terapeutas possam avaliar seus atletas e acompanhar a evolução das intervenções realizadas.

CONCLUSÃO

Por fim, acredita-se que os estudos nos mostram indícios de uma franca evolução de instrumentos que apresentam uma alternativa para treinados no uso da avaliação de capacidade física na bocha paralímpica. É importante destacar estas investigações em uma perspectiva mais prática, subsidiando sistemas de treinamento mais específicos na modalidade descrita. Portanto, indica-se que os treinadores tenham hábitos que induzam a avaliações periódicas a fim de estimar ganhos produzidos pela carga de treinamento, além de individualizar o monitoramento de cargas internas externas dos atletas.

REFERÊNCIAS

Bernardi, M. *et al.* Field evaluation of paralympic athletes in selected sports: implications for training. **Medicine and science in sports and exercise**, v. 42, n. 6, p. 1200–1208, 2010.

Buszard, T.; SW, M. R.; Farrow, D. The generalizability of working-memory capacity in the sport domain. **Current Opinion in Psychology**, v. 16, p. 54-57, 2017.

BISFed International Boccia Rules, 2021. Disponível em: <https://usaboccia.org/wp-content/uploads/2021/07/BISFed_International_Boccia_Rules_2021_2024_v.1_.pdf>.

Barbado, D. *et al.* Sports-related testing protocols are required to reveal trunk stability adaptations in high-level athletes. **Gait & Posture**, v. 49, p. 90-96, 2016.

Barbado, D. *et al.* How much trunk control is affected in adults with moderate-to-severe cerebral palsy?. **Journal of biomechanics**, v. 82, p. 368-374, 2019.

Barak, S. *et al.* Psychosocial effects of competitive Boccia program in persons with severe chronic disability. **Journal of Rehabilitation Research & Development**, v. 53, n. 6, p. 973-988, 2016.

Berlim, M. T. *et al.* Reliability and validity of the WHOQOL BREF in a sample of Brazilian outpatients with major depression. **Quality of life research**, v. 14, p. 561-564, 2005.

Campbell, E.; Jones, G. Psychological well-being in wheelchair sport participants and nonparticipants. **Adapted Physical Activity Quarterly**, v. 11, n. 4, p. 404-415, 1994.

Ciampolini, V.; Galatti, L. R.; Silva, D. A. S. Relação entre qualidade de vida e tempo de prática paradesportiva em praticantes de Tênis em Cadeira de Rodas. **Revista Stricto Sensu**, v. 2, n. 1, 2017.

Cella, DF. *et al.* A brief POMS measure of distress for cancer patients. **Journal of chronic diseases**, v. 40, n. 10, p. 939-942, 1987.

D'isanto, T. *et al.* Assessment of sport performance: Theoretical aspects and practical indications. **Sport Mont**, v. 17, p. 79-82, 2019.

Fulton, S. K. *et al.* Variability and progression in competitive performance of Paralympic swimmers. **Journal of Sports Sciences**, v. 27, n. 5, p. 535-539, 2009.

Feyer, A. M. *et al.* The role of physical and psychological factors in occupational low back pain: a prospective cohort study. **Occupational and environmental medicine**, v. 57, n. 2, p. 116-120, 2000.

Goosey-Tolfrey, V. Wheelchair sport: a complete guide for athletes, coaches, and teachers. **Human Kinetics**, 2010.

Goosey-Tolfrey, V. L.; Leicht, C. A. Field-based physiological testing of wheelchair athletes. **Sports medicine**, v. 43, p. 77-91, 2013.

Gorla, J. I. *et al.* Validação da bateria Beck de testes de habilidades para atletas brasileiros de rugby em cadeira de rodas. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 25, n. 03, p. 473-486, 2011.

Kataoka, M. *et al.* Throwing distance and competitive performance of Boccia players. **Journal of Physical Therapy Science**, v. 32, n. 9, p. 574-577, 2020.

Kaipper, M. B. *et al.* Evaluation of the structure of Brazilian State-Trait Anxiety Inventory using a Rasch psychometric approach. **Journal of Psychosomatic Research**, v. 68, n. 3, p. 223-233, 2010.

Kawanishi, C. Y.; Greguol, M. Validação de uma bateria de testes para avaliação da autonomia funcional de adultos com lesão na medula espinhal. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 28, n. 01, p. 41-55, 2014.

Iglesias, D. S. *et al.* Boccia as a rehabilitation intervention for adults with severe mobility limitations due to neuromuscular and other neurological disorders: Feasibility and effects on upper limb impairments. **Frontiers in psychology**, v. 11, p. 581, 2020.

Jackson, Craig. The general health questionnaire. **Occupational medicine**, v. 57, n. 1, p. 79, 2007.

Little, B. G.; Williams, V. S. L.; Hancock, T. D. An item response theory analysis of the Rosenberg Self-Esteem Scale. **Personality and social psychology bulletin**, v. 23, n. 5, p. 443-451, 1997.

Mcauley, E. *et al.* Physical activity-related well-being in older adults: social cognitive influences. **Psychology and aging**, v. 20, n. 2, p. 295-302, 2005.

Mason, B. S.; Van De Woude, L. H. V.; Goosey-Tolfrey, V. L. The ergonomics of wheelchair configuration for optimal performance in the wheelchair court sports. **Sports Medicine**, v. 43, p. 23-38, 2013.

Morriss, L.; Wittmannová, J.. The effect of blocked versus random training schedules on boccia skills performance in experienced athletes with cerebral palsy. **European Journal of Adapted Physical Activity**, v. 3, n. 2, p. 17-28, 2010.

Oliveira, L. *et al.* Contributions of body fat, fat free mass and arm muscle area in athletic performance of wheelchair basketball players. **Motricidade**, v. 13, n. 2, p. 36-48, 2017.

Oliveira, J. I. V. *et al.* Reprodutibilidade teste-reteste de uma bateria de avaliação motora para jogadores de bocha paralímpica. **Revista andaluza de medicina del deporte**, v. 14, n. 2, p. 70-76, 2021.

Peachey, J. W.; Schulenkorf, N.; Hill, P. C.. Sport-for-development: A comprehensive analysis of theoretical and conceptual advancements. **Sport Management Review**, v. 23, n. 5, p. 783-796, 2020.

Palisano, R. *et al.* Gross motor function classification system for cerebral palsy. **Dev Med Child Neurol**, v. 39, n. 4, p. 214-223, 1997.

Rietveld, T. *et al.* Wheelchair mobility performance of elite wheelchair tennis players during four field tests: Inter-trial reliability and construct validity. **PLoS One**, v. 14, n. 6, p. 01-16, 2019.

Roldan, A. *et al.* Inter-Rater reliability, concurrent validity and sensitivity of current methods to assess trunk function in boccia players with cerebral palsy. **Brain Sciences**, v. 10, n. 3, p. 130, 2020.

Souto, E. C. *et al.* Autenticidade científica de um teste de agilidade para o voleibol sentado. **Motricidade**, v. 11, n. 4, p. 82-91, 2015.

Taha, Z. *et al.* The identification of high potential archers based on fitness and motor ability variables: A Support Vector Machine approach. **Human movement science**, v. 57, p. 184-193, 2018.

Vukasevic, V.; MITROVIC, M.; MASANOVIC, B. A comparative study of motor ability between elite basketball players from different regions. **Sport Mont**, v. 18, n. 1, p. 3-7, 2020.

Visser, J. E. *et al.* The clinical utility of posturography. **Clinical neurophysiology**, v. 119, n. 11, p. 2424-2436, 2008.

De Witte, A. M. H. *et al.* Development, construct validity and test-retest reliability of a field-based wheelchair mobility performance test for wheelchair basketball. **Journal of Sports Sciences**, v. 36, n. 1, p. 23-32, 2018.

AValiação DA PRECISÃO ESPECÍFICA NA BOCHA PARALÍMPICA

Williane de Sales Tôres
Mariana Esther Silva Pereira
João Fillype Vasconcelos Viana Alves
João Lucas Ferreira Bonifacio e Silva
Lucas Luan Dias Rosa
Adrian Pinheiro de Souza
João Vitor de Almeida Cavalcanti
Wellyson da Silva Pereira Santos
Saulo Fernandes Melo Oliveira¹
saulo.fernandesmelo@Ufpe.br

INTRODUÇÃO

O objetivo deste capítulo é reunir uma série de atividades e propostas para avaliação da precisão específica na bocha paralímpica. A priori podemos alegar que fatores ergonômicos, fisiológicos, biomecânicos e ambientais se misturam e se influenciam mutuamente no desempenho na bocha paralímpica. Contudo, ao que se apresenta, esta modalidade engloba um conjunto de variáveis intervenientes para o bom desempenho esportivo de seus atletas (Sirera, 2011). Aliado a isto, investigações indicam que o desempenho esportivo pode ser influenciado por uma série de fatores que estão ligados entre si; esses fatores contribuem na determinação do desempenho de diferentes formas, que podem ser distinguidas em quantitativas, qualitativas e temporais (Altavilla & Raiola, 2018; D'Isanto *et al.*, 2018).

Entretanto, quando voltamos olhares especificamente para a bocha paralímpica, observamos que investigações na área determinam que variáveis diretamente relacionadas ao gesto técnico podem ser um caminho a ser trabalhado de forma sistemática (Arroxellas *et al.*, 2017; Kataoka *et al.*, 2020). Da mesma forma, é consenso entre os pesquisadores

¹ Departamento de Educação Física e Ciências do Deporto, Centro Acadêmico de Vitória, Universidade Federal de Pernambuco

e treinadores de que a acurácia do lançamento pode ser um indicador do desempenho esportivo na modalidade. Contudo, cada vez mais no âmbito esportivo se faz necessário avaliar o desempenho esportivo de forma mais objetiva (D'Isanto *et al.*, 2018). Interpretado a partir de uma sistematização eficiente de informações, de forma que facilite os processos de feedback entre treinadores e atletas, influenciando diretamente em melhores resultados nos treinamentos (Smith *et al.*, 2002).

A avaliação esportiva na bocha paralímpica se estabelece como essencial no desenvolvimento do atleta (Oliveira *et al.*, 2021). Porém, métodos e técnicas da avaliação da precisão do lançamento não se estabelecem como unânimes na literatura, diferentemente de outras modalidades paralímpicas como o tiro esportivo (Chen & Mordus, 2018) e o esgrima (Fung *et al.*, 2010). Para tanto, ainda não foram planejados, desenvolvidos e testados metodologias e protocolos para avaliação dos indicadores de precisão na bocha paralímpica, com exceção de procedimentos para avaliação funcional dos atletas (Roldan *et al.*, 2017; Roldan *et al.*, 2020). Tais informações relativas ao desempenho são valiosas para treinadores e atletas obterem dados relacionados à evolução durante períodos específicos do ano competitivo.

ATIVIDADES E MÉTODOS PARA AVALIAÇÃO DA PRECISÃO

Quando se observa na literatura científica estudos da bocha paralímpica com desfechos relacionados a precisão, encontram-se variadas investigações com uma clara heterogeneidade entre elas. Tais diferenças nos objetivos, nos delineamentos, nos resultados obtidos e nas conclusões, dificultam as extrapolações dos dados disponíveis. Contudo, é possível identificar estudos com atributo de direcionamento referentes às atividades e métodos de avaliação dessa área de investigação. A seguir, entraremos em ciência das investigações que em seu desfecho utilizaram a precisão.

No estudo de Tsai *et al.*, (2014), os autores examinaram como a inclinação da superfície do assento afeta o movimento de lançamento da bola de bocha em sujeitos com paralisia cerebral. Neste estudo, um sistema de rastreamento de movimento eletromagnético tridimensional (Liberty, Polhemus, Colchester, VT) e o software MotionMonitor (Innovative Sports Training, Inc., Chicago, IL) foi usado para coletar e analisar dados de movimento.

Foi colocada Uma plataforma de força (4060-NC-2000, Bertec Corporation, Columbus, OH) sob os pés dos participantes e sincronizada com o sistema de rastreamento de movimento para registrar a trajetória do centro de pressão e força de reação vertical máxima do solo em cada indivíduo. Para avaliar a precisão do lançamento, a distância entre a bola de bocha lançada e o alvo foi medida usando uma régua padrão usada em competições de bocha.

Em relação à análise de movimento, 7 sensores foram fixados nas seguintes posições em cada participante: parte posterior da cabeça, a primeira vértebra torácica, a primeira vértebra sacral e os ângulos lateral e posterior do acrômio, braço, antebraço e costas da mão de arremesso. Marcos ósseos e as coordenadas de cada parte do corpo foram especificados de acordo com as recomendações da International Society of Biomechanics (ISB) (Wu *et al.*, 2005).

Antes da coleta dos dados em cada condição sentada, cada participante foi instruído a praticar três vezes, utilizando um arremesso por cima, para se familiarizar com o procedimento do teste. Cada participante posicionou as duas mãos na borda de uma mesa ajustada para ter a mesma altura do cotovelo na posição inicial. Em seguida, eles pegaram uma bola de bocha posicionada ao lado da mão de arremesso e lançaram a bola o mais próximo possível da bola alvo.

A bola alvo foi colocada a 5 metros diretamente à frente dos participantes no solo. Seis tentativas foram registradas para cada condição sentada. A sequência de teste de cada condição sentada foi atribuída aleatoriamente. A bola alvo foi colocada a 5 metros diretamente à frente dos participantes no solo. Seis tentativas foram registradas para cada condição sentada. A ordem dos testes para cada condição sentada foi determinada aleatoriamente.

As distâncias máximas que cada participante podia alcançar nas direções para frente, esquerda e direita durante os testes de alcance pediátrico foram somadas para representar suas habilidades de equilíbrio em cada condição sentada. A superfície do assento inclinada para a frente permitiu uma maior amplitude de movimento do cotovelo, maior força de reação vertical máxima do solo e menor amplitude de movimento do centro de pressão em comparação com as outras inclinações.

A superfície do assento inclinada para trás resultou em menor distância de alcance, menor força de reação vertical máxima do solo e maior amplitude de movimento do centro de pressão em comparação com as outras inclinações. Parece que a superfície do assento inclinada anteriormente proporcionou melhor estabilidade postural para o lançamento de bolas de bocha, fazendo com que seja uma boa escolha para priorizar a precisão (Tsai *et al.*, 2014).

Em um estudo semelhante, Huang *et al.*, (2014) investigou as diferenças entre crianças com paralisia cerebral e crianças desenvolvidas no que diz respeito aos padrões de lançamento de bolas de bocha paralímpica. Treze crianças com paralisia cerebral espástica bilateral e vinte crianças com desenvolvimento normal participaram deste estudo. O sistema 3D de rastreamento de movimento eletromagnético (Polhemus, Olchester, VT, EUA) foi usado para medir os movimentos de arremesso da bola de bocha. O software MotionMonitor (Innovative Sports Training, Inc., Chicago, IL, EUA) foi empregado para estabelecer as coordenadas espaciais.

Para identificação e seguimento dos movimentos foram fixados sensores em algumas articulações de maneira estratégica. Firmaram dois sensores na primeira vértebra torácica (T1) e na primeira vértebra sacral (S1) de cada participante. Posteriormente, mais 5 sensores adicionais foram fixados no ângulo lateral e posterior do acrômio, na parte superior do braço e no antebraço do braço de lançamento, nas costas da mão e na nuca. Os marcos ósseos e as coordenadas das partes do corpo foram especificados de acordo com as recomendações da Sociedade Internacional de Biomecânica (ISB) (Wu *et al.*, 2005).

Uma plataforma de força (4060-NC-2000, Bertec Corporation, Columbus, Ohio) foi sincronizada com o sistema de rastreamento de movimento para registrar o deslocamento do centro de pressão e o pico de reação vertical do solo força ao bater os pés na plataforma de força durante o lançamento. Usando um arremesso por cima, os atletas arremessaram uma bola na bola alvo (jack), localizada a 5 m diretamente à frente. Os participantes eram obrigados a arremessar a bola de bocha o mais próximo possível da bola jack. Seis movimentos completos foram registrados.

Para realizar a medição foi selecionada uma régua frequentemente utilizada em competições de bocha para mensurar a precisão, calculan-

do a distância entre a bola de bocha lançada e a bola alvo (jack). Das seis tentativas, apenas as três bolas de bocha que estavam mais próximas do alvo foram usadas na análise de dados. Os dois grupos de participantes, composto por crianças com paralisia cerebral e crianças de desenvolvimento normal, não diferiram significativamente em relação à distância entre uma bola de bocha lançada e a bola alvo.

Os participantes com paralisia cerebral demonstraram uma duração de movimento significativamente maior, menor amplitude de movimento do cotovelo, maiores amplitudes de abdução e flexão do ombro, velocidade máxima mais lenta de flexão do tronco e velocidade linear de movimento da articulação do punho para frente, velocidade máxima mais rápida de flexão da cabeça e menor proporção de oscilação em comparação com participantes normalmente desenvolvidos ao lançar bolas de bocha. Além de parecer usar principalmente os movimentos da cabeça e dos ombros para trazer as bolas de bocha para frente com movimento limitado do torso.

Os participantes normalmente desenvolvidos trouxeram a bola de bocha para frente com o torso mais rápido e maior movimento do cotovelo enquanto estabilizaram os movimentos da cabeça e dos ombros no lançamento. No entanto, foi visto que os participantes com paralisia cerebral não demonstraram desempenho significativamente pior na precisão de lançamento de bolas de bocha. Este último resultado demonstra a condição dos indivíduos com paralisia cerebral (normalmente classificados funcionalmente no BC1 e BC2) demonstram ter:

Com isso observamos que, quando bem estruturada em um programa de treino, o gesto técnico do atleta resulta em uma maior precisão dos lançamentos. Desta forma, a avaliação periódica dos métodos e técnicas com o intuito de examinar o desempenho (como mostramos neste capítulo) pode resultar em bons índices de performance para os esportistas da modalidade (Huang *et al.*, 2014).

O estudo de Leite *et al.*, (2014), também se propôs a investigar a precisão na bocha paralímpica, onde verificar-se o perfil cinemático do lançamento denominado down arm (“por baixo”) em um jogador de bocha paralímpica, comparando a biomecânica do lançamento em três distâncias distintas e correlacionando os dados obtidos com o nível de precisão do atleta. Duas câmeras de vídeo digitais (modelos WB 2000

e ES75, Samsung, Japão) com velocidades de aquisição de imagens de 240 e 30 quadros por segundo, respectivamente. Para digitalização das imagens utilizou-se o software Kinovea, versão 0.8.15 (Joan Charmant e Contrib.).

A bola alvo foi posicionada a distâncias de 3, 6 e 9 metros do box de lançamento de uma quadra de bocha. Em cada distância, o voluntário executou 10 lançamentos down arm, com um intervalo de aproximadamente 2 minutos para recuperação entre uma série de lançamento e outra. As variáveis selecionadas para análise foram: o ângulo de soltura da bola, a velocidade instantânea do braço, a velocidade de saída da bola, a altura da bola e o tempo de impulsão.

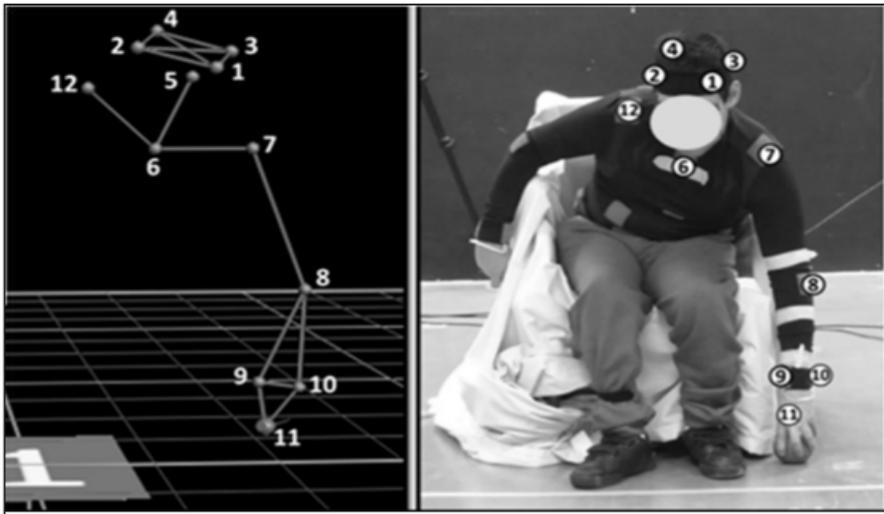
Verificou-se que não há diferenças estatisticamente significativas nas variáveis precisão e velocidade da bola ($P > 0,05$) entre as três distâncias selecionadas. Entre as variáveis tempo de soltura e altura de soltura, observaram-se diferenças estatisticamente significativas nas três distâncias de lançamento ($P < 0,05$). Portanto, é importante ressaltar que a demanda gerada pela distância do alvo pode promover alterações significativas nas variáveis cinemáticas do lançamento, prejudicando diretamente a precisão de um atleta.

Ciente desta informação, Reina *et al.*, (2018) examinaram se diferentes distâncias de arremesso e o impacto na cinemática e na precisão em arremessos repetidos. Um sistema de análise de movimento tridimensional (Vicon MX, Vicon Motion System Ltd, Oxford, Inglaterra), com sete câmeras (modelo T10), foi utilizado pelos pesquisadores para capturar e analisar o movimento dos jogadores. Este sistema de análise de movimento tem sido usado para uma ampla gama de aplicações de ciências da vida, incluindo medicina esportiva, desempenho esportivo, ergonomia e biomecânica, com uma validade e métricas de confiabilidade bem relatadas (Patterson *et al.*, 2011).

Foram também colocados marcadores esféricos em diferentes pontos anatômicos no corpo dos jogadores para serem capturados por câmeras infravermelhas para análise. Foram colocados nos seguintes pontos: quatro marcadores na cabeça [cabeça frontal esquerda; cabeça frontal direita; cabeça traseira esquerda; cabeça traseira direita]; um na face posterior da articulação acromioclavicular de cada braço (ombro esquerdo; ombro direito); unilateralmente no braço de arremesso, so-

bre o epicôndilo lateral (cotovelo do braço de arremesso); no escafoide; e no espaço entre o segundo e o terceiro metacarpo (braço de arremesso). No tronco, os marcadores foram colocados no manúbrio esterno e apófise espinhosa cervical (ST, C7). Uma vez que todos os marcadores foram colocados, o sistema sincronizou todas as coordenadas do eixo X (meio-lateral), eixo Y (frente-trás) e eixo Z (vertical) (Figura 1)

Figura 1. Uma captura tridimensional de um jogador realizando um lançamento usando a análise de movimento e uma representação do modelo de marcha plug-in e os 12 marcadores.

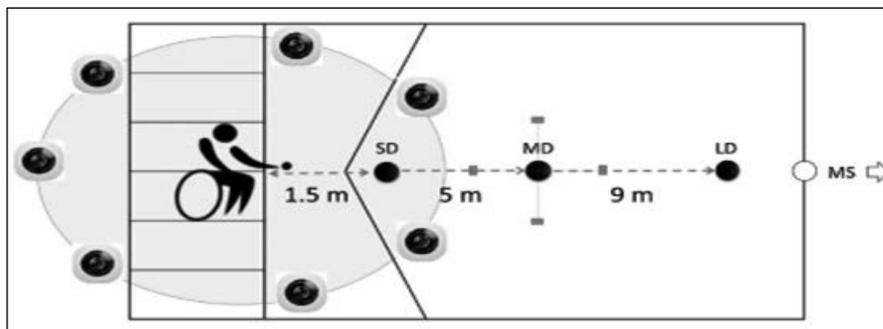


Legenda: CFE: cabeça frontal esquerda; CFD: cabeça frontal direita; CPE: cabeça posterior esquerda; CTD: cabeça traseira direita; C7: 7ª vértebra cervical; ME: manúbrio esterno; OE: ombro esquerdo; OD: ombro direito; CBA: cotovelo do braço de arremesso; EPD: escafoide de punho direito - interno; EPD-E: escafoide de punho direito - externo; MBA: mão do braço de arremesso.

Fonte: Adaptado Reina et al., (2018).

Os jogadores utilizavam suas próprias cadeiras de competição para realizar os arremessos e eram colocados entre os boxes 3 e 4 de uma quadra de bocha, logo em frente ao vértice da linha V. Foram estabelecidas quatro situações de lançamento diferentes: (1) um alvo a 2 m da linha frontal do boxe, localizado frente do vértice da linha V (distância curta); (2) um alvo a 5 m, sobre a marca cruzada da quadra de bocha (meia distância); (3) m alvo a 9 m, 1 m antes da linha de fundo da quadra (longa distância) (Figura 2).

Figura 2. Posicionamento dos jogadores em quadra e das câmeras.



Fonte: Adaptado Reina et al., (2018).

O tamanho do alvo nas três situações de precisão era de 10 cm de diâmetro e, nesta última situação, a bola jack (bola branca) foi colocada na linha de fundo da quadra como ponto de referência. Todos os arremessos foram realizados na mesma ordem: curta, média e longa, e foram concebidos como quatro séries de 10 arremessos cada. Antes de cada série de arremessos, dois arremessos extras eram feitos para aquecimento e familiarização com cada situação. Os jogadores tiveram 2 minutos de descanso entre as séries. Todos os arremessos foram realizados com o braço de arremesso e utilizando a técnica mais adequada de acordo com cada uma das distâncias.

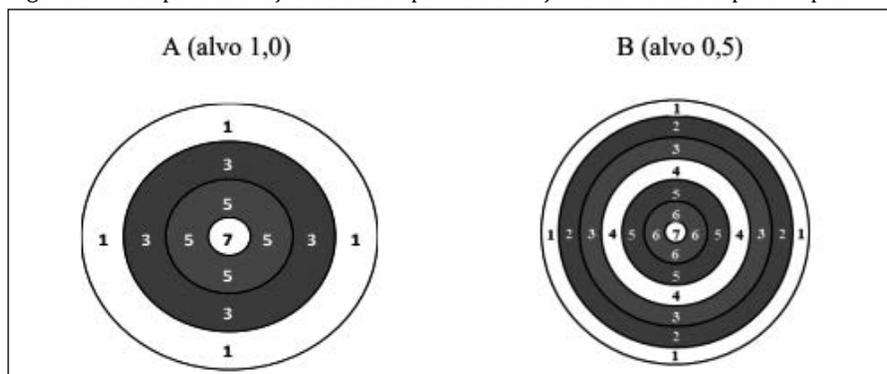
De acordo com Trewartha *et al.*, (2008), a precisão do lançamento é calculada registrando a distância da bola ao alvo. No estudo de Reina *et al.*, (2018) uma marca foi feita no solo indicando a posição da bola após cada lançamento. Após completar cada série de arremessos, uma foto foi tirada, capturando a distribuição dos dez pontos em relação ao centro do alvo. A precisão dos arremessos de cada jogador no lançamento curto, médio e longo foi digitalizada usando um software de análise de vídeo (Kinovea 0.8.15), obtendo as coordenadas nos eixos X (médio-lateral) e Y (anterior-posterior) para cada lançamento.

Após a análise dos dados percebeu-se que a precisão dos jogadores é semelhante para o curta e média distância, que são as distâncias mais frequentes para jogar bocha. Não se deve esquecer que a ação de arremesso, por si só, já é uma atividade desgastante para pessoas com paralisia cerebral (Huang *et al.*, 2014), principalmente para quem tem deficiências mais graves, causando altos níveis de fadiga que acabam afetando o grau de precisão da velocidade de arremesso.

Existem infinitas situações em um jogo (e.g., as posições da bola geralmente mudam após cada lançamento), que requerem diferentes respostas do jogador, onde a variabilidade de movimento produzida pela deficiência é um desafio à precisão. Mudanças durante o jogo, portanto, agem como parâmetros de controle que impactam as respostas de um jogador, de modo que ele tem que ajustar seu lançamento em cada tentativa (parâmetro de ordem), minimizando sua variabilidade e aumentando sua precisão.

Contudo, outra possibilidade de avaliação da precisão é o protocolo AIM-bocha (Avaliação Individual para Medida de precisão na bocha) (Oliveira *et al.*, 2021). O protocolo consiste na avaliação do gesto de lançamento da modalidade, em direção a dois alvos desenvolvidos especialmente para este fim (Figura 3, painel A (alvo 1,0) e B (alvo 0,5)) posicionados no chão da quadra. Os alvos foram desenvolvidos utilizando as dimensões das próprias bolas dos atletas, e têm diâmetros de 110,5 cm de diâmetro. Os dois alvos serão utilizados para avaliar a ação de ataque.

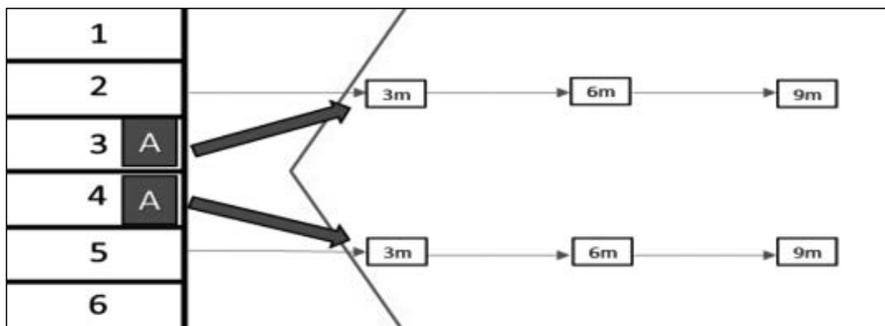
Figura 3. Alvos para avaliação do desempenho de lançamento na bocha paralímpica.



Fonte: Oliveira et al., (2021).

Para os procedimentos da coleta dos dados, três distâncias são determinadas na quadra, a partir da linha limite dos boxes, a 3, 6 e 9 metros. Usa-se como parâmetro o ponto central das linhas superiores dos boxes números 2 e 5. Cada jogador deverá posicionar-se nos boxes 3 e 4 (nessa ordem), e direcionar seus lançamentos lateralmente à direita, caso esteja no boxe 4, e à esquerda, caso esteja no boxe 3 (Figura 4).

Figura 4. Visualização da distribuição do protocolo.



Fonte: Oliveira et al., (2021).

Cada jogador deverá lançar de ambas as posições (direita e esquerda), para os dois alvos, totalizando 24 lançamentos (12 para o alvo 1,0 e 12 para o alvo 0,5). Assim, o máximo de pontuação possível para ambos os alvos será 84,0 pontos; considerando as ações em separado, o máximo possível para cada jogador são 42,0 pontos. Cada jogador deverá escolher as bolas para execução dos lançamentos, podendo ser bolas específicas pertencentes aos seus kits, tanto para o alvo 1,0 quanto para o alvo 0,5. Antes de começar a coleta, em cada posição da cancha, o jogador poderá posicionar sua cadeira na direção do lançamento, sem que o tempo para cada tentativa seja contabilizado.

Antes dos lançamentos, deverá ser dado um período de 2 minutos de aquecimento, já com as bolas escolhidas pelo jogador. Para avaliação dos atletas os avaliadores deverão observar em que perímetro do alvo a bola lançada parou. O número correspondente ao perímetro deverá ser anotado para registro. Caso o atleta não consiga alcançar o primeiro perímetro do alvo (posição 1) em nenhum dos dois lançamentos, deverá ser atribuído o valor de 0,5 para o referido lançamento.

Nas situações onde a bola lançada parar entre dois perímetros, deverá ser considerada a maior porção (hemisfério) da bola entre os dois perímetros. Caso não seja possível estabelecer uma maior porção entre os dois perímetros, deverá ser atribuído o valor intermediário entre os dois números alcançados (p.ex. para o alvo 1,0, se a bola lançada estiver entre os perímetros 3 e 5 deverá ser atribuído o valor de 4,0 para o referido lançamento; para o alvo 0,5, se a bola lançada estiver entre os perímetros 3 e 4 deverá ser atribuído o valor 3,5 para o referido lançamento).

O somatório dos melhores resultados atingidos pelos atletas em cada distância de lançamento (3, 6 e 9 metros) será considerada como “precisão máxima”, sendo possível para cada atleta alcançar até 42 pontos (7 pontos x 6 tentativas). Após a determinação do valor final de precisão (precisão total), verifica-se a consistência de cada lançamento de acordo com o somatório dos pontos atingidos nas quatro regiões da quadra.

Assim, os indicadores de precisão curta, média e longa serão calculados a partir da soma dos quatro lançamentos executados, sendo possível atingir até 28 pontos em cada indicador de consistência. Os indicadores de consistência serão úteis para verificar em quais regiões da quadra os atletas têm maior domínio da técnica e maior possibilidade de acerto. A partir dessas informações, o Quadro 1 indica a classificação da precisão dos atletas a partir de pontos de corte.

Quadro 1. Pontos de corte para classificação dos indicadores de precisão.

Classificação da precisão máxima	
Pontuação final atingida	Classificação sugerida
<10,5	Precisão pequena
11.0 a 21.5	Precisão regular
22 a 32.0	Precisão boa
>32.0	Precisão excelente
Classificação da consistência de precisão (distâncias curta, média e longa)	
<7,0 pontos	Precisão pequena
7 a 13,9 pontos	Precisão regular
14 a 20,9 pontos	Precisão boa
> 21 pontos	Precisão excelente

Fonte: Autores

O protocolo da AIM-bocha se torna então, uma possibilidade útil para avaliar a principal variável da bocha paralímpica. Com esse protocolo o atleta pode evoluir em alto rendimento, os treinadores conseguem ter um controle específico das rotinas de treinamento além de verificação da evolução dos jogadores a partir de protocolos de ensino-aprendizagem-treinamento desde a iniciação (Oliveira *et al.*, 2021).

Convém ressaltar também que um diferencial do AIM-bocha é sua praticidade de aplicação e custo reduzido, com avaliação rápida e potencial de aplicação em locais já familiarizados pelos atletas. Diferentemente dos outros estudos com técnicas e métodos com variados ins-

trumentos e aplicações, o protocolo em questão necessita apenas de um avaliador com a experiência do protocolo e de materiais como os dois alvos, uma bola de bocha e uma quadra da modalidade.

CONCLUSÃO

Dessa forma, percebemos que a utilização de atividades de lançamentos e acurácia, e avaliações que priorizem a precisão são meios essenciais para que um atleta da bocha paralímpica obtenha êxito na modalidade. É importante também individualizar atividades, pois existem atletas com distintas deficiências e especificidades que devem ser trabalhadas de maneiras específicas. Contudo, não existem investigações na literatura científica que proponham um instrumento validado e com uma boa reprodutibilidade para as diferentes classes funcionais. Pensando nesta última afirmação, a variação das deficiências e classes funcionais podem limitar algumas extrapolações de instrumentos e técnicas na coleta da precisão. No entanto, a utilização de tipos de sistema de avaliação e controle dos lançamentos de bocha pode permitir que treinadores e atletas adaptem seus esquemas de jogo de acordo com as tendências táticas utilizadas em nível internacional.

REFERÊNCIAS

- Altavilla, Gaetano et al. Periodization: finalization of the training units and of the load's entity. **European Proceedings of Social and Behavioural Sciences**, 2018.
- Arroxellas, Raquel Daffre de et al. Bocha adaptada: análise cinemática do arremesso e sua relação com a realidade virtual. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 39, p. 160-167, 2017.
- Chen, Yin-Ting; Mordus, Derick. Shooting sports (archery, air rifle, trapshooting). **Adaptive Sports Medicine: A Clinical Guide**, p. 313-322, 2018.
- D'isanto, Tiziana et al. Assessment of sport performance: Theoretical aspects and practical indications. **Sport Mont**, v. 17, p. 79-82, 2019.
- Fung, Ying-ki et al. Is the wheelchair fencing classification fair enough?: A kinematic analysis among world-class wheelchair fencers. **European Journal of Adapted Physical Activity**, v. 6, n. 1, p. 17-29, 2013.
- Huang, Po-Chang et al. Motion analysis of throwing Boccia balls in children with cerebral palsy. **Research in developmental disabilities**, v. 35, n. 2, p. 393-399, 2014.

Kataoka, Masataka et al. Throwing distance and competitive performance of Boccia players. **Journal of Physical Therapy Science**, v. 32, n. 9, p. 574-577, 2020.

Leite, I. et al. Avaliação cinemática do arremesso tipo down arm de um jogador de bocha paradesportiva (Classe BC4)–um estudo de caso. **ConScientiae Saúde**, v. 13, n. Supleme, p. 80-84, 2014.

Oliveira, José Igor Vasconcelos de et al. Protocol for assessing the precision of paralympic boccia players. **Revista Brasileira de Medicina Do Esporte**, v. 27, p. 616-620, 2021.

Patterson, Tara S. et al. Reliability of upper extremity kinematics while performing different tasks in individuals with stroke. **Journal of motor behavior**, v. 43, n. 2, p. 121-130, 2011.

Reina, R. et al. Throwing distance constraints regarding kinematics and accuracy in high-level boccia players. **Science & Sports**, v. 33, n. 5, p. 299-306, 2018.

Roldan, Alba et al. Manual dexterity and intralimb coordination assessment to distinguish different levels of impairment in boccia players with cerebral palsy. **Frontiers in Neurology**, v. 8, p. 582, 2017.

Roldan, Alba et al. Inter-Rater reliability, concurrent validity and sensitivity of current methods to assess trunk function in boccia players with cerebral palsy. **Brain Sciences**, v. 10, n. 3, p. 130, 2020.

Sirera JL. Aspectos técnicos y tácticos en el desarrollo de la Boccia. Valência: Encuentro Formativo Aspectos Motrices Básicos Incidentes en el Rendimiento Desportivo en Boccia, 2011 [acesso em 14/05/2015]. Disponível em: http://www.amicsdelaboccia.com/formacion/02_encuentro_formativo/Aspectos_tecnicos_tacticos_en_boccia.pdf

Smith, David J.; Norris, Stephen R.; Hogg, John M. Performance evaluation of swimmers: scientific tools. **Sports medicine**, v. 32, p. 539-554, 2002.

Trewartha, Grant; Casanova, Remy; WILSON, Cassie. A kinematic analysis of rugby lineout throwing. **Journal of Sports Sciences**, v. 26, n. 8, p. 845-854, 2008.

Tsai, Yung-Shen et al. Seat surface inclination may affect postural stability during Boccia ball throwing in children with cerebral palsy. **Research in developmental disabilities**, v. 35, n. 12, p. 3568-3573, 2014.

Wu, Ge et al. ISB recommendation on definitions of joint coordinate systems of various joints for the reporting of human joint motion—Part II: shoulder, elbow, wrist and hand. **Journal of biomechanics**, v. 38, n. 5, p. 981-992, 2005.

Kataoka, Masataka et al. Throwing distance and competitive performance of Boccia players. **Journal of Physical Therapy Science**, v. 32, n. 9, p. 574-577, 2020.

TIPOS E GRAU DE EFETIVIDADE DE ARREMESSOS EM BOCHA PARALÍMPICA

Ialuska Guerra¹

Thiago Pinheiro Amorim²

Salenna Pereira Vieira²

José Cássio Souza dos Santos²

Acsa Souza Viana²

ialuska@ifce.edu.br

INTRODUÇÃO

A Bocha é um esporte paralímpico em que seus atletas apresentam grau de comprometimento físico-motor nos quatro membros e que tem como objetivo aproximar as bolas coloridas de uma outra bola de cor branca, denominada Bolim ou Jack, de forma a obter o máximo de pontos possíveis ao final de cada parcial. De acordo com Sena (2014), a Bocha Paralímpica está ganhando grande destaque mundial sendo considerado um esporte com alto teor de inclusão, pois possibilita a prática esportiva por indivíduos com alto grau de comprometimento

Atletas do bocha são divididos em quatro categorias, quais sejam: BC1, BC2, BC3 e BC4. Cada uma de suas classes tem seus próprios critérios de elegibilidade e contando até mesmo com equipamentos diferentes em alguns casos. Devido aos níveis elevados de limitações de mobilidade, é obrigatório o uso de cadeira de rodas durante as competições. Segundo Sirera (2011), a Bocha exige maestria em relação a técnicas, táticas e estratégias, além de um excelente domínio do controle motor; pois requer precisão na execução dos lançamentos. Para aproximar as bolas de cor da bola Jack são feitos lançamentos com as mãos, pés ou até mesmo com calhas.

¹ Docente do IFCE – campus Juazeiro do Norte. Coordenadora do Programa Paradesporto Brasil em Rede Núcleo IFCE campus Juazeiro do Norte

² Discente de graduação em Educação Física – IFCE campus Juazeiro do Norte. Bolsista de Extensão do Programa Paradesporto Brasil em Rede Núcleo IFCE campus Juazeiro do Norte

Cada lançamento tem suas próprias características e peculiaridades, sendo que a decisão de qual lançamento deve ser realizado irá depender da situação em que o jogo se encontra e da tomada de decisão do atleta. Considerando as possibilidades motoras de cada atleta a execução técnica dos arremessos apresenta padrões de movimentos distintos, em especial os relacionados à postura corporal do atleta na cadeira, aos segmentos corporais utilizados para os lançamentos, aos espaços da quadra buscados pelo atletas em cada parcial do jogo, as trajetórias das bolas resultantes de cada arremesso e a ocorrência ou não de interações entre as bolas posicionadas em jogo com cada bola arremessada. Assim, cada um desses elementos pode se tornar fatores intervenientes na efetividade dos arremessos durante as parciais jogadas.

CLASSES ESPORTIVAS E CARACTERÍSTICAS DE LANÇAMENTOS NA BOCHA PARALÍMPICA

A Bocha Paralímpica apresenta quatro classes esportivas definidas a partir das condições físico-motoras e funcionais dos atletas, quais sejam: BC1, BC2, BC3 e BC4. Nesse sentido têm-se que cada classe apresenta características diferentes entre si, em especial no que se refere ao perfil físico e aos critérios mínimos de deficiência que torna os atletas elegíveis para as classes esportivas. Assim, o livro de regras de classificação da federação internacional de Bocha Paralímpica, detalha as características de cada classe esportiva.

- **Classe BC1**

Com relação aos aspectos físicos-funcionais essa classe esportiva abrange pessoas com condição neurológica que afeta o sistema nervoso central, predominantemente a Paralisia Cerebral, incorrendo em tetraplegia hipertônica espástica ou atetose ou ainda em um quadro misto, incluindo aqueles com ataxia grave. Os atletas apresentam no mínimo espasticidade grau 3 definido pela Escala Australiana de Avaliação de Espasticidade (ASAS) nos flexores/extensores do ombro, do bíceps e do tríceps, além dos flexores, supinadores e pronadores do punho. Esse nível de espasticidade limita principalmente o controle do arremesso por cima na altura do peito, em especial na fase de finalização. Também ocasionará dificuldades na realização do arremesso tipo pêndulo ou por baixo na altura da cadeira (Bisfed, 2021).

A atetose/distonia ocorre em praticamente toda a amplitude submáxima de movimento (entre 50% e 90%) no membro que impulsiona a bola para o campo de jogo. Além disso, podem apresentar ataxia com envolvimento das articulações proximais e distais mão que resultam em prejuízo de coordenação nas fases de preparação, execução e finalização do lançamento, apresentando pontuação 3-4 na Escala de Avaliação e Classificação da Ataxia – SARA (Bisfed, 2021).

Assim, considerando tais características, é permitido durante competições a presença de um auxiliar que tem como funções entregar a bola ao jogador, manter a cadeira de rodas estabilizada durante o lançamento e auxiliar no ajuste de posicionamento do tronco do atleta após o arremesso, em caso de dificuldade de controle e equilíbrio do tronco. Toda ação do auxiliar deve ser solicitada pelo atleta (Campeão, 2002).

No que se refere a características dos arremessos, os atletas da classe BC1 podem realizar o lançamento com a mão ou com o pé. A Bisfed (2021) especifica os tipos de lançamento efetuados com as mãos, sendo:

- Arremesso de peito: Os atletas seguram a bola com as duas mãos e realiza o movimento de lançamento iniciando na altura do peito, podendo optar por uma trajetória ascendente ou descendente.
- Arremesso tipo dardo: Os atletas seguram a bola com uma das mãos, estando o braço posicionado à altura do ombro ou abaixo. No momento da soltura da bola, o cotovelo deve estar posicionado abaixo do nível do ombro (90 graus) na extensão ativa do cotovelo. É, portanto, uma ação de arremesso assistida pela gravidade.
- Arremesso tipo pêndulo: Os atletas seguram a bola com uma das mãos, estando o braço estendido na lateral do conjunto corpo-cadeira realizando um movimento de balanceio para frente e para trás obtendo impulso e usando a gravidade para auxiliar no lançamento da bola.

Quanto aos lançamentos realizados com os pés, atletas buscam essa alternativa quando seu perfil físico não permite o lançamento consistente devido a ausência de uma pegada sustentada e/ou liberação funcional. Para que o arremesso ocorra há um recrutamento de funções

motoras do tronco e da pelve em conjunto com os membros inferiores, que apresentam um grau de movimento involuntário devido a presença de discinesia. Em termos de funcionalidade atletas que utilizam esse tipo de arremesso apresentam controle ativo, amplitude de movimento, direção e velocidade suficiente em seus membros inferiores para lançar a bola com seu pé para dentro do espaço da quadra (Bisfed, 2021).

- **Classe BC2**

Nessa classe esportiva são elegíveis pessoas com condição neurológica que afeta o sistema nervoso central, predominantemente a Encefalopatia Crônica Não progressiva da Infância (Paralisia Cerebral), atingido todos os quatro membros e tronco (Tetraplegia). Atletas BC2 apresentam pelo menos espasticidade de grau 2 (Escala ASAS) nos grupos musculares responsáveis pelo lançamento da bola. A atetose/distonia ocorre está frequentemente presente em movimentos com amplitude maior que 10% e menor que 50% e ocorre de forma moderada em toda amplitude maior que 10% e menor que 50% no membro que realiza o lançamento. A ataxia por sua vez gera limitações na coordenação manipulativa em todas as fases do lançamento, apresentando pontuação 2-3 na Escala SARA (Bisfed, 2021).

Quanto aos aspectos funcionais, atletas de BC2 apresentam comprometimentos nas extremidades dos membros e no tronco, que resultam, comparativamente a classe BC1, em um “melhor alcance funcional de movimento e/ou força, [...] numa melhor coordenação e nas habilidades de segurar e soltar” (Dantas, 2020 p.20).

Os arremessos nesta classe esportiva ocorrem com a mão, utilizando predominantemente os arremessos dos tipos dardo e pêndulo. Com frequência ocorrem o uso de movimentos ou estratégias compensatórias, como fixação com a cintura escapular/cabeça ou braço não arremessador para melhorar o controle postural e a estabilidade durante o lançamento (Bisfed, 2021).

- **Classe BC3**

Integram essa classe esportiva atletas diagnosticados com um comprometimento neurológico que afeta o sistema nervoso central, com quadro de Tetraplegia hipertônica espástica ou discinesia (atetose/distonia), incluindo ainda atletas com quadro misto, incluindo aqueles com ataxia. Podem competir ainda atletas que são diagnosticados com um

comprometimento de origem não cerebral, mas que atendem aos critérios mínimos de deficiência dessa classe esportiva.

Com relação aos aspectos físicos-funcionais atletas da Classe BC3 apresentam deficiência(s) que atingem todos os quatro membros e tronco que podem incorrer em hipertonia espástica, discinesia, potência muscular prejudicada, amplitude de movimento prejudicada. Trata-se de atletas que são incapazes de agarrar ou soltar a bola e/ou impulsionar a bola para a área de jogo com direção e velocidade suficiente. Nesse sentido, utilizam equipamentos acessórios para a realização dos lançamentos, obrigatoriamente a rampa (calha) e opcionalmente as ponteiros (cabeça, mão, dedo e boca).

Devido ao alto grau de comprometimento dos atletas é permitido a ajuda de um assistente esportivo (AE) para auxiliar no posicionamento da calha no espaço do atleta (box), posicionamento da bola na calha e entrega das ponteiros ao atleta (quando necessário). Todas as ações do assistente são determinadas pelas solicitações do atleta. Não é permitido aos AEs visualizar o jogo, devendo permanecer sentados de frente para o atleta e de costas para a área de jogo. Nenhuma comunicação com o atleta deve ser iniciada pelo AE.

A utilização da rampa e das ponteiros interfere nos tipos de lançamentos realizados na classe BC3. Assim, a altura e inclinação da rampa interfere na trajetória e velocidade das bolas, o que exige um alto grau de precisão tanto no ajuste da verticalização e posicionamento da calha quanto na força aplicada no momento de contato com a bola. Dessa forma têm que os arremessos são classificados de forma geral em longos, médios e curtos.

- Lançamento Longo (LL): Se caracterizam por bolas deslizadas pela calha que se deslocam pela área de jogo alcançando uma distância acima de 6m
- Lançamento Médio (LM): Se caracterizam por bolas deslizadas pela calha que se deslocam pela área de jogo alcançando uma distância entre 3,5 e 6m
- Lançamento Curto: Se caracterizam por bolas deslizadas pela calha que se deslocam pela área de jogo alcançando uma distância acima de 1,5 e abaixo de 3,5m

No sentido de ampliar a precisão dos lançamentos técnicos e atletas utilizam estratégias que auxiliam na fase de preparação do lança-

mento, entre as quais: marcação de distancias e inclinações no corpo da calha, divisões e desenhos do espaço do box e preparações de planilhas de altura, inclinação e distância atingida.

- **Classe BC4**

A classe BC4 é composta por atletas com diagnóstico de deficiência de origem não neurológica e que não apresentam alteração tonal ou espasticidade como sua deficiência primária mas que afetem a força muscular em todos os quatro membros e tronco, atingindo grau 3 ou menor com 0-90 graus de amplitude articular na flexão/abdução de ombro e na extensão do cotovelo. Além disso, devem apresentar falta de controle ativo do tronco, dificuldade de controle postural dinâmico e prejuízos no equilíbrio na posição sentada.

Podem ocorrer ainda situações de dificuldade na pegada e manuseio da bola com controle reduzido de agarrar e soltar. Nesses casos ocorre a autorização de uso de luvas, talas, cintas ou outros dispositivos aprovados pela banca de classificação funcional. Assim, ações de arremesso assistidas pela gravidade são comumente vistas em atletas BC4 como o arremesso de pêndulo/peito ou arremesso de dardo.

No caso de atletas que não conseguem efetuar lançamentos com as mãos, mas têm função suficiente dos membros inferiores para impulsionar a bola para a área de jogo com direção e velocidade apropriada e atendem aos critérios mínimos da classe BC4 podem realizar seus arremessos com os pés. Para tanto esses atletas deverão demonstrar força muscular geral de Grau 3/5 ou menos em todos os principais grupos musculares do membro inferior (glúteo, flexores do quadril, quadríceps, isquiotibiais, panturrilha) combinados com uma deformidade que resulta em amplitude de movimento (ADM) prejudicada ativa e passivamente da articulação do joelho.

TIPOS, UTILIZAÇÃO E GRAU DE EFETIVIDADE DE ARREMESSOS EM BOCHA PARALÍMPICA

As várias classes da Bocha Paralímpica apresentam tipos similares de lançamentos com os/as atletas utilizando as mãos ou os pés para realizarem seus arremessos. As classificações derivadas desses tipos de lançamentos se referem a características físico-funcionais ou de posicionamentos das bolas em quadra. Por outro lado, outros tipos de classifica-

ção também ocorrem, em especial a que se refere aos aspectos técnicos e táticos dos lançamentos efetuados nas diversas parciais. Nesse sentido, a Federação Internacional de Bocha define e caracteriza os tipos de arremessos mais comuns realizados por atletas dessa modalidade (<https://www.youtube.com/watch?v=aclaRsEzPsU>) classificando-os em dez tipos, no entanto considerando que o lançamento da bola branca também consiste em uma ação estratégica para os lançamentos subsequentes optou-se por incluir esse arremesso na tipologia dos lançamentos

1. Lançamento da Jack: Consiste no lançamento da bola branca (Jack), refletindo a tática inicial do atleta no que se refere a delimitação do espaço de jogo das bolas dos lançamentos subsequentes.
2. A primeira bola colorida: Consiste no primeiro lançamento das bolas de cor, expressando a condição técnico-tática de buscar o contato com a bola branca para iniciar o jogo pontuando e de preferência ocupar espaços que bloqueiem a linha de trajetória da bola de cor do adversário.
3. Posicionamento: Consiste no lançamento de uma bola colorida, buscando tocar a bola branca através de uma abertura entre duas outras bolas. Quanto mais estreita a abertura, mais difícil o arremesso.
4. Aproximação: Consiste em um lançamento de uma bola colorida que empurra a bola branca para uma posição entre duas outras bolas da mesma cor.
5. Afastar a bola do adversário: Consiste em um lançamento de uma bola colorida que afasta uma bola do adversário próxima à Jack no intuito de ocupar a posição da bola que foi movida, ou afastar a Jack das bolas adversárias abrindo espaço para futuras jogadas.
6. Ricochetear/Tabelar: Consiste em um lançamento de uma bola colorida que bate na lateral de outra bola, mudando a sua trajetória para se posicionar em uma zona de pontuação
7. Espalhar: Consiste em um lançamento de uma bola colorida realizado com força suficiente para espalhar várias bolas, afastando-as da bola branca, de modo a abrir espaços próximos à Jack.

8. Saltar e Deslocar: Consiste em um lançamento de uma bola colorida que executa uma trajetória aérea e ao tocar o solo salta sobre duas bolas de bloqueio para acertar a bola branca e movê-la para trás, afastando a Jack das bolas adversárias.
9. Saltar e Parar: Consiste em um lançamento de uma bola colorida que executa uma trajetória aérea e ao tocar o solo salta sobre uma barreira de bolas de bloqueio para se posicionar em um espaço vazio próximo a bola branca, preferencialmente pontuando.
10. Rolar e Subir: Consiste em um lançamento de uma bola colorida com a intenção de ao se chocar com uma barreira de outras bolas consiga subir e permanecer em cima dessas bolas,
11. Rolar e Transpor: Consiste em um lançamento de uma bola colorida com a intenção de ao se chocar com uma barreira de outras bolas consiga rolar por cima e cair próxima à bola branca, preferencialmente pontuando.

Os tipos de arremessos na Bocha Paralímpica se modificam a partir da correspondência entre as tomadas de decisão dos atletas e a efetividade motora que se transforma em um gesto técnico que alcança o objetivo pensado. Assim, quanto mais diversos os tipos de arremessos e mais apropriada a escolha de utilização, mais possibilidade o atleta tem de conseguir sucesso em suas jogadas.

UM ESTUDO EXPLORATÓRIO COM ATLETAS BC3 E BC4 EM UM CAMPEONATO INTERNACIONAL DE BOCHA PARALÍMPICA

Um estudo exploratório com o objetivo de analisar os tipos de lançamento e seu grau de efetividade em partidas de bocha paralímpica foi realizado a partir dos vídeos de acesso aberto disponibilizados pela Associação Nacional de Desporto para Deficientes – ANDE, em seu endereço eletrônico no Youtube. A seleção dos vídeos da World Boccia Cup Fortaleza 2023, ocorreu de forma aleatória, sendo sorteadas as classes BC2 e BC4. Das partidas disponíveis foram selecionadas as que atenderam aos critérios de completude, ou seja, foram analisadas as partidas de bocha paralímpica disponíveis em sua versão completa. O instrumento de coleta de dados é composto por uma ficha de observação, considerando os tipos de arremessos de bocha

definidos pela Federação Internacional de Bocha. Para cada tipo de arremesso foi especificado as possíveis consequências, as quais foram atribuídas pontuações variando de 0 a 6 pontos. Quanto mais positiva a consequência derivada do tipo de arremesso menor a pontuação.

Com base nos dados coletados foram analisadas as seguintes variáveis: posicionamento da bola branca no espaço da área de jogo; tipos, consequências e grau de efetividade dos lançamentos. Os dados foram tabulados e equacionados em planilhas de Excel. Para efetivação da análise estatística foi utilizado o programa Statistical Package for Social Science (SPSS) versão 29.0. Foram realizada estatística descritiva de frequência relativa e análise inferencial não paramétrica com os testes de Teste U-Mann Whitney e Teste de Kruskall Wallis.

Localizações dos lançamentos da Bola Jack na área de jogo.

O lançamento da bola branca representa o início do jogo de bocha e o seu posicionamento em quadra determina a definição das estratégias utilizadas pelos jogadores na busca da vitória da parcial. Dessa forma, com relação aos jogos analisados, observa-se uma maior similaridade nas escolhas dos atletas da categoria BC4, enquanto que os BC2 apresentam uma maior variabilidade nos locais de lançamento da bola branca (Tabela 1). No entanto não foram apontadas diferenças significantes no Teste U-Mann Whitney entre as categorias ($p=0,651$).

Tabela 1. Distribuição de posicionamentos em quadra

Posição do Lançamento da Jack	BC2	BC4
Curta ao centro	25,0%	22,2%
Curta à direita	16,7%	33,4%
Curta à esquerda	16,7%	22,2%
Média à direita	8,2%	
Média à esquerda	16,7%	
Longa à direita	-	22,2%
Longa à esquerda	16,7%	

Fonte: Autores

A predominância de lançamentos de curta distância (77,8%) por atletas da classe BC4 pode ser explicada pela característica físico-funcional de comprometimento de força muscular que dificulta os arremessos de média e longa distância.

Tipos e consequências técnico-táticas dos lançamentos

Os lançamentos das bolas coloridas apresentam características mais estratégicas na busca da vitória e pontuação de cada parcial. Tais estratégias envolvem os tipos de arremessos com trajetória direta em direção à Jack (posicionamento e aproximação) e os com trajetória indireta, os quais consistem em afastar uma ou mais bolas adversária (afastar), espalhar várias bolas que se encontram coladas ou muito próximas à Jack abrindo espaços para a colocação de outras bolas (espalhar) e também utilizar outras bolas para realizar mudança de trajetória da bola lançada com o objetivo de aproximar ou afastar bolas da Jack (ricochetear). Além disso têm-se ainda os tipos de lançamentos que envolvem sobreposição de bolas (rolar e parar em cima e rolar e transpor) ou trajetórias aéreas (pular por cima e descolar), considerados de maior complexidade.

A primeira bola de cor lançada representa a possibilidade de iniciar o jogo pontuando, assim os atletas em geral buscam aproximar o máximo possível essa bola da Jack. No entanto, entre os arremessos efetuados pelos atletas BC2 apenas 37,5% dos arremessos alcançaram esse objetivo; e na BC4 esse percentual foi ainda menor (33,3%). Outra consequência desejável para esse tipo de lançamento é posicionar a bola colorida bloqueando a linha de arremesso do adversário, o que ocorreu em 4,2% das bolas lançadas na BC2 e 13,3% na BC4, indicando a necessidade de uma melhoria na efetividade dessa ação de jogo.

Dessa forma a maioria dos lançamentos da primeira bola efetivados na BC2 (50%) consistiram em se posicionar próximo à Jack, mas fora da linha de arremesso do adversário. Tal situação ocorreu em 33,3% desse tipo de lançamento na BC4. Bolas lançadas longe da Jack e fora da linha de arremesso do adversário ocorreu predominantemente na CB4 (20%) e em 8,3% dos arremessos da BC2. Tais resultados indicam que uma predominância de arremessos próximos e/ou colados à bola branca, mas a maioria sem alcançar o objetivo de bloquear a linha de arremesso do adversário sem diferença significativa entre as categorias ($p=0,765$)

Nesse estudo exploratório foi possível observar que a maioria dos atletas efetivou, após a primeira bola de cor, tipos de arremesso que buscaram favorecer um posicionamento próximo a Jack, seja aproximando a bola da vez, afastando a bola do adversário ou usando outras bolas como meio de aproximação, através do ricocheteio, conforme ilustra a Tabela 2.

Tabela 2. Frequência relativa de tipos de arremesso por categorias da bocha paralímpica

Tipos de arremesso	Categorias	
	BC2	BC4
Posicionamento	14,7%	6,3%
Aproximar	21,6%	15,6%
Afastar	17,2%	25,0%
Espalhar	11,2%	4,7%
Ricochetear	31,9%	43,8%
Rolar por cima e sobrepor	-	1,6%
Rolar por cima e transpor	3,4%	3,1%

Fonte: Autores

Não foram encontradas diferenças significantes nos tipos de arremessos entre as categorias BC2 e BC4, conforme demonstra o Teste de U de mann-Whitney com $p=0,058$. Observa-se ainda que os tipos de arremessos que exigem maior grau de precisão e complexidade foram menos utilizados pelos atletas de ambas as categorias, entre os quais estão o pular por cima e descolar, tipologias que não foram utilizados nenhuma vez durante as partidas analisadas.

No que se refere aos tipos de arremessos com trajetória direta em direção à Jack em ambas as classes esportivas as consequências do tipo posicionamento apresentaram em sua maioria características que não favoreceram aos atletas, enquanto que o arremesso tipo aproximação trouxe como consequência predominante a pontuação (Tabela 3).

Tabela 3. Frequência relativa das consequências dos tipos de arremesso com trajetória direta em direção à Jack, por categorias da bocha paralímpica

Consequências do arremesso tipo posicionamento	Categoria	
	BC2	BC4
Próxima da Jack e na linha de arremesso do adversário	11,8%	
Próxima da Jack, mas fora da linha de arremesso do adversário	23,5%	
Longe da Jack, mas na linha de arremesso do adversário	5,9%	
Longe da Jack e fora da linha de arremesso do adversário	29,4%	50,0%
Arremessa para fora	29,4%	50,0%
Consequências do arremesso tipo aproximação	Categoria	
	BC2	BC4
Ultrapassa as bolas do adversário e cola na Jack	24,0%	60,0%
Ultrapassa as bolas do adversário, fica próximo da Jack e pontua	40,0%	10,0%
Se aproxima das bolas do adversário, fica próximo da Jack, mas não pontua	36,0%	30,0%

Fonte: Autores

Já nos arremessos indiretos (Tabela 4) observa-se que o tipo afastar, traz em sua maioria consequências positivas para ambas as categorias, enquanto que no tipo espalhar apenas os atletas BC2 conseguiram obter consequências positivas utilizando esse tipo de arremesso. O tipo ricochetear por sua vez é o que apresenta a maior variabilidade de consequências.

Tabela 4. Frequência relativa das consequências dos tipos de arremesso com trajetória indireta em direção à Jack, por categorias da bocha paralímpica

Consequências arremesso tipo afastar	Categoria	
	BC2	BC4
Afasta as bolas do adversário e cola na Jack		6,3%
Afasta as bolas do adversário, fica próxima à Jack e pontua	15,0%	31,3%
Afasta a Jack e pontua	45,0%	18,8%
Afasta as bolas do adversário, mas não pontua	25,0%	25,0%
Afasta a Jack, mas não pontua	15,0%	18,8%
Consequências arremesso tipo espalhar	Categoria	
	BC2	BC4
Espalha as bolas do adversário e cola na Jack	15,4%	
Espalha as bolas do adversário, fica próximo e pontua	53,8%	
Espalha as bolas do adversário, mas não pontua	30,8%	100,0%
Consequências arremesso tipo ricochetear	Categoria	
	BC2	BC4
Tabela em outra bola sua e cola na Jack	18,9%	17,9%
Tabela na bola do adversário e cola na Jack	2,7%	7,1%
Tabela em outra bola sua, ultrapassa as bolas do adversário e pontua	24,3%	28,6%
Tabela na bola do adversário, se aproxima da Jack e pontua	5,4%	
Tabela em outra bola sua, se aproxima da Jack, mas não pontua	16,2%	32,1%
Tabela na bola do adversário, se aproxima da Jack, mas não pontua	18,9%	7,1%
Tabela na bola do adversário e favorece o adversário	8,1%	3,6%
Tabela em outra bola sua e favorece o adversário	5,4%	
Tabela na Jack, mas se afasta e não pontua		3,6%

Fonte: Autores

Grau de efetividade dos lançamentos

Considerando que as consequências decorrentes dos tipos de arremesso indicam ações que favorecem ou não a pontuação em cada um dos lançamentos efetivados nas parciais, foi considerado para esse estudo 4 níveis de efetividade, quais sejam: efetividade muito alta, efetividade alta, efetividade baixa e efetividade muito baixa. Em uma análise do grupo geral foi possível observar que tanto na classe BC2



(48,3%) quanto na BC4 (47,7%) a maioria dos lançamentos obtiveram um nível de efetividade positivo um pouco menor que nos lançamentos com graus de efetividade baixa e muito baixa (BC2=51,7% e BC4=52,3%), o que indica que na Bocha Paralímpica cada lançamento pode ser decisivo para o resultado do jogo.

Os dados indicam ainda uma proximidade no nível de efetividade entre as categorias BC2 e BC4 não sendo encontradas diferenças significantes (U-Mann Whitney; $p=0,963$). Também foram identificadas diferenças significantes nesse indicador ao se efetivar uma análise por sequência de bolas lançadas (Teste de Kruskall Wallis; $p=0,009$). Dessa forma têm-se que a primeira bola de cor lançada indica o grau de dificuldade inicial da partida, requerendo uma maior efetividade dos arremessos efetivados em seguida (Tabela 5).

Tabela 5. Nível de efetividade dos arremessos por sequência de bolas lançadas

Nível de Efetividade	Sequência de bolas lançadas						
	0 (Jack)	1	2	3	4	5	6
Efetividade muito alta	1,7%a	5,8%a	2,5%a	2,9%a	3,3%a	2,5%a	1,7%a
Efetividade alta	1,3%b	1,3%b	3,8%b	7,1%a	6,3%a	5,0% b	3,3% b
Efetividade baixa	5,4%a	7,5%a	7,5%a	5,8%a	4,2%a	5,0%a	7,1%a
Efetividade muito baixa	-	2,1%a	2,9%a	-	1,7%a	1,3%a	1,3%a

Fonte: Autores

Assim os dados revelam que na Bocha Paralímpica a escolha dos tipos de arremessos pode trazer consequências positivas ou negativas que contribuem para o contexto das partidas, facilitando ou dificultando a configuração rumo a vitória.

CONCLUSÃO

O conhecimento dos tipos de lançamentos na Bocha Paralímpica é um elemento importante para o treinamento de atletas pois possibilita a compreensão das principais consequências derivadas da escolha tática mais adequada para cada configuração do jogo.

Assim, em função do repertório de lançamentos disponíveis os atletas podem buscar uma melhor efetividade motora e um gesto técnico individualizado para transformar a tomada de decisão em uma ação com graus positivos de efetividade.

A partir dos resultados oriundos do estudo exploratório é possível concluir que o lançamento da Jack e da primeira bola de cor são aspectos primordiais na busca para obtenção de resultados favoráveis. Além disso, o estudo também indica que a leitura da configuração do jogo requer tomadas de decisões assertivas quanto a escolha dos tipos de lançamentos no decorrer do jogo.

Destaca-se também a necessidade de novos estudos com ênfase na análise de jogos de bocha paralímpica que possam elucidar lacunas teóricas quanto aos aspectos de desenvolvimento técnicos e táticos utilizados pelos atletas durante as competições.

REFERÊNCIAS

Bisfed. **Boccia Classification Rules 5th Edition October 2021**. Disponível em: <https://www.worldboccia.com/wp-content/uploads/2021/10/Boccia-Classification-Rules-5th-Edition-September-2021287.pdf>. Acesso em: 29 de agosto de 2024

Bisfed. **International Boccia Rules 2021-2024**. Traduzido por ANDE – Associação Nacional de Desporto para Deficientes. -v.2.1. Disponível em: [BISFed-International-Boccia-Rules---2021_2024-v.2.1-BRZ.pdf](#) (worldboccia.com). Acesso em: 28 de agosto de 2024

Campeão, Márcia da S. **Proposta de ensino de bocha para pessoas com paralisia cerebral**. Campinas: Dissertação [Mestrado em Ciências da Saúde] Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, 2002.

Dantas, Matheus Jancy Bezerra. **Padrão do movimento ocular de atletas de bocha paralímpica no lançamento de penalidade**. 2020. Tese de Doutorado. [sn].

Sena, Angêla et al. Fatores psicossociais que beneficiam os atletas de bocha adaptado. EFDeportes.com, **Revista Digital**. Buenos Aires, nº 188, Janeiro, 2014. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd188/fatores-que-beneficiam-os-atletas-de-bocha-adaptado.htm>. Acesso em: 07 de julho de 2024

Sirera, J. L. Aspectos técnicos y tácticos en el desarrollo de la Boccia. **Valência: Encuentro Formativo Aspectos Motrices Básicos Incidentes en el Rendimiento Deportivo en Boccia**, p. 31, 2011.

EQUILIBRIO E AGILIDADE EM SURDOS ATLETAS DE FUTSAL

Felipe Xavier dos Santos¹

José Cássio Souza dos Santos²

Thiago Pinheiro Amorim²

Salenna Pereira Vieira²

José Cássio Souza dos Santos²

Acsa Souza Viana²

Mônica Maria Siqueira Damasceno³

laluska Guerra⁴

laluska@ifce.edu.br

INTRODUÇÃO

Na sociedade brasileira, as leis que garantem os direitos das pessoas com deficiência foram instituídas, mas esse reconhecimento legal foi resultado de um longo processo histórico. A trajetória dessas pessoas é marcada por preconceitos e pela luta por cidadania, frequentemente associadas a imagens de deformidade física e mental (Fernandes; Schlessener; Mosquera, 2011). Portanto, é essencial compreender essa questão no contexto atual. Segundo o Art. 2º da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) nº 13.146 de 2015, considera-se pessoa com deficiência aquela com impedimento de longo prazo (físico, mental, intelectual ou sensorial) que, em interação com barreiras, pode limitar sua participação plena na sociedade (Brasil, 2015).

O Art. 43 do Código Civil Brasileiro (Brasil, 2015) reforça a importância de uma sociedade inclusiva, ao determinar que o poder público promova a participação das pessoas com deficiência em diversas ativi-

¹ Graduado em Educação Física do IFCE – campus Juazeiro do Norte.

² Discente de graduação em Educação Física – IFCE campus Juazeiro do Norte. Bolsista de Extensão do Programa Paradesporto Brasil em Rede Núcleo IFCE campus Juazeiro do Norte

³ Docente do IFCE – campus Juazeiro do Norte

⁴ Docente do IFCE – campus Juazeiro do Norte. Coordenadora do Programa Paradesporto Brasil em Rede Núcleo IFCE campus Juazeiro do Norte

dades, como artísticas, intelectuais, culturais, esportivas e recreativas. Essa legislação busca garantir o protagonismo das pessoas com deficiência, assegurando-lhes oportunidades iguais às dos demais cidadãos. Ao incentivar instrução, treinamento e recursos adequados (inciso I), e assegurar a participação igualitária em jogos, atividades recreativas, esportivas e culturais, inclusive no ambiente escolar (inciso III), o artigo reconhece a importância da inclusão plena em todas as esferas da vida social. Isso evidencia um compromisso com a igualdade e a não discriminação, ao promover o direito de todos a desenvolverem seu potencial e se expressarem livremente, respeitando suas particularidades. A norma é um avanço significativo na construção de um ambiente acessível e inclusivo, que valoriza a diversidade e promove o respeito às diferenças.

Entre esses grupos, destacam-se as pessoas com surdez, que representam cerca de 5% da população brasileira, conforme dados do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012). A surdez é caracterizada pela perda auditiva bilateral, parcial ou total, de 41 decibéis (dB) ou mais, medida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (Brasil, 2005). Essa definição é fundamental para orientar políticas públicas e ações que visam à inclusão e à acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva em diversos contextos sociais.

Ao considerar essas diretrizes, é evidente a necessidade de promover a inclusão efetiva dessas pessoas nas atividades de Educação Física, esportes e lazer. Tais ambientes devem ser adaptados para garantir que pessoas com deficiência auditiva possam participar plenamente e em igualdade de condições, superando barreiras e desafios. Cumprir as disposições legais mencionadas não é apenas uma questão de conformidade com a Lei, mas também de promover um ambiente onde todos possam se desenvolver, serem respeitados e desfrutar de oportunidades justas e livres de desigualdades. Dessa forma, o acesso inclusivo no campo da Educação Física se torna um passo essencial para assegurar a participação ativa e plena desses indivíduos na sociedade.

Apesar da sólida base legal existente, Ribeiro (2022) destaca que, no contexto atual, a inclusão de alunos surdos ainda enfrenta muitos desafios e requer avanços significativos. O autor chama a atenção para a lacuna entre a legislação e a prática cotidiana. Embora existam leis que

garantam direitos e promovam a inclusão de pessoas surdas, ainda há barreiras a serem superadas na implementação efetiva dessas normas. Isso reflete a necessidade de mudanças não apenas legais, mas também culturais, educacionais e estruturais, para que a inclusão seja uma realidade tangível no ambiente escolar e na sociedade como um todo.

Discutir a inclusão de pessoas surdas na educação física é essencial, pois, como apontam Fontoura, Formentin e Abech (2013), a avaliação física desempenha um papel fundamental em diferentes contextos da educação física, seja no rendimento esportivo, na prática escolar ou em outras áreas. A avaliação tem como principais objetivos classificar o indivíduo e determinar seu estágio de desenvolvimento (Machado; Abad, 2012). Portanto, a avaliação deve considerar o princípio da individualidade biológica, que reconhece que cada pessoa possui uma estrutura física e psíquica única. Assim, é essencial respeitar as características e necessidades individuais (Tubino, 2003).

Nesse contexto, a avaliação física torna-se uma ferramenta crucial para monitorar o desenvolvimento físico e motor dos indivíduos. Tubino (2003) enfatiza que, através de testes físicos específicos para cada capacidade, é possível avaliar as condições físicas iniciais e acompanhar o progresso ao longo do tempo. Entre as capacidades que podem ser avaliadas, destacam-se o equilíbrio e a agilidade, que são especialmente relevantes no acompanhamento de surdoatletas no esporte.

De acordo com o autor, o equilíbrio é uma capacidade física alcançada por meio da coordenação de ações musculares para manter a estabilidade corporal. Ele pode ser classificado em três tipos: estático, dinâmico e recuperado. Essa capacidade pode ser comprometida por disfunções no sistema vestibular, localizado na orelha interna, que informa o cérebro sobre a posição e os movimentos da cabeça (Hoffman, 2010). A perda auditiva, resultante de problemas na orelha, está intimamente ligada ao equilíbrio, pois os sistemas auditivo e vestibular são interconectados (Cohen, 1999).

Entre os principais testes clínicos para avaliar o equilíbrio postural está a Escala de Equilíbrio de Berg (EEB). Em um estudo de Carvalho (2023), que utilizou a EEB como ferramenta de avaliação, constatou-se uma melhora significativa no equilíbrio de crianças e adolescentes surdos após participarem de aulas de capoeira. Isso demonstra como a de-

ficiência auditiva pode influenciar diretamente o desempenho motor de uma pessoa surda.

Já a agilidade é definida como a capacidade de mudar rapidamente de posição no espaço, sendo uma habilidade essencial em muitos esportes (Guedes; Guedes, 2006; Tubino, 2003). No futsal, em particular, a agilidade é crucial devido às dimensões reduzidas da quadra, que exigem dos jogadores mudanças rápidas de direção (Santi Maria, Almeida e Arruda, 2009 apud Leite et al., 2012).

Esse estudo busca contribuir de maneira significativa para a comunidade de atletas surdos ao explorar as capacidades de equilíbrio e agilidade no futsal, oferecendo novas abordagens para o treinamento inclusivo e adaptado. Ao focar na inclusão e no desenvolvimento físico desses atletas, o trabalho pode impactar positivamente tanto no âmbito esportivo quanto na qualidade de vida, incentivando a participação plena de surdoatletas em diferentes modalidades esportivas. Além disso, a pesquisa serve como uma plataforma para sensibilizar e educar outros profissionais e a sociedade sobre a importância da inclusão no esporte, gerando mudanças culturais e sociais que beneficiem essa comunidade.

Neste contexto, o presente estudo teve como objetivo geral avaliar o equilíbrio e a agilidade de surdoatletas que praticam futsal. Os objetivos específicos são: Avaliar os níveis de equilíbrio funcional de surdoatletas de futsal utilizando a Escala de Equilíbrio de Berg, e, comparar o desempenho de agilidade de surdoatletas de futsal com e sem condução de bola, identificando variações e desafios específicos em cada condição.

RELAÇÃO ENTRE AUDIÇÃO E EQUILÍBRIO: IMPACTOS PARA PESSOAS SURDAS

A audição é o sentido responsável pela percepção dos sons, e a orelha, além de captar estímulos sonoros, também contribui para o equilíbrio e a orientação da cabeça. Ela possui funções sensoriais e de equilíbrio e é dividida em três partes: externa, média e interna (Júnior, 2020; Ruiz, 2023).

A orelha externa é composta pelo pavilhão auricular, pelo meato acústico externo e pela membrana timpânica. O pavilhão auricular, parte visível e assimétrica da orelha, capta e direciona os sons para o meato acústico externo, que os conduz até a membrana timpânica. Esta mem-

brana, fina e de tripla camada, separa a orelha externa da orelha média e é suscetível a perdas auditivas condutivas (Ruiz, 2023).

Na orelha média, três ossículos — martelo, bigorna e estribo — conduzem o som do meio externo até a orelha interna. Esses ossículos estão conectados como uma cadeia de dobradiças: o martelo se liga à membrana timpânica, enquanto o estribo se conecta à membrana que separa a orelha média da orelha interna (Silverthorn, 2006). Assim como a orelha externa, a orelha média também pode ser afetada por perdas auditivas condutivas. As descrições de Ruiz (2023) e Silverthorn (2006) detalham a complexa anatomia da orelha, destacando a importância de cada parte na condução do som e sua relação com as perdas auditivas condutivas, que ocorrem quando há interferência na transmissão do som pela orelha externa ou média.

A orelha interna é a mais complexa das três partes da orelha, pois desempenha funções relacionadas tanto à audição quanto ao equilíbrio (Ruiz, 2023). Ela é composta principalmente pela cóclea, responsável pela interpretação dos sons, e pelo sistema vestibular, que controla o equilíbrio (Silverthorn, 2006). A cóclea converte os sons captados em impulsos elétricos que são enviados ao cérebro, permitindo sua interpretação (Redondo; Carvalho, 2000).

O sistema vestibular, por sua vez, detecta movimentos de equilíbrio por meio de estruturas como os canais semicirculares, o sáculo e o utrículo (Guyton; Hall, 2011). Os canais semicirculares, dispostos nos três planos do espaço, percebem a aceleração rotacional e, quando a cabeça gira, a endolinfa em seu interior movimentada-se, enviando sinais ao sistema nervoso sobre a rotação da cabeça (Guyton; Hall, 2011). O sáculo e o utrículo, por sua vez, detectam a aceleração linear e a inclinação da cabeça através de células ciliadas que se movem conforme as forças gravitacionais (Guyton; Hall, 2011). Lesões no sistema vestibular da orelha interna podem comprometer o equilíbrio em pessoas surdas, já que essas estruturas são responsáveis pela orientação espacial (Kleiner, Schlittler e Sánchez-Arias, 2011).

A relação entre o sistema auditivo e o equilíbrio é fundamental para entender as implicações das perdas auditivas. Perdas auditivas sensorineurais, causadas por lesões na orelha interna ou morte das células pilosas, são irreversíveis e geralmente resultam da exposição a sons al-

tos (Silverthorn, 2006). Já as perdas auditivas condutivas, decorrentes de bloqueios na orelha externa ou média, e as perdas auditivas centrais, relacionadas a danos no córtex cerebral, também afetam a audição, mas têm diferentes origens e consequências (Hyppolito, 2005; Silverthorn, 2006).

Portanto, a relação entre perdas auditivas e o equilíbrio é clara e sublinha a importância de testes específicos para avaliar o equilíbrio em surdos. O uso de avaliações validadas pode contribuir para o desenvolvimento motor e a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas (Azevedo; Sameli, 2009).

A AGILIDADE NO FUTSAL E SUA RELAÇÃO COM O EQUILÍBRIO EM PESSOAS SURDAS

A agilidade, segundo Barbanti (2003), é a habilidade de executar movimentos rápidos e ágeis, envolvendo mudanças de direção. De forma semelhante, Bompa (2002, p. 51) descreve a agilidade como a capacidade do atleta de alterar rapidamente sua direção de maneira eficiente, mover-se com facilidade no espaço ou realizar ações que confundam o adversário. As definições de Barbanti (2003) e Bompa (2002) destacam a agilidade como um componente crucial no desempenho esportivo, especialmente em esportes que exigem mudanças rápidas de direção e estratégias para enganar o oponente. Ambos os autores enfatizam a importância da rapidez e da eficácia nos movimentos, elementos fundamentais para atletas em modalidades como o futsal, onde a agilidade pode ser decisiva para o sucesso em quadra.

Quando se trata de futsal, a agilidade é essencial devido à necessidade de movimentos rápidos e mudanças constantes de direção durante treinos e jogos (Medina, 2002). Como destaca Tubino (2003), a agilidade, também conhecida como “velocidade de mudança de direção”, é crucial para a eficácia dos jogadores em quadra.

O equilíbrio, por sua vez, refere-se a um estado de estabilidade corporal, obtido pela coordenação muscular para manter a posição controlada do corpo. Ele é dividido em três tipos: dinâmico (equilíbrio em movimento), estático (equilíbrio em posição fixa) e recuperado (recuperação do equilíbrio após deslocamento) (Silverthorn, 2006; Tubino, 2003). Esses componentes são fundamentais para sustentar a agilidade,

pois permitem ao atleta manter a estabilidade mesmo durante mudanças bruscas de direção.

Tubino (2003) enfatiza que, além da flexibilidade e da velocidade, o equilíbrio é vital para o desenvolvimento da agilidade. Quando o sistema vestibular, que ajuda a manter o equilíbrio, é afetado, como pode ocorrer em surdoatletas, a agilidade também pode ser prejudicada (Guyton; Hall, 2011; Oliveira, 1983). Portanto, avaliar o equilíbrio e a agilidade em surdoatletas é crucial para entender essas interações e otimizar o desempenho.

Os autores convergem na importância do equilíbrio como base para a agilidade no futsal. Medina (2002) e Tubino (2003) enfatizam a agilidade como uma habilidade chave, enquanto Silverthorn (2006) e Guyton & Hall (2011) abordam a conexão entre o sistema vestibular e a capacidade de manter a estabilidade, essencial para mudanças rápidas de direção no esporte.

O DESAFIO DA APLICAÇÃO DE TESTES MOTORES ADAPTADOS PARA SURDOATLETAS

A surdez afeta principalmente a comunicação, impactando diversas áreas do desenvolvimento de pessoas surdas (Poker, 2009). A audição, segundo Silverthorn (2006), é o sentido mais crucial para a interação social, conectando-nos ao mundo e às outras pessoas. Capovilla (2000) reforça que a ausência de uma linguagem eficaz acarreta sérias consequências emocionais, intelectuais e sociais, tornando essencial o desenvolvimento de métodos de comunicação que integrem indivíduos surdos à sociedade.

No Brasil, existem quatro métodos principais para o desenvolvimento da linguagem em deficientes auditivos: oral unissensorial, oral multissensorial, comunicação total e bilinguismo, sendo este último o mais destacado (Redondo; Carvalho, 2000). O bilinguismo promove o aprendizado tanto da Língua Brasileira de Sinais (Libras) quanto do Português, sem que uma interfira na outra. No entanto, muitos surdos não dominam o Português, o que dificulta a compreensão de textos científicos (Malacarne; Oliveira, 2018). Em contraste, Libras é uma língua natural visual-espacial usada pela comunidade surda no Brasil (Quadros, 2004).

Apesar dessas especificidades e das barreiras de comunicação enfrentadas pela comunidade surda, faltam testes específicos para avaliar o equilíbrio e a agilidade de surdoatletas. Guedes e Neto (2015) constataram que estudos sobre coordenação motora em deficientes auditivos não utilizam instrumentos validados para essa população, mesmo quando os métodos são considerados confiáveis. Brodt (2019) também não encontrou questionários específicos para avaliar a confiança no equilíbrio de surdos.

Pesquisas de Amaral et al. (2013), Azevedo e Sameli (2009), e Melo et al. (2017) compararam o equilíbrio entre indivíduos surdos e ouvintes, mas não utilizaram testes validados ou sinalários específicos para surdos, evidenciando a lacuna na adaptação dos testes. Da mesma forma, os testes de agilidade, como o Shuttle Run (Guedes; Guedes, 2006) e o Shuttle Run com bola (Caicedo; Matsudo; Matsudo, 1993), carecem de validação e sinalários adequados para surdoatletas.

Os autores destacam a importância da comunicação eficaz e da adaptação de métodos e testes para atender às necessidades específicas da comunidade surda. A falta de instrumentos validados para avaliar o desempenho motor e o equilíbrio de surdoatletas indica a necessidade de desenvolvimento de ferramentas que respeitem suas particularidades.

PERSPECTIVAS DE ANÁLISE DE EQUILÍBRIO E AGILIDADE EM SURDOATLETAS DE FUTSAL

Este estudo é uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa. A pesquisa descritiva busca identificar relações entre variáveis dentro de um ensaio científico (Gil, 2017). A abordagem quantitativa permite testar hipóteses e analisar a realidade de maneira objetiva, generalizando os resultados por meio de procedimentos estatísticos. Além disso, utiliza recursos tecnológicos, como softwares e planilhas eletrônicas, para descrever, analisar, interpretar e apresentar os dados obtidos na investigação (Nascimento; Cavalcante, 2018).

O estudo contou com a participação de 13 surdoatletas amadores de uma equipe de futsal para surdos, vinculada ao Projeto Paradesporto Brasil em Rede, realizado no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), campus Juazeiro do Norte. A seleção dos participantes foi intencional, devido à escassez de surdoatletas de futsal na região do

Cariri. O projeto foi escolhido por ser o único com estrutura sistemática, oferecendo treinos regulares com dias e horários definidos.

Para participar do estudo, os indivíduos deveriam apresentar perda auditiva bilateral, parcial ou total, igual ou superior a 41 decibéis (dB). Foram excluídos do estudo os indivíduos que não concluíram todos os testes ou que apresentavam lesões físicas anteriores à testagem, que pudessem impedir a realização deles.

A estrutura de Gil (2017) e Nascimento e Cavalcante (2018) reforça a importância da metodologia quantitativa para a objetividade e a precisão na análise dos dados. A escolha criteriosa dos participantes e a aplicação rigorosa dos critérios de inclusão e exclusão asseguram a validade dos resultados e a relevância da pesquisa no contexto dos surdoatletas de futsal.

Com relação as Variáveis e Instrumentos, os testes foram realizados com o auxílio de um intérprete de Libras. Para avaliar o equilíbrio, utilizou-se a Escala de Equilíbrio de Berg, que mede o desempenho funcional do equilíbrio com base em 14 atividades cotidianas (Berg, 1989 apud Miyamoto et al., 2004). Cada atividade é pontuada de 0 a 4, com uma pontuação máxima de 56 pontos. A escala classifica os participantes em três categorias: alto risco de queda (0-20 pontos), médio risco (21-40 pontos), e baixo risco (41-56 pontos). Esse teste é simples, seguro, e dura cerca de 15 minutos, sendo tradicionalmente usado em idosos frágeis e pessoas em reabilitação de equilíbrio. Carvalho (2023) destaca que a pontuação é baseada em três pilares: o tempo de manutenção de uma posição, a distância alcançada com o braço à frente do corpo, e o tempo para completar a tarefa. Cada tarefa deve ser demonstrada ou instruída de acordo com o protocolo.

Para avaliar a agilidade, foram utilizados o teste Shuttle Run e sua adaptação com bola. No Shuttle Run, o participante corre 9,14 metros para pegar e transportar dois blocos de volta à linha de partida o mais rápido possível. São realizadas duas tentativas, e o melhor tempo é registrado, contanto que o participante cruze a linha de chegada com pelo menos um pé (AAHPER, 1976). A adaptação do teste, criada por Caicedo, Matsudo e Matsudo (1993), substitui os blocos por bolas, que devem ser conduzidas com os pés. O participante deve controlar a bola enquanto corre, e o teste é considerado válido apenas se a bola for mantida sob

controle, sem ser arremessada ou perdida. O melhor tempo de duas tentativas é considerado.

Os instrumentos utilizados, são fundamentais para avaliar o equilíbrio e a agilidade de surdoatletas, respeitando suas especificidades. Esses métodos combinam simplicidade, segurança e eficácia na coleta de dados quantitativos relevantes para o estudo.

A análise dos dados quantitativos foi realizada por meio de estatísticas descritivas, incluindo frequência absoluta, média e desvio padrão. Para a estatística inferencial, foram utilizados o teste T de Student para amostras pareadas e o teste de Kolmogorov-Smirnov para verificar a normalidade dos dados.

Esta pesquisa segue as diretrizes do Código de Ética dos Profissionais de Educação Física (2015), conforme o Art. 4º. Ainda foi aplicado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos participantes, conforme as exigências das Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que estabelecem diretrizes éticas e responsabilidades para pesquisas com seres humanos. O termo foi lido e explicado previamente aos participantes com o apoio de um tradutor intérprete de Libras, garantindo sua compreensão antes da assinatura.

IMPLICAÇÕES NO EQUILÍBRIO E NA AGILIDADE DE SURDOS ATLETAS DE FUTSAL

Os 13 surdos atletas amadores avaliados, todos homens com idade média de $33,07 \pm 5,75$ anos, realizaram os testes Escala de Equilíbrio de Berg (EEB), Shuttle Run e Shuttle Run com Bola, utilizando comunicação por intérprete de Libras. A maioria dos participantes (92,3%) tem mais de dez anos de experiência em campeonatos, enquanto 7,7% competem há mais de cinco anos. Na EEB, todos os participantes obtiveram pontuações entre 41 e 56, indicando baixo risco de queda. Isso pode ser explicado pela compensação de disfunções de equilíbrio por meio de visão, tato e propriocepção (Pennella, 1979 apud Ferreira, 1994). Entre os 14 itens da EEB, quatro apresentaram maior variação nas pontuações, destacando-se na avaliação das capacidades funcionais de equilíbrio.

Embora todos os participantes tenham sido classificados como de baixo risco de queda na Escala de Equilíbrio de Berg (EEB), itens como virar, girar, permanecer em pé com os pés juntos e com um pé à

frente apresentaram resultados que merecem atenção. Isso pode ser atribuído a disfunções no sistema vestibular, que, quando afetado, altera o equilíbrio ao detectar a orientação espacial e o movimento da cabeça (Kleiner; Schlittler; Sánchez-Arias, 2011; Oliveira, 1983). A orelha interna, além de fornecer informações proprioceptivas, é crucial para comunicar ao cérebro a posição corporal em relação ao ambiente (Silverthorn, 2006).

Outro ponto relevante é a ausência de um sinalário em Libras para a EEB. Apesar de ter sido traduzida para o português (Miyamoto et al., 2004) e utilizada em estudos de equilíbrio, como o de Carvalho (2023), a escala não contempla as especificidades de cada grupo, como os surdos. Estudos como o de Rodrigues et al. (2014) utilizaram a Escala de Equilíbrio Pediátrica (EEP), uma versão adaptada da EEB para crianças, destacando a falta de validação da EEB para surdos adultos e a ausência de uma versão em Libras. Isso limita a precisão na análise dos resultados. No teste de Shuttle Run, todos os participantes tiveram resultados considerados fracos, com a melhor marca sendo 10,83 segundos, insuficiente para atingir classificações de desempenho superiores.

Embora todos os participantes tenham obtido a melhor classificação na Escala de Equilíbrio de Berg, esse resultado não se refletiu no teste de agilidade. Nenhum deles conseguiu uma classificação acima de “fraco”, já que o tempo necessário para atingir a categoria “regular” seria abaixo de 10,4 segundos, o que não foi alcançado em nenhuma das duas tentativas dos testes Shuttle Run e Shuttle Run com bola. Além disso, os participantes tiveram uma média de tempo maior na primeira tentativa em comparação à segunda.

O desempenho de agilidade sem bola apresentou médias menores do que com bola. Para a análise estatística inferencial, inicialmente aplicou-se o teste de Kolmogorov-Smirnov, que confirmou a normalidade dos dados ($p > 0,050$). Para comparar as médias entre o Shuttle Run e o Shuttle Run com bola, foi utilizado o teste T de Student para amostras pareadas. Houve uma diferença significativa entre as primeiras tentativas de ambos os testes ($p < 0,001$), com um aumento de 3,08 segundos no Shuttle Run com bola. O mesmo ocorreu entre as segundas tentativas, com um incremento de 2,37 segundos ($p < 0,001$), resultados que estão em linha com o estudo de Silva et al. (2006).

Alves et al. (2010) também encontraram médias mais altas para o teste com bola comparado ao teste sem bola, após analisar a agilidade antes e depois de uma partida de futsal. Ao comparar as tentativas no Shuttle Run, verificou-se uma diferença significativa entre a 1ª e a 2ª tentativa ($p=0,019$), sugerindo adaptação ao teste. No entanto, no Shuttle Run com bola, não houve diferença significativa entre as tentativas ($p=0,067$), indicando que a necessidade de controlar a bola dividiu o foco dos participantes.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa analisou a relação entre equilíbrio funcional e agilidade em surdoatletas, mostrando que, enquanto os participantes tiveram um bom desempenho no equilíbrio, classificado como de baixo risco de queda pela Escala de Equilíbrio de Berg, os resultados para agilidade foram insatisfatórios. Isso indica que um bom equilíbrio não necessariamente se traduz em boa agilidade.

Esses resultados reforçam a importância de avaliar diferentes habilidades motoras em surdoatletas no paradesporto. Recomenda-se explorar outras capacidades físicas, tanto gerais quanto específicas, para entender melhor seu desempenho esportivo. Além disso, destaca-se a necessidade de melhorar a comunicação entre pesquisadores e surdoatletas. Embora o uso de intérpretes de Libras tenha ajudado na aplicação dos testes, é essencial desenvolver testes específicos e criar sinalários que atendam às suas necessidades. Isso expandirá o glossário em Libras e ajudará intérpretes e profissionais de Educação Física.

O estudo enfrentou limitações no número de participantes, devido à escassez de surdos atletas na região do Cariri - CE, e à falta de classificação do tipo de perda auditiva. Futuras pesquisas devem focar na validação de testes de equilíbrio e agilidade para surdos atletas e na criação de sinalários para garantir maior acessibilidade à comunidade surda.

REFERÊNCIAS

Alves, L. S. et. al. O desempenho no teste de Shuttle Run com e sem bola melhora após partida de futsal em jovens de 14 a 16 anos de idade. EFDeportes.com - **Revista Digital, Buenos Aires**, n. 145, jun. 2010. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd145/teste-de-shuttle-run-com-e-sem-bola.htm#:~:text=>

Conclusão da agilidade da medida pelos do teste de partida. Acesso em: 18 fev. 2024.

Amaral, R. B. do. *et al.* O equilíbrio dos indivíduos portadores de deficiência auditiva. EFDeportes.com - **Revista Digital, Buenos Aires**, n. 177, fev. 2013. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd177/o-equilibrio-portadores-de-deficiencia-auditiva.htm>. Acesso em: 21 set. 2023.

Azevedo, M. G.; Samelli, A. G. Estudo comparativo do equilíbrio de crianças surdas e ouvintes. **Revista CEFAC**, São Paulo, v. 11, p.85-91, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcefac/a/Xr75Gq7YNVQL8PYYkBnNG7D/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 set. 2023.

Barbanti, V.J. **Dicionário de educação física e esporte**. 2. ed. São Paul: Manole, 2003.

Bompa, T. O. **Treinamento Total para Jovens Campeões**. São Paulo: Editora Manole, 2002.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 22 de dezembro de 2005, 184º da Independência e 117º da República. **Disponível em:** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 17 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, ano 152, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015b. **Disponível em:** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 17 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2016. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos e revoga as Resoluções nos. CNS 196/96, 303/2000 e 404/2008. Diário Oficial da União, Brasília, 2012. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 19 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. Diário Oficial da União, Brasília, 24 maio de 2016. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 19 set. 2023.

Brodth, G. A. EFEITOS DA PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS NO EQUILÍBRIO E NA MARCHA DE SURDOS. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano)

no) - Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, UFRS, Porto Alegre, 2019.

Caicedo, J. G.; Matsudo, S. M. M.; MATSUDO, V. K. R. Teste específico para mensurar agilidade em futebolistas e sua correlação com o desempenho no passe em situação real de jogo. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Santo André, p. 7-15, 1993.

Capovilla, F. C. Filosofias educacionais em relação ao surdo: do oralismo à comunicação total ao bilinguismo. **Revista brasileira de educação especial**, São Paulo, v. 6. n. 1, 2000. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbee/v06n01/v06n01a07.pdf>. Acesso em: 19 set. 2023.

Carvalho, F. R. de. Avaliação do equilíbrio em crianças e adolescentes surdos antes e após a prática da capoeira por meio da escala de equilíbrio de Berg. Curitiba: Editora CRV, 2023.

Cohen, H. Neurociência para fisioterapeutas: incluindo correlações clínicas. 2. ed. São Paulo: Manole, 1999.

Ferreira, S. Atividades motoras para deficientes auditivos. In: PEDRINELLI, V. I. Educação Física e Desporto para pessoas portadoras de deficiência. Brasília: MEC/SEDES: SESI, 1994.

Fernandes, L. B.; Schlesener A.; Mosquera C. Breve histórico da deficiência e seus paradigmas. **Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia**, Curitiba, v. 2, p. 132-144, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/incantare/article/view/181/186>. Acesso em: 20 set. 2023.

Fontoura, A. S. da; Formentin, C. M.; Abech, E. A. Guia prático de avaliação física: uma abordagem didática, abrangente e atualizada. 2. Ed. São Paulo: Phorte, 2013. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 19 set. 2023.

Gil, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2017.

Guedes, D. P.; Guedes, J. E. R. P. **Manual prático para avaliação em educação física**. São Paulo: Editora Manole, 2006.

Guedes, M. S.; Neto, J. L. C. Avaliação da coordenação motora em crianças e adolescentes com deficiência auditiva: uma revisão sistemática de estudos brasileiros. **Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP**, Campinas, v. 13, n. 3, p. 114-130, jul./set, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8640874/8411>. Acesso em: 26 fev. 2024

Guyton, A. C.; Hall, J. E. Tratado de Fisiologia Médica. 12. ed. Rio de Janeiro: Elsevier editora ltda, 2011.

Hoffman, S. L. G. Como o sistema responsável pelo equilíbrio funciona?. Associação Americana De Fisioterapia. Australia, 2010. Disponível em: https://www.neuropt.org/docs/vsig-portuguese-pt-fact-sheets/how-balance-system-works-como-o-sistema-responsavel.pdf?sfvrsn=5af9983e_2#:~:text=Sistema%20vestibular%3A%20%C3%93rg%C3%A3os%20do%20equil%C3%ADbrio,enxergar%20claramente%20durante%20estes%20movimentos. Acesso em: 24 set 2023.

Hyppolito, Miguel A. Perdas auditivas condutivas. Medicina, Ribeirão Preto, v. 38, n. 3/4, p. 245-252, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/451/451>. Acesso em: 25 set. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=destaques>. Acesso em: 21 set. 2023.

Júnior, B. J. N. Anatomia Humana Sistemática Básica. Petrolina: UNIVASF, 2020. *E-book* (230p.) ISBN: 978-65-991384-4-7. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/noticias/professor-da-univasf-lanca-e-book-de-anatomia-humana-basica/copy2_of_ebook_Anatomia_Humana_Sistematica_Basica.pdf. Acesso em: 24 set. 2023.

Kleiner, A. F. R.; Schlittler, D. X. C.; Sánchez-Arias M. R. O papel dos sistemas visual, vestibular, somatosensorial e auditivo para o controle postural. **Revista Neurociências**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 349-357, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/72584/2-s2.0-79960805288.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 set. 2023.

Leite, L. R. *et al.* Relação entre a agilidade e velocidade em praticantes de futsal. **Revista Acta Brasileira do Movimento Humano**, Ji-Paraná v. 2, n. 4, p. 16-25, out., 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/256546649_Relationship_between_agility_and_Speed_in_futsal_players Acesso em: 26 fev. 2024

Machado, A. F.; ABAD, C. C. C. Manual de Avaliação Física. 2.ed. São Paulo: Ícone Editora Ltda, 2012.

Malacarne, V.; OLIVEIRA, V. R. A contribuição dos sinalários para a divulgação científica em Libras. Ensino em Re-Vista, Uberlândia, v. 25 , n. 02, p. 289-305, mai./ago., 2018. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/43270/22583>. Acesso em: 24 set. 2023.

Medina, J. A. *et al.* Necesidades cardiovasculares y metabólicas del fútbol sala: análisis de la Competición. Apuntes: **Educación física y deportes**. Barcelona, n. 67, p. 45-51, 2002.

Melo, R. S. *et al.* Equilíbrio estático e dinâmico de crianças e adolescentes com perda auditiva sensorio-neural. *Einstein*, Recife, v. 15, n. 3, p. 262-268, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/nSxJSg74h8Zz9477HDN-7CbS/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 15 set. 2023.

Miyamoto, S. T. *et al.* Brazilian version of the Berg balance scale. **Brazilian Journal of Medical and Biological Research** [online], v. 37, São Paulo, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bjmbr/a/MwMFYdSzsB7xtVXSTY-FM4MD/>. Acesso em: 20 set. 2023.

Nascimento, L. F.; CAVALCANTE, N. N. D. Abordagem Quantitativa na Pesquisa em Educação: Investigações no cotidiano Escolar. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, v. 11, n. 25, p. 251-262, abr./junl, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8287842>. Acesso em: 26 fev. 2024

Oliveira, H. F. de. *Elementos de Anatomia e Fisiologia Humana*. São Paulo, 2013. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/folder/view.php?id=41797>. Acesso em 25 set. 2023.

Oliveira, J. A. A. Fisiologia do Sistema Vestibular. **Brazilian Journal of Otorhinolaryngology**, Ribeirão Preto, v. 49. p. 17-28, 1983, Disponível em: <http://oldfiles.bjorl.org/conteudo/acervo/acervo.asp?id=1912#:~:text=Como%20vimos%2C%20os%20canais%20semicirculares,quando%20submetidos%20a%20forças%20centr%C3%ADfugas>. Acesso em: 17 set. 2023.

Poker, R. B. *Surdez, funções cognitivas e libras*. Unesp/Marília, 2009. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/Libras/mec_texto3.pdf. Acesso em: 24 de set. de 2023.

Quadros, R. M. de. *O tradutor e intérprete de língua brasileira sinais e língua portuguesa*. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio a Educação de Surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>. Acesso em: 25 set. 2023.

Redondo, M. C. F.; Carvalho, J. M. *Deficiência auditiva - Brasília: MEC. Secretaria de Educação a Distância*, 2000.

Ribeiro, Z. P. C. O uso da tecnologia digital na inclusão educacional do surdo. *Avanços & Olhares-Revista Acadêmica Multitemática do IESA*, Barra do Garças, n. 9, 2022. Disponível em: <https://periodicos.institutoiesa.com/index.php/avancoseolhares/article/view/16/11> Acesso em: 21 set. 2023.

Ries, Lílian G. K. *et al.* Adaptação cultural e análise da confiabilidade da versão brasileira da Escala de Equilíbrio Pediátrica (EEP). **Revista Brasileira de Fisioterapia**. São Carlos, v. 16, n. 3, p. 205-215, maio/jun, 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbfis/a/cbDVP6W3NQ6SbsFchmxbPHD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 set. 2023.

Rodrigues, A. T. *et al.* Crianças com e sem deficiência auditiva: o equilíbrio na fase escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília, v. 20, n. 2, p. 169-178, abr./jun., 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/WPD7gm578Pb3z4FNdWXXHMF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 set. 2023.

Ruiz, C. R. (org.). Anatomia humana básica: para estudantes da área de saúde. 5. ed. Santo André: Difusão, 2023. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 19 set. 2023.

Silva, L. J. *et. al.* A associação entre “shuttle run” e “shuttle run” com bola e sua relação com o desempenho do passe no futebol. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 14, n. 3, p. 7-12, 2006.

Silverthom, D. U. Fisiologia humana: uma abordagem integrada. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

Tubino, M. J. G.; Moreira, S. B. Metodologia científica do treinamento desportivo. 13. ed. Rio de Janeiro: Shape, 2003.



CADERNO DE RESUMO



DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO PARADESPORTO UFC: ABORDAGENS METODOLÓGICAS E DESAFIOS PRÁTICOS

Mário Antônio de Moura SIMIM¹

Victor Coswig SILVEIRA²

mario.simim@ufc.br

O presente capítulo descreve o processo de criação e implementação do Projeto Paradesporto UFC na cidade de Fortaleza/CE. Esse projeto é uma parceria entre Secretaria Nacional do Paradesporto (SNPAR) e o Instituto de Educação Física e Esportes (IEFES/UFC) para promover a inclusão esportiva de pessoas com deficiência. Assim, nosso texto abordará as etapas para o processo de criação, seleção e capacitação de bolsistas, o planejamento das atividades esportivas adaptadas e os desafios enfrentados na execução do projeto. Por fim, esperamos que o núcleo Paradesporto UFC não só amplie o acesso ao esporte adaptado, mas também contribua para a construção da sociedade inclusiva e consciente das potencialidades das pessoas com deficiência.

Palavras chave: paradesporto, inclusão, pessoas com deficiência, adaptação, avaliação física

DEVELOPMENT AND IMPLEMENTATION OF THE UFC PARADESPORT PROJECT: METHODOLOGICAL APPROACHES AND PRACTICAL CHALLENGES

This study outlines the development and implementation of the Paradesporto UFC project in Fortaleza, Ceará, Brazil. This project, a partnership between the National Secretariat of Parasports (SNPAR) and the Institute of Physical Education and Sports (IEFES/UFC), aims to promote the inclusion of individuals with disabilities in sports. This paper delves into the processes involved in project creation, scholarship holder selection and training, planning of adapted sports activities, and the challenges encountered during implementation. Ultimately, we envision the Paradesporto UFC project as a catalyst for expanding access to

¹ Laboratório de Educação Física e Paradesporto (ParEFLab); Instituto de Educação Física e Esportes (IEFES); Universidade Federal do Ceará (UFC).

² Grupo de estudos em Treinamento Físico e Esportivo (GET); Instituto de Educação Física e Esportes (IEFES); Universidade Federal do Ceará (UFC).

adaptive sports and fostering an inclusive society that recognizes the potential of individuals with disabilities.

Keywords: Parasports, inclusion, people with disabilities, adaptation, physical assessment.

DESARROLLO E IMPLEMENTACIÓN DEL PROYECTO UFC PARADESPORT: ENFOQUES METODOLÓGICOS Y DESAFÍOS PRÁCTICOS

El presente capítulo describe el proceso de creación e implementación del Proyecto Paradesporte UFC en la ciudad de Fortaleza, Ceará, Brasil. Este proyecto, una colaboración entre la Secretaría Nacional de Deportes Adaptados (SNPAR) y el Instituto de Educación Física y Deportes (IEFES/UFC), tiene como objetivo promover la inclusión deportiva de personas con discapacidad. Este trabajo detalla las etapas del proceso de creación, selección y capacitación de becarios, la planificación de actividades deportivas adaptadas y los desafíos enfrentados durante la implementación del proyecto. En última instancia, esperamos que el centro Paradesporte UFC no solo amplíe el acceso a los deportes adaptados, sino que también contribuya a construir una sociedad inclusiva y consciente del potencial de las personas con discapacidad.

Palabras clave: Paradesporte, inclusión, personas con discapacidad, adaptación, evaluación física.

SEÇÃO 1 – CAPÍTULO 2

IMPLEMENTAÇÃO DO PPBR NA UFCAT: POSSIBILIDADES, DESAFIOS E IMPACTOS NA INSTITUIÇÃO

Cristiane da Silva SANTOS

Heliany Pereira dos SANTOS

Lana Ferreira de LIMA³

cristiane_santos@ufcat.edu.br

O presente texto se trata de um relato de experiência sobre como o Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR) foi implementado ao longo do período de junho de 2023 a maio de 2024 e seus impactos na Universidade Federal de Catalão (UFCAT). As ações do PPBR foram implementadas no ano de 2023 em dois núcleos de atendimento: UFCAT e Escola Santa Clara/Associação Pestalozzi de Catalão, ofertando as modalidades de Atletismo, Capoeira, Futsal e Ginástica para

³ Professora Doutora do Departamento de Educação Física – IBiotech/Universidade Federal de Catalão.

Todos (GPT) e Circo para 60 pessoas de ambos os gêneros, na faixa etária de 3 a 63 anos, com deficiência intelectual, físico-motora e múltiplas, Síndrome de Down, surdos e Transtorno do Espectro Autista (TEA). As principais dificuldades encontradas foram: a) infraestrutura da pista de atletismo; b) falta de tecnologia assistiva (banco de arremesso/lançamento e cadeiras de rodas especializadas); e c) sedentarismo e dificuldades motoras dos participantes com deficiência intelectual. Ao longo do projeto, conseguimos minimizar algumas dessas dificuldades no que se refere ao banco e aos aspectos motores. Nossos desafios são propor atividades mais complexas para as crianças com TEA, bem como estabelecer regras, rotinas e atenção aos comandos e iniciar a fase de treinamento com os participantes do Atletismo. É possível concluir que por meio do PPBR estamos conseguindo viabilizar o acesso das pessoas com deficiência ao paradesporto em todas as suas manifestações, capacitar os profissionais envolvidos e a dar visibilidade ao Programa tanto na UFCAT quanto na Escola Santa Clara/Associação Pestalozzi de Catalão.

Palavras Chave: PPBR, pessoas com deficiência, formação de professores.

IMPLEMENTATION OF PPBR AT UFCAT: POSSIBILITIES, CHALLENGES AND IMPACTS ON THE INSTITUTION

This text is an experience report on how the Paradesporto Brasil em Rede Program (PPBR) was implemented over the period from June 2023 to May 2024 and its impacts at Federal University of Catalão (UFCAT). PPBR actions were implemented in 2023 in two service centers: UFCAT and Santa Clara School/Pestalozzi Association from Catalão, offering the modalities of Athletics, Capoeira, Futsal, Gymnastics for All (GPT) and Circus for 60 people from both genders, aged 3 to 63 years, with intellectual, physical-motor and multiple disabilities, Down Syndrome, Deaf people and Autism Spectrum Disorder (ASD). The main difficulties encountered were: a) athletics track infrastructure problems; b) lack of assistive technology (throwing bench and specialized wheelchairs); c) sedentary lifestyle and motor difficulties of participants with intellectual disabilities. Throughout the project, we managed to minimize some of these difficulties regarding the seat and motor aspects. Our challenges are to propose more complex activities for children with ASD as well as establishing rules, routines and attention to commands and starting the training phase with Athletics participants. It is possible to conclude that through PPBR we are managing to enable access for disabilities people to parasport in all its manifestations, training the professionals involved and giving visibility to the Program both at UFCAT and at Santa Clara School/Pestalozzi Association from Catalão.

Keywords: PPBR. Disabilities People. Teacher Training

IMPLEMENTACIÓN DEL PPBR EN UFCAT: POSIBILIDADES, DESAFÍOS E IMPACTOS EN LA INSTITUCIÓN

Este texto es un relato de experiencia sobre cómo se implementó el Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR) durante el período de junio de 2023 a mayo de 2024 y sus impactos en la Universidad Federal de Catalão (UFCAT). Las acciones del PPBR fueron implementadas en 2023 en dos centros de servicios: UFCAT y Escola Santa Clara/Associação Pestalozzi de Catalão, ofreciendo las modalidades de Atletismo, Capoeira, Futsal y Gimnasia para Todos (GPT) y Circo para 60 personas de ambos los sexos, de 3 a 63 años, con discapacidad intelectual, físico-motora y pluridiscapacidad, Síndrome de Down, personas sordas y Trastorno del Espectro Autista (TEA). Las principales dificultades encontradas fueron: a) infraestructura de pistas de carrera; b) falta de tecnología de asistencia (banco de lanzamiento y sillas de ruedas especializadas); y c) sedentarismo y dificultades motoras de los participantes con discapacidad intelectual. A lo largo del proyecto conseguimos minimizar algunas de estas dificultades en cuanto a los aspectos del asiento y del motor. Nuestros retos son proponer actividades más complejas para niños con TEA, así como establecer reglas, rutinas y atención a órdenes e iniciar la fase de entrenamiento con los participantes de atletismo. Es posible concluir que a través del PPBR estamos logrando posibilitar el acceso de personas con discapacidad al paradesporte en todas sus manifestaciones, capacitando a los profesionales involucrados y dando visibilidad al Programa tanto en la UFCAT como en la Escola Santa Clara/Associação Pestalozzi de Catalão.

Palabras clave: PPBR. Personas con Discapacidad. Formación de Profesores.

SEÇÃO 1 – CAPÍTULO 3

INCLUSÃO PARADESPORTIVA NO BRASIL: ESTRUTURAS NACIONAIS E A REALIDADE ATUAL NO PIAUÍ

Sérgio Luís Galan RIBEIRO⁴

Mara Jordana Magalhães COSTA⁵

sergiogalan@ufpi.edu.br

O paradesporto no Brasil vem ganhando importância como ferramenta crucial para a inclusão social de pessoas com deficiência. Esse crescimento tem sido apoiado por políticas públicas, programas de incentivo e apoio de instituições

⁴ Professor Titular da Universidade Federal do Piauí

⁵ Professora Associada da Universidade Federal do Piauí

acadêmicas e esportivas. Contudo, apesar desses avanços, a inclusão plena ainda enfrenta desafios, especialmente em regiões com infraestrutura limitada, como o Piauí. Neste capítulo discutiremos as iniciativas locais e a organização do paradesporto no Brasil, enfatizando o papel de entidades-chave como o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) e a Confederação Brasileira de Desportos para Surdos (CBDS). Essas instituições, juntamente com secretarias de esportes e universidades, formam uma rede colaborativa para promover o esporte adaptado desde a escola até o alto rendimento. O Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR) se destaca como um esforço inovador para democratizar o acesso ao esporte adaptado em todo o país. Este capítulo também abordará os desafios específicos do Piauí, onde a falta de infraestrutura e treinamento adequado limita o crescimento do paradesporto. A UFPI, como participante do PPBR, desempenha papel fundamental por meio de parcerias, programas de extensão e instalações adaptadas, apoiando o desenvolvimento do paradesporto e a formação profissional e ao mesmo tempo promovendo a inclusão social. O conteúdo é baseado em entrevistas e questionários com atores do paradesporto no Piauí, complementados por dados oficiais. Analisaremos as políticas e iniciativas já em vigor, bem como as lacunas restantes, para garantir que a inclusão do paradesporto se torne uma realidade para todas as pessoas com deficiência na região.

PARASPORT INCLUSION IN BRAZIL: NATIONAL STRUCTURES AND THE CURRENT REALITY IN THE STATE OF PIAUÍ

Parasport in Brazil has been growing in importance as a crucial tool for the social inclusion of people with disabilities. This growth has been supported by public policies, incentive programs, and the backing of academic and sports institutions. However, despite these advances, full inclusion still faces challenges, particularly in regions with limited infrastructure, such as Piauí. In this chapter, we will discuss local initiatives and the organization of parasport in Brazil, emphasizing the role of key entities like the Brazilian Paralympic Committee (CPB) and the Brazilian Deaf Sports Confederation (CBDS). These institutions, together with sports secretariats and universities, form a collaborative network to promote adapted sports from school to high-performance levels. The Paradesporto Brasil em Rede Program (PPBR) stands out as an innovative effort to democratize access to adapted sports across the country. This chapter will also address the specific challenges in Piauí, where a lack of infrastructure and adequate training limits the growth of parasport. UFPI, as a participant in the PPBR, plays a key role through partnerships, extension programs, and adapted facilities, supporting parasport development and professional training while promoting social inclusion. The content is based on interviews and questionnaires with parasport stakeholders in Piauí, supplemented by official data. We

will analyze policies and initiatives already in place, as well as the remaining gaps, to ensure that parasport inclusion becomes a reality for all people with disabilities in the region.

INCLUSIÓN PARADESPORTIVA EN BRASIL: ESTRUCTURAS NACIONALES Y LA REALIDAD ACTUAL EN EL ESTADO DE PIAUÍ

El deporte adaptado en Brasil ha ido ganando importancia como una herramienta crucial para la inclusión social de las personas con discapacidad. Este crecimiento ha sido apoyado por políticas públicas, programas de incentivos y el respaldo de instituciones académicas y deportivas. Sin embargo, a pesar de estos avances, la inclusión plena aún enfrenta desafíos, especialmente en regiones con infraestructura limitada, como Piauí. En este capítulo, discutiremos las iniciativas locales y la organización del deporte adaptado en Brasil, destacando el papel de entidades clave como el Comité Paralímpico Brasileño (CPB) y la Confederación Brasileña de Deportes para Sordos (CBDS). Estas instituciones, junto con las secretarías de deportes y las universidades, forman una red colaborativa para promover los deportes adaptados desde el nivel escolar hasta el de alto rendimiento. El Programa Paradesporto Brasil en Red (PPBR) se destaca como un esfuerzo innovador para democratizar el acceso a los deportes adaptados en todo el país. Este capítulo también abordará los desafíos específicos en Piauí, donde la falta de infraestructura y la formación adecuada limitan el crecimiento del deporte adaptado. La UFPI, como participante del PPBR, desempeña un papel clave a través de asociaciones, programas de extensión y instalaciones adaptadas, apoyando el desarrollo del deporte adaptado y la capacitación profesional mientras promueve la inclusión social. El contenido se basa en entrevistas y cuestionarios con actores clave del deporte adaptado en Piauí, complementados por datos oficiales. Analizaremos las políticas e iniciativas ya implementadas, así como las brechas que aún deben llenarse para garantizar que la inclusión deportiva para personas con discapacidad sea una realidad en la región

REFLEXÕES SOBRE O PARADESPORTO EM SERGIPE

Eric Luan REGO⁶

Vinícius Denardin CARDOSO⁷

Tamires Nunes dos SANTOS⁸

Marcelo de Castro HAIACHI⁹

ericluan_rego@hotmail.com

Os atletas do paradesporto enfrentam uma série de desafios sociais que vão além das barreiras físicas e técnicas do esporte. Um dos principais obstáculos é a falta de visibilidade e reconhecimento. Apesar das conquistas e do talento, muitos paratletas não recebem a mesma atenção da mídia e do público em geral comparado aos atletas sem deficiência. Outro desafio significativo é o acesso limitado a recursos e infraestrutura. Em muitos países, incluindo o Brasil, o investimento em instalações esportivas adaptadas e em programas de treinamento especializado é insuficiente. Isso dificulta a preparação adequada e a evolução dos atletas, impactando diretamente seu desempenho. Além disso, os paratletas frequentemente enfrentam preconceito e estigmatização. A sociedade muitas vezes subestima suas capacidades, focando mais nas limitações do que nas habilidades. Essa visão limitada pode afetar a autoestima e a motivação dos atletas, criando um ambiente menos inclusivo e acolhedor. Por fim, a falta de apoio financeiro é um desafio constante. Muitos paratletas dependem de patrocínios e doações para cobrir os custos de treinamento, equipamentos e viagens para competições. Sem esse suporte, é difícil alcançar o alto rendimento e competir em nível internacional. O intuito deste estudo foi fazer uma reflexão sobre a realidade do paradesporto em Sergipe. Foram utilizados documentos oficiais dos municípios da Grande Aracaju para nortear o trabalho. Ao implementar ações como a inclusão de programas educacionais, parcerias e colaborações, eventos e competições podem transformar significativamente a realidade dos atletas do paradesporto, proporcionando-lhes as condições necessárias para alcançar seu pleno potencial e inspirar futuras gerações de atletas paralímpicos no estado de Sergipe.

⁶ Discente do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe (UFS)

⁷ Docente Universidade Estadual de Roraima (UERR)

⁸ Programa de Pós-Graduação em Ciência do Movimento da Universidade Federal de Sergipe (PPGCM). Grupo de Pesquisa em Estudos Olímpicos e Paraolímpicos (GPEOP UFS)

⁹ Programa de Pós-Graduação em Ciência do Movimento da Universidade Federal de Sergipe (PPGCM). Docente do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Grupo de Pesquisa em Estudos Olímpicos e Paraolímpicos (GPEOP UFS)

REFLECTIONS ON PARASPORTS IN SERGIPE

Para-athletes face a series of social challenges that go beyond the physical and technical barriers of sports. One of the main obstacles is the lack of visibility and recognition. Despite their achievements and talent, many para-athletes do not receive the same media and public attention as athletes without disabilities. Another significant challenge is the limited access to resources and infrastructure. In many countries, including Brazil, investment in adapted sports facilities and specialized training programs is insufficient. This hinders proper preparation and the development of athletes, directly impacting their performance. Additionally, para-athletes often face prejudice and stigmatization. Society frequently underestimates their abilities, focusing more on their limitations than their skills. This limited view can affect the athletes' self-esteem and motivation, creating a less inclusive and welcoming environment. Finally, the lack of financial support is a constant challenge. Many para-athletes rely on sponsorships and donations to cover the costs of training, equipment, and travel for competitions. Without this support, it is difficult to achieve high performance and compete at an international level. The purpose of this study was to reflect on the reality of parasports in Sergipe. Official documents from the municipalities of Greater Aracaju were used to guide the work. By implementing actions such as the inclusion of educational programs, partnerships and collaborations, events and competitions can significantly transform the reality of parasports athletes, providing them with the necessary conditions to reach their full potential and inspire future generations of Paralympic athletes in the state of Sergipe.

REFLEXIONES SOBRE EL PARASPORTE EN SERGIPE

Los atletas del deporte paralímpico enfrentan una serie de desafíos sociales que van más allá de las barreras físicas y técnicas del deporte. Uno de los principales obstáculos es la falta de visibilidad y reconocimiento. A pesar de los logros y el talento, muchos paratletas no reciben la misma atención de los medios y del público en general en comparación con los atletas sin discapacidad. Otro desafío significativo es el acceso limitado a recursos e infraestructura. En muchos países, incluido Brasil, la inversión en instalaciones deportivas adaptadas y en programas de entrenamiento especializado es insuficiente. Esto dificulta la preparación adecuada y la evolución de los atletas, impactando directamente su desempeño. Además, los paratletas frecuentemente enfrentan prejuicios y estigmatización. La sociedad a menudo subestima sus capacidades, enfocándose más en las limitaciones que en las habilidades. Esta visión limitada puede afectar la autoestima y la motivación de los atletas, creando un ambiente menos inclusivo y acogedor. Finalmente, la falta de apoyo financiero es un desafío constante. Muchos paratletas dependen de patrocinios y donaciones para cubrir los costos de entrenamiento, equipos y viajes para competiciones. Sin este apoyo, es difícil alcanzar un alto rendimiento y competir a nivel internacional. El objetivo de este estudio fue refle-

xionar sobre la realidad de los paradesportes en Sergipe. Se utilizaron documentos oficiales de los municipios del Gran Aracaju para guiar el trabajo. Al implementar acciones como la inclusión de programas educativos, alianzas y colaboraciones, eventos y competiciones pueden transformar significativamente la realidad de los atletas paralímpicos, brindándoles las condiciones necesarias para alcanzar su máximo potencial e inspirar a las futuras generaciones de atletas paralímpicos en el estado de Sergipe.

SEÇÃO 1 – CAPÍTULO 5

ADAPTAÇÕES PARA PESSOA EM CADEIRA DE RODAS NO CROSSFIT: POSSIBILIDADES NO PROGRAMA PARADESPORTO BRASIL EM REDE - NÚCLEO UFGD

Mário Sérgio Vaz da SILVA¹⁰

Mayara Teodoro de OLIVEIRA¹¹

Josiane Fujisawa Filus de FREITAS¹⁰

mariovaz@ufgd.edu.br

O CrossFit representa uma modalidade que combina movimentos da ginástica, levantamento de peso olímpico, exercícios funcionais e cardiorrespiratórios que pode ser enquadrada tanto no mundo fitness quanto como uma modalidade esportiva. Podendo assim ser caracterizado como uma atividade amplamente abrangente, generalizada e inclusiva. Este relato tem como objetivo analisar as adaptações nos exercícios de Crossfit realizadas para uma pessoa que faz uso de cadeira de rodas. Esse relato está vinculado ao Programa Paradesporto Brasil em Rede e a aluna voluntária deste trabalho faz parte do projeto. O treinamento e as adaptações foram realizados e observados três vezes por semana, às segundas, quartas e sextas-feiras, durante o período de fevereiro a novembro do ano de 2023, onde os autores tiveram participação ativa ao acompanhar a aluna e ajudá-la durante todo o processo de treinamento. Constatamos, após experiência e contato direto durante meses de treinamento, que é possível a realização do treino completo por uma pessoa com limitação, visto que os movimentos de membros inferiores foram adaptados, em alguns casos para trabalho de abdômen ou de membros superiores. As tentativas de adaptações também propor-

¹⁰ Docentes do curso de Educação Física da Faculdade de Educação/Universidade Federal da Grande Dourados – Coordenadores do projeto Paradesporto Brasil em Redes – núcleo – UFGD.

¹¹ Graduanda Licenciatura em Educação Física da Faculdade de Educação/Universidade Federal da Grande Dourados.

cionaram que a aluna saísse da cadeira de rodas e experimentasse movimentos no chão, fato que nos trouxe mais possibilidades de adaptações pois a aluna tinha movimentação de quadril e coxas, membros que eram pouco movimentados no dia a dia devido ao uso da cadeira. Dessa forma, a aluna pode trabalhar membros pouco utilizados, aumentando sua funcionalidade e melhorando suas tarefas no cotidiano. Concluímos que o Crossfit é uma possibilidade de prática para pessoas com limitação de membros inferiores, basta que os professores saibam ou estejam abertos a tentar adaptações que estimulem o praticante a ter os estímulos propostos do treino. Ressaltamos assim que não podemos impedir os alunos quer seja nos boxes ou nas aulas de Educação Física escolar de tentar realizar a atividade proposta. Nós enquanto professores precisamos analisar o que eles podem realizar e a partir deste ponto, propor adaptações para que eles executem os exercícios da melhor forma possível, mas nunca os deixando à margem das aulas e/ou excluídos.

ADAPTATIONS FOR PERSONE IN CROSSFIT WHEEL CHAIR: POSSIBILITIES IN THE PARADEPORTO BRAZIL IN NETWORK PROGRAM - NUCLEO UFGD

Crossfit represents a modality that combines gymnastics movements, olympic weight lifting, functional and cardiorespiratory exercises that can be framed in both the fitness world and a sport. It can thus be characterized as a widely comprehensive, widespread and inclusive activity. This report aims to analyze adaptations in crossfit exercises performed for a person who makes use of a wheelchair. This report is linked to the Paradesport Brazil in Network program and the voluntary student of this work is part of the project. The training and adaptations were performed and observed three times a week, on Mondays, Wednesdays and Fridays, from February to November 2023, where the authors had active participation when accompanying the student and helping her during the entire training process. We found, after experience and direct contact during months of training, that it is possible to perform the complete training by a person with limitation, as lower limb movements were adapted, in some cases for abdomen or upper limb work. Attempts to adapt also provided the student to get out of the wheelchair and experience movements on the floor, a fact that brought us more possibilities for adaptations because the student had hip and thighs, limbs that were little busy due to use of the chair. Thus, the student can work underused members, increasing their functionality and improving their daily tasks. We conclude that CrossFit is a possibility of practice for people with lower limb limitation, it is enough for teachers to know or are open to trying adaptations that encourage the practitioner to have the proposed stimuli of training. We emphasize that we cannot prevent students either in the pits or in school physical education classes to try to perform the

proposed activity. We as teachers need to analyze what they can accomplish and from this point, propose adaptations so that they perform the exercises as best as possible, but never leaving them on the sidelines of classes and/or excluded.

ADAPTACIONES PARA PERSONE IN CROSSFIT WHEEL CHAIR: POSIBILIDADES EN EL PROGRAMA PARADEPORTO BRASIL EN LA RED - NUCLEO UFGD

CrossFit representa una modalidad que combina movimientos de gimnasia, levantamiento de pesas olímpicos, ejercicios funcionales y cardiorrespiratorios que se pueden enmarcar tanto en el mundo del fitness como en un deporte. Por lo tanto, puede caracterizarse como una actividad ampliamente completa, generalizada e inclusiva. Este informe tiene como objetivo analizar las adaptaciones en los ejercicios de CrossFit realizados para una persona que hace uso de una silla de ruedas. Este informe está vinculado al programa de redes de redesport Brasil en la red y el estudiante voluntario de este trabajo es parte del proyecto. La capacitación y las adaptaciones se realizaron y observaron tres veces por semana, los lunes, miércoles y viernes, de febrero a noviembre de 2023, donde los autores tuvieron una participación activa al acompañarlo y ayudarla durante todo el proceso de capacitación. Encontramos, después de la experiencia y el contacto directo durante los meses de capacitación, que es posible realizar la capacitación completa de una persona con limitación, ya que los movimientos de las extremidades inferiores se adaptaron, en algunos casos para el abdomen o el trabajo de las extremidades superiores. Los intentos de adaptarse también proporcionaron al estudiante para salir de la silla de ruedas y experimentar movimientos en el piso, un hecho que nos trajo más posibilidades de adaptaciones porque el estudiante tenía cadera y muslos, extremidades que estaban poco ocupadas debido al uso de la silla. Por lo tanto, el estudiante puede trabajar a los miembros infrautilizados, aumentando su funcionalidad y mejorando sus tareas diarias. Concluimos que CrossFit es una posibilidad de práctica para las personas con limitación de la extremidad inferior, es suficiente que los maestros sepan o estén abiertos a las adaptaciones que alienten al practicante a tener los estímulos propuestos de capacitación. Hacemos hincapié en que no podemos evitar que los estudiantes en los pozos o en las clases de educación física escolar traten de realizar la actividad propuesta. Nosotros, como maestros, debemos analizar lo que pueden lograr y desde este punto, proponer adaptaciones para que realicen los ejercicios lo mejor posible, pero nunca los dejen al margen de las clases y/o excluidos.

ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DA FAMÍLIA SOBRE OS BENEFÍCIOS DO PARADESPORTO BRASIL EM REDE PARA O DESENVOLVIMENTO GLOBAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**Juliana Aparecida de Paula SCHULLER¹²****Jaciarina Paula Oliveira de Jesus GARCIA¹²****Matheus Felipe da Silva PEREIRA¹²**

juliana_schuller@yahoo.com.br

O Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR) é uma iniciativa do governo brasileiro voltada para a promoção da inclusão e do desenvolvimento de pessoas com deficiência por meio do esporte. Este capítulo analisa o PPBR no contexto das políticas públicas, examinando sua estrutura, objetivos e impactos na vida dos participantes. A metodologia incluiu entrevistas semi-estruturadas com pais e responsáveis dos atletas, visando captar suas percepções sobre a eficácia e os desafios enfrentados pelo programa. O PPBR é apresentado como uma política pública eficaz, que visa não apenas a inclusão social, mas também o aprimoramento das habilidades físicas e psicológicas dos participantes. A coleta de dados qualitativos buscou compreender as experiências e opiniões dos envolvidos, oferecendo um panorama detalhado sobre o funcionamento e a recepção do programa. Os resultados revelam que o PPBR tem proporcionado avanços significativos no desenvolvimento global dos participantes, promovendo uma inclusão mais efetiva e o desenvolvimento de habilidades esportivas. A análise das respostas dos pais destacou a importância do esporte adaptado como um fator de empoderamento e integração social. Além disso, foram identificadas diversas barreiras, como a necessidade de melhorias na infraestrutura e no transporte, e sugestões valiosas para o aprimoramento do programa foram feitas. Considera-se que o PPBR representa um modelo positivo de política pública voltada para a inclusão e o desenvolvimento das pessoas com deficiência. As sugestões recebidas, como a ampliação da carga horária dos treinamentos e o aprimoramento das condições físicas para treinos em condições adversas, são essenciais para garantir a evolução contínua do programa e para melhor atender às necessidades dos atletas.

¹² Universidade Federal de Mato Grosso - Faculdade de Educação Física FEF.

ANALYSIS OF THE FAMILY'S PERCEPTION OF THE BENEFITS OF PARADESPORTO BRASIL EM REDE FOR THE GLOBAL DEVELOPMENT OF PEOPLE WITH DISABILITIES

The Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR) is a Brazilian government initiative aimed at promoting the inclusion and development of people with disabilities through sports. This chapter examines PPBR within the context of public policies, analyzing its structure, objectives, and impact on the participants' lives. The research methodology included semi-structured interviews with parents and guardians of the athletes, aiming to capture their perceptions of the program's effectiveness and challenges. The PPBR is presented as an effective public policy that aims not only at social inclusion but also at enhancing the physical and psychological skills of its participants. The methodology involved qualitative data collection to understand the experiences and opinions of those involved, providing a detailed view of the program's operation and reception. The results reveal that PPBR has made significant advancements in the global development of participants, fostering more effective inclusion and development of sports skills. The analysis of parents' responses highlighted the importance of adapted sports as a factor of empowerment and social integration. Additionally, various barriers were identified, such as the need for improvements in infrastructure and transportation, and valuable suggestions for program enhancement were provided. It is considered that PPBR represents a positive model of public policy focused on the inclusion and development of people with disabilities. The suggestions received, such as increasing training hours and improving physical conditions for training in adverse weather, are crucial for the continuous evolution of the program and for better meeting the athletes' needs.

ANÁLISIS DE LA PERCEPCIÓN DE LA FAMILIA SOBRE LOS BENEFICIOS DEL PARADESPORTO BRASIL EN RED PARA EL DESARROLLO GLOBAL DE PERSONAS CON DISCAPACIDAD

El Programa Paradesporto Brasil en Rede (PPBR) es una iniciativa del gobierno brasileño destinada a promover la inclusión y el desarrollo de personas con discapacidad a través del deporte. Este capítulo analiza el PPBR en el contexto de las políticas públicas, evaluando su estructura, objetivos e impacto en la vida de los participantes. La metodología de investigación incluyó entrevistas semi-estructuradas con padres y tutores de los atletas, con el objetivo de captar sus percepciones sobre la efectividad y los desafíos del programa. El PPBR se presenta como una política pública efectiva que busca no solo la inclusión social, sino también la mejora de las habilidades físicas y psicológicas de los participantes. La metodología incluyó la recolección de datos cualitativos para entender las experiencias y opiniones de los involucrados, proporcionando una visión detallada sobre el funcionamiento y la recepción del programa. Los re-

sultados muestran que el PPBR ha logrado avances significativos en el desarrollo global de los participantes, promoviendo una inclusión más efectiva y el desarrollo de habilidades deportivas. El análisis de las respuestas de los padres destacó la importancia del deporte adaptado como un factor de empoderamiento e integración social. Además, se identificaron diversas barreras, como la necesidad de mejorar la infraestructura y el transporte, y se realizaron valiosas sugerencias para el perfeccionamiento del programa. Se considera que el PPBR representa un modelo positivo de política pública orientada a la inclusión y el desarrollo de personas con discapacidad. Las sugerencias recibidas, como el aumento de las horas de entrenamiento y la mejora de las condiciones físicas para entrenamientos en condiciones adversas, son cruciales para la evolución continua del programa y para satisfacer mejor las necesidades de los atletas.

SEÇÃO 1 – CAPÍTULO 7

O PARADESPORTO NA UNIVERSIDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM AULAS DE PARABADMINTON PARA UNIVERSITÁRIO COM DEFICIÊNCIA

Bruna Lopes de ALCÂNTARA¹³

Daniel Carlos Moraes da SILVA¹³

Erick Vynicius Barata LAUNÉ¹³

Marília Passos Magno e SILVA¹⁴

Anselmo de Athayde Costa e SILVA¹⁴

bruna.alcantara@iced.ufpa.br

Este estudo buscou relatar as práticas do paradesporto de um universitário com deficiência através de aulas de parabadminton na Universidade Federal do Pará (UFPA). As atividades foram realizadas através do Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR), do Ministério do Esporte, no Programa de Extensão UFPA Paralímpica. Através destas vivências, o estudo explorou e relatou, através do olhar dos bolsistas responsáveis, como as aulas de parabadminton podem contribuir para a vivência do paradesporto no contexto universitário. As observações ocorreram durante as vivências tidas em três aulas de parabadminton realizadas na UFPA. Diante das vivências, concluiu-se que a prática do parabadminton, em todos os âmbitos observados, é uma ferramenta eficaz para capacitar os alunos universitários com deficiência, permitindo-lhes desenvolver seu potencial, tanto dentro quanto fora do ambiente esportivo.

¹³ Universidade Federal do Pará.

¹⁴ Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano.

PARASPORT AT UNIVERSITY: REPORT OF EXPERIENCE IN PARABADMINTON CLASSES FOR UNIVERSITY STUDENTS WITH DISABILITIES

This study aimed to report the practices of parasport among a university student with a disability through parabadminton classes at the Federal University of Pará (UFPA). The activities were conducted through the Paradesporto Brasil em Rede Program (PPBR) of the Ministry of Sports, as part of the UFPA Paralympic Extension Program. Through these experiences, the study explored and reported, from the perspective of the responsible scholarship holders, how parabadminton classes can contribute to the experience of parasport in the university context. Observations took place during three parabadminton classes held at UFPA. Based on the experiences, it was concluded that the practice of parabadminton, in all observed aspects, is an effective tool for empowering university students with disabilities, enabling them to develop their potential both within and outside the sports environment.

EL PARASPORT EN LA UNIVERSIDAD: RELATO DE EXPERIENCIA EN CLASES DE PARABADMINTON PARA UNIVERSITARIOS CON DISCAPACIDAD

Este estudio buscó reportar las prácticas del paradesporte de un estudiante universitario con discapacidad a través de clases de parabadminton en la Universidad Federal de Pará (UFPA). Las actividades se llevaron a cabo a través del Programa Paradesporto Brasil en Red (PPBR) del Ministerio del Deporte, en el Programa de Extensión UFPA Paralímpica. A través de estas experiencias, el estudio exploró y reportó, desde la perspectiva de los becarios responsables, cómo las clases de parabadminton pueden contribuir a la vivencia del paradesporte en el contexto universitario. Las observaciones se realizaron durante tres clases de parabadminton llevadas a cabo en la UFPA. A partir de las experiencias, se concluyó que la práctica del parabadminton, en todos los ámbitos observados, es una herramienta eficaz para capacitar a los estudiantes universitarios con discapacidad, permitiéndoles desarrollar su potencial tanto dentro como fuera del entorno deportivo.

A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DOS PAIS NA ROTINA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS DE CRIANÇAS COM TEA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Francisco Idelan Chaves ARAUJO¹⁵

Vanessa Ellen Rodrigues MOURA¹⁵

Thiago Gadelha de ALMEIDA¹⁵

idelan.chaves08@aluno.ifce.edu.br

Este trabalho trata-se de um relato de experiência dos professores do Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR), uma iniciativa do Ministério do Esporte para atender pessoas com deficiências e/ou transtornos. O PPBR núcleo Instituto Federal do Ceará (IFCE), *campus* Limoeiro do Norte tem o intuito de incentivar a prática de exercícios físicos para crianças, jovens e adultos com deficiência intelectual e com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Um aspecto que pode ser observado em portadores do TEA, são os atrasos motores que podem trazer danos a atividades básicas do dia a dia, como correr, saltar e arremessar. O presente trabalho tem o objetivo de relatar a participação dos pais na rotina de exercício físico de crianças com autismo e outros transtornos e justifica-se pela necessidade de relatar a importância de levar a prática de atividades físicas para pessoas atípicas e mostrar os benefícios da participação dos pais na rotina de treino dos alunos. O exercício físico se mostrou importante para o desenvolvimento e melhora na qualidade de vida dos alunos do programa, onde, com acompanhamento dos pais na rotina de treino se mostrou eficaz para a sociabilidade e incentivo a uma vida ativa.

THE IMPORTANCE OF PARENTAL PARTICIPATION IN THE PHYSICAL EXERCISE ROUTINE OF CHILDREN WITH ASD: AN EXPERIENCE REPORT

This work is an experience report from teachers of the Paradesporto Brasil em Rede Program (PPBR), an initiative of the Ministry of Sports to serve people with disabilities and/or disorders. The PPBR nucleus Instituto Federal do Ceará (IFCE), Limoeiro do Norte campus, aims to encourage the practice of physical exercise for children, young people and adults with intellectual disabilities and Autism Spectrum Disorder (ASD). One aspect that can be observed in people with ASD are motor delays that can harm basic daily activities, such as running, jumping and throwing. The present work aims to report the participation of parents in the physical exercise routine of children with autism and other disorders and is justified by the need to report the importance of taking the practice

¹⁵ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

of physical activities to atypical people and showing the benefits of participation of parents in the students' training routine. Physical exercise proved to be important for the development and improvement in the quality of life of the program's students, where, with parental support in the training routine, it proved to be effective for sociability and encouraging an active life.

LA IMPORTANCIA DE LA PARTICIPACIÓN DE LOS PADRES EN LA RUTINA DE EJERCICIO FÍSICO DE NIÑOS CON TEA: RELATO DE EXPERIENCIA

Este trabajo es un relato de experiencia de docentes del Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR), una iniciativa del Ministerio de Deportes para atender a personas con discapacidad y/o trastornos. El núcleo del PPBR Instituto Federal do Ceará (IFCE), campus Limoeiro do Norte, tiene como objetivo incentivar la práctica de ejercicio físico en niños, jóvenes y adultos con discapacidad intelectual y Trastorno del Espectro Autista (TEA). Un aspecto que se puede observar en las personas con TEA son los retrasos motores que pueden perjudicar las actividades diarias básicas, como correr, saltar y lanzar. El presente trabajo tiene como objetivo reportar la participación de los padres en la rutina de ejercicios físicos de niños con autismo y otros trastornos y se justifica por la necesidad de informar la importancia de acercar la práctica de actividades físicas a personas atípicas y mostrar los beneficios de la participación de los padres en la rutina de entrenamiento de los estudiantes. El ejercicio físico demostró ser importante para el desarrollo y mejoramiento de la calidad de vida de los estudiantes del programa, donde, con el apoyo de los padres en la rutina de entrenamiento, demostró ser efectivo para la sociabilidad y el fomento de la vida activa.

SEÇÃO 1 – CAPÍTULO 9

TRANSFORMANDO VIDAS ATRAVÉS DA ÁGUA: EXPERIÊNCIAS NO ENSINO DA NATAÇÃO PARA CRIANÇAS AUTISTAS

Luiz Golveia da SILVA FILHO¹⁶

Francisco José Alves FURTADO¹⁶

Thiago Gadelha de ALMEIDA¹⁶

luizpbce@gmail.com

O transtorno do espectro autista (TEA) é um distúrbio do neurodesenvolvimento caracterizado por desenvolvimento atípico, manifestações comportamentais, déficits na comunicação e na interação social, padrões de comportamentos re-

¹⁶ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.



petitivos e estereotipados, podendo apresentar um repertório restrito de interesses e atividades. A natação tem se mostrado uma atividade altamente benéfica para crianças com autismo. Além de ser uma forma divertida de exercício, oferece inúmeros benefícios que auxiliam no desenvolvimento físico, emocional e social dessas crianças. Este relatório de experiência tem como objetivo relatar e documentar a experiência de ensinar natação para crianças do Programa Paradesporto Brasil em Rede com transtorno do espectro do autista (TEA). Concluindo assim mostrando o quanto é gratificante e enriquecedor trabalhar com esse público, trazendo assim benefícios significativos para as crianças e um crescimento pessoal e profissional para nossa futura carreira docente.

TRANSFORMING LIVES THROUGH WATER: EXPERIENCES IN TEACHING SWIMMING TO AUTISTIC CHILDREN

Autism spectrum disorder (ASD) is a neurodevelopmental disorder characterized by atypical development, behavioral manifestations, deficits in communication and social interaction, repetitive and stereotyped behavior patterns, and may present a restricted repertoire of interests and activities. Swimming has been shown to be a highly beneficial activity for children with autism. In addition to being a fun form of exercise, it offers countless benefits that help these children's physical, emotional and social development. This experience report aims to report and document the experience of teaching swimming to children from the Paradesporto Brasil em Rede Program with autism spectrum disorder (ASD). Concluding by showing how rewarding and enriching it is to work with this audience, thus bringing significant benefits to the children and personal and professional growth for our future teaching career.

TRANSFORMAR VIDAS A TRAVÉS DEL AGUA: EXPERIENCIAS EN LA ENSEÑANZA DE NATACIÓN A NIÑOS AUTISTAS

El trastorno del espectro autista (TEA) es un trastorno del neurodesarrollo caracterizado por un desarrollo atípico, manifestaciones conductuales, déficits en la comunicación y la interacción social, patrones de conducta repetitivos y estereotipados, y puede presentar un repertorio restringido de intereses y actividades. Se ha demostrado que la natación es una actividad muy beneficiosa para los niños con autismo. Además de ser una forma divertida de ejercicio, ofrece innumerables beneficios que ayudan al desarrollo físico, emocional y social de estos niños. Este relato de experiencia tiene como objetivo relatar y documentar la experiencia de enseñanza de natación a niños del Programa Paradesporto Brasil em Rede con trastorno del espectro autista (TEA). Concluyendo mostrando lo gratificante y enriquecedor que es trabajar con este público, aportando así importantes beneficios a los niños y crecimiento personal y profesional para nuestra futura carrera docente.

O SURDO NO CROSSFIT: EXPERIÊNCIAS DO PROGRAMA PARADESPORTO BRASIL EM REDE – NÚCLEO UFGD

Josiane Fujisawa Filus de FREITAS¹⁷

Kauê Zamorano Nascimento RIBEIRO¹⁸

Juliana Maria da Silva LIMA¹⁹

Mario Sergio Vaz da SILVA²⁰

josianefffreitas@ufgd.edu.br

A pessoa surda carece de espaços inclusivos para a prática de atividade física, locais onde ela seja aceita e atendida em sua especificidade linguística. O Crossfit é uma modalidade esportiva recente e que chama a atenção das pessoas pelos seus treinos dinâmicos e resultados funcionais e estéticos. O presente estudo objetiva descrever sobre a participação dos surdos no Crossfit, identificando as diferenças na prática da modalidade entre surdo e ouvinte, a partir da vivência de 12 surdos em aulas do Programa Paradesporto Brasil em Rede/Núcleo UFGD. Constatamos que nossa atuação com os alunos surdos, se dá pela demonstração dos movimentos a serem realizados. No entanto, apenas a demonstração não é suficiente pois em muitos momentos é necessário corrigir postura e/ou execução de algum movimento ou parte do corpo, e neste momento a presença de um tradutor-intérprete de Libras/Português é essencial para garantir a interlocução na língua de conforto e um bom desempenho dos alunos surdos. Verificamos a necessidade de pesquisar os sinais existentes da área e criar estratégias visuais para alguns movimentos e materiais utilizados na prática do Crossfit, como também registrá-los em um manual de Libras para a modalidade. Concluímos que a mediação da intérprete de Libras não exime a necessidade do professor ter um conhecimento básico da Libras, a fim de garantir um aprendizado correto dos movimentos e um bom relacionamento interpessoal com seus alunos surdos.

¹⁷ Docente do Curso de Educação Física da Faculdade de Educação (FAED) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Professora Bolsista do Programa Paradesporto Brasil em Rede/Núcleo UFGD.

¹⁸ Discente do Curso de Educação Física da FAED/UFGD. Aluno bolsista do Programa Paradesporto Brasil em Rede/Núcleo UFGD.

¹⁹ Docente do Curso de Letras Libras (Bacharelado e Licenciatura) da Faculdade de Educação a Distância (FAEAD) da UFGD. Atua como intérprete de Libras no Programa Paradesporto Brasil em Rede/Núcleo UFGD.

²⁰ Docente do Curso de Educação Física da FAED/UFGD. Coordenador do Programa Paradesporto Brasil em Rede/Núcleo UFGD.

THE DEAF IN CROSSFIT: EXPERIENCES OF THE BRAZILIAN PARASPORTS NETWORK PROGRAM – UFGD CENTER

Deaf people lack inclusive spaces for practicing physical activities, places where they are accepted and catered to in their linguistic specificity. Crossfit is a recent sport that has attracted people's attention due to its dynamic workouts and functional and aesthetic results. This study aims to describe the participation of deaf people in Crossfit, identifying the differences in the practice of the sport between deaf and hearing people, based on the experiences of 12 deaf people in classes of the Paradesporto Brasil em Rede/Núcleo UFGD Program. We found that our work with deaf students involves demonstrating the movements to be performed. However, demonstration alone is not enough because in many moments it is necessary to correct posture and/or execution of some movement or body part, and at this time the presence of a Libras/Portuguese interpreter is essential to ensure communication in the language of comfort and good performance of deaf students. We found it necessary to research existing signs in the area and create visual strategies for some movements and materials used in CrossFit, as well as register them in a Libras manual for the sport. We concluded that the mediation of a Libras interpreter does not exempt the teacher from having a basic knowledge of Libras, in order to ensure correct learning of the movements and a good interpersonal relationship with their deaf students.

SORDOS EN CROSSFIT: EXPERIENCIAS DEL PROGRAMA RED EM PARADESPORTO BRASIL – NÚCLEO UFGD

Las personas sordas carecen de espacios inclusivos para practicar actividad física, lugares donde sean aceptados y atendidos en su especificidad lingüística. El crossfit es una modalidad deportiva reciente que llama la atención por su entrenamiento dinámico y resultados funcionales y estéticos. El presente estudio tiene como objetivo describir la participación de personas sordas en Crossfit, identificando las diferencias en la práctica de la modalidad entre personas sordas y oyentes, a partir de las experiencias de 12 personas sordas en clases del Programa Paradesporto Brasil em Rede/Núcleo UFGD. Descubrimos que nuestro trabajo con estudiantes sordos implica demostrar los movimientos a realizar. Sin embargo, sólo la demostración no es suficiente ya que en muchos momentos es necesario corregir la postura y/o ejecución de algún movimiento o parte del cuerpo, y en este momento la presencia de un traductor-intérprete Libras/portugués es imprescindible para garantizar el diálogo. en el lenguaje de confort y buen desempeño de los estudiantes sordos. Verificamos la necesidad de investigar señales existentes en la zona y crear estrategias visuales para algunos movimientos y materiales utilizados en la práctica de Crossfit, así como registrarlos en un manual Libras para la modalidad. Concluimos que la mediación del intérprete de Libras no elimina la necesidad de que el profesor tenga

unos conocimientos básicos de Libras, para garantizar un correcto aprendizaje de los movimientos y una buena relación interpersonal con sus alumnos sordos.

SEÇÃO 2 – CAPÍTULO 1

INICIAÇÃO AO ATLETISMO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO PROGRAMA PARADESPORTO BRASIL EM REDE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Elizabeth Santana Alves de ALBUQUERQUE²¹

Silvana Maria Moura da SILVA²¹

Jucilea Neres FERREIRA²¹

Ana Beatriz Reis de SOUSA²²

Carolina Mariana de Souza COSTA²²

Guilherme Ferreira NOGUEIRA²²

Reinado Reis da SILVA²²

Saulo Rafael Fernandes Vasconcelos NOGUEIRA²²

elizabeth.alves@ufma.br

Os benefícios da atividade física e esportivas para crianças e jovens com transtorno do espectro autista são vistos como excelentes oportunidades de desenvolvimento integral e qualidade de vida, diante dos atrasos característicos dessa deficiência. A iniciação ao atletismo é uma possibilidade para aprimorar o desenvolvimento motor dessa clientela, desde fases dos movimentos fundamentais até especializados, culminando na aquisição de padrões maduros de habilidades motoras indispensáveis aos esportes. Optou-se pela iniciação desse esporte, mediante a utilização de atividades lúdicas, representando alternativa viável para a inserção das regras e movimentos específicos da modalidade. Por meio da iniciação esportiva é possível promover a aquisição e aprimoramento gradativo de habilidades motoras básicas estabilizadoras, locomotoras e manipulativas, empregadas em atividades do cotidiano. Neste sentido, este texto tem por objetivo realizar relato de experiência da iniciação ao atletismo para crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista no Programa Paradesporto Brasil em Rede na Universidade Federal do Maranhão. As atividades foram desenvolvidas em duas turmas nos turnos matutino e vespertino, com 18 crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista níveis I e II, dos

²¹ Docente Departamento Educação Física/UFMA

²² Discente em Educação Física/UFMA



gêneros masculino e feminino, faixa etária entre 7 e 17 anos. Com os participantes avaliados antes do início das aulas utilizaram-se testes padronizados como dobras cutâneas, perimetria, teste de sentar e levantar (30s), arremesso de medicine ball, banco de Wells, sentar e alcançar, Running Anaerobic Sprint Test, Teste de corrida de 6 minutos e saltos horizontais que visavam obter dados de composição corporal, equilíbrio, força de membros superiores, flexibilidade e velocidade. Nas atividades práticas empregou-se uma sequência de exercícios preparatórios e conteúdos envolvendo provas de velocidade, meio fundo, corridas com barreiras, saltos horizontais (distância e triplo), salto vertical (altura), lançamento (disco) e arremesso (peso). Os monitores utilizaram instrução verbal de formas clara e objetiva, além da demonstração como principal recurso no processo ensino-aprendizagem. As atividades foram realizadas individualmente e em duplas, com utilização de materiais adaptados, respeitando-se as individualidades biológicas dos alunos. Conclui-se que o atletismo foi uma modalidade bem aceita pelos alunos, possibilitou a aquisição e a combinação de movimentos fundamentais, assim como minimizou atrasos no desenvolvimento motor, na comunicação e interação social. Aos monitores representou uma experiência enriquecedora na formação inicial, repleta de desafios e aprendizagens relevantes que poderão adaptá-la a outros tipos de deficiência.

Palavras-chave: atletismo; iniciação esportiva; transtorno do espectro autista; infância; adolescência.

INITIATION TO ATHLETICS FOR CHILDREN AND ADOLESCENTS WITH AUTISTIC SPECTRUM DISORDER IN THE PARADESPORTO BRASIL NETWORK PROGRAM AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF MARANHÃO

The benefits of physical activity and sports for children and young people with autism spectrum disorder are seen as excellent opportunities for integral development and quality of life, given the delays characteristic of this disability. Initiation into athletics is a possibility to improve the motor development of this clientele, from fundamental to specialized movement phases culminating in the acquisition of mature patterns of motor skills essential for sports. It was decided to introduce this sport with recreational activities, representing a viable alternative for inserting of specific rules and movements of this sport. Through sports initiation it is possible to promote the acquisition and gradual improvement of basic stabilizing, locomotor and manipulative motor skills, used in daily activities. In this sense, this text aims to report on the experience of introducing children and adolescents with autism spectrum disorder to athletics in the Programa Paradesporto Brasil em Rede at the Federal University of Maranhão. The activities were developed in two classes in the morning and afternoon shifts, with 18 children and adolescents with autism spectrum disorder levels I and II, male and female, aged between 7 and 17 years. With participants evaluated

before the start of classes, standardized tests were used, such as skin folds, perimetry, sit and stand test (30s), medicine ball throw, Wells bench, sit and reach, Running Anaerobic Sprint Test, 6-minute running and horizontal jump test that aimed to obtain data on body composition, balance, upper limb strength, flexibility and speed. In practical activities, a sequence of preparatory exercises and content were used involving speed tests, middle distance, hurdle races, horizontal jumps (long and triple), vertical jump (high), throwing (discus) and pitching (weights). The test monitors used clear and objective verbal instructions, in addition to demonstrations as the main resource in the teaching-learning process. The activities were conducted individually and in pairs, using adapted materials, respecting the biological individualities of the students. It was concluded that athletics was a well-accepted sport by the students, enabling the acquisition and combination of fundamental movements, as well as minimizing delays in motor development, communication and social interaction. For the monitors, it represented an enriching experience in initial training, full of challenges and relevant learning that could be adapted to other types of disabilities.

Keywords: athletics; sports initiation; autism spectrum disorder; childhood; adolescence.

INICIACIÓN AL DEPORTE PARA NIÑOS Y ADOLESCENTES CON TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA EN EL PROGRAMA RED PARADESPORTO BRASIL DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE MARANHÃO

Los beneficios de las actividades físicas y deportivas para niños, y jóvenes con trastorno del espectro autista son vistos como excelentes oportunidades de desarrollo integral y calidad de vida, frente a los retrasos característicos de esa discapacidad. La iniciación al atletismo es una posibilidad de mejorar el desarrollo motor de estos clientes, desde sus movimientos fundamentales hasta los especializados, culminando en la adquisición de patrones maduros de habilidades motoras indispensables a los deportes. Se optó por la iniciación de ese deporte, mediante el uso de actividades lúdicas, representando una alternativa viable a la inserción de reglas y movimientos específicos de la modalidad. Por intermedio de la iniciación deportiva es posible promover la adquisición y mejora gradativa de habilidades motoras básicas estabilizadoras, locomotoras y manipulativas, empleadas en actividades del cotidiano. En este sentido, este texto visa relatar una experiencia de iniciación al atletismo a niños y adolescentes con trastorno del espectro autista en el programa Paradesporto Brasil em Rede na Universidade Federal do Maranhão. Las actividades se realizaron en dos clases por la mañana y por la tarde, con 18 niños y adolescentes con trastorno del espectro autista niveles I y II, de ambos sexos, con edades comprendidas entre los 7 y los 17 años. Los participantes fueron evaluados antes del inicio de

las clases mediante pruebas patronizadas como pliegues cutáneos, perímetría, prueba de sentarse y levantarse (30s), lanzamiento de balón medicinal, banco de Wells, sentarse y alcanzar, prueba de sprint anaeróbico en carrera, prueba de carrera de 6 minutos y saltos horizontales para obtener datos sobre la composición corporal, el equilibrio, la fuerza de las extremidades superiores, la flexibilidad y la velocidad. En las actividades prácticas se utilizó una secuencia de ejercicios preparatorios y contenidos de velocidad, media distancia, vallas, saltos horizontales (largo y triple), salto vertical (alto), lanzamiento de disco y lanzamiento de peso. Los monitores utilizaron la instrucción verbal de forma clara y objetiva, así como la demostración como principal recurso en el proceso de enseñanza-aprendizaje. Las actividades se realizaron de forma individual y por parejas, utilizando materiales adaptados, respetando las individualidades biológicas de los alumnos. La conclusión es que el atletismo ha sido bien aceptado por los alumnos, he posibilitado la adquisición y la combinación de movimientos fundamentales, así como minimizó retrasos en el desarrollo motor, la comunicación y en la interacción social. Para los monitores, fue una experiencia enriquecedora en sus formaciones iniciales, llena de retos y aprendizajes relevantes que podrán adaptarla a otros tipos de discapacidad.

Palabras clave: atletismo, iniciación deportiva, trastorno del espectro autista, infancia, adolescencia.

SEÇÃO 2 – CAPÍTULO 2

ESPORTE PARALÍMPICO E O ENVOLVIMENTO DAS UNIVERSIDADES NO BRASIL COMO ACESSO AO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO

Leonardo José MATARUNA-Dos-SANTOS²³

Andressa Fontes GUIMARÃES-MATARUNA²⁴

leonardo.mataruna@tud.ac.ae

Mundialmente o Brasil é conhecido por ser o país do futebol. Entretanto, o esporte paraolímpico tem gerado grandes repercussões a respeito da imagem do país e dos investimentos realizados a cerca da pessoa com deficiência. Saindo da perspectiva de reabilitação para o sentido mais amplo de habilitação das “pessoas com determinação” usufruindo do esporte, nos dias atuais a disseminação do conhecimento a respeito da pessoa com deficiência tem se ampliado em todo mundo, mas especialmente no Brasil. Este estudo permitiu verificar

²³ Canadian University Dubai.

²⁴ Universidade da Beira Interior.

através da análise temática quais são os conteúdos relacionadas aos benefícios dos Centros de Referência Paralímpico ligados às universidades, utilizando dados secundários por análise documental. O estudo conclui que ocorreu um crescimento exponencial com os Centros de Referência Paralímpico no que tange aos resultados esportivos alcançados pelo país. Todavia, importante salientar que se faz necessário ampliar as ofertas esportivas não apenas pelo número de modalidades a serem ofertadas, mas principalmente na diversificação dos tipos de deficiências a serem atendidos. O modelo empregado é merecedor de reconhecimento e ressalta-se que a universidades são importantes neste processo por envolver pesquisa, extensão, voluntariado e estágios para acadêmicos, e na preparação de novos recursos humanos para o mercado de trabalho. O modelo dever-se-ia ser estendido aos esportes olímpicos e levando uma oferta esportiva não apenas aos grandes centros urbanos, mas principalmente em cidades periféricas que disponham de infraestrutura para a prática esportiva. O modelo poderia também ser ampliado se implantado em centros de educação militares por todo o país otimizando as estruturas existentes e valorizando profissionais de educação física que atuam com ofício militar.

Palavras-Chave: Gestão do Conhecimento, Centro de Referência Paralímpico, Gestão do Esporte.

PARALYMPIC SPORTS AND THE RELATIONSHIP AMONG UNIVERSITIES IN BRAZIL AS A TOOL OF HIGH-PERFORMANCE SPORTS

Brazil is known worldwide as the country of soccer. However, Paralympic sports have generated major repercussions regarding the country's image and the investments made in people with disabilities. Moving from the perspective of rehabilitation to the broader sense of enabling "people with determination" to enjoy sports, the dissemination of knowledge about people with disabilities has been expanding worldwide, especially in Brazil. This study allowed us to verify, through thematic analysis, what content is related to the benefits of Paralympic Reference Centers linked to universities, using secondary data from documentary analysis. The study concludes that there has been exponential growth with Paralympic Reference Centers in terms of the sporting results achieved by the country. However, it is important to emphasize that it is necessary to expand the sports offerings not only in terms of the number of modalities to be offered, but mainly in terms of diversifying the types of disabilities to be served. The model used is worthy of recognition and it is worth noting that universities are important in this process because they involve research, extension, volunteering, and internships for academics, and in preparing new human resources for the job market. The model should be extended to Olympic sports and provide sports not only to large urban centers but mainly to peripheral cities that have the infrastructure for sports. The model could also be expanded if implemented in

military education centers throughout the country, optimizing existing structures and valuing physical education professionals who work in the armed forces.

Keywords: Knowledge Management, Paralympic Reference Center, Sports Management.

EL DEPORTE PARALÍMPICO Y LA PARTICIPACIÓN DE LAS UNIVERSIDADES EN BRASIL COMO ACESO AL DEPORTE DE ALTO RENDIMIENTO

A nivel mundial, Brasil es conocido por ser el país del fútbol. Sin embargo, el deporte paralímpico ha generado grandes repercusiones en cuanto a la imagen del país y las inversiones realizadas en relación a las personas con discapacidad. Pasando de la perspectiva de la rehabilitación al sentido más amplio de permitir que “personas con determinación” disfruten del deporte, hoy en día la difusión del conocimiento sobre las personas con discapacidad se ha expandido en todo el mundo, pero especialmente en Brasil. Este estudio permitió verificar, a través del análisis temático, qué contenidos se relacionan con los beneficios de los Centros de Referencia Paralímpico vinculados a las universidades, utilizando datos secundarios a través del análisis documental. El estudio concluye que ha habido un crecimiento exponencial con los Centros de Referencia Paralímpico en cuanto a los resultados deportivos alcanzados por el país. Sin embargo, es importante resaltar que es necesario ampliar la oferta deportiva no sólo por la cantidad de modalidades a ofrecer, sino principalmente en términos de diversificar los tipos de discapacidad a cubrir. El modelo utilizado es digno de reconocimiento y cabe destacar que las universidades son importantes en este proceso ya que involucran investigación, extensión, voluntariado y pasantías para académicos, y en la preparación de nuevos recursos humanos para el mercado laboral. El modelo debería extenderse a los deportes olímpicos y llevar una oferta deportiva no sólo a los grandes centros urbanos, sino principalmente a las ciudades periféricas que cuentan con infraestructura para la práctica deportiva. El modelo también podría ampliarse si se implementa en centros de educación militar de todo el país, optimizando las estructuras existentes y valorando a los profesionales de la educación física que trabajan en las fuerzas armadas.

Palabras-clave: Gestión del Conocimiento, Centro de Referencia Paralímpico, Gestión Deportiva.

ENSINO DE LUTAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL E INTELLECTUAL: ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS INCLUSIVAS

Rafael Lima KONS²⁵

Kleydson Ferreira de ALMEIDA²⁶

Nathalie Azeredo Bahiense GOMES²⁶

Rodrigo Behrens Marçal de CARVALHO²⁶

rafael.kons@ufba.br

Nos últimos anos, tem-se observado um crescente movimento global em direção à inclusão e acessibilidade em diversas áreas, incluindo a educação e o esporte, com foco na igualdade de oportunidades e respeito à diversidade. No contexto das artes marciais, como judô e jiu-jitsu, essa inclusão se mostra crucial, permitindo que pessoas com deficiência visual e intelectual tenham acesso aos benefícios físicos e psicológicos dessas práticas. A adaptação de métodos pedagógicos é fundamental para atender às necessidades individuais dos praticantes, promovendo ambientes que favoreçam a autonomia e a inclusão social. O capítulo explora as experiências do Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR) da Universidade Federal da Bahia, abordando as características das deficiências visual e intelectual, estratégias pedagógicas adaptadas, e relatos práticos de ensino. A partir do conteúdo destacado, podemos evidenciar que a implementação de práticas adaptativas não apenas promove a segurança e a participação ativa, mas também contribui para o desenvolvimento emocional e social dos alunos. O sucesso do projeto PPBR destaca a importância de criar um ambiente acolhedor e diversificado, evidenciando o impacto positivo das metodologias inclusivas nas artes marciais.

TEACHING FIGHTING FOR PEOPLE WITH VISUAL AND INTELLECTUAL DISABILITIES: INCLUSIVE STRATEGIES AND PRACTICES

In recent years, there has been a growing global movement toward inclusion and accessibility in various areas, including education and sports, focusing on equal opportunities and respect for diversity. In the context of martial arts, such as judo and jiu-jitsu, this inclusion is crucial, allowing individuals with visual

²⁵ Departamento de Educação Física, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-graduação em Ciência da Reabilitação, Universidade Federal da Bahia.

²⁶ Departamento de Educação Física, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.



and intellectual disabilities to access these practices' physical and psychological benefits. Adapting pedagogical methods is essential to meet the individual needs of practitioners, promoting environments that favor autonomy and social inclusion. The chapter explores the experiences of the Paradesporto Brasil em Rede (PPBR) Program at the Federal University of Bahia, addressing the characteristics of visual and intellectual disabilities, adapted pedagogical strategies, and practical teaching reports. From the highlighted content, we can see that the implementation of adaptive practices not only promotes safety and active participation and contributes to students' emotional and social development. The success of the PPBR project underscores the importance of creating a welcoming and diverse environment, highlighting the positive impact of inclusive methodologies in martial arts.

ENSEÑAR A LUCHAR POR PERSONAS CON DISCAPACIDAD VISUAL E INTELLECTUAL: ESTRATEGIAS Y PRÁCTICAS INCLUSIVAS

En los últimos años, se ha observado un creciente movimiento global hacia la inclusión y la accesibilidad en diversas áreas, incluyendo la educación y el deporte, con un enfoque en la igualdad de oportunidades y el respeto a la diversidad. En el contexto de las artes marciales, como el judo y el jiu-jitsu, esta inclusión se muestra crucial, permitiendo que personas con discapacidad visual e intelectual accedan a los beneficios físicos y psicológicos de estas prácticas. La adaptación de métodos pedagógicos es fundamental para atender las necesidades individuales de los practicantes, promoviendo ambientes que favorezcan la autonomía y la inclusión social. El capítulo explora las experiencias del Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR) de la Universidad Federal de Bahía, abordando las características de las discapacidades visual e intelectual, estrategias pedagógicas adaptadas y relatos prácticos de enseñanza. A partir del contenido destacado, podemos evidenciar que la implementación de prácticas adaptativas no solo promueve la seguridad y la participación activa, sino que también contribuye al desarrollo emocional y social de los alumnos. El éxito del proyecto PPBR resalta la importancia de crear un ambiente acogedor y diverso, evidenciando el impacto positivo de las metodologías inclusivas en las artes marciales.

ESPORTE PARA DEFICIENTES VISUAIS: DO PASSADO ÀS CONQUISTAS ATUAIS

Gustavo Borin SCHUMACHER²⁷

Alberto Reinaldo REPPOLD FILHO²⁸

alberto.reppold@ufrgs.br

Este estudo apresenta uma retrospectiva do esporte para deficientes visuais, destacando os principais eventos que marcaram seu desenvolvimento histórico. A pesquisa baseou-se em uma revisão bibliográfica e documental de materiais disponibilizados por organizações voltadas para deficientes visuais, entidades esportivas e órgãos governamentais. Os resultados indicam que o esporte para deficientes visuais teve suas origens em escolas para cegos nos Estados Unidos na década de 1830. No Brasil, essas atividades começaram no Imperial Instituto dos Meninos Cegos, na cidade do Rio de Janeiro, no final do século XIX. Ao longo do século XX, observou-se um crescimento significativo no número de organizações e competições esportivas em âmbito nacional e internacional voltadas para esse público. No Brasil, a criação de organizações esportivas para deficientes visuais teve início na década de 1950. Atualmente, muitos atletas com deficiência visual dedicam-se integralmente ao esporte de alto rendimento, evidenciando as mudanças ocorridas desde a inclusão desse público nos Jogos Paralímpicos de Toronto, em 1976.

Palavras-chave: esporte, deficiência visual, Jogos Paralímpicos.

SPORT FOR THE VISUALLY IMPAIRED: FROM THE PAST TO CURRENT ACHIEVEMENTS

This study presents a retrospective of sports for the visually impaired, highlighting the main events that shaped its historical development. The research was based on a bibliographic and documentary review of materials provided by organizations for the visually impaired, sports entities, and governmental bodies. The findings indicate that sports for the visually impaired originated in schools for the blind in the United States in the 1830s. In Brazil, these activities began at the Imperial Institute for Blind Boys in Rio de Janeiro at the end of the 19th cen-

²⁷ Pesquisador do Centro de Estudos Olímpicos e Paralímpicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

²⁸ Coordenador do Centro de Estudos Olímpicos e Paralímpicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.



tury. Throughout the 20th century, there was a significant increase in the number of organizations and sports competitions at both national and international levels dedicated to this audience. In Brazil, the creation of sports organizations for the visually impaired began in the 1950s. Currently, many visually impaired athletes are fully dedicated to high-performance sports, reflecting the changes that have occurred since the inclusion of this public in the Paralympic Games in Toronto in 1976.

Keywords: sports, visual impairment, Paralympic Games.

DEPORTE PARA PERSONAS CON DISCAPACIDAD VISUAL: DEL PASADO A LOS LOGROS ACTUALES

Este estudio presenta una retrospectiva del deporte para personas con discapacidad visual, destacando los principales eventos que marcaron su desarrollo histórico. La investigación se basó en una revisión bibliográfica y documental de materiales proporcionados por organizaciones para personas con discapacidad visual, entidades deportivas y organismos gubernamentales. Los resultados indican que el deporte para personas con discapacidad visual se originó en escuelas para ciegos en los Estados Unidos en la década de 1830. En Brasil, estas actividades comenzaron en el Instituto Imperial de Niños Ciegos en la ciudad de Río de Janeiro a finales del siglo XIX. A lo largo del siglo XX, se observó un crecimiento significativo en el número de organizaciones y competiciones deportivas a nivel nacional e internacional dedicadas a este público. En Brasil, la creación de organizaciones deportivas para personas con discapacidad visual comenzó en la década de 1950. Actualmente, muchos atletas con discapacidad visual se dedican completamente al deporte de alto rendimiento, lo que refleja los cambios ocurridos desde la inclusión de este público en los Juegos Paralímpicos de Toronto en 1976.

Palabras clave: deporte, discapacidad visual, Juegos Paralímpicos.

A PARAESGRIMA COMO CONTEÚDO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: COMO INCLUIR?

Eunice Kelly Costa da CUNHA²⁹

Carlos Aguiar Ferreira da SILVA NETO¹

Anselmo de Athayde COSTA E SILVA¹

Marília Passos Magno e SILVA¹

Alcione Ferreira da SILVA³⁰

Ivan Marangon SCHWANTES²

eunicekelly31@gmail.com

O ensino sobre o esporte paralímpico nas aulas de educação física pode promover uma abordagem mais abrangente e conscientizar os alunos em fase escolar sobre as capacidades e desafios das pessoas com deficiência. Uma das modalidades que pode ser incluída nas aulas de educação física é a paraesgrima. Este estudo é um relato de experiência que teve como objetivo apresentar possibilidades de adaptação de materiais esportivos da paraesgrima visando incluir sua prática nas aulas de educação física a partir da experiência dos autores. As aulas de paraesgrima podem ser realizadas com materiais feitos de jornais, E.V.A papelão flutuador de natação entre outros. A partir desses materiais, os alunos podem vivenciar tanto os fundamentos da modalidade quanto atividades lúdicas da paraesgrima durante as aulas. Desse modo, a paraesgrima pode estar presente nas aulas de educação física escolar, tanto com a apresentação da história, quanto na prática de seus fundamentos e em atividades lúdicas com material adaptado e de baixo custo.

Palavras-chave: Esportes para pessoas com deficiência; Esporte adaptado; Educação física; Inclusão escolar; Esporte Paralímpico; Paraesgrima.

PARAFENCING AS CONTENT IN SCHOOL PHYSICAL EDUCATION CLASSES: HOW TO INCLUDE IT?

Teaching about Paralympic sports in physical education classes can promote a more comprehensive approach and raise awareness among school-age students about the capabilities and challenges of people with disabilities. One of the sports that can be included in physical education classes is para-fencing. This study is an experience report that aimed to present possibilities for adapting para-fencing sports materials in order to include its practice in physical

²⁹ Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento.

³⁰ Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro

education classes based on the authors' experience. Para-fencing classes can be held with materials made from newspapers, EVA, cardboard, swimming floats, among others. Using these materials, students can experience both the fundamentals of the sport and the recreational activities of para-fencing during classes. Thus, para-fencing can be present in school physical education classes, both through the presentation of its history and through the practice of its fundamentals and in recreational activities with adapted and low-cost materials.

Keywords: Sports for people with disabilities; Adapted sport; Physical education; School inclusion; Paralympic sport; Parafencing.

A PARAESGRIMA COMO CONTEÚDO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: COMO INCLUIR?

La enseñanza del deporte paralímpico en las clases de educación física puede promover un enfoque más integral y crear conciencia entre los estudiantes sobre las capacidades y los desafíos de las personas con discapacidad. Una de las modalidades que se pueden incluir en las clases de educación física es la paraesgrima. Este estudio es un relato de experiencia que tuvo como objetivo presentar posibilidades de adaptación de materiales deportivos de paraesgrima con miras a incluir su práctica en las clases de educación física a partir de la experiencia de los autores. Las clases de paraesgrima se pueden realizar con materiales elaborados a base de periódicos, cartón E.V.A, flotadores de natación, entre otros. Con estos materiales, los estudiantes pueden experimentar tanto los fundamentos del deporte como actividades divertidas de paraesgrima durante las clases. De esta forma, la paraesgrima puede estar presente en las clases de educación física escolar, tanto con la presentación de la historia, como en la práctica de sus fundamentos y en actividades lúdicas con material adaptado y de bajo coste.

Palabras clave: Deportes para personas con discapacidad; Deporte adaptado; Educación Física; Inclusión escolar; Deporte paralímpico; Paraesgrima.

A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL NO ESPORTE PARALÍMPICO: UMA PERSPECTIVA FOCADA NOS ESPORTES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Rafael Lima KONS³¹

Raiane CARVALHO²

João Gabriel DANTAS²

Carolina LIMA³²

rafael.kons@ufba.br

A classificação funcional nos esportes paralímpicos teve seu início no século XX, com o objetivo de garantir competições equitativas entre atletas com diferentes tipos de deficiência. Este processo é realizado por meio de um painel de avaliação que considera uma variedade de critérios, incluindo aspectos médicos, físicos, intelectuais e visuais. Testes de acuidade visual e campo visual são essenciais para a categorização de atletas com deficiência visual, assegurando uma competição justa e adequada. Com o passar do tempo, o sistema de classificação evoluiu, incorporando avanços científicos e tecnológicos, e se tornou crucial para que atletas com habilidades semelhantes possam competir em condições equitativas, promovendo assim a inclusão e o espírito esportivo. Evidências científicas têm demonstrado a necessidade de ajustes nos sistemas de classificação, que devem ser fundamentados em medidas de desempenho mais representativas e específicas para cada modalidade. Estudos em diversas modalidades, como judô e futebol de 5, ressaltam a importância de um sistema de classificação que minimize o impacto da deficiência no desempenho esportivo. Nesse contexto, diversas pesquisas têm buscado estabelecer melhorias no sistema de classificação, contribuindo para a organização das modalidades e o desenvolvimento sustentável a longo prazo. Essa abordagem garante que a classificação funcione de maneira mais justa e eficaz, promovendo a equidade nas competições paralímpicas.

FUNCTIONAL CLASSIFICATION IN PARALYMPIC SPORT: A PERSPECTIVE FOCUSED ON SPORTS FOR PEOPLE WITH VISUAL IMPAIRMENT

The functional classification in Paralympic sports began in the 20th century and aimed at ensuring equitable competitions among athletes with different types

³¹ Departamento de Educação Física, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós Graduação em Ciência da Reabilitação, Universidade Federal da Bahia

³² Programa de Pós Graduação em Ciência da Reabilitação, Universidade Federal da Bahia



of disabilities. This process is carried out through an evaluation panel that considers a variety of criteria, including medical, physical, intellectual, and visual aspects. Visual acuity and field tests are essential for categorizing athletes with visual impairments, ensuring fair and appropriate competition. Over time, the classification system has evolved, incorporating scientific and technological advancements. It has become crucial for athletes with similar abilities to compete under equitable conditions, thereby promoting inclusion and the spirit of sportsmanship. Scientific evidence has demonstrated the need for adjustments in classification systems, which should be based on more representative and specific performance measures for each sport. Studies in various disciplines, such as judo and five-a-side football, highlight the importance of a classification system that minimizes the impact of disability on athletic performance. In this context, various research efforts have sought to establish improvements in the classification system, contributing to sports organization and long-term sustainable development. This approach ensures that classification operates in a fairer and more effective manner, promoting equity in Paralympic competitions.

CLASIFICACIÓN FUNCIONAL EN EL DEPORTE PARALÍMPICO: UNA PERSPECTIVA ENFOCADA AL DEPORTE PARA PERSONAS CON DISCAPACIDAD VISUAL

La clasificación funcional en los deportes paralímpicos comenzó en el siglo XX, con el objetivo de garantizar competiciones equitativas entre atletas con diferentes tipos de discapacidad. Este proceso se lleva a cabo a través de un panel de evaluación que considera una variedad de criterios, incluyendo aspectos médicos, físicos, intelectuales y visuales. Las pruebas de agudeza visual y campo visual son esenciales para la categorización de atletas con discapacidad visual, asegurando una competencia justa y adecuada. Con el tiempo, el sistema de clasificación ha evolucionado, incorporando avances científicos y tecnológicos, y se ha vuelto crucial para que los atletas con habilidades similares puedan competir en condiciones equitativas, promoviendo así la inclusión y el espíritu deportivo. Las evidencias científicas han demostrado la necesidad de ajustes en los sistemas de clasificación, que deben estar fundamentados en medidas de rendimiento más representativas y específicas para cada modalidad. Estudios en diversas modalidades, como el judo y el fútbol 5, resaltan la importancia de un sistema de clasificación que minimice el impacto de la discapacidad en el rendimiento deportivo. En este contexto, diversas investigaciones han buscado establecer mejoras en el sistema de clasificación, contribuyendo a la organización de las modalidades y al desarrollo sostenible a largo plazo. Este enfoque garantiza que la clasificación funcione de manera más justa y eficaz, promoviendo la equidad en las competiciones paralímpicas.

AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE MOTORA EM ATLETAS DE BOCHA PARALÍMPICA

Thaynara MACHADO³³

Edilson João COSTA JÚNIOR¹

Geraldo José Santos OLIVEIRA¹

José Lucas de Oliveira SILVA¹

Williane de Sales TÔRRES¹

Diego Francisco da SILVA¹

Saulo Fernandes Melo OLIVEIRA¹

José Igor Vasconcelos de OLIVEIRA³⁴

Matheus Jancy Bezerra DANTAS²

saulo.fernandesmelo@ufpe.br

A bocha é uma modalidade presente nos jogos paraolímpicos desde a edição de Nova Iorque (1984). Trata-se uma modalidade baseada em controle motor, tomada de decisão e precisão, especialmente adaptada para pessoas com deficiência severa. Contém 4 classes funcionais (BC1, BC2, BC3 e BC4), destinadas a encaixar os diversos tipos de deficiência. Muito embora haja aumento no número de participantes, homens e mulheres, e no desempenho apresentado pelos atletas nos eventos mundiais, diferente de outros esportes paralímpicos, ainda há uma certa confusão em termos do desenvolvimento de estratégias para avaliação da condição motora do atleta de bocha paraolímpica. Dessa forma, a intenção desse material é trazer possibilidades de testes, modelos e protocolos de avaliação para algumas valências motoras, tendo em vista as características específicas para cada atleta.

EVALUATION OF MOTOR CAPACITY IN PARALYMPIC BOCCIA ATHLETES

Boccia has been a sport at the Paralympic Games since the New York Games (1984). It is a sport based on motor control, decision-making and precision, and is especially adapted for people with severe disabilities. It contains 4 functional classes (BC1, BC2, BC3 and BC4), designed to accommodate different types of disabilities. Although there has been an increase in the number of participants, both men and women, and in the performance of athletes in world events, unlike other Paralympic sports, there is still some confusion in terms of deve-

³³ Departamento de Educação Física e Ciências do Deporto, Centro Acadêmico de Vitória, Universidade Federal de Pernambuco.

³⁴ Departamento de Estudos da Atividade Física Adaptada, Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

loping strategies to assess the motor condition of Paralympic boccia athletes. Therefore, the intention of this material is to provide testing possibilities, models and assessment protocols for some motor skills, taking into account the specific characteristics of each athlete.

EVALUACIÓN DE LA CAPACIDAD MOTRIZ EN ATLETAS PARALÍMPICOS DE BOCCIA

La petanca está presente en los Juegos Paralímpicos desde la edición de Nueva York (1984). Es una modalidad basada en el control motor, la toma de decisiones y la precisión, especialmente adaptada para personas con discapacidad severa. Contiene 4 clases funcionales (BC1, BC2, BC3 y BC4), diseñadas para adaptarse a diferentes tipos de discapacidades. Si bien existe un aumento en el número de participantes, hombres y mujeres, y en el rendimiento que presentan los atletas en eventos mundiales, a diferencia de otros deportes paralímpicos, aún existe cierta confusión en cuanto al desarrollo de estrategias para evaluar la condición motriz del deportista. Atleta paralímpico de petanca. Por tanto, la intención de este material es acercar posibilidades de pruebas, modelos y protocolos de evaluación de algunas habilidades motoras, teniendo en cuenta las características específicas de cada deportista.

SEÇÃO 3 – CAPÍTULO 3

AVALIAÇÃO DA PRECISÃO ESPECÍFICA NA BOCHA PARALÍMPICA

Williane de Sales TÔRRES³⁵

Mariana Esther Silva PEREIRA³⁵

João Fillype Vasconcelos Viana ALVES³⁵

João Lucas Ferreira BONIFACIO E SILVA³⁵

Lucas Luan Dias ROSA³⁵

Adrian Pinheiro de SOUZA³⁵

João Vitor de Almeida CAVALCANTI³⁵

Wellyson da Silva Pereira SANTOS³⁵

Saulo Fernandes Melo OLIVEIRA³⁵

saulo.fernandesmelo@ufpe.br

A bocha é uma modalidade baseada em controle motor, tomada de decisão e precisão, especialmente adaptada para pessoas com deficiência severa. Contém

³⁵ Departamento de Educação Física e Ciências do Deporto, Centro Acadêmico de Vitória, Universidade Federal de Pernambuco.

4 classes funcionais destinadas a encaixar a paralisia cerebral (BC1 e BC2) e os outros tipos de deficiência severa (BC3 e BC4). Das valências motoras mais importantes para o desempenho dos atletas destaca-se a precisão e o controle motor. Assim, análises do movimento fino, do controle de força e da precisão no lançamento tornam-se fundamentais para o monitoramento e tomada de decisão sobre a evolução do processo de treinamento. Dessa forma, a intenção desse material é trazer possibilidades de testes, modelos e protocolos de avaliação para algumas valências motoras, tendo em vista as características específicas para cada atleta.

EVALUATION OF SPECIFIC ACCURACY IN PARALYMPIC BOCCIA

Bocce is a sport based on motor control, decision-making and precision, especially adapted for people with severe disabilities. It contains 4 functional classes designed to accommodate cerebral palsy (BC1 and BC2) and other types of severe disabilities (BC3 and BC4). Precision and motor control stand out among the most important motor skills for the athletes' performance. Therefore, analyses of fine movement, force control and throwing accuracy become essential for monitoring and making decisions about the evolution of the training process. Thus, the intention of this material is to provide testing possibilities, models and evaluation protocols for some motor skills, taking into account the specific characteristics of each athlete.

EVALUACIÓN DE LA PRECISIÓN ESPECÍFICA EN BOCCIA PARALÍMPICA

La petanca es una modalidad basada en el control motor, la toma de decisiones y la precisión, especialmente adaptada para personas con discapacidad severa. Contiene 4 clases funcionales diseñadas para adaptarse a la parálisis cerebral (BC1 y BC2) y otros tipos de discapacidad grave (BC3 y BC4). De las habilidades motoras más importantes para el rendimiento del deportista destacan la precisión y el control motor. Así, los análisis del movimiento fino, el control de la fuerza y la precisión del lanzamiento se vuelven fundamentales para el seguimiento y la toma de decisiones sobre la evolución del proceso de entrenamiento. Por tanto, la intención de este material es acercar posibilidades de pruebas, modelos y protocolos de evaluación de algunas habilidades motoras, teniendo en cuenta las características específicas de cada deportista.

EQUILIBRIO E AGILIDADE EM SURDOS ATLETAS DE FUTSAL

Felipe Xavier DOS SANTOS³⁶

José Cássio Souza DOS SANTOS³⁷

Thiago Pinheiro AMORIM³⁷

Salenna Pereira VIEIRA³⁷

José Cássio Souza dos SANTOS³⁷

Acsa Souza VIANA³⁷

Mônica Maria Siqueira DAMASCENO³⁸

Ialuska GUERRA³⁹

ialuska@ifce.edu.br

A história das pessoas com deficiência é marcada por lutas, incluindo a conquista do direito ao esporte. No caso da surdez, a audição está relacionada ao sistema vestibular, que afeta o equilíbrio e, conseqüentemente, a agilidade. Este estudo teve como objetivo avaliar o equilíbrio e a agilidade de surdoatletas de futsal, utilizando a Escala de Equilíbrio de Berg e os testes Shuttle Run com e sem bola, com a participação de 13 surdoatletas do projeto Paradesporto Brasil em Rede, no IFCE. A análise mostrou um bom desempenho no equilíbrio, mas resultados insatisfatórios na agilidade. O estudo também revelou a ausência de testes específicos para avaliar a agilidade e o equilíbrio em surdoatletas e a necessidade de criar sinalários adaptados para essa população.

TYPES AND DEGREE OF EFFECTIVENESS OF THROWING IN PARALYMPIC BOCCIA

The history of people with disabilities is marked by struggles, including the achievement of the right to play sports. In the case of deafness, hearing is related to the vestibular system, which affects balance and, consequently, agility. This study aimed to evaluate the balance and agility of deaf futsal athletes, using the Berg Balance Scale and the Shuttle Run tests with and without a ball, with the participation of 13 deaf athletes from the Paradesporto Brasil em Rede project, at IFCE. The analysis showed good performance in balance, but unsa-

³⁶ Graduado em Educação Física do IFCE – campus Juazeiro do Norte.

³⁷ Discente de graduação em Educação Física – IFCE campus Juazeiro do Norte. Bolsista de Extensão do Programa Paradesporto Brasil em Rede Núcleo IFCE campus Juazeiro do Norte.

³⁸ Docente do IFCE – campus Juazeiro do Norte.

³⁹ Docente do IFCE – campus Juazeiro do Norte. Coordenadora do Programa Paradesporto Brasil em Rede Núcleo IFCE campus Juazeiro do Norte.

tisfactory results in agility. The study also revealed the absence of specific tests to evaluate agility and balance in deaf athletes and the need to create signaling adapted for this population.

TIPOS Y GRADO DE EFICACIA DEL LANZAMIENTO EN BOCCIA PARALÍMPICA

La historia de las personas con discapacidad está marcada por luchas, incluida la conquista del derecho al deporte. En el caso de la sordera, la audición está relacionada con el sistema vestibular, lo que afecta el equilibrio y, en consecuencia, la agilidad. Este estudio tuvo como objetivo evaluar el equilibrio y la agilidad de atletas sordos de fútbol sala, utilizando la Escala de Equilibrio de Berg y las pruebas Shuttle Run con y sin balón, con la participación de 13 atletas sordos del proyecto Paradesporto Brasil em Rede, del IFCE. El análisis mostró un buen desempeño en equilibrio, pero resultados insatisfactorios en agilidad. El estudio también reveló la ausencia de pruebas específicas para evaluar la agilidad y el equilibrio en deportistas sordos y la necesidad de crear señales adaptadas a esta población.

SEÇÃO 3 – CAPÍTULO 5

TIPOS E GRAU DE EFETIVIDADE DE ARREMESSOS EM BOCHA PARALÍMPICA

Ialuska GUERRA⁴⁰

Thiago Pinheiro AMORIM⁴¹

Salenna Pereira VIEIRA⁴¹

José Cássio Souza dos SANTOS⁴¹

Acsa Souza VIANA⁴¹

ialuska@ifce.edu.br

A Bocha exige um excelente domínio do controle motor, pois requer precisão na execução dos lançamentos. Atletas dessa modalidade podem ser classificados em BC1, BC2, BC3 e BC4 e as classes esportivas apresentam tipos de lançamento distintos, de acordo com as características físico-funcionais e técnicas de arremesso de cada atleta. Assim, têm-se como objetivo geral analisar os diferentes tipos de lançamentos e seu grau de efetividade em partidas das classes BC2 e BC4 em um campeonato de Bocha Paralímpica. Trata-se de estudo exploratório

⁴⁰ Instituto Federal do Ceará – campus Juazeiro do Norte

⁴¹ Programa Paradesporto Brasil em Rede Núcleo IFCE campus Juazeiro do Norte



a partir da análise de vídeos de jogos da World Boccia Cup Fortaleza 2023. Os lançamentos das bolas coloridas envolvem tipos de arremessos com trajetória direta e indireta em direção à Jack. Nos lançamentos da primeira bola de cor predominam arremessos próximos e/ou colados à bola branca, mas a maioria sem alcançar o objetivo de bloquear a linha de arremesso do adversário. Nas demais bolas arremessadas predominam tipos de arremesso que embora favoreçam um posicionamento que busca a pontuação não apresentam em sua maioria grau de efetividade positivo. Conclui-se que o lançamento da Jack e da primeira bola de cor são aspectos primordiais na busca para obtenção de resultados favoráveis e que a leitura da configuração do jogo requer tomadas de decisões assertivas quanto a escolha dos tipos de lançamentos no decorrer do jogo.

BALANCE AND AGILITY IN DEAF FUTSAL ATHLETES

Boccia requires excellent motor control, as it requires precision in executing throws. Athletes in this sport can be classified as BC1, BC2, BC3 and BC4, and the sports classes present different types of throws, according to the physical-functional characteristics and throwing techniques of each athlete. Thus, the general objective is to analyze the different types of throws and their degree of effectiveness in BC2 and BC4 class matches in a Paralympic Boccia championship. This is an exploratory study based on the analysis of videos of games from the Fortaleza 2023 World Boccia Cup. The throws of the colored balls involve types of throws with a direct and indirect trajectory towards the Jack. In the throws of the first colored ball, throws close to and/or touch to the white ball predominate, but most do not achieve the objective of blocking the opponent's throwing line. In the other balls thrown, types of throws predominate that, although favoring a positioning that seeks to score, do not present a positive degree of effectiveness. It is concluded that the launch of the Jack and the first colored ball are essential aspects in the search for obtaining favorable results and that reading the game configuration requires assertive decision-making regarding the choice of types of launches during the game.

EQUILIBRIO Y AGILIDAD EN DEPORTISTAS SORDOS DE FÚTBOL SALA

La bocha requiere un excelente dominio del control motor, ya que requiere precisión a la hora de ejecutar los lanzamientos. Los deportistas de esta modalidad se pueden clasificar en BC1, BC2, BC3 y BC4 y las clases deportivas cuentan con diferentes tipos de lanzamientos, según las características físico-funcionales y técnicas de lanzamiento de cada deportista. Así, el objetivo general es analizar los distintos tipos de lanzamientos y su grado de efectividad en partidos de las clases BC2 y BC4 en un campeonato de Boccia Paralímpica. Es un estudio exploratorio basado en el análisis de videos de juegos de la Fortaleza 2023 Copa Mundial de Boccia. El lanzamiento de bolas de colores involucra tipos de tiros con trayectoria directa e indirecta hacia Jack. Al lanzar la primera bola de color

predominan los lanzamientos próximos y/o colados a la bola blanca, pero la mayoría de ellos no consiguen el objetivo de bloquear la línea de lanzamiento del adversario. En el resto de balones lanzados predominan tipos de lanzamiento que, si bien favorecen un posicionamiento que busca anotar, no presentan en su mayor parte un grado positivo de efectividad. Se concluye que el lanzamiento de la Sota y la primera bola de color son aspectos esenciales en la búsqueda de la obtención de resultados favorables y que la lectura de la configuración del juego requiere tomar decisiones asertivas en cuanto a la elección de los tipos de lanzamientos durante el juego.

Título:

Programa Paradesporto Brasil em Rede
O Paradesporto em seus diferentes contextos.

Organizadores:

Marcelo de Castro Haiachi
Ailton Fernando Santana de Oliveira

ISBN 978-85-8413-577-6

CONSELHO CIENTÍFICO

Prof. Dr. Afrânio de Andrade Bastos – UFS / BRA
Prof. Dr. Alberto Reinaldo Reppold Filho – UFRGS / BRA
Prof. Dra. Ana Maria de Freitas Miragaya – UNESA / BRA
Prof. Dr. Antônio Mussino – UNIROMA / ITA
Prof. Dra. Janice Zarpellon Mazo - UFRGS / BRA
Prof. Dr. Júlio Brugnera Melo – PUC / CHI
Prof. Dr. Lamartine Pereira Da Costa – UERJ / BRA
Prof. Dr. Marcos Bezerra de Almeida – UFS / BRA
Profa. Dra. Roberta Santos Kumakura – UFS / BRA
Prof. Dr. Vinícius Denardin Cardoso – UERR / BRA



Criação Editora

CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria de Menezes
Christina Bielinski Ramalho
Fábio Alves dos Santos
Gilvan Rodrigues dos Santos
Jorge Carvalho do Nascimento
José Afonso do Nascimento
José Eduardo Franco
José Rodorval Ramalho
Justino Alves Lima
Luiz Eduardo Oliveira Menezes
Martin Hadsell do Nascimento
Rita de Cácia Santos Souza

Formato: 16cm x 23cm

Tipologia: Cambria

Papel miolo: Pólen 80g/m²

200 exemplares

Papel capa: Cartão Supremo 350g/m²

ORGANIZADORES

Marcelo de Castro Haiachi é Doutor em Ciências do Movimento Humano da UFRGS (2017), Mestre em Ciência da Motricidade Humana pela Universidade Castelo Branco (2007), Especialista em Desportos de Quadra, modalidade Voleibol pela UFRJ (2006), Especialista Gestão: Administração e Marketing pela Faculdades Integradas Maria Thereza (2004). É professor associado da Universidade Federal de Sergipe ministrando aulas no Departamento de Educação Física e no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento.

Ailton Fernando Santana de Oliveira é Doutor em Educação, pela UFBA (2013). Mestre em Educação Física, com dissertação sobre Gestão do Conhecimento para coleta de dados sobre Esporte e Lazer, pela Universidade Gama Filho (2007). Possui especialização em Treinamento de Alto Rendimento (1987) e Educação Física e Cultura (2004) ambas pela Universidade Gama Filho. É professor Adjunto da Universidade Federal de Sergipe.

Marcos Bezerra de Almeida é Doutor em Educação Física (UGF/RJ 2004), Especialista em Condicionamento Físico em Academia (UCB/RJ 1999) Fisiologia do Exercício (UGF/RJ 2000) e Basquetebol (Unifateb/PR 2024). Coordenador do L'Esporte. Professor Titular da Universidade Federal de Sergipe no Departamento de Educação Física e no Programa de Pós-graduação em Ciências do Movimento.

Esta obra é fruto de um trabalho de mobilização que desde 2020 procura através da Secretaria Nacional do Paradesporto (SNPAR) democratizar o paradesporto em todas as regiões do país. Na época, A SNPAR em conjunto com o Ministério da Cidadania e Secretaria Especial do Esporte firmou parceria com Instituições de Ensino Superior para mobilizar uma rede com representantes regionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Esta rede inicialmente teve a parceria da Universidade Federal de Sergipe como núcleo de gestão integrada. Contribuíram para a realização da obra representantes das mais diversas instituições de ensino superior (Universidade Federal do Ceará - UFC, Universidade Federal de Catalão - UFCAT, Universidade Federal do Piauí - UFPI, Universidade Federal de Sergipe - UFS, Universidade Estadual de Roraima - UERR, Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT, Universidade do Pará - UFPA, Faculdade de Educação a Distância - FAEAD, Universidade Federal do Maranhão - UFMA, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Instituto de Educação Física e Esportes - IEFES, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE), grupos de pesquisa (Laboratório de Educação Física e Paradesporto - ParEFLab, Grupo de Estudos em Treinamento Físico e Esportivo - GET, Grupo de Pesquisa em Estudos Olímpicos e Paraolímpicos - GPEOP), Programas de Pós-Graduação (Programa de Pós-Graduação em Ciência do Movimento - PPGCM-UFS, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano - PPGCMH-UFPA, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Reabilitação - PPGREAB-UFBA), além de universidades estrangeiras como a Canadian University Dubai (UEA) e a Universidade da Beira Interior (POR).

REALIZAÇÃO

MINISTÉRIO DO
ESPORTE

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

UF
UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
SERGIPE

APOIO:

